



MESTRADO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS
TRADICIONAIS- MESPT

ISABELA PATRICIA CAMARGO SOARES DA CRUZ

***FEMINISMOS AFRO-TERRITORIALIZADOS: PELO QUE LUTAM AS
MULHERES QUILOMBOLAS?***

Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela (MESPT/UnB)

Brasília

2024

“ponha os olhos em mim”.

Esperança Garcia,

Uma mulher, negra, escravizada, reivindicando direitos, no período colonial brasileiro.

1ª advogada brasileira.

DEDICATÓRIA

*Às mulheres quilombolas, desse e de outros tempos.
Às mulheres do quilombo que me fizeram gente.*

*À Dona Bernadete, Lurdinha Rodrigues e Graça Epifânio
que não serão esquecidas.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeira linha as mulheres da minha vida: Minha mãe Rosa, que é força, colo e braço forte. À Tia Ana que puxou a fila das mulheres que aprendem e ensinam e que vem rompendo barreiras desde o século passado. Às minhas queridas tias, das mais velhas, às ainda jovens em força e espírito; às minhas comadres, primas, amigas e irmãs que tanto me ensinam sobre ser mulher, sobre respeito, sobre-vivência em um mundo tão duro para nós.

Agradeço também, do fundo do coração, o apoio dos homens da minha família. Meu pai *em memória*, meu irmão Leonardo, ou como é mais conhecido - Kunta, meu tão querido Tio Valter, Ailton que me deu Akin. Homens que de uma forma ou de outra me deram apoio e motivação para não desistir e seguir, não apenas à conclusão deste trabalho, mas dessa dura fase da vida.

À “Orientação” dada por Cris Portela, que se estendeu de um tradicional apoio acadêmico, à uma relação de confiança. Nos processos me acolheu em um abraço pedagógico, a cura da minha escrita, e meu reencontro com as palavras. Cris botou remédios nas feridas, ao mesmo tempo que precisava cuidar das suas, assim como uma sacerdotisa do tempo, que segue com serenidade e sabedoria, na força do propósito firmado.

À Professora Mônica e à professora Stéphanie Nasuti, e a partir delas, honro e agradeço às professoras e professores do MESPT por tanta entrega e respeito à educação pública. Dedicar-se a compartilhar algo que deu tanto trabalho para construir é, dentre tantas, um ato de amorosidade à humanidade e compromisso com a continuidade. Meus agradecimentos a cada aula, ensinamento, teoria, informação, ou brincadeira compartilhada, vocês alimentaram a minha esperança.

Maria Carolina Felício minha cumadi e profissional aliada. Pelo apoio e conhecimento técnico para a realização das entrevistas, pelas longas conversas na mesa da cozinha, pela edição do vídeo documentário com as entrevistas, mas sobretudo pela sensibilidade na existência, que a permite traduzir tão bem os pedidos confusos de uma experimentadora do audiovisual.

Decidir estudar é também uma escolha política. (rindo de nervoso). O desafio da permanência estudantil por questões econômicas, já é difícil quando não se tem dependentes, esse desafio aumenta ainda mais se você os tem. Para estudantes, jovens ou não, de povos ou comunidades tradicionais, e até mesmo àqueles do interior dos estados, em áreas rurais, ou periféricas aos grandes centros, é preciso migrar. A distância é grande, e custosa. Não há transporte público, e o privado é ainda mais custoso. Em boa parte dos casos, é preciso, quando

possível, “deixar” temporariamente, a casa, a comunidade, a família, para poder “ganhar” a vida.

Em uma sociedade movida pela acumulação econômica, “gastar” tempo lendo ou escrevendo não parece um bom negócio. Na área rural, recentemente em disputa com a visão exploratória do capitalismo urbanizador, agora com o apoio do culto midiático ao “agronegócio da roça”, soa até mesmo estranho dizer que “o seu trabalho é estudar”.

O termo “só estuda” infelizmente, é um dos fantasmas mais injustos que acompanham os que se propõem a aprender. Ainda pouco valorizado, o doloroso processo de construção e troca de conhecimentos vinculados à uma instituição, ao mesmo tempo que te constrói, te faz repensar diariamente o porquê de estar ali. As dificuldades se estendem desde à saúde mental, ou a fragilização dela, até dificuldades materiais. “Sair de casa para estudar” é quase uma sina do povo que “vem do interior”.

A falta de acesso e oportunidades aumentam à medida que aumenta também a distância da “cidade grande”. Por isso agradeço o apoio das professoras e das pessoas com quem cruzei nos caminhos espinhosos em busca do saber científico. Aprendi a os nominar como aliados, desde a Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, na Licenciatura em História, à Universidade Federal do Paraná, no Bacharelado em Direito, honro e agradeço os também chamados amigos e amigas, que nos momentos mais difíceis me ampararam. Nas atividades com e entre mulheres quilombolas e não quilombolas, pude amadurecer as inquietações e as percepções sobre essas mulheres na política.

No MESPT, encontrei gente de verdade, que mesmo diante de tantas burocracias e títulos, ainda cultivam e ensinam a importância da sensibilidade quando se busca “descolonizar” o saber e o fazer científico. Às pessoas sensíveis à realidade brasileira, agradeço. Vocês foram muito importantes na decisão de continuar cursando o mestrado estando gestante e sobretudo após parir. Falar sobre maternar na universidade nos renderia outra dissertação, mas para isso é preciso que a própria academia esteja aberta a ouvir o relato e as pesquisas desses corpos-territórios que se permitem serem portais da nova geração.

Aos queridos colegas e as amáveis colegas de turma, parcerias fundamentais nas elaborações epistemológicas diversas, o meu agradecimento e a minha saudade. Durante anos fomos companheiros e companheiras no exercício de desconstrução dos moldes em que o colonialismo educacional tenta nos colocar. Desde a falta da comida de casa, ao jeito de se relacionar na universidade, são verdadeiras maratonas diárias de enfrentamentos, a fim de um

objetivo final, o tal do pedaço de papel que, em tese, garantirá legitimidade, a partir dos valores colonialistas perante os “estudados”.

Do caminho até aqui, do pré projeto, muitos encontros, desencontros e reencontros com mulheres quilombolas. Das mulheres quilombolas ancestrais, que nos sussurram inspiração aos ouvidos, às mulheres quilombolas que me cederam a entrevista, esse trabalho é nosso. Revisitar as memórias coletivas desse movimento traz consigo potência e proteção. É uma honra poder estar entre guardiãs dos territórios e de memórias das que vieram antes. É impossível descrever os ensinamentos compartilhados em poucas horas de conversa, mas assim é a oralidade dos povos tradicionais: epistemologia descrita e vivenciada através de linhagens, sistemas de ensinamentos e conhecimentos passados de geração em geração. Esse conhecimento descrito não é meu, ele apenas passa por mim, e espero que siga em frente, e cumpra sua própria missão no mundo.

É como nos ensinam as lendas, as histórias, as experiências, como lições comuns a quem pertence a determinado grupo. Ditados ou dizeres populares que ensinam, como por exemplo: “você tem dois ouvidos e 1 boca, que é pra ouvir mais, e falar menos”, depois de um tempo, entendi que se tratava de observar mais, e falar quando necessário. Assim, a observação de rotinas e práticas de mulheres quilombolas, da minha e de outras comunidades me mostram similaridades de ensinamentos e um parentesco ao mesmo tempo, próximo e distante, entre mulheres e comunidades encontradas por todo o Brasil. E nos encontros de hoje, os reencontros com a ancestralidade.

Às aulas de *escrevivências*, a partir de novas narrativas acadêmicas, foram aos poucos destravando aquela criança que gostava de escrever, narrar histórias e brincar com as palavras, e que aos poucos foi sendo sufocada pelas caixinhas e normas que a confiabilidade científica da universidade requer para conferir um título acadêmico a alguém. Todavia, permitir-se aprender é também uma forma de reconhecer o acúmulo e o esforço do outro.

Estimular a prática da escrita como exercício de intelectualidade acadêmica, encaixar os pensamentos à forma de pensar, e viver a academia enquanto povo de comunidade tradicional é complexo. Enquadrar-se a padrões, escolas e normas é um desafio para quem aprendeu e ensina através da palavra dada. Mas é esse o sistema, e não à toa, muitas vezes nos chamamos de parentes, ou de guerreiros/as. É preciso guerrear, agora com a caneta, o papel, o notebook, a internet, o celular, entre outros, tendo os livros como escudo.

Escrever dói, mas é preciso. Estudar, entender, debater e posicionar a versão daqueles e daquelas que não puderam sentar nos bancos da escola porque estavam ocupadas demais

tentando sobreviver ou manter vivos os seus, não é um exercício individual, é quase uma missão coletiva de quem sabe de onde veio. E para tal, é importante olharmos para ela como ofício, como trabalho, fundamental para registro de outras versões da história e dos direitos arduamente conquistados.

Seguimos, com a certeza que não estamos sós.

CRUZ. Isabela Patricia Camargo Soares da. *Feminismos afro-territorializados: pelo que lutam as mulheres quilombolas?* Brasília: MESPT-UnB, 2024.

Resumo: A pesquisa tem como objetivo dialogar junto às mulheres quilombolas, ativistas locais e nacionais, sobre as lutas e enfrentamentos diários de "mulheres-comunidade" quilombolas e a relação estabelecida entre movimentos feministas no Brasil e na América Latina. Surge de questionamentos e investigações vindas da observação e entrevistas com mulheres quilombolas que são referências em suas regiões, desde a comunidade até os cenários de lutas dos movimentos sociais. Refletimos também sobre a construção de políticas públicas e direitos sociais para mulheres quilombolas negras rurais. A metodologia proposta foi a de um Lugar de Escuta. Abrir ouvidos, coração e mente para registrar e dialogar sobre como se dá o processo de construção diário da política e do feminismo entre mulheres quilombolas, em um exercício prático entre relatos orais e a observação participante, enquanto entrevistadora e sujeita de direitos. Dialogamos ainda com referências bibliográficas e ativistas que nos trouxeram cosmovisões feministas diversas, como o feminismo negro, o feminismo camponês popular, e o feminismo comunitário latino americano, bem como os debates sobre a escrita e/ou oralidades de mulheres que constroem e elaboram lutas e epistemologias comunitárias no seu dia a dia. Como resultado, argumentamos que há um modo específico de operacionalizar lutas por direitos por mulheres quilombolas, em contextos comunitários negros rurais, e a isso, chamamos de *feminismos afro-territorializados*.

Palavras-Chave: mulheres quilombolas; feminismos; lugar de escuta; comunidades tradicionais;

Abstract: This research aimed to dialogue with Quilombola women, local and national activists, about the daily struggles and confrontations of women - Quilombola territories and the relationship imposed between feminist movements in the country and in Latin America. It arises from questions and investigations arising from observations and interviews with quilombola women, references in their regions, from the community to the scenario of struggles of social movements, and reflects in the construction of public policies and social rights for rural quilombola and black women. The proposed methodology was for a Place of Listening. Open ears, heart and mind to record and dialogue about how the process of daily construction of politics and feminism among quilombola women takes place, in a practical exercise between oral history and participant observation, as an interviewer and subject to rights. We also sought to dialogue with bibliographic references and activists who brought us diverse feminist worldviews, such as black feminism, popular peasant feminism, and Latin American community feminism, as well as the writing, or orality of women who construct and elaborate public policies and community epistemologies in their daily lives.

Keywords: quilombola women; feminisms; place of listening; traditional communities;

LISTA DE FIGURAS

1. Foto: Ecobag “Lute como uma mulher quilombola” produzida no I Encontro de Mulheres Quilombolas do Paraná;
2. Foto: 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver. Foto: Ana Carolina Fernandes, 2015.
3. Print de tela: Imagens de mulheres quilombolas na internet. Google, 2024.
4. Print de tela: busca on-line mulheres quilombolas/ imagens. Google, 2024.
5. Print de tela: Post da página @quilomboKalunga.aqk. Instagram, 2024.
6. Print de tela: Perfil de um jovem quilombola @ameninadoquilombo. Instagram, 2024.
7. Print de tela: Perfil @umacientistaquilombola. Instagram, 2024.
8. Print de tela: Perfil @nahfp_ Criadora de conteúdo digital. Instagram, 2024.
9. Print de tela: Publicação em perfil @maryellen.crisostomo. Instagram, 2024.
10. Print de tela: Perfil @Franpaula.eng. Instagram, 2024.
11. Print de tela: busca on-line por grupo mulheres quilombolas. Google, 2024.
12. Print de tela: busca on line por grupo quilombolas. Google, 2024.
13. Print de tela: busca on-line por mulheres quilombolas. Google, 2024.
14. Print de tela: busca por mulheres quilombolas/ #tags. Instagram, 2024.
15. Print de tela: busca por influencer quilombola. Instagram, 2024.
16. Print de tela: perfil @kalungacomunicações. Instagram, 2024.
17. Cartaz na entrada do quilombo Pitimandeuá, em Inhangapi (PA). Imagem: Malungu/Divulgação.
18. Cartaz da Campanha de financiamento colaborativo realizada pelas comunidades quilombolas do Pará.
19. Ativista quilombola Sandra Maria, em frente ao Supremo Tribunal Federal para protocolo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 742, durante a pandemia de COVID 19 no Brasil, 2020.
20. Montagem com prints de tela: busca por mulheres quilombolas. Facebook, 2024.
21. Tabela de andamento dos processos - quadro geral do INCRA. Atualizada até 07-02/24.
22. Tabelas Incra março/2024;
23. Print de tela. Entrevista com Ana Maria Santos da Cruz. 2022. Arquivo.

24. Print de tela. Entrevista com Candinha. 2022. Arquivo.
25. Print de tela. Entrevista com Hellen Jaqueline. 2022. Arquivo.
26. Print de tela. Entrevista com Katleen Tiê. 2022. Arquivo.
27. Print de tela. Entrevista com Luzia Soares. 2022. Arquivo.
28. Print de tela. Entrevista com Nayan e Djankaw. 2022. Arquivo.
29. Print de tela. Entrevista. Nayan, Djankaw e Miguel. 2022. Arquivo.
30. Print de tela. Entrevista com Nilca Fernandes. 2022. Arquivo.
31. Print de tela. Entrevista com Silvana Silva. 2022. Arquivo.
32. Print de tela. Entrevista com Isabel Cruz. 2022. Arquivo.
33. Print de tela. Entrevista com Gertrudes Soares. 2022. Arquivo.
34. Print de tela. Entrevista com Tuia Kalunga. 2022. Arquivo.
35. Arte Convite Roda de Conversa “Feminismos e as lutas das mulheres quilombolas” com mulheres quilombolas ativistas. On-line. 2022.
36. Print de tela: Roda de Conversa “Feminismos e as lutas das mulheres quilombolas” com mulheres quilombolas ativistas. On-line. 2022.
37. 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas - Brasília, 2023.

LISTAS DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CF 88 - Constituição Federal República de 1988

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

FCP - Fundação Cultural Palmares

FECOQUI - Federação Estadual de Comunidades Quilombolas do Paraná

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MIR - Ministério da Igualdade Racial

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

- **Introdução: Lute como uma quilombola!**
 - Interessa às mulheres quilombolas ativistas pensar o feminismo e suas interseccionalidades? 14

- **Capítulo 1. Mulheres quilombolas: a busca por nós**
 - 1.1 - Estigmas, encontros e reivindicações..... 27
 - 1.2 - Controle Social: Análise do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013/2015..... 43
 - 1.3 - "Ponham os seus olhos sobre nós": cartas de mulheres quilombolas ao mundo como afirmação de resistência e (re) existências48
 - 1.4 - 2020: o Ano que o mundo mudou. 2023: Um ano de retomada de direitos.....64

- **Capítulo 2. Metodologia e atividades realizadas pela pesquisa e a interlocução com mulheres quilombolas74**
 - 2.1 - As entrevistas - Parte 1: a preparação76
 - 2.2 - As entrevistas - Parte 2: os desafios77
 - 2.3 - As entrevistas - Parte 3: a prosa78
 - 2.4 - Roda de conversa com mulheres quilombolas ativistas nacionais (on-line)96

- **Capítulo 3. Debate teórico conceitual: novas narrativas sobre a luta por direitos das mulheres e comunidades negras 101**
 - 3.1 - Feminismo Negro107
 - 3.2 - Feminismo camponês popular114
 - 3.3 - Feminismo comunitário latino americano120

- **Capítulo 4. Diálogos sobre um possível feminismo quilombola 125**
 - 4.1 - O que nos ensinam as mulheres quilombolas ativistas, como operadoras de direitos?129
 - 4.2 - Mulheres quilombolas, o *fazer* como *ação* política: quais os diferenciais desse fazer feminino quilombola?.....140
 - 4.3 Considerações Finais - Com quais armas seguiremos a lutar?.....141

Imagem 1. Ecobag @putapeita. I Encontro de Mulheres Quilombolas do Paraná.



Foto: Thais Eigenmann, 2019.

INTRODUÇÃO: Lute como uma quilombola!

A imagem acima é a foto de uma *ecobag* (bolsa de pano simples cru), criada para a Festa Estadual de Sementes e Mudanças Quilombolas e o I Encontro de mulheres quilombolas do Paraná, realizado no município de Castro, em 2019. O slogan ficou famoso com a frase “*Lute como uma garota*”, e decorrente dela, muitas outras vieram. A frase “*Lute como uma quilombola!*”, surge como uma palavra de força, entoada com muito orgulho e reconhecimento por estas comunidades.

A premissa do quilombo é a liberdade. Lutar como uma mulher quilombola é lutar por uma vida livre, em paz, em comunidade. E as mulheres têm um papel central na continuidade da comunidade, desde o ato de parir, mas em especial no de criar e manter viva a comunidade. Desde as guerreiras históricas como Dandara, Aquiltune, Tereza de Benguela, hoje mais popularmente conhecidas, às Donas Marias, Clarindas, Sebastianas, as mulheres quilombolas enfrentam desafios estruturais e sistêmicos na busca pela sobrevivência. Tem um pouco de Dandara, de Tereza de Benguela, em cada mulher quilombola. Mudam as ferramentas, os instrumentos, e as necessidades, o tempo, mas em comum: a resistência em um sistema onde a mulher negra rural se encontra na base da pirâmide.

O que me motivou a pesquisar sobre as relações estabelecidas entre mulheres quilombolas e o feminismo enquanto movimento político de luta por direitos das mulheres, foram as lacunas percebidas e que me angustiaram ao longo de atividades com mulheres feministas, quilombolas e não quilombolas em que tive a oportunidade de participar até aqui: onde estavam as experiências e as demandas políticas das mulheres, negras, rurais, quilombolas em meio as pautas dos movimentos sociais?

As organizações que me acolheram foram verdadeiras escolas de formação política e pessoal. Conhecer o movimento social de organizações negras no estado do Paraná, o movimento quilombola nacional, o movimento de mulheres negras, nas áreas de saúde, educação, juventude e cultura, me fizeram ver sentido nas teorias aprendidas com o acesso à universidade, em reuniões e encontros de outros movimentos sociais. A esses movimentos sociais e redes de apoio pessoais, só tenho a agradecer às oportunidades do caminho que me permitiram aprender e compartilhar experiências com pessoas que vieram antes de mim.

Falar sobre o percurso metodológico da minha pesquisa, é falar sobre muitos sentimentos, e sobre como a pesquisa também se constrói no dia a dia. Ela também é viva, dinâmica, e muitas vezes, é preciso de readaptações. Memórias, angústias, planejamentos,

alegrias, indignações. É como nos presenteia Conceição Evaristo com o termo “escrevivências”. Descrever meu interesse nesse tema de pesquisa, é falar sobre algo que me toca profundamente enquanto uma jovem, mulher, negra de pele clara, quilombola, nascida em uma capital urbana no Centro - Oeste, e crescida em uma comunidade rural, no interior do estado do Paraná, região sul do Brasil. São escrevivências que hora doem, porque cutucam a memória, ora nos alegram, porque nos lembram que sobrevivemos, e que não estamos sós.

Motivada por atividades junto aos movimentos de luta pela terra, pelo território da minha comunidade, pelo movimento feminista, por oficinas entre mulheres quilombolas que tive a alegria participar, outras de mediar, fui me envolvendo com a luta por Direitos Humanos. Participei brevemente do Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, que no dia 18 novembro de 2015, reuniu mais de 50 mil mulheres negras, das diferentes regiões do Brasil em Brasília no Distrito Federal, e esse foi um momento histórico para o movimento de mulheres negras e feministas brasileiras, e seria um momento transformador para mim.

Imagem 2. 1ª Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver.



Foto: Ana Carolina Fernandes, 2015.

Após a Marcha, e toda aquela sensação de vida e ao mesmo tempo diante de tantas denúncias de violações de direitos, muita coisa me angustiava, e senti a necessidade de ecoar

algumas dessas angústias que me chegavam aos ouvidos, aos olhos e ao coração. Me surgiram inquietações, que não podiam mais ser ignoradas. O que fazer com tanto sentimento? Com tanta dor? Decidi escrever. Mergulhar profundamente nas questões que envolvem e rodeiam as mulheres quilombolas, para tentar entender este ponto em que chegamos, enquanto mulheres negras brasileiras, quilombolas, rurais e urbanas, fazendo política no mundo. Mergulho profundo dentro de “mim”, inebriada de “nós”. A tristeza só não é maior que a alegria. A solidão, não é maior que a comunidade.

Ao participar de atividades e não ouvir as demandas das comunidades e mulheres quilombolas, ou especificidades de mulheres negras rurais, surgiram questionamentos. Me lembro de leituras em pdf, no computador e ao utilizar a ferramenta de busca rápida (Ctrl + F) pela palavra “quilombo” para ver de forma breve, antes da leitura dos textos dos encontros, e nos textos que lia sobre as mulheres, quais os temas falariam sobre as questões que afetam as mulheres quilombolas. Muitas foram as frustrações por não encontrar sequer a palavra, o que queria dizer que nossas demandas específicas não foram enunciadas ou registradas. Isso quer dizer que não estamos no texto, mas reflete também que, como até pouco tempo atrás, não estávamos nas escritas acadêmicas. O que só é pior se analisarmos como estão as questões quilombolas no orçamento público, que mesmo diante de alguns avanços, infelizmente, ainda se mostra insuficiente. A segunda busca nos textos era pela palavra negra. Quando as mulheres negras estão pautadas, temos uma maior proximidade com o tema, com o texto, com a luta e com a falta de acesso à direitos.

Foi a partir das ausências de políticas públicas e de direitos fundamentais que passei a compreender como é ser uma mulher negra no sul do Brasil. Desde a infância e a juventude vivenciamos a falta de acesso à direitos e o distanciamento do poder público em relação às nossas comunidades negras. Minhas inquietações cotidianas se somam aos dados, ao reafirmarem que mulheres negras e, especificamente, mulheres negras rurais ainda estão entre as que menos têm seus direitos fundamentais garantidos.

Com dados atualizados em Boletim Especial do dia 08 de março de 2023, o DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, afirma que na área rural, essa desigualdade também aparece, como mostram as informações da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE - Contínua - PNADc, analisadas neste estudo, relativas aos 4ºs trimestres de 2022 e de 2019 e referentes às mulheres que têm domicílio na zona rural. A pesquisa explica que as taxas de desocupação

das mulheres em áreas rurais são sempre maiores que as média, o que nos mostra, em dados, a dificuldade feminina de acesso ao mercado de trabalho.

Segundo o DIEESE, em Boletim Especial do dia 08 de março de 2023, que fala sobre a inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho e as desigualdades que enfrentam, não só quando comparadas aos homens, mas às outras mulheres, urbanas e rurais:

Já as mulheres negras vivenciam uma dupla discriminação: por sexo e raça/cor e, para elas, a dificuldade no mercado de trabalho sempre foi maior. Do total da população feminina rural desocupada no 4º trimestre de 2022, 65,6% eram negras e 34,4%, não negras. Entre as desempregadas com domicílio rural, essa proporção é ainda maior: 77,6% são negras. Esse resultado chama a atenção quando se constata que **a força de trabalho feminina no campo é mais negra: 60,5% das mulheres economicamente ativas - ocupadas ou desempregadas - que residem na zona rural eram negras no período em análise.** (DIEESE, 2023, pág. 2)

A percepção é de que o mundo é diferente se você é descendente daquelas que foram escravizadas. Mais tarde eu entenderia que essa falta de acesso à direitos historicamente negados, era também um projeto político em andamento. A falta de acesso a políticas públicas, fato marcante na vida de famílias afro descendentes é parte de uma longa estratégia de extermínio dos povos negros em diáspora pelo mundo. Ainda segundo o Boletim Especial do DIEESE,

Um dado de extrema relevância, tendo em vista que mais de um terço das mulheres domiciliadas no campo estava ocupada na atividade rural, como relatado anteriormente, é que aproximadamente **1,9 milhão de mulheres que residiam na zona rural recebeu até um salário mínimo no 4º trimestre de 2022. Dessas, 1,3 milhão (ou dois terços) era negra** e 584 mil – (ou um terço) - não negras. Entre as ocupadas no setor agrícola residentes em domicílio urbano ou rural, 700 mil receberam até um salário mínimo no período, sendo 486 mil (70%) negras e 214 mil (30%), não negras. (DIEESE, 2023, pág. 7)

Mesmo sendo a mão de obra trabalhadora por mais tempo na história do país, as mulheres negras rurais, ainda são as que mais sentem o impacto negativo da situação econômica, em qualquer tempo. Os dados apontados pela pesquisa do DIEESE evidenciam que mesmo entre as mulheres em atividade rural, as mulheres negras, são as que recebem menor remuneração. Os dados acima destacados são trazidos ao texto para exemplificar um argumento e uma percepção: que as mulheres negras são a maioria quando se trata de desigualdade. O dado destaca “que receberam **até** um salário mínimo”, ou seja, essas trabalhadoras ainda buscam acessar o “mínimo” na garantia de direitos, seja estas residindo ou trabalhando na área rural. As mulheres negras ainda lutam por dignidade social na cidade, ou no campo.

Das inquietações dolorosas, a alegria de encontrar e reencontrar com outras mulheres quilombolas, estudantes, professoras, profissionais de diversas áreas, que constroem e evidenciam, no dia a dia, as lutas de mulheres quilombolas por todo o Brasil. Mulheres que têm construído e apontado o futuro da política nacional, internacional e local. Uma política pensada e vivenciada coletivamente, fundamentada no território e nas práticas dos saberes tradicionais. Uma política coletiva quilombola ancestral feminina.

Já é sabido que o racismo no Brasil é mais violento com as pessoas de pele mais escura, uma infeliz escala cromática que intensifica o grau de violência de acordo com a pigmentação do tom da pele, então nos atrevemos a pensar: como o feminismo, enquanto movimento político de luta por direitos das mulheres tem se relacionado com as pautas e demandas das mulheres negras rurais, em especial, as mulheres quilombolas?

Quando penso em porquê escrever sobre isso, intuo que a indignação, no fim das contas, também nos move, e que é preciso evidenciar ainda mais, as violências que nos atropelam ao longo de toda uma vida. Então às pessoas interessadas, que chegaram até aqui, convido à reflexão: ao discutirem e encaminharem suas pautas, as diversas expressões do movimento feminista têm se voltado às pautas e especificidades das mulheres quilombolas? Como tem pautado as lutas e colaborado nas soluções de conflitos denunciados por essas mulheres? E afinal, como tem sido as diferentes leituras feitas e transmitidas sobre o movimento feminista, difundido atualmente entre as mulheres negras rurais quilombolas pelo interior do Brasil.

A interlocução com mulheres quilombolas, ativistas ou não, tem me mostrado até o momento, o quão dinâmicas e abundantes são as mulheres quilombolas e suas epistemologias. Da roça aos debates políticos, da academia ao parto, das mães e chefes de famílias, às ativistas que optam por não ter filhos, as mulheres quilombolas afirmam a mesma pauta: a defesa do território coletivo como garantia da continuidade, da vida e da comunidade que fazem parte. As entrevistas realizadas, as leituras das cartas resultantes de encontros de mulheres e as boas prosas e rodas de conversa com mulheres quilombolas pelo Brasil, têm me feito chorar, sorrir, sonhar e viajar em realidades de mulheres tão fortes e tão sensíveis ao mesmo tempo.

A trajetória até aqui passou também pelo empoderamento da minha própria escrita, e da pesquisadora que se esconde dentro de mim. E nesse ponto eu não poderia deixar passar sem destaque o acolhimento epistêmico, emocional, posicionado e fortalecedor dos momentos de *Oríenta-ção* com Cristiane Portela, força e sensibilidade encarnadas em um só ser. Os exercícios de escrita feitos ao longo das disciplinas, em especial os de novas escritas

acadêmicas, foram prazerosas formas de libertar as palavras sufocadas no peito. Estar entre sonhadoras/es, escritoras/es, pesquisadoras/es tão ativas é uma grande alegria, porque nos mostra que nossas visões de presente, passado e futuro, não estão descoladas da realidade, pelo contrário, se propõem a pensar outras realidades.

Foram realizadas doze (12) entrevistas com mulheres quilombolas ativistas de todo o Brasil, com quem dialoguei sobre suas vidas, comunidades, lutas, sonhos e percepções sobre o feminismo. Foi realizada ainda uma roda de conversa on-line, onde o tema central se deu em torno do feminismo quilombola como uma possibilidade de atuação, atividades que estão melhor descritas nos capítulos que se seguem. Ao longo da pesquisa encontrei muitos textos on-line, em especial um banco de textos que reúne pesquisas de mulheres quilombolas como protagonistas de suas próprias histórias e narrativas políticas. Quanto à identidade quilombola, me refiro a um recorte temporal que tem como marco jurídico o ano de 1988, e o reconhecimento constitucional das comunidades quilombolas e do direito de titulação definitiva de suas terras, como obrigação do Estado Brasileiro, definição que incide uma dinâmica conceitual até os dias atuais. Os materiais utilizados para reflexões que se desdobraram ao longo deste trabalho são oriundos de atividades políticas realizadas e compartilhadas pelos movimentos sociais, sobretudo quilombolas, como cartas, documentos oficiais, e posicionamentos coletivos registrados e publicados na internet.

O que compreendi no decorrer do processo, sobretudo após o seminário de partilha, e a banca de qualificação, foi que esta é uma pesquisa e uma metodologia em constante processo de construção, justamente porque as pessoas e o contexto que eu optei por investigar são dinâmicos e seguem vivas, ativas e me surpreendendo. As aulas e os exercícios de *escrivências* vieram aos poucos se destravando dentro de mim, e recordando a menina que gostava de escrever cartas e bilhetes para si mesma. Me fizeram lembrar das vezes em que, assistindo filmes de adolescentes, imaginei algumas vezes como seria ser uma escritora.

As narrativas que começam com as sufragistas - ignorando de propósito ou não a diversidade de mulheres que vieram antes - trazem uma leitura superficial da extensa e ramificada história da construção dos direitos das mulheres ao redor do mundo. Me pergunto, por exemplo, se trabalhadoras domésticas, que ainda lutam por direitos trabalhistas, se vêm descritas nas narrativas sobre o feminismo narrado a partir das sufragistas?

A história das mulheres das mulheres tem sido contada por diferentes narradoras e narrativas, com o passar do tempo, e ao redor do mundo. Entendi que escrever e ser lida, requer também se permitir aprender, e reaprender diariamente. Se permitir ser corrigida sem ficar

constrangida, e aceitar o elogio ou a crítica, sem que nenhum deles lhe tire a paz. Aprendi que na prática, a escrita é como um exercício, nesse caso, de intelectualidade acadêmica, que precisa ser feito e praticado por outros olhares, e de outros lugares. Que contar outras histórias e realidades é possível, e mais que isso, necessário.

Fazer ecoar vozes silenciadas, ou porventura esquecidas. Ouvir, entender, contar e escrever são também, exercícios de continuidade coletivas. Escrever para não enferrujar as engrenagens da cabeça, e pensar para não deixar desacelerar o pulsar do coração. Pensar para agir, e entender que o agir, é sempre mais difícil. Entender que a escrita como ofício, como trabalho manual também cansa, esgota o cérebro e dá trabalho, mas que é também uma ferramenta importante na busca e na defesa de direitos, e tal qual, não tem como fugir, e trocadilhos à parte, não dá para correr, é preciso encarar e escrever, ou reescrever.

Interessa às mulheres quilombolas ativistas pensar o feminismo e suas interseccionalidades?

Dialogar com mulheres negras, desse ou de outros tempos, nos faz entender que não estamos sós. Que os desafios enfrentados por mulheres afro descendentes atravessam os tempos. Beatriz Nascimento, por exemplo, intelectual negra brasileira, nos abraça em sua forma de narrar o quilombo como lugar de acolhimento, um marco de resistência e organização, seja no plano do visível, invisível ou cósmico. À medida que temos ciência da efervescência de encontros político-culturais relacionados à reivindicação por direitos da população negra nas décadas de 1980/90 no Brasil, compreendemos a amplitude da luta dos movimentos e organizações negras daquela época para garantir o reconhecimento do Estado brasileiro no texto constitucional de 1988, e com ele, os direitos quilombolas.

Como nos mostra a diáspora da população negra no Brasil até os dias de hoje, a sobrevivência se dá a partir da resiliência. Ao longo dos séculos foram-se desenhando estratégias de vida e ensinamentos a fim de manter, seja em vida, seja em memória, as histórias ancestrais dessa população em todo o mundo. A história da população negra e quilombola no Brasil nos ensina que é preciso manter-se em comunidade para manter-se vivo. Seja a ideia, seja a instituição, ou a convivência em comunidade, todas essas dimensões exigem que as diferentes maneiras de ser e estar no mundo, sejam respeitadas, porque cada um e cada uma possui a sua função, o seu jeito de ser dentro da comunidade. Assim, na soma de cada um, temos o fortalecimento e a continuidade do todo.

Lélia González, nos estimula de forma sagaz a entender que o espírito ancestral afro americano, quilombola, é o que alimenta o movimento contínuo por liberdade, por direitos e dignidade da população negra. A memória quilombola, quando consciente de sua identidade, age como um elo entre passado, presente e futuro.

A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar. (Gonzalez, 2020, p.274)

Meu primeiro contato com o pensamento de uma mulher africana se deu a partir de um vídeo, disponível na internet, hoje já mais conhecido, de uma jovem mulher negra narrando sobre sua vida e adolescência, e dos perigos de se contar uma história única. A eloquente oradora do vídeo, é Chimamanda Ngozi Adichie, escritora feminista nigeriana e esse pequeno recorte de uma palestra guardado no tempo me fez refletir o quanto somos múltiplas e atravessadas por mais ancestralidade do que podemos conceber. Ao mesmo tempo que esse vídeo me abria os olhos, também me provocava a pensar outras possibilidades de ser uma mulher afrodescendente no Brasil.

Com o tempo fui conhecendo outras autoras africanas e me reconhecendo em suas descrições sobre a importância de repensarmos o mundo das mulheres, não apenas pelo olhar eurocêntrico, e aprendi que o mundo é maior do que estes próprios tentam descrever. Estas leituras e teorias, aprendidas muitos anos depois, apenas coroaram para mim uma expressão popular que ouvimos muito quando buscamos expressar que as decisões em uma coletividade não podem ser reflexos de apenas um ponto de vista: “o mundo não gira ao seu redor” e outra que diz: “toda história tem dois, ou mais lados”, quando buscamos dirimir conflitos evidenciados a partir de uma única narrativa. Assim, ao ter a possibilidade e oportunidade de ler outros mundos, percebi que há muitas histórias sendo contadas por todo o planeta, ao mesmo tempo, longe e perto, mas que é o narrador, ou a narradora que escolhe qual versão contar, e isso diz muito sobre como foram constituídas as grandes referências intelectuais dentro das universidades.

Kimberlé Crenshaw, ao apresentar o processo histórico da ampliação gradual do conceito de direitos das mulheres como direitos humanos, e como essa perspectiva de gênero passou a compor a compreensão da necessidade de garantia e defesa de direitos das mulheres

como um todo, me fez notar como estamos submetidas às interseccionalidades que nos atravessam. Acredito que o problema não está nas nossas diferenças étnicas ou culturais, mas nas desigualdades a que estamos sujeitas por pertencer a grupos diferentes. Neste trabalho, buscamos investigar como se entrecruzam as dimensões de gênero, raça, território e gerações, na perspectiva de mulheres quilombolas que estão na luta por direitos e em defesa de suas identidades. Gerações de pertencimentos e os impactos das construções sociais no acesso à direitos, ou na falta deles.

Aqui faço um recorte: **mulheres quilombolas ativistas** como sendo aquelas que se propõem a lutar por direitos para suas comunidades, e ao fazê-lo movimentam em múltiplas esferas, direitos para si, e para toda a população, dentro e fora de seus territórios. Mulheres que diante da necessidade de mudar a realidade agora entendida, não mais conseguem suportar “não fazer nada”, e se colocam à disposição para a construção permanente de direitos para a sua comunidade, constituindo - por vezes até sem saber, o movimento nacional de comunidades quilombolas, integrando uma ou mais organizações sociais. Mulheres quilombolas ativistas a que nos referimos neste trabalho, são aquelas que ao “ver” um problema social que as impactam histórica e coletivamente, não conseguem mais “desver”. Não se trata apenas de uma escolha participar das atividades e lutas encampadas pelos movimentos sociais a qual fazem parte - apesar desta “escolha” ser feita e reafirmada todos os dias. Se apresenta quase como uma “obrigação moral”, consigo mesma, com sua comunidade, com sua família, perante suas filhas, filhos, afilhados, sobrinhos. Se trata quase que uma obrigação com a história de resistência de suas comunidades. Observei que em sua grande maioria, essas mulheres quilombolas ativistas por seus territórios, começam sua participação política acompanhando e sendo orientadas, por outras mulheres, e que em raras exceções, estas são introduzidas no movimento social por homens quilombolas, também ativistas. Essa “obrigação moral” imposta e aceita por elas mesmas, é entendida e descrita muitas vezes, como uma árdua tarefa, como uma missão, transmitida de geração em geração, dada e aceita pela ancestralidade comum àquele território.

Ao ouvir, ler e conversar com algumas destas mulheres quilombolas ativistas por suas comunidades, pude confirmar minhas suspeitas: a lacuna observada nas pautas dos movimentos sociais, faz falta diretamente na pauta das mulheres negras rurais quilombolas. Se por um lado, o feminismo pautado nos movimentos urbanos não abrange as pautas das mulheres rurais, as pautas dos movimentos de mulheres rurais vêm se aproximando aos poucos, do histórico de luta das mulheres negras. Já o movimento feminista negro, força motriz na garantia de direitos das mulheres, ao denunciar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras, apesar de grandes

companheiras políticas que por vezes pautam as demandas de mulheres quilombolas, ainda não conseguem compreender e aprofundar algumas especificidades da vivência a partir dos territórios rurais e quilombolas. O machismo e o racismo, em suas diversas formas, vivenciados no interior dos estados, em áreas rurais (ou na roça, como costumamos dizer), se alia ao preconceito e estigmas também historicamente construídos.

Faço aqui outro recorte explicativo: neste trabalho me refiro aos **quilombos em contexto rural**, sem ignorar a resistência e a força política dos **quilombos urbanizados**. Afirmo isso porque identifico que o princípio motivador do sujeito quilombola, é a busca por liberdade. As insurgências quilombolas se dão pelo princípio motivador da ruptura com a escravidão, e para tal, o afastamento geográfico dos centros urbanizados, desde o período colonial, é o contexto ao qual me debruço aqui. A *gênesis* quilombola é, portanto, a liberdade e a resistência, e com elas o distanciamento dos centros comerciais, que viam a população negra escravizada como mercadoria. Estar nas cidades no período colonial brasileiro, mesmo sendo negro livre, não os configurava como quilombolas, mas como “negros libertos”, e permitam-me destacar, “libertos”, e não como “homens ou mulheres (que nasceram) livres”¹. Opto pelo termo “urbanizados” por acreditar que a relação de uma comunidade quilombola que acessa o território rural e nele constituem seus modos de vida e ensinamentos, configuram com o tempo, características que diferenciam em boa parte, as populações negras rurais, de populações negras no meio urbano. Afirmo: a relação com a terra/território rural estabelece ao longo do tempo e de gerações, conhecimentos peculiares à prática de vida quilombola, e a maneira como essas pessoas, se apresentam, se expressam e vivenciam o mundo. No que diz respeito à reivindicação de políticas públicas para os territórios quilombolas, existem diferenças cruciais, como a produção de alimentos, a relação com os animais, o acesso à serviços públicos, à energia elétrica, ou a falta dela, a dificuldade de acesso a meios de comunicação, à água encanada, o acesso ainda precário à educação e ferramentas de aprendizado como internet, computador, entre outras. Afirmo ainda que, as comunidades quilombolas em contextos urbanos, foram com tempo sendo “urbanizadas”, muito em decorrência da especulação imobiliária, da marginalização das populações negras no período pós-abolição da escravatura, e da usurpação de suas terras à medida que as cidades, e os grandes centros urbanos vão se expandindo sem planejamento e avançando sobre territórios antes vistos como distantes e por vezes inóspitos. Dito isso reafirmo a importância e reconheço a força política de mulheres e comunidades quilombolas que reivindicam direitos a partir de contextos urbanos, na luta pelo reconhecimento

¹ Referência à Makota Valdina.

e titulação dos territórios quilombolas, e por direitos constitucionais às pessoas destas comunidades, somos companheiras.

Aos poucos, vem se popularizando o debate sobre o racismo ambiental, que dialoga com as nuances do racismo institucional que opera na construção de empreendimentos em comunidades quilombolas e tradicionais sem a consulta prévia (como prevê o art. 169 da OIT), ou ainda no debate decorrente das mudanças climáticas e a constatação de que são as comunidades tradicionais, rurais e ligadas aos territórios, por todos os cantos do mundo, que preservam o que ainda resta dos biomas atuais do planeta.

Entretanto, essas discussões geram grandes debates, e há um racismo sutil, diário, violento, disfarçado, que acontece no dia a dia da vida no campo, que ainda nos afeta. O racismo na área rural não é nem cordial. Ele é tido como natural, como se as piadas sobre negros e negras fossem coisa comum, que sempre foi assim, quase que tradicional. E assim também os estereótipos sobre as mulheres negras da área rural. Estamos acostumadas a pensar em mulheres negras rurais e quilombolas como produtoras de conhecimento científico? Como pesquisadoras e/ou cientistas? Convido ao exercício de reflexão. Quais são as nossas referências de mulheres negras rurais, e como é a imagem que nos vêm à mente?

Quando observamos a sociobiodiversidade presente nos quilombos por todo o Brasil, observamos a importância das mulheres para a manutenção da vida em seus territórios. O que para o agronegócio, é visto como “recursos naturais” com o fim de exploração (como por exemplo, a terra, as águas, as florestas, etc.), na prática dos ensinamentos ancestrais das mulheres e comunidades quilombolas, são chamados “bem de todos” (daí a importância e necessidade da preservação), como reconhece a Política Nacional da Biodiversidade instituída pelo decreto nº 4339 de 2002, em seus princípios:

XII - a manutenção da diversidade cultural nacional é importante para pluralidade de valores na sociedade em relação à biodiversidade, sendo que os povos indígenas, os quilombolas e as outras comunidades locais desempenham um papel importante na conservação e na utilização sustentável da biodiversidade brasileira; XIII - as ações relacionadas ao acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade deverão transcorrer com consentimento prévio informado dos povos indígenas, dos quilombolas e das outras comunidades locais. (Código Civil, 2002)

Se a atuação científica é estipulada a partir da busca por respostas a fim de solucionar ou estudar determinados problemas, sejam eles, biológicos, sociais, jurídicos, entre outros, é completamente possível pensarmos as mulheres negras, rurais quilombolas como cientistas atemporais, estudantes e mestras de conhecimentos tradicionais, aprendidos e repassados através de gerações de mulheres, famílias e comunidades.

Se é o método que define o fazer científico, e agrega credibilidade aos resultados da pesquisa, as mulheres quilombolas agricultoras e ativistas nos ensinam que o tempo é fundamental para amadurecimento e experiências, bem como o cuidado e proteção aos conhecimentos, temporalmente construídos, e que assim como os territórios, acabam por se tornar, alvo de suscetíveis tentativas de roubo, expropriação e ou invisibilização do conhecimento tradicional associado.

Recentemente um lindo movimento de escrita e empoderamento político de mulheres quilombolas por todo país, tem presenteado a literatura e as universidades com suas escritas e novas autoras-narradoras da vida quilombola. Atualmente são as mulheres quilombolas que pautam suas próprias demandas e considerações ao feminismo, com os pés plantados na luta pelo território coletivo, por dignidade e qualidade de vida buscando a continuidade de sua comunidade. Ancestralidade, presente e futuro construindo um modo de fazer e pautar o feminismo, através de sua relação direta com a negritude, a terra e o território ancestral familiar e comunitário.

Faço aqui um destaque especial para as mulheres quilombolas do MESPT e suas belas dissertações-narrativas epistemológicas ampliando as formas de se ver e ler o mundo. Cida Mendes, Durica Almeida, Elionice Sacramento, Ana Mumbuca, Miriam Aprigio, dentre outras, são mulheres que ousaram se chamar de pesquisadoras. Outras como Edimara Gonçalves, Vercilene Dias, Gessiane Nazario, seguiram o caminho e passaram a associar às mulheres quilombolas o título de doutoras. As mulheres abrem o caminho no facão, para que outras possam atravessar um carreiro, e vale destacar, que não é na academia que essa trajetória começa. As maiores mestras de saber entre as mulheres quilombolas, em sua maioria, não chegaram a frequentar a escola, ou a universidade, mas foi através do conhecimento preservado e compartilhado por elas, os quilombos ainda vivem.

Foi observando as mulheres da minha comunidade, o movimento de mulheres negras e mais tarde mulheres quilombolas de outras comunidades que observei a articulação política dessas, mediante tantas pautas e demandas. Ao desenvolver tantas atividades no dia a dia do território, essas mulheres acumulam experiências e desenvoltura na resolução dos conflitos que envolvem as comunidades quilombolas, em comum pelo país. Foi observando as mulheres da minha comunidade que entendi que a vida é dinâmica, e que assim como a luta pela terra e território ela não para, e nem pode parar porque é assim, no movimento contínuo e na sabedoria adquirida apenas na vivência de um dia após o outro é que se constrói a resistência. Foi observando a luta das mulheres e homens mais velhos da minha e de outras comunidades, que

passsei a compreender o movimento quilombola e a participar dele. Foi a necessidade de lutar pela retomada e permanência do território da nossa comunidade, que me fez participar das reuniões da comunidade e com movimentos sociais de luta pela terra, e assim poder observar as semelhanças e diferenças entre pessoas de comunidades quilombolas diferentes.

Mas a pergunta que tentamos investigar aqui é: como essas mulheres pensam, veem ou sentem os feminismos? Me ocorreu ainda investigar se as mulheres quilombolas, em especial as ativistas, têm se identificado com o feminismo enquanto movimento que reivindica direitos às mulheres. Quem defende os direitos dessas mulheres que estão em sua maioria localizadas pelo interior do país? Como se dá o acesso à direitos dessas mulheres ao longo da vida, visto que não são prioridades na política e na maioria dos municípios em que se localizam?

As leituras sobre outras formas de expressão do feminismo enquanto movimentos de luta por direitos das mulheres em contextos comunitários, tem me feito perceber que o feminismo não é um movimento com uma trajetória histórica linear e narrativa apenas de um lugar no mundo. As lutas das mulheres por direitos, ultrapassam fronteiras e barreiras, e nascem como olho d'água: brotando da terra e umedecendo o solo. Nasce do chão de onde pisam os pés dessas mulheres que reivindicam direitos no contexto de suas histórias de vida.

O feminismo é então um movimento político, pautado no seio da necessidade de gritar em diferentes línguas por direitos das mulheres, seja qual for a opressão que estas venham sentindo, histórica, ou culturalmente, e com as mulheres quilombolas, negras rurais não é diferente. Creio que, tanto às mulheres quilombolas quanto às mulheres feministas, vendo este diálogo aos poucos se aproximando, mais tem a ganhar promovendo as trocas práticas e conceituais entre si, do que afastando-se dos debates, por certo, acalorados.

Ao tomar consciência das diferenças a que estão submetidas diante da soma de características centrais na sua identidade (como por exemplo uma mulher, negra, descendente de quilombolas, rurais ou urbanizadas a partir da periferia, LGBTQIAP+, com deficiência), a interseccionalidade passa a fazer mais sentido. Perceber-se atravessada por marcas sociais, permite a compreensão de que é preciso ‘fazer várias coisas ao mesmo tempo’, como diz o senso comum. É preciso sobreviver diante da multiplicidade de signos que nos cruzam (e por vezes, nos atravessam).

Acredito que interessa às mulheres, cada vez mais, falarem e ouvirem sobre si, e sobre outras, até então silenciadas, o que não se sustenta mais. Às mulheres quilombolas, como a todas, interessa o conhecimento, o acesso a direitos e as oportunidades.

CAPÍTULO 1. MULHERES QUILOMBOLAS: A BUSCA POR NÓS

1.1. Estigmas, encontros e reivindicações

Desde plantar uma semente na estação do ano, e na lua certa, a pensar politicamente o território, o tempo não é visto como um inimigo, pelo contrário, é visto com intimidade. É preciso entender, e respeitar o tempo, como se fosse um amigo ou uma amiga. Ensinam os mais velhos que a calma, a paciência e a fé são indispensáveis na luta de uma comunidade que mede o tempo por memórias geracionais. Comunidades quilombolas convivem com o tempo, e se organizam por sua relação com ele. Podem estar conectadas ao passado e ao presente e pensando em futuros coletivos, tudo ‘ao mesmo tempo’.

Pensar o futuro a partir de sensibilidades e apropriar-se de epistemologias importantes para as comunidades negras, tem sido um exercício recorrente em debates na internet. As comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, por exemplo, através de produções, eventos, atos de denúncia, articulações políticas, por suas associações comunitárias ou em lutas em movimentos sociais reafirmam diariamente que estão vivas, em uma disputa contra um conceito de futuro que tenta lhes excluir, apagar ou menosprezar.

As comunidades tradicionais seguem vivas através de suas crianças, jovens, mulheres e homens, que preservam culturas e biomas fundamentais para a continuidade da vida no planeta, e assim constroem até mesmo sem perceber, um outro futuro social e econômico para o país. Mas manter-se viva requer ação, e no que diz respeito à vida de comunidades inteiras, requer a elaboração, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas e investimentos também para o interior dos estados e municípios com menor poder aquisitivo, áreas rurais, litorâneas e ribeirinhas, onde se localizam boa parte das comunidades tradicionais, dentre elas, muitas comunidades quilombolas.

O que nos faz refletir a respeito da falta de acesso à oportunidades e informações, que a população quilombola está sujeita, e reafirmo, população essa, em grande parte, negra rural. Falta de oportunidades que resultam em praticamente uma equação social: uma soma de fatores, e a subtração de outros, multiplicados pelos ramos do racismo (estrutural, ambiental, sistêmico e institucionalizado por séculos), e dividindo comunidades, temos um triste resultado, visível à olho nu: a discrepância econômica e social entre as condições de vida da população, em especial a população afro descendente.

Aliado à construção de uma identidade ora romantizada ora satirizada do que é ser morador da área rural, historicamente, foram criados apelidos pejorativos para a população do interior, ou da perspectiva que se observa, corpos-territórios à margem dos grandes centros urbanos e das grandes capitais: o chamado “povo da roça, povo do mato”.

Sustentada por parte da literatura brasileira, a figura do trabalhador rural é associada à de personagens como o “Jeca Tatu”, ou o “Mazzaropi”, “Tia Nastácia”, “Seu Barnabé” entre outros, sujeitos caricatos que por falarem e agirem de forma distinta do padrão social urbanizado, podem ser satirizados. Cria-se ao longo dos anos a ideia comum, e cotidianamente exposta até mesmo na dramaturgia nacional, de que ser “da roça”, ou ser “do mato” é ruim, cômico, degradante, e quase anticivilizatório.

Fato é que a população negra no Brasil buscou, em contextos comunitários, estratégias de sobrevivência, em especial e fortemente junto à natureza. Ser do interior, ou ser do mato, nunca foi uma ofensa para populações que convivem com as biodiversidades locais, sendo inclusive guardiões e guardiãs dos saberes ancestrais e da sociobiodiversidade que permeia a vida de povos e comunidades tradicionais. Em uma pesquisa inédita, o *MapBiomias*, iniciativa do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima - SIEEG/OC, evidenciou o que lideranças comunitárias de povos e comunidades tradicionais vem afirmando a anos, em diferentes espaços de participação e controle social, de que a titulação de territórios quilombolas é uma das melhores ferramentas para se fazer reparação histórica, justiça climática e preservação ambiental ao mesmo tempo.

Segundo os dados do *MapBiomias* Brasil em seu relatório “Cobertura de vegetação nativa nos territórios quilombolas no Brasil - coleção 8”, afirma que os territórios quilombolas estão entre as áreas com menores índices de desmatamento no país, e colocam os Territórios Quilombolas na liderança da preservação da cobertura vegetal nativa no Brasil, ao lado dos Territórios Indígenas.

Entre 1985 e 2022, a perda de vegetação nativa nesses territórios foi de 4,7% contra 17% em áreas privadas. Foram 240 mil hectares de supressão de vegetação nativa nesses 38 anos. Juntos, eles abrigam 3,4 milhões de hectares de vegetação nativa – 0,6% do total nacional. Ao todo, territórios quilombolas titulados ou em processo de titulação ocupam 3,8 milhões de hectares, ou 0,5% do território nacional. São 494 Territórios Quilombolas segundo o Censo 2023 do IBGE: 30% já titulados e 70% em processo de titulação. Essa diferença reflete-se na conservação ambiental: enquanto nos territórios já titulados a perda de vegetação nativa entre 1985 e 2022 foi de 3,2%, nas áreas em processo de titulação esse percentual foi de 5,5%. Na média, o uso antrópico ocupa 14% de sua área. (MapBiomias, 2023)

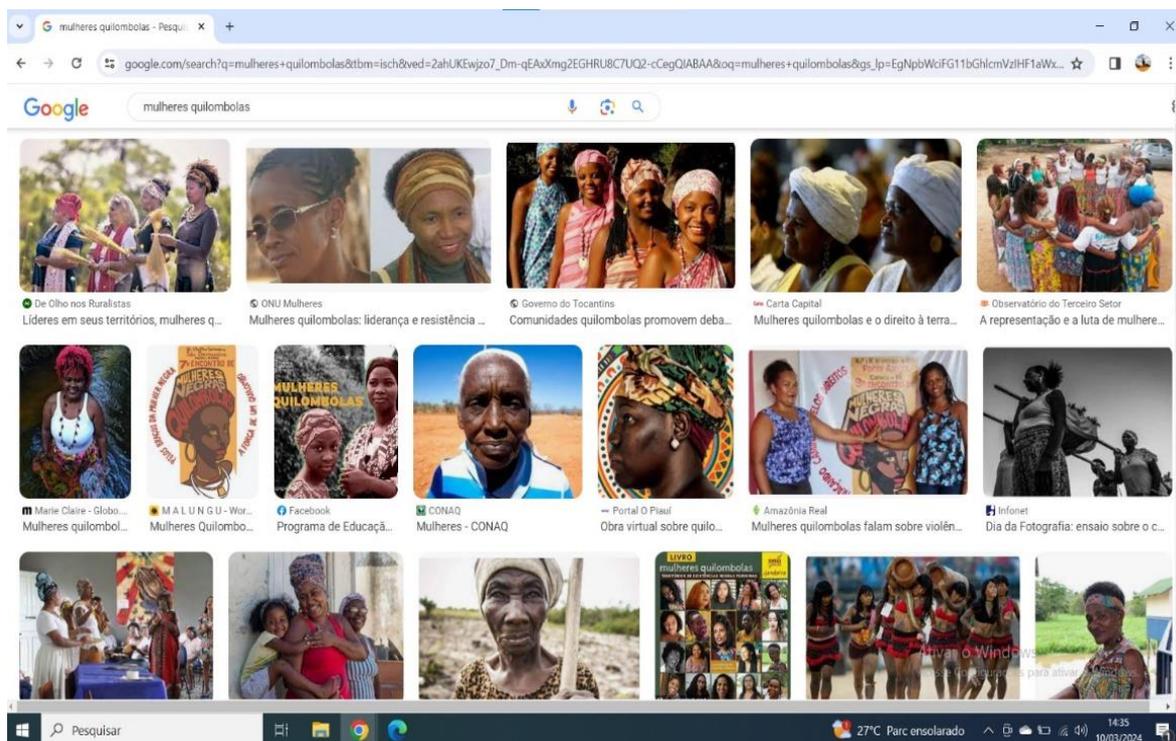
O que falta às comunidades quilombolas do interior, dentre outras, é a efetivação de políticas públicas pensadas especificamente para moradores desses territórios. A campanha climática “Tem Floresta em Pé, Tem Mulher”, por exemplo, surge com o intuito de “valorização das lideranças femininas nas florestas, sensibilizando a população sobre os temas do racismo ambiental, justiça climática e direito à terra do ponto de vista das mulheres negras da floresta”.

O papel da mulher na produção e na criação de alternativas sustentáveis ao modelo econômico que explora essas comunidades é fundamental. São as mulheres que na relação diária com o território, com o tempo e com a vida (por exemplo, através do cuidado com as crianças, com as sementes, com o clima e com os idosos), criam e recriam possibilidades de renda e de continuidade.

As mulheres de povos e comunidades tradicionais, dentre estas, as mulheres quilombolas, as grandes guardiãs da sociobiodiversidade que ainda resistem nos biomas brasileiros. São elas as grandes mestras dos saberes, atuais e ancestrais, na luta por justiça climática e na defesa dos bens comuns. Promover o encontro dessas mulheres com as discussões que as envolve diretamente é uma das maneiras de fortalecer o debate em defesa do planeta, mas ainda se faz necessário romper com alguns estigmas tão bem estruturados pelo racismo, e romper com algumas heranças de um mundo orientado pelo poder colonial.

Acredito que com o aumento do acesso às tecnologias pelo telefone, instrumento que apresenta o mundo - literalmente - na palma das mãos, aumentaram também o acesso a informações de interesse das lideranças e comunidades. São coletivos de mulheres quilombolas (algumas autodeclaradas feministas, outras não), que mobilizam também via redes, associações de artesanatos, movimentos sociais, atividades de formação, eventos de direitos humanos, campanhas de valorização da identidade quilombola, da mulher negra, e em sua maioria, pela regularização dos territórios quilombolas. Em todos eles, a presença das mulheres quilombolas é ativa.

Imagem 3. Print de tela com imagens de mulheres quilombolas na internet.

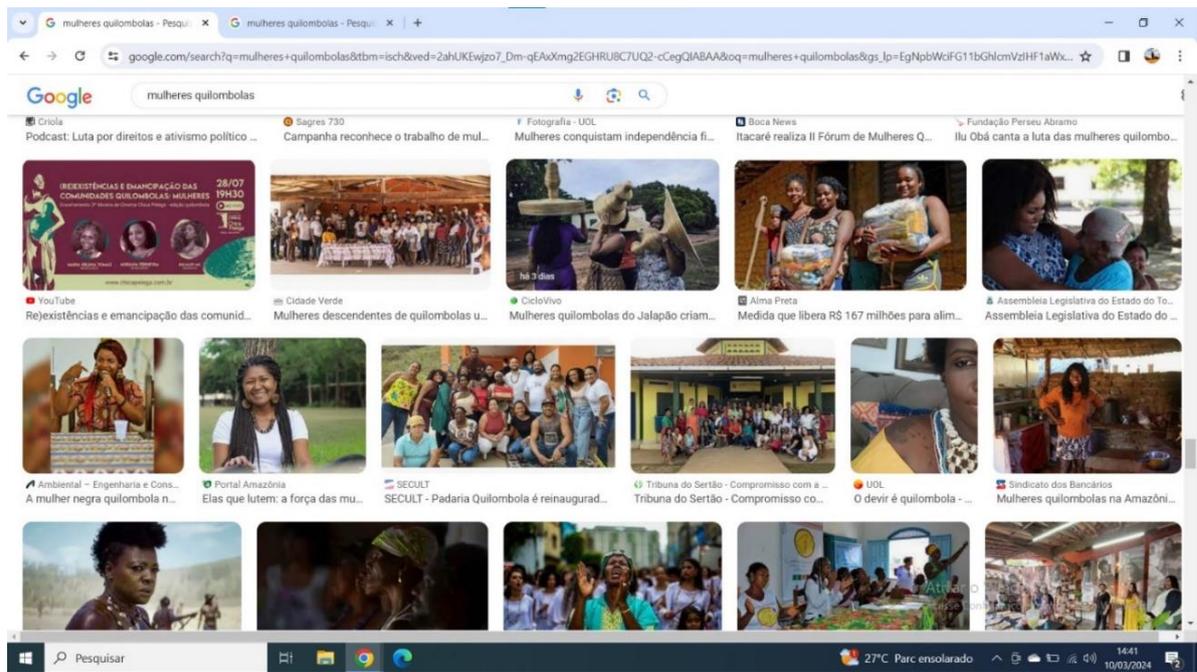


Google, 2024.

Ao digitar a palavra-chave "mulheres quilombolas" na ferramenta de busca do Google, a plataforma mais utilizada para buscas no Brasil, aparecem aproximadamente 2.380.000 resultados. Para mulheres indígenas aparecem aproximadamente 20.500.000 resultados, enquanto para mulheres camponesas aparecem aproximadamente 938.000 resultados. Já com mulheres negras, aparecem aproximadamente 104.000.000 de resultados.

A valorização pessoal e coletiva a partir da identidade quilombola vem sendo, ainda que aos poucos fortalecida, inclusive, midiaticamente, fruto das lutas encampadas por mulheres negras e quilombolas por dignidade e direitos. Acredito que a valorização da identidade (político-cultural) e estéticas afro-brasileiras e africanas, cada vez mais acessadas através de conteúdos digitais, quando possível, tem despertado em jovens e mulheres quilombolas o orgulho pela própria história e a autoestima.

Imagem 4. Print de tela: busca on-line mulheres quilombolas/ imagens.



Google, 2024.

Pode-se observar pelas crescentes páginas de jovens quilombolas, das mais variadas atuações, e até mesmo influenciadoras e influenciadores, que ao citar sua origem familiar como o território tradicional, e ao retratar através de vídeos e imagens o cotidiano de uma vida quilombola, em grande parte, negra rural, cria-se um outro território de (re) existências: o território quilombola digital.

Imagem 5. Print de tela: Post da página @quilomboKalunga.aqk.



Instagram, 2024.

Imagem 6. Print de tela: Perfil de uma jovem quilombola @ameninadoquilombo



Instagram, 2024.

Imagem 7. Print de tela: Perfil @umacientistaquilombola.



Instagram, 2024.

Estar nas redes sociais, algo já muito presente nos movimentos sociais indígenas, por exemplo, é fazer o debate, a disputa de narrativas e a resistência da luta e identidade quilombola, também em espaços digitais. É ao mesmo tempo afirmar que estes grupos também fazem parte da população desse macro território Brasil.

Imagem 8. Print de tela: Perfil @nahfp_ Criadora de conteúdo digital.



Instagram, 2024.

Imagem 9. Print de tela: Publicação em perfil @maryellen.crisostomo.



Instagram, 2024

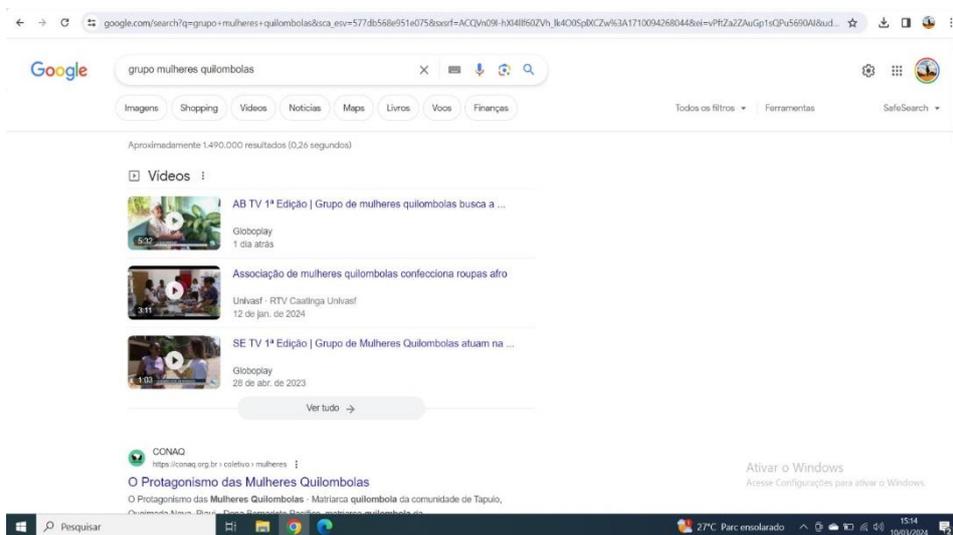
Imagem 10. Print de tela: Perfil @Franpaula.eng.



Instagram, 2024

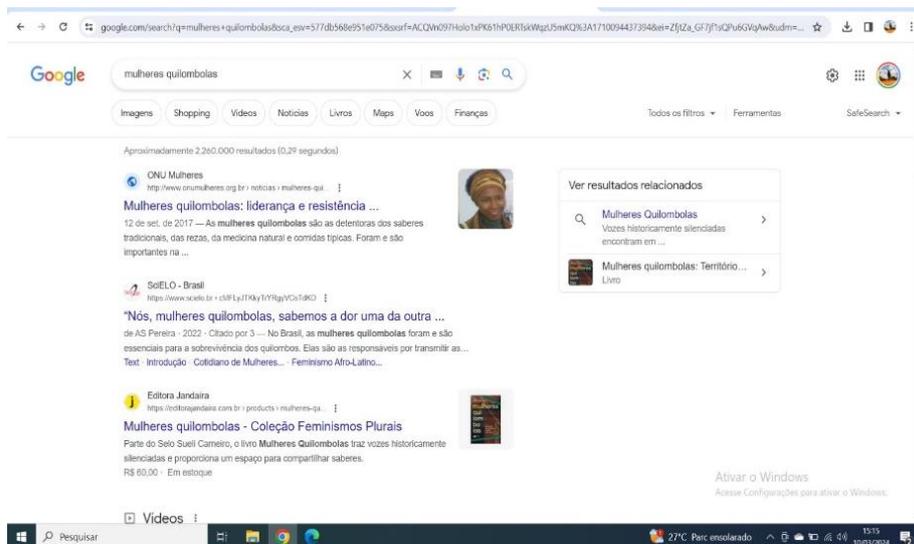
Investiguei nas redes sociais e aplicativos mais populares entre lideranças quilombolas - como o Facebook, grupos de Whatsapp, Instagram, canais do Youtube e pesquisas em plataformas de busca on-line - afim de identificar grupos de mulheres quilombolas auto organizadas pela Internet e para minha surpresa e alegria houve também um expressivo aumento no número de páginas, matérias e *hashtags* com as palavras **#quilombolas**.

Imagem 11. Print de tela: busca on-line por grupo mulheres quilombolas.



Google, 2024.

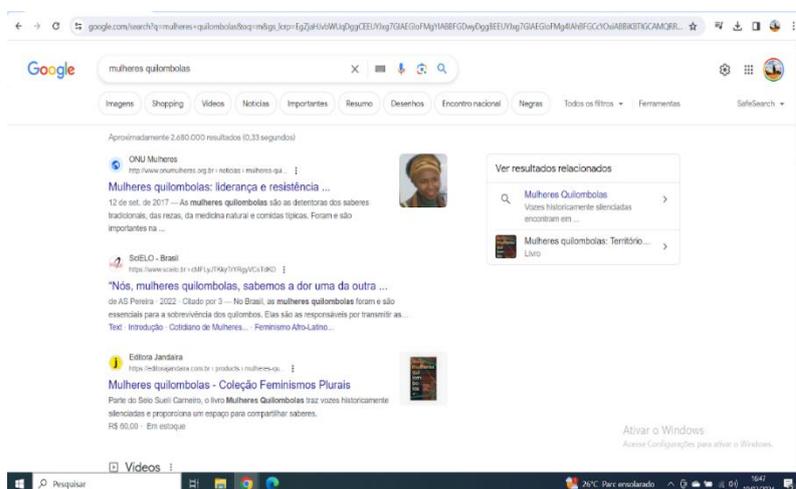
Imagem 12. Print de tela: busca on-line por grupo quilombolas.



Google, 2024.

Ao buscar na internet “*grupos de mulheres quilombolas*” e/ou *coletivo de mulheres quilombolas* podemos ver a expressiva informação de 1.490.000 e 2.260.000 de resultados, encontrados respectivamente. Isso quer dizer, quantas vezes as duas expressões acima foram encontradas em imagens, vídeos, notícias, entre outros materiais disponíveis na internet. Optei pela palavra “grupo”, para que as buscas não ficassem restritas a "coletivos formalizados". Com a palavra grupo, busquei reunir na pesquisa informações sobre ações pontuais, e/ou encontros não institucionalizados, como reuniões de mulheres em atividades autogestionadas, sem necessariamente estarem institucionalizadas. Quando a busca se dá por mulheres quilombolas, os resultados são ainda maiores Aproximadamente 2.680.000 resultados.

Imagem 13. Print de tela: busca on-line por mulheres quilombolas.



Google, 2024.

O Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil, aponta dentre outras, a importância de se compreender os dados do acesso à inclusão digital das populações rurais e sua interseccionalidade com marcadores raciais e de gênero, oficialmente referendados, a fim de não repetirmos erros e lacunas históricas de exclusão social de grupos específicos.

A intersecção entre ruralidade e raça traz à tona agravantes dados de exclusão da população negra no campo. Em 2001, enquanto 97,9% dos domicílios com chefia branca não tinham acesso a computador, 99,6% dos domicílios com chefia negra tampouco o tinham. Em 2009, o número entre domicílios com chefia branca caiu para 86%, enquanto, para domicílios com chefia negra, caiu para 95,5%. Percebe-se que mesmo o nível do ritmo de diminuição é diferente, sendo mais rápido e favorecendo os domicílios com chefia branca, tal qual o extenuante exercício de corrida proposto no início do capítulo para os domicílios chefiados por negros. Faz-se necessária a adoção de políticas voltadas à inclusão digital das populações rurais, principalmente das populações rurais negras, de forma a evitar que as atuais disparidades baseadas na raça, produzidas por anos de não atenção à questão racial no campo, tornem-se perenes nas novas tecnologias da era da informação. (Dossiê Mulheres Negras, 2013, pag. 97)

Ainda segundo o Dossiê Mulheres Negras,

a análise dos dados de acesso a bens e exclusão digital permite perceber alguns dos efeitos materiais do processo de subordinação das populações femininas, negras, rurais e nordestinas. Estes quatro elementos de subordinação impactam negativamente a inclusão social e o empoderamento de grande número de brasileiras e brasileiros, tornando suas condições de acesso a bens extremamente precárias em comparação ao resto da população. (Dossiê Mulheres Negras, 2013, pág. 104)

Assim, podemos observar que a falta de acesso histórico à meios de comunicação por um tempo afastou as comunidades quilombolas, negras rurais do acesso às informações e conteúdos básicos na busca por acesso à direitos, por exemplo. Todavia se por um lado a falta de acesso a sinal de telefone ou de internet tem sido uma denúncia das comunidades afastadas dos centros urbanos, por outro lado a importância dessa ferramenta contemporânea tem sido cada vez mais evidenciada.

Apesar das dificuldades encontradas pelas comunidades que não possuem acesso a internet, ou internet de qualidade, a presença de páginas e coletivos de mulheres quilombolas vem aumentando gradativamente nas redes sociais. Uma reviravolta social, onde a identidade herdada de povos e comunidades tradicionais, da população negra, e indígenas mesmo diante da efemeridade e da instantaneidade das redes sociais, seguem se fortalecendo e sendo fortalecidas.

Imagem 14. Print de tela: busca por mulheres quilombolas em #tags.



Instagram, 2024.

Imagem 15. Print de tela: busca por influencer quilombola.



Instagram, 2024.

Imagem 16. Print de tela: perfil @kalungacomunicações.

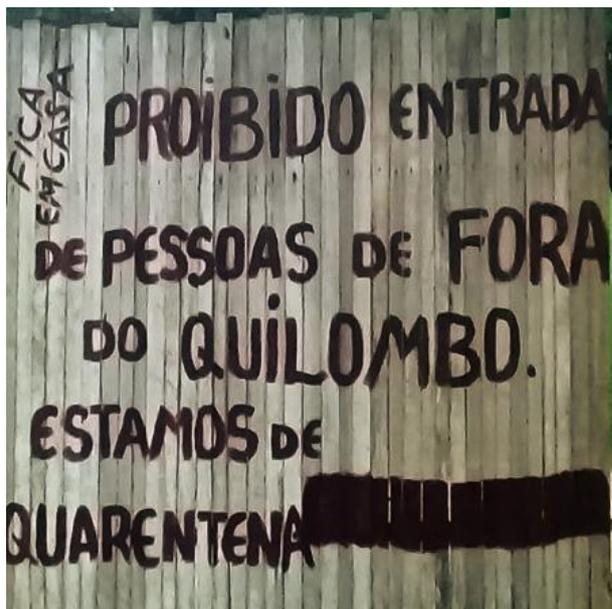


Instagram, 2024.

Com a eclosão da pandemia da Covid - 19 no país, em 2020, por exemplo, e as determinações de isolamento social da OMS - Organização Mundial de Saúde, no que diz respeito às mobilizações políticas quilombolas. As comunidades quilombolas e sua população se tornaram alvo direto e declarado do presidente em exercício, e fez eclodir o racismo nada cordial, camuflado até então, por quem ainda insistia em dizer que no Brasil vive-se uma “democracia racial”.

Mesmo sendo duramente atacados, povos indígenas e quilombolas permaneceram mobilizados pela internet. As mulheres indígenas e quilombolas se fortaleceram ainda mais diante da necessidade de se adaptar às novas ferramentas e modos de atuação políticas. Era preciso continuar evidenciando as violências que as comunidades vinham sofrendo e, como em outros tempos, enfrentando.

Imagem 17. Cartaz na entrada do quilombo Pitimandeuca, em Inhangapi (PA).



Malungu/Divulgação

Imagem 18. Cartaz da Campanha de financiamento colaborativo realizada pelas comunidades quilombolas do Pará.



Malungu/Divulgação

Impedidas de estar nas ruas (em espaços públicos, ou institucionais), se ampliaram também as ações on-line. De reuniões à lives, palestras, eventos, encontros acadêmicos, atividades de cunho pessoal, familiar, de saúde e até mesmo comunitários, mesmo diante da falta de acesso à meios de comunicação via telefonia pública ou privada, as lideranças e comunidades quilombolas, mais uma vez se ressignificaram diante de um período turbulento da história do país e da tentativa de genocídio da população afrodescendente.

Fruto da auto organização coletiva, parcerias estratégicas e incidência política, o movimento quilombola, através de sua assessoria jurídica, também quilombola e parceiras, garantiram a inclusão da população quilombola no Plano Nacional de Enfrentamento à pandemia da Covid - 19, voltado para a proteção das comunidades. É o que determinou o

Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 742/2020, quando afirma “*incluam ‘quilombolas que, em razão de estudos, de atividades acadêmicas ou de tratamento de sua própria saúde ou da de seus familiares, estão residindo fora das comunidades quilombolas’, adotando-se a ‘declaração de pertencimento étnico’ como documento para comprovação.*”

Com a ADPF 742/2020, e a adoção de medidas de prevenção contra a Covid-19 nos territórios quilombolas, as lideranças quilombolas, organizações sociais representativa das comunidades quilombolas e organizações parceiras, levaram o debate em torno do pertencimento étnico-imaterial ao Supremo Tribunal Federal, ampliando o entendimento em torno da urgência do acesso à saúde, mas sobretudo sobre a força da identidade quilombola e os laços familiares, estendidos e fortalecidos, sobretudo pelas mulheres quilombolas. Presentes mesmo em pessoas que não estejam temporariamente no quilombo. E é através das mulheres (mães, irmãs, tias, avós), que estes laços se mantêm fortalecidos.

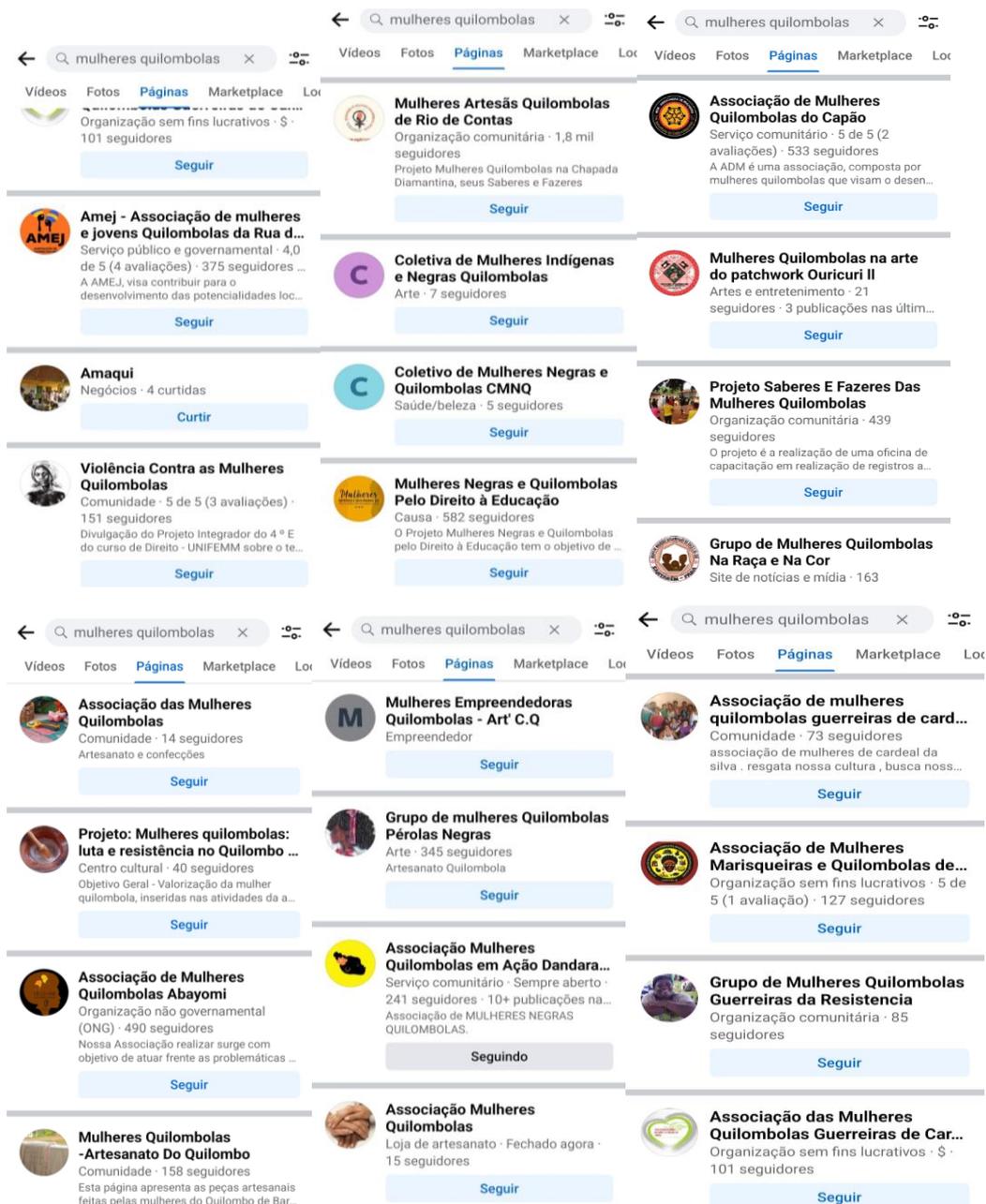
Imagem 19. Ativista quilombola Sandra Maria, em frente ao Supremo Tribunal Federal para protocolo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 742, durante a pandemia de COVID 19 no Brasil.



Arquivo pessoal, 2020

As mulheres negras escravizadas, por exemplo, trabalhavam não apenas para a família que as explorava, mas para si própria em seus objetivos pessoais/coletivos/familiares. As mulheres indígenas e as mulheres negras muito compartilharam sobre a luta por direitos nesta terra. Em todos os continentes as mulheres se manifestam em prol de outras mulheres ou situações, ou contra violências e abusos. As mulheres se levantam em defesa de direitos, e a soma dessas manifestações pelo mundo resulta no que acredito ser o feminismo hoje.

Imagem 20. Montagem com prints de tela: busca por mulheres quilombolas.



Facebook, 2024.

Toda a informação levantada com essa pesquisa, somada às entrevistas e trocas realizadas ao longo da construção, não poderiam ficar guardadas só para mim, ou alocadas em um banco de dados na internet. A pesquisa acadêmica, infelizmente ainda guarda certa distância da vida prática, em especial nas pesquisas com povos e comunidades tradicionais. Recentemente com avanço acelerado e atualização de novas ferramentas de produção e arquivo de conteúdos, em especial, digitalizados, esse afastamento tem sido reafirmado, quando não considera as especificidades dessas populações.

Ao olhar para as redes sociais ao longo dos últimos dez (10) anos, reunindo notícias e acompanhando as informações que circulavam na internet através da clipagem de matérias on-line e repostando nas redes sociais que gerenciei por algum tempo, pude perceber o crescimento das matérias e informações que dialogam sobre direitos, conflitos, conquistas e datas marcantes para as comunidades quilombolas pelo Brasil. Pude acompanhar de perto, o crescente número de perfis nas redes sociais, que traziam pessoas, culturas e as pautas - *quilombolas* como centrais em suas reivindicações. De jovens à adultas, as mulheres quilombolas foram conquistando visibilidade política e social através de suas lutas e das - sempre - árduas tarefas, em casa ou nos movimentos sociais.

1.2 - Controle Social: Análise do III Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013/2015

O III Plano Nacional de Políticas para Mulheres 2013/2015 - ainda vigente até a realização de novo plano, foi construído durante as discussões da III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres em 2011, ouvindo gestoras de políticas para mulheres e representantes da sociedade civil organizada. Em uma análise breve sobre o Plano de Políticas para Mulheres, pude observar algumas questões centrais das demandas levantadas por mulheres quilombolas ao longo das conferências de políticas para mulheres pelo país.

No capítulo 2 em Educação para a igualdade e cidadania, as mulheres quilombolas são descritas especificamente, apenas nas Metas *B. Reduzir a taxa de analfabetismo entre as mulheres, especialmente entre as mulheres negras, indígenas, quilombolas, do campo e da floresta;* e *G. Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente as mulheres negras, indígenas, quilombolas, do campo e da floresta.*

Na Linha de ação 2.5. referente a ampliação do acesso e da permanência na educação de mulheres com baixa escolaridade, a ação é 2.5.3. busca promover o acesso à educação em terras indígenas e em comunidades remanescentes de quilombos, capacitando professores/ as para a educação escolar intercultural de qualidade e oferecendo instalações adequadas. Sob responsabilidade do MEC, Funai/MJ, SEPIR (atual Ministério da Igualdade Racial), tendo a SPM (atual Ministério das Mulheres) como parceira.

No capítulo 3, sob o título de Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, as mulheres quilombolas são lembradas em meio à diversidade pulsante das

mulheres e realidades brasileiras. Logo mais, nas linhas de ação podemos observar duas ações específicas:

3.2. Incorporação dos princípios da política nacional de atenção integral à saúde da mulher nas diferentes políticas e ações implementadas pelo Ministério da Saúde, promovendo e ampliando a atenção integral à saúde das mulheres em todas suas especificidades, em especial: negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, transexuais, em situação de prisão, do campo e da floresta, com deficiência, em situação de rua, com sofrimento psíquico, e os diferentes ciclos da vida da mulher, com ênfase nos processos de climatério e envelhecimento. (PNPM, 2013/2015, pág. 32)

3.10. Promoção da atenção à saúde mental das mulheres, considerando as especificidades raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência, as mulheres em situação de prisão ou em situação de violência, incluindo mulheres do campo, da floresta, de quilombos e de comunidades tradicionais. (PNPM, 2013/2015, pág. 33)

Na linha de ação 3.1. temos o Fortalecimento e implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A proposta de ação sob responsabilidade do Ministério da Saúde, tendo como parcerias a SPM - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (atual Ministério das Mulheres), SEPIR - Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (atual Ministério da Igualdade Racial), Funai - Fundação Nacional dos Povos Indígenas, SDH - Secretaria Nacional Direitos Humanos (atual Ministério dos Direitos Humanos).

3.1.3. Fomentar estratégias de educação permanente em saúde para profissionais de saúde, em especial profissionais do Programa de Saúde da Família sobre a PNAISM, em especial profissionais da Atenção Básica/Estratégia Saúde da Família sobre a PNAISM, enfatizando as dimensões de raça, etnia, orientação sexual, mulheres com deficiência e identidade de gênero, bem como mulheres em situação de prisão e mulheres do campo, da floresta e dos quilombos. (PNPM, 2013/2015, pág. 33)

Na linha de ação Linha de ação 3.2. Incorporação dos princípios da política nacional de atenção integral à saúde da mulher nas diferentes políticas e ações implementadas pelo Ministério da Saúde, promovendo e ampliando a atenção integral à saúde das mulheres em todas suas especificidades, em especial: negras, indígenas, quilombolas, lésbicas, bissexuais, transexuais, em situação de prisão, do campo e da floresta, com deficiência, em situação de rua, com sofrimento psíquico, e os diferentes ciclos da vida da mulher, com ênfase nos processos de climatério e envelhecimento, mas não vemos nenhuma ação específica, ou que mencione diretamente as mulheres quilombolas.

Na Linha de ação 3.3, temos a ação 3.3.4. sobre ampliar o acesso ao atendimento clínico-ginecológico de qualidade às mulheres de campo, floresta e quilombolas, capacitando

profissionais de saúde para atender as especificidades desta população, sob responsabilidade do Ministério da Saúde, tendo como parcerias SPM (atual Ministério das Mulheres).

Na Linha de ação 3.5. sobre o Enfrentamento à morbimortalidade materna, temos como uma das ações a 3.5.5. Capacitar parteiras tradicionais, inclusive 200 parteiras de comunidades quilombolas. Já na Ação 3.8.9. observamos a proposição em “Realizar pesquisa sobre a incidência de câncer por exposição ao sol, aos agrotóxicos e outras substâncias em mulheres do campo, da floresta e de quilombos”.

Na Linha de ação 3.10. Promoção da atenção à saúde mental das mulheres, considerando as especificidades raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero, de deficiência, as mulheres em situação de prisão ou em situação de violência, incluindo mulheres do campo, da floresta, de quilombos e de comunidades tradicionais. Infelizmente não visualizamos ações específicas para a promoção da atenção à saúde mental das mulheres, não só quilombolas, mas que tenham como referência também o território, e as disputas e desgastes decorrentes da luta pela terra e território no país.

Já no capítulo 7 que trata do Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, nos apresenta uma informação importante de se destacar:

A conquista do direito a um título de posse, já garantido pela Constituição de 1988, às mulheres assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, foi concretizado em 2007, por meio da Instrução Normativa 38, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra). Essa luta, porém, permanece, não só entre as trabalhadoras rurais candidatas à Reforma Agrária, como para outros segmentos que vivem sob condições distintas, do ponto de vista cultural e da organização social de suas comunidades, a exemplo das quilombolas e indígenas. O problema da desintrusão e demarcação de suas áreas constitui um grande desafio e afeta diretamente a vida dessas populações, em especial a das **mulheres, que, por não terem acesso à terra, não conseguem o reconhecimento de sua condição de produtoras rurais, ficando, assim, excluídas de políticas públicas importantes.** (PNPM, 2013/2015, pág. 66)

Eu confesso que parei por um tempo nessa frase em destaque. Li, reli, reli de novo, e lembrei da Lei de Terras de 1850 e a estruturação e reafirmação dos grandes latifúndios pelo Brasil. Para a população negra em especial, a lei de terras - ainda hoje reverenciada por parte da doutrina civilista clássica brasileira, é um grande marco, do impedimento legal de acesso à terra, e isso se desdobra até os dias atuais, e se exemplifica pelo número ínfimo de comunidades quilombolas que possuem o título da terra delimitada dentro do vasto território e tudo que ele compõe. *“Mulheres, que, por não terem acesso à terra, não conseguem o reconhecimento de sua condição de produtoras rurais, ficando, assim, excluídas de políticas públicas importantes”.*

Mas como a vida quilombola também é feita de luta, temos experiências espalhadas pelo Brasil que aos poucos vão sinalizando possibilidades de atuação prática, do que outrora eram problemas sem solução à vista. No estado do Paraná, devido a uma articulação das comunidades quilombolas do estado, junto às organizações de direitos humanos que atuam na defesa da pauta quilombola, espaços de controle social, órgãos responsáveis pela política, e parlamentares estaduais, dialogou-se com a Secretaria da Fazenda do Paraná com o objetivo de possibilitar a emissão de notas de produtoras e produtores rurais quilombolas, assegurada através de uma alteração feita pela Receita Estadual do Paraná, da Norma de Procedimento Fiscal 31/2015, já publicada no Diário Oficial em 23 de maio de 2023. Até então, a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, solicitava um cadastro chamado CAD/PRO, e neste cadastro, a exigência de apresentação do título de reconhecimento do território tradicional. Mesmo as comunidades com procedimentos abertos eram impedidas de emitir nota fiscal de produtoras rurais.

Diante da reivindicação das comunidades, e da articulação junto aos órgãos e parcerias, passa a ser necessário apresentar uma declaração junto ao Incra, que comprova que a comunidade quilombola tem processo de regularização fundiária aberto na autarquia. No documento, o INCRA informará o número do processo, que referênciava a matrícula ou indicação fiscal do imóvel. As famílias interessadas na emissão da nota do produtor devem ainda apresentar outras informações como nome do produtor, se é quilombola, área total da comunidade e a área em hectares destinada à produção de alimentos na comunidade – quando produção coletiva – ou a área do requerente, quando produção individual, e um documento assinado pela associação a qual a produtora, ou produtor quilombola compõem.

O objetivo geral em destaque no capítulo 7, é: Promover o fortalecimento econômico e o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, respeitando as especificidades das mulheres do campo e da floresta e comunidades tradicionais (inclusive ribeirinhos), com garantia do acesso à terra, aos bens, aos equipamentos e aos serviços públicos, e destaca a necessidade de atenção e “esforço para a articulação de políticas de valorização dos saberes e práticas das mulheres indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais, por seu reconhecido papel no manejo e conservação das sementes crioulas, sobre o cultivo e o uso de diferentes espécies da nossa flora”.

Traz como Linha de ação 7.1. Fortalecimento do reconhecimento do trabalho produtivo das mulheres do campo, da floresta e das comunidades tradicionais, promovendo acesso ao crédito, à assistência e assessoria técnica socioambiental, bem como o apoio à

comercialização, à transição agroecológica e à agricultura familiar, e como ação específica a 7.1.3. Apoiar a capacitação de mulheres quilombolas e indígenas para atividades de geração de trabalho e renda, sob responsabilidade do MDA, Seppir (atual Ministério da Igualdade Racial) e SPM (atual Ministério das Mulheres).

Na Linha de ação 7.5. Promoção da demarcação de terras indígenas e do processo de titulação das terras de comunidades remanescentes de quilombos, favorecendo também o acesso das mulheres beneficiadas a políticas públicas e equipamentos sociais, traz como específica, a ação 7.5.1. Promover a demarcação e a desintrusão de terras indígenas e a titulação de comunidades remanescentes de quilombos, garantindo o acesso à assistência e à assessoria técnica e à agroindustrialização de base familiar para mulheres indígenas e quilombolas, sob responsabilidade do Funai, MDA, tendo como parcerias SEPPIR (atual Ministério da Igualdade Racial) e SPM (atual Ministério das Mulheres).

No capítulo 9 que discorre sobre o Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, e traz como Meta B. Realizar ações de formação para mulheres negras e quilombolas sobre políticas públicas e acesso aos seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero.

No capítulo 10, a Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, no objetivo específico número II. Ampliar a permanência das meninas e mulheres jovens na educação formal, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, deficientes e adolescentes cumprindo medidas socioeducativas.

Ficamos na lacuna não preenchida. Nas entrelinhas do entendimento. Não se trata apenas de estar no texto, ou nos discursos, é sobre se ver e se sentir pertencente, construindo algo importante em conjunto. É sobre ser vista, ter sua voz e suas demandas ouvidas e encaminhadas. Eis que nos reunimos sob outros nomes, e passamos a nos agrupar junto aos povos e comunidades tradicionais. Se ampliarmos a análise para as metas, linhas de ação e ações específicas para evidenciadas a partir das palavras chaves: *negra, tradicionais, rural, campo, águas e florestas*, os resultados se ampliam.

Será que a elaboração de um Plano de Ação a garantir o acesso a direitos e políticas públicas específicas para mulheres quilombolas, que preveja dentre outras, a criação de uma Secretaria de Políticas para Mulheres Quilombolas, com a nomeação de mulheres quilombolas de diferentes regiões do país para compor o quadro de equipes nos ajudaria a pensar e construir

coletivamente uma nova forma de atuação e construção de políticas públicas para essas mulheres?

Será que a criação de núcleos de Políticas para Mulheres Quilombolas nas secretarias de mulheres rurais, mulheres negras, saúde da mulher, juventude, direitos sexuais e reprodutivos, entre outras, que trabalhem com Políticas para as Mulheres, a nível federal, mas também estaduais e municipais, a fim de garantir a interseccionalidade de gênero, raça, geração e territórios, não permitiria a oxigenação de ações e ideias e ampliaria o alcance de políticas públicas já construídas por quem veio antes de nós?

Então o que estou tentando dizer aqui é: Mesmo diante das dificuldades, mulheres e comunidade quilombolas constroem políticas públicas. Se diante de um número baixo, ainda assim se reagrupam e elaboram junto a outros segmentos, ou sob outros nomes.

A questão é que as mulheres e comunidades quilombolas há anos buscam evidenciar situações de violência, conflitos, entre outras que enfrentam no dia a dia, justamente por serem mulheres de comunidades quilombolas, com todos os atravessamentos que isto significa. Pontuar as questões específicas enfrentadas por mulheres quilombolas, em especial as do interior e dos extremos geográficos do país, nos planejamentos estratégicos de incidência política, nos permite avaliar e incidir direta e objetivamente em problemas e desigualdades sociais históricas e estruturais.

1.3 - "Ponham os seus olhos sobre nós": cartas de mulheres quilombolas ao mundo como afirmação de resistência e (re) existências

Instigada pela forma como mulheres quilombolas constroem diariamente um dos maiores movimentos nacionais de reivindicação pela terra e território no país, passei a olhar para as manifestações por escrito, lançadas e registradas pela internet: **as cartas das mulheres quilombolas ao mundo**. Cartas abertas, cartas de repúdio, cartas de denúncias, cartas de desabafos. Mulheres narrando suas vivências e verdades para o mundo ouvir. E vi que para abrir ao mundo suas fragilidades e desafios, é preciso coragem.

Segundo o *Dossiê Esperança Garcia: símbolo de resistência na luta pelo direito* organizado pela professora Maria Sueli Rodrigues de Souza e outros, em 2017, surge com o objetivo de fundamentar a solicitação do reconhecimento simbólico de Esperança Garcia, mulher negra escravizada no período colonial brasileiro, como advogada, a fim de contribuir

com as lutas por justiça racial e pela visibilidade do povo negro como importantes protagonistas da nossa história. Segundo o dossiê:

Esperança Garcia protagonizou uma narrativa que chega a nós, na segunda metade do século XX, através de uma carta identificada pelo historiador e antropólogo Luiz Mott (2010). Na referida carta, uma escravizada, que se apresenta pelo nome Esperança Garcia, denuncia maus-tratos a si, a suas companheiras e a seus filhos, bem como a separação do marido e o impedimento de batizar os filhos. Esperança Garcia evidencia ser consciente de seus direitos e nos mostra o cenário escravagista no Piauí e as dinâmicas de um universo de resistência que perpassa todos os meandros desse sistema. Assim, no dia 6 de setembro de 1770, revelando aquilo que talvez fosse um grande segredo, redige uma petição endereçada ao governador da capitania de São José do Piauí. (Dossiê Esperança Garcia, 2017, pág. 07)

A carta de Esperança Garcia dizia o seguinte:

Eu sou uma escrava de Vossa Senhoria da administração do Capitão Antônio Vieira do Couto, casada. Desde que o capitão lá foi administrar que me tirou da fazenda algodões, onde vivia com o meu marido, para ser cozinheira da sua casa, ainda nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas em um filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que cai uma vez do sobrado abaixo peiada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. **Peço a Vossa Senhoria pelo amor de Deus ponha aos olhos em mim ordinando digo mandar ao procurador que mande para a fazenda aonde me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha.** (Dossiê Esperança Garcia, 2017, pág. 07).

A carta de Esperança Garcia, como afirma o dossiê, toma um caráter de natureza jurídica à medida que no escrito, reside duas dimensões fundamentais no direito, o autorreconhecimento (como membro da sociedade política a que pertencia, e como sujeita de direito) e o peticionamento (acionando direitos através do ato de reivindicar por escrito). Apesar de ser escrita em primeira pessoa, e descrever uma situação específica a qual vivencia, a carta de Esperança Garcia denuncia situações recorrentes do período em que vivia, e expõe outra solicitação, também comum a outras mulheres.

As cartas de mulheres quilombolas, também são mensagens atuais e ancestrais, transcritas e reconhecidas como documentos oficiais. As cartas escritas por mulheres que vivenciam a política quilombola no dia a dia, indicam onde se encontram as fragilidades das políticas públicas e denunciam o Estado. Indicam possibilidade de atuação no presente, a fim de tentar incidir sobre o futuro, em um exercício atemporal. Nos sinalizam caminhos para atuação e incidência política, nacionais e internacionais, sob diversos aspectos, e completamente alinhadas às principais demandas políticas do seu tempo.

As mulheres negras, intelectuais da vida, das universidades ou da terra, produzem avaliações conjunturais e lições de vida importantes na política atual. Por enfrentarem as mais adversas situações, em qualquer tempo, ou momento da história e da economia do país, as mulheres quilombolas resistem, sobretudo porque é o princípio básico de sua existência. Para não se deixar morrer, nem a si, nem a sua comunidade, elas lutam.

Na *Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas: O Protagonismo das Mulheres Quilombolas: Avanços e Desafios*, em Brasília - DF, de 13 a 15/05/2014, foi o primeiro encontro com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias organizações quilombolas do Brasil, em que se discutiu, dentre outras coisas o empoderamento das mulheres quilombolas e suas mais variadas formas, gestos e manifestações. A Carta já apontava em si enumerados, o que as presentes no encontro elencaram como os principais tipos de violência sofrida por mulheres quilombolas: 1 - Impactos pelos grandes empreendimentos; 2 - Abuso sexual pelos trabalhadores das empreiteiras, fazendeiros e representantes políticos; 3 - Drogas; 4 - Poluição dos rios/ meio ambiente; 5 - Falta de proteção dos quilombos por parte do governo; 6 - Ausência de consulta prévia às comunidades quando se tratar de empreendimentos ou políticas que as afetem; 7 - Falta de ação que reduza os danos causados pelos projetos; 8 - Uso de agrotóxicos; 9 - Mudança nas formas de produção; 10 - Monocultura – soja/eucalipto; 11 - Violência física/doméstica; 12 - Abuso sexual de crianças; 13 - Discriminação; 14 - Racismo Institucional.

A elaboração de documentos que denunciam e propõem ações concretas para a construção e aprimoramento das políticas públicas, do ponto de vista das mulheres quilombolas, é um ponto marcante e fundamental. Registrar as demandas das mulheres-comunidades promove, dentre outras, a documentação e registro de vivências e experiências transmitidas pela oralidade.

Na *Carta Política do 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas do Espírito Santo*, em São Mateus, no Espírito Santo, 11 e 12 de 12/ 2014, discutiu-se temas como “Território, Produção, Comercialização e Segurança Alimentar”, “Organicidade dos Grupos Comunitários”, “Estratégia e Direitos das Mulheres Quilombola”, “Saúde da Mulher Quilombola”, “Cultura” e “Educação Quilombola”. Outros debates ocorreram sobre o enfrentamento da violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas, e a importância de se efetivar a Política Nacional de Saúde da População Negra, com atenção especial aos estudos sobre anemia falciforme, miomas, câncer de colo de útero e mamas, cada vez mais recorrentes entre as mulheres quilombolas. Ponto comum entre as pautas das mulheres

quilombolas, e marcante nesta, é a reivindicação de políticas públicas específicas para as mulheres, além da titulação de suas terras.

No *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, para a Marcha das Mulheres Negras em 2015, já aponta de início a relação de ancestralidade e de inspiração em relação às mulheres quilombolas, como firmamento da luta de mulheres negras no Brasil ao afirmarem-se “descendentes das aguerridas quilombolas e que lutam pela vida, vimos neste 25 de Julho – Dia da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha denunciar a ação sistemática do racismo e do sexismo com que somos atingidas diariamente mediante a conivência do poder público e da sociedade”. O manifesto afirma dentre suas pautas centrais que se impõe na luta pela terra e pelos territórios quilombolas, de onde “tiram o sustento e mantêm-se ligadas à ancestralidade”, visualizando na titulação a garantia das terras e a segurança (econômica-social) das mulheres-comunidades quilombolas.

Já a *Carta da Marcha das Mulheres Negras*, documento datado de 28/11/ 2015, após a Marcha contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, é um “documento analítico, e uma declaração das mulheres negras, entregue a presidência da república e a sociedade brasileira”. Em um ato político e simbólico, a Marcha de Mulheres Negras/2015 reuniu mais de 50 mil mulheres negras das cinco regiões do Brasil que marcharam juntas, contra o racismo, a violência e pelo bem viver, em Brasília, no Distrito Federal. A Carta da Marcha de Mulheres Negras invoca as que vieram antes, e aponta para uma ação: “em nome de nossas ancestrais, marchamos”. Abrange o direito à vida da população negra - alvo de genocídio pela alta letalidade da juventude negra, feminicídio e outras formas de violência - à demarcação e homologação de territórios quilombolas, políticas de saúde, moradia, trabalho, educação, enfrentamento do racismo ambiental e religioso, implementação do Estatuto da Igualdade Racial e cumprimento de acordos internacionais e direitos da população negra. O documento é assinado por 624 instituições do movimento de mulheres negras enraizadas pelo Brasil.

Na *Carta das mulheres quilombolas, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Exmo. Alexandre de Moraes: Referência - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239/04/DF*, enviada ao Supremo Tribunal Federal - STF por ocasião do julgamento do Decreto Federal 4887/2003, que regulamenta o procedimento de titulação dos territórios quilombolas no Brasil, também aponta para a titulação como medida efetiva na segurança das mulheres e comunidades quilombolas. A carta transparece as angústias de mulheres que veem o território como sua própria casa e, ao questionar o STF instiga o questionamento a todo o sistema de justiça brasileiro.

Imaginem vocês, Senhores Ministros e Ministras, retirar e ameaçar um território que é a vida e sobrevivência de várias famílias, local onde concentra toda sua cultura, memória e ancestralidade. Quem retira o povo de sua terra é perverso e foi assim que fizeram com nossas ancestrais quando as retiraram à força da África e trouxeram para o Brasil, escravizadas. Destruíram famílias, separaram as mães de seus filhos, nos violentaram e massacraram a história e cultura de um povo. Ao longo dos séculos de resistência negra no Brasil nós fomos de novo nos juntando, construindo e reconstruindo nossa história. O quilombo é a nossa fortaleza. Não podem retirar tudo isso que construímos com muita luta. Que justiça é essa que tira o pouco que a nossa família conquistou através de muitos anos de luta e resistência? (Carta das mulheres quilombolas, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Exmo. Alexandre de Moraes, 2017).

Elaborado no Encontro de mulheres quilombolas do Baixo Amazonas, em Santarém-PA, nos dias 08 e 09 de julho de 2017, o *Documento criado pelo Grupo de Mulheres Na Raça e na Cor*, da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil, mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e Encontro de Jovens Negras Feministas, ao descrever as violências que as mulheres quilombolas enfrentam, afirmam que para estas mulheres, é tudo muito pior. A violência é múltipla e transversal, diariamente agredidas física e psicologicamente, afirmam: *“Quando o povo está vulnerável, as mulheres sofrem ainda mais porque a violência contra nós é muito grave. O território ajuda a nos proteger pois lá podemos viver uma vida com mais dignidade e felicidade”*.

Marcada pelo enfrentamento às violências ambientais, a *Carta das Mulheres Quilombolas do Estado do Espírito Santo*, reunidas no “Seminário de mulheres quilombolas: a história que queremos contar - territórios livres de petróleo”, entre os dias 13 e 14 de outubro de 2017 em São Mateus, já apresenta em um primeiro plano a defesa do Decreto 4887/03, como instrumento de apoio ao processo institucional de regularização dos territórios quilombolas. No estado do Espírito Santo, foram identificados a partir das narrativas dessas mulheres, conflitos socioambientais com empresas (de celulose, de cana e petroleiras). A falta de respeito à Consulta Prévia, livre e informada que deve ser realizada em casos que atinjam às comunidades tradicionais, é descrita por estas mulheres como um sacrifício que deve ser feito pelas comunidades quilombolas, visando um suposto benefício à toda a população brasileira. A *Carta das Mulheres Quilombolas do Estado do Espírito Santo*, dá visibilidade, já em 2017, aos crimes ambientais que vivenciavam, e ao custo de extinção de comunidades inteiras, em prol de um ideal de desenvolvimento exploratório, e que historicamente, não chega às comunidades sacrificadas.

Vendem ilusões de empregos e falsas promessas que não vão nos impactar, mas não é isso o que vemos. As petroleiras por exemplo, perfuram nosso subsolo com inúmeros poços, rasgam áreas sagradas com dutos, contaminam a terra e água com vazamentos constantes, põe em risco a segurança das mulheres com a vinda de vários trabalhadores de fora, nossa segurança alimentar com a redução de nossas áreas produtivas, empobrecem as famílias e a região e escondem as violações de direitos que geram com projetos de compensação. Pelo direito de dizer Não, nós mulheres exigimos que nossos territórios sejam respeitados, nossa opinião seja ouvida, nossos projetos sejam implementados, nossa cultura e história seja valorizada. Juntas, dizemos Sim a vida livre para os territórios quilombolas! (Carta das Mulheres Quilombolas do Estado do Espírito Santo, 2017).

Na *Carta denúncia das mulheres quilombolas CONAQ*, de 10/07/2019, reafirma a luta pelo território como central na defesa da vida de pessoas marcadas por este. A carta denúncia das mulheres quilombolas da CONAQ apontavam em 2019 para um cenário político através do aumento da ideologia conservadora, e fascista a nível internacional, que segundo elas, implicaria em maior exploração e violação dos direitos e das vidas das mulheres quilombolas. O que demonstra que quando articuladas em redes, grupos ou movimentos sociais, as análises políticas conjunturais não se encontram distantes da realidade das comunidades quilombolas, seja direta ou indiretamente, através dos impactos decorrentes. Apontam ainda para violências comuns à muitas mulheres: feminicídios, sobrecarga do trabalho de cuidados, retirada de direitos sexuais e reprodutivos, maior informalidade no mundo do trabalho – que tende a piorar com a reforma da Previdência; a importância do fortalecimento e da proteção à liderança política de mulheres nos territórios; ameaças explícitas, calúnia e difamação, além de ameaças a familiares com a pretensão de desestabilizar a liderança, a comunidade e a luta por direitos; ameaças a lideranças mulheres quilombolas, perseguição política, e violações de direitos; impunidades nos crimes contra os quilombolas no Brasil, em especial das mulheres quilombolas vítimas de violências; e um apelo para que sejam tomadas medidas efetivas para que os agentes políticos titulares das pastas se abstenham por termo de ajustamento de conduta, de praticar atos, falas ou qualquer outra forma, que configure, em ofensa aos preceitos constitucionais, medida de combate ao racismo institucional fortemente elencado nas cartas analisadas.

Na *Carta Sem Feminismo não há Agroecologia: Carta das Mulheres Negras, Quilombolas e Indígenas*, articuladas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, de 26/09/2019, anuncia que a construção da Agroecologia no Brasil precisa enfrentar o racismo, o patriarcado e as violências sexista e colonial, a fim de promover o fortalecimento de uma agroecologia feminista, negra, indígena e quilombola no Brasil. Ao participarem de espaços de encontro entre movimentos sociais e mulheres em luta pela reforma agrária e proteção aos territórios comunitários e tradicionais, ocorrem as partilhas

e trocas de experiências, vivências e conhecimentos. Mulheres de diferentes movimentos sociais, e regiões do país, unidas pelos mesmos propósitos, e com esses encontros, denúncias de opressões, organização e reorganização de estratégias para o combate ao racismo, ao patriarcado, ao capitalismo e as LGBTQfobias. Segundo a Carta *Sem Feminismo não há Agroecologia: Carta das Mulheres Negras, Quilombolas e Indígenas*:

É mais do que necessário compreender os desafios vivenciados pelas mulheres indígenas, negras e quilombolas, criando um espaço de convergência e articulação das diversas vozes, na construção do bem comum, na luta contra o patriarcado e o racismo, no enfrentamento às inúmeras formas de violência, no reconhecimento da força das juventudes, na defesa dos territórios e na construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária. (Carta Sem Feminismo não há Agroecologia: Carta das Mulheres Negras, Quilombolas e Indígenas, 2019).

A *Carta do Coletivo de Mulheres da CONAQ: Resistir Para Existir*, de 10 à 12/03/2020, encontro preparatório para o II Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, vem denunciar a crescente violência contra as mulheres quilombolas e seus territórios a partir de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Chama a atenção para o aumento de discursos racistas e de ódio proferidos por autoridades públicas e validadas pelo próprio presidente da República contra a população quilombola.

Fomos violentadas em todos os momentos da história desse país, o cenário nunca nos foi favorável, nem por isso deixamos de resistir e não vai agora que daremos passos para trás! Muito antes da abolição na lei (formal), nós lutávamos pela nossa sobrevivência e existência concretas e não será agora, diante dos retrocessos do atual governo, que vamos retroceder! Seguimos, mulheres quilombolas na luta, Resistindo para Existir. (Carta do Coletivo de Mulheres da CONAQ: Resistir Para Existir, 2020).

No Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas, realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2020, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo, mulheres quilombolas dos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro apresentaram suas denúncias e reivindicações em uma *Carta Política* e uma *Moção de Repúdio às concessões dos parques estaduais para fins de lucros de empresas privadas*. No mesmo encontro Mulheres de diversos quilombos do município de Eldorado criaram o Coletivo Mulheres Quilombolas na Luta, para dialogar com as mulheres e jovens sobre os problemas vividos durante a pandemia e enfrentá-los coletivamente. Relatos comuns entre as comunidades se dão em torno da violência e pressão de projetos de mineração, barragens, especulação imobiliária, corporações farmacêuticas que produzem veneno (agrotóxicos agora disfarçados de “defensivos” químicos), e em alguns casos, até mesmo por unidades de conservação. Violência e perseguição jurídica e de multas contra a

população negra e quilombola por práticas como uso da roça de coivara (queima controlada) ou a retirada de madeira de árvores já mortas, assim como o impedimento do uso de água. Práticas tradicionais que mantêm a convivência e a própria preservação.

Já na *Carta Aberta à Sociedade: Questões inegociáveis para Mulheres Negras e Indígenas na disputa por poder*, elaborada durante o Encontro de Mulheres Negras Nordeste-Amazônia: Qual o nosso Projeto de Nação? organizado pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, em 09/07/ 2022, na cidade de Salvador - Bahia, vemos três pautas relacionadas diretamente às mulheres quilombolas. Pautas importantes em dois eixos: sociobiodiversidade, acesso à terra e a defesa da agricultura familiar. Em ambas as propostas voltadas à povos e comunidades tradicionais.

O *livreto Mulheres quilombolas: Escrivivências entre a memória e o coração*, lançado em 01/11/2022, surge como proposta de um exercício de “autoamor”. Pensado de e para mulheres quilombolas, é uma linda forma de registrar no mundo palavras que se dirigem a todas as mulheres. A tarefa que seria apenas um momento de descontração ao escrever cartas para si mesmas, se transformou em livreto para “aprofundar o exercício do autocuidado e do auto afeto entre as mulheres quilombolas”, elaborado por mulheres do Coletivo de Mulheres da CONAQ, nos lembra da importância de sermos gentis conosco e com as que estão próximas, afinal todas possuem feridas e dores, assim como poesia dentro de si.

Na *Carta Manifesto do Coletivo de Mulheres da Comissão Pastoral da Terra - CPT*, elaborada em 08/03/2023, por ocasião do 08 de Março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, assinadas por mulheres negras, indígenas, quilombolas, racializadas, jovens, adultas, anciãs e LGBTQIAP+, afirmam que “enraizadas nas lutas dos povos da terra, das florestas, dos campos e das águas e nas lutas feministas em todos os estados brasileiros, juntamos nossas vozes às vozes de tantas outras mulheres das cidades, campos e das florestas”, e se somam às pautas o posicionamento contra as “violências e violações dos corpos-territórios das mulheres”.

Se somam também as alegrias e a sinalização política de ações e tentativas de mudança “em defesa da vida com justiça social e fortalecimento dos processos de autonomia das mulheres, nas organizações e nas comunidades; nos alegamos com a vitória de muitas companheiras negras, quilombolas e indígenas no processo eleitoral de 2022, companheiras que passaram a ocupar espaços no legislativo e no executivo estadual e federal”. Denunciam as violências no contexto específico do campo:

as mulheres de povos, comunidades tradicionais e camponesas. Além da violência doméstica, empobrecimento e das opressões do patriarcalismo e machismo familiar,

religioso e comunitário, estão expostas a outras formas de violência, a expropriação dos territórios, a destruição dos bens comuns que são fundamentais para manutenção de seus modos de vida. (...) No período de 2011 às 2021, a CPT registrou 80 tentativas e 39 assassinatos de mulheres em conflitos fundiários e socioambientais. Além disso, foram registradas diversas outras formas de violências contra as mulheres: agressões, ameaças de morte, detenções, estupros, lesões corporais, humilhações, intimidações e prisões. (Carta Manifesto do Coletivo de Mulheres da Comissão Pastoral da Terra - CPT, 2023).

A carta *Situação da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos*, endereçada ao presidente da República e ao Governador do Estado da Bahia, datada de 11/05/2023, foi entregue em um ato de coragem e quebra de protocolos que os eventos oficiais possuem. Em um evento que marcava a assinatura da Lei Paulo Gustavo em Salvador, Rosemeire dos Santos faz um apelo público ao abraçar, e logo em seguida se ajoelhar aos pés do presidente da República. Rosimeire entregou a carta e os apelos da Comunidade Rio dos Macacos, que enfrenta conflitos relacionados diretamente à marinha do Brasil. A carta é um verdadeiro dossiê em defesa do território e de políticas públicas que promovam melhoria na qualidade de vida das famílias da comunidade.

Por ocasião do II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ, realizado pelo coletivo nacional de mulheres quilombolas entre os dias de 14 a 17 de junho de 2023 em Brasília, foram elaboradas duas cartas, uma destinada às participantes do evento, e outra elaborada a partir das demandas levantadas nos grupos de trabalho em que as participantes puderam optar pela participação a partir dos temas e debates apresentados. A primeira *Carta para as autoridades*, endereçadas a “Senhora Ministra, senhora primeira-Dama, senhores ministros e demais representações dos governos federal, estaduais, distrital e municipais; Senhoras delegadas de outros países; apoiadores e apoiadoras do II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ”, sinaliza e convoca as presentes, ao exercício de reflexões importantes e ao compromisso de não deixarem que os encaminhamentos oriundos do encontro, se percam (controle social). A segunda, a *Carta do II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ, realizado pela Coletivo Nacional de Mulheres - "Resistir para Existir"*, traz em si o resultado da participação de mais de 320 mulheres quilombolas de todo o Brasil, vindas de 24 estados, de todas as regiões do país, do Brasil e América Latina, durante os dias do encontro, onde afirmaram: “seguiremos a nossa missão de resistir para existir! E exigimos do Estado brasileiro atenção para as nossas demandas!”

Tabela 1. CARTAS DE MULHERES QUILOMBOLAS

NOME/ EVENTO/ LOCAL	DATA	TEOR DA CARTA	LINK
<p>Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas: O Protagonismo das Mulheres Quilombolas: Avanços e Desafios. Organizada pela CONAQ;</p> <p>Brasília - DF;</p>	<p>13 a 15/05/2014</p>	<p>1º Encontro Nacional de mulheres quilombolas auto organizadas, com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias organizações quilombolas do Brasil;</p> <p>Empoderamento das mulheres, o qual se dá em suas mais variadas formas, gestos e manifestações;</p> <p>Elaboração de propostas para a construção e aprimoramento das políticas públicas, do ponto de vista das mulheres quilombolas;</p>	<p>https://acervo.racismoambiental.net.br/2014/06/01/carta-politica-do-i-encontro-nacional-de-mulheres-quilombolas/</p>
<p>Carta Política do 1º Encontro Estadual de Grupos Comunitários de Mulheres Quilombolas do Espírito Santo;</p> <p>São Mateus - ES;</p>	<p>11 e 12 de 12/ 2014</p>	<p>Temas como “Território, Produção, Comercialização e Segurança Alimentar”, “Organicidade dos Grupos Comunitários”, “Estratégia e Direitos das Mulheres Quilombola”, “Saúde da Mulher Quilombola”, “Cultura” e “Educação Quilombola”;</p> <p>Enfrentamento da violência doméstica sofrida pelas mulheres quilombolas e para a necessidade de efetivar a Política Nacional de Saúde da População Negra e estudo de casos da doença e anemia falciforme, miomas, câncer de colo de útero e mamas entre as mulheres de comunidades quilombolas;</p> <p>Para promover a geração de emprego e renda necessária à autonomia dos quilombolas, elas defendem o registro legal da produção de alimentos das comunidades;</p>	<p>https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/mulheres-quilombolas-do-estado-protocolam-carta-publica-no-mpf</p>
<p>Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver</p>	<p>17/11/ 2015</p>	<p>Visibilizar a incidência do racismo e do sexismo em nossas vidas, assim como as nossas estratégias de sobrevivência, nosso legado ancestral e nossos projetos de futuro;</p> <p>Somos 49 milhões de mulheres negras, isto é, 25% da população brasileira. Vivenciamos a face mais perversa do racismo e do sexismo por sermos negras e mulheres.</p> <p>Nossa luta é por cidadania e a garantia de nossas vidas. Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência;</p>	<p>https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/</p>

		Pela nossa participação efetiva na vida pública.	
Carta Marcha Das Mulheres Negras	28/11/ 2015	<p>Marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver documento analítico e declaração de Brasília;</p> <p>“em nome de nossas ancestrais, marchamos”.</p> <p>A Carta das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver foi assinada por 624 instituições do movimento de mulheres negras;</p>	<p>https://amnb.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-2015/</p> <p>https://institutoodara.org.br/carta-marcha-das-mulheres-negras-2015/</p>
Carta das mulheres quilombolas, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Exmo. Alexandre de Moraes: Referência - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº3239/04/DF. Encontro de mulheres quilombolas do Baixo Amazonas, em Santarém-PA, nos dias 08 e 09 de julho de 2017;	11/08/2017	<p>Carta das Mulheres Quilombolas aos Ministros/as do STF;</p> <p>Defesa do Decreto Federal 4887/2003;</p> <p>Documento elaborado pelo Grupo de Mulheres Na Raça e na Cor, da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). A Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil, e as Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) subscrevem a carta;</p> <p>“Não vamos aceitar de maneira nenhuma que o quilombo seja retirado do nosso povo. Vivemos e vamos morrer em nossas terras, que foram conquistadas através de muita luta e sangue do povo negro desse país. Nós resistiremos!”</p>	<p>https://racismoambiental.net.br/2017/08/14/mulheres-quilombolas-enviam-carta-ao-stf-por-julgamento-de-acao-que-define-futuro-dos-territorios-no-brasil/</p> <p>https://terradireitos.org.br/noticias/noticias/mulheres-quilombolas-enviam-carta-ao-stf-por-julgamento-de-acao-que-define-futuro-dos-territorios-quilombolas-no-brasil/22599</p>
Mulheres Quilombolas do Espírito Santo/ São Mateus. Seminário de mulheres quilombolas: a história que queremos contar- territórios livres de petróleo;	13 e 14/10/2017	<p>Conflitos com empresas de celulose, de cana e petroleiras;</p> <p>Falta de realização de consultas prévias, livre e informada _ Convenção 169 da OIT;</p> <p>Golpes trabalhistas: ilusões de empregos e falsas promessas de que não vão impactar;</p> <p>“As petroleiras por exemplo, perfuram nosso subsolo com inúmeros poços, rasgam áreas sagradas com dutos, contaminam a terra e água com vazamentos constantes, põe em risco a segurança das mulheres com a vinda de vários trabalhadores de fora, nossa segurança</p>	<p>https://conaq.org.br/noticias/carta-das-mulheres-quilombolas-do-estado-do-espírito-santo/</p>

		<p>alimentar com a redução de nossas áreas produtivas, empobrecem as famílias e a região e escondem as violações de direitos que geram com projetos de compensação”;</p> <p>“Pelo direito de dizer Não, nós mulheres exigimos que nossos territórios sejam respeitados, nossa opinião seja ouvida, nossos projetos sejam implementados, nossa cultura e história seja valorizada”;</p>	
Carta denúncia das mulheres quilombolas CONAQ	10/07/2019	<p>Em defesa dos territórios, na luta e reivindicação por mais visibilidade e direitos e em defesa das vidas de quilombolas;</p> <p>Diálogo contra a violência nos quilombos do Brasil;</p> <p>Aumento da ideologia conservadora, e fascista a nível mundial, que implica em maior exploração e violação dos direitos e das vidas das mulheres quilombolas;</p> <p>Femicídios, sobrecarga do trabalho de cuidados, retirada de direitos sexuais e reprodutivos, maior informalidade no mundo do trabalho – que tende a piorar com a reforma da Previdência;</p> <p>Liderança política de mulheres nos territórios;</p> <p>Ameaças explícitas, calúnia e difamação, além de ameaças a familiares com a pretensão de desestabilizar a liderança, a comunidade e a luta por direitos.</p> <p>As inúmeras ameaças a lideranças mulheres quilombolas, perseguição política, e violações de direitos;</p> <p>As impunidades nos crimes contra os quilombolas no Brasil, em especial das mulheres quilombolas vítimas de violência, que tiveram suas vidas ceifadas;</p> <p>Apelo para que sejam tomadas medidas efetivas para que os agentes políticos titulares das pastas se abstenham por termo de ajustamento de conduta, de praticar atos, falas ou qualquer outra forma, que configure, em ofensa aos preceitos constitucionais;</p>	<p>http://conaq.org.br/noticias/carta-denuncia-das-mulheres-quilombolas/</p>
Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia,	26/09/2019	Fortalecimento de uma agroecologia feminista, negra, indígena e quilombola no Brasil;	<p>https://ctazm.org.br/noticias/sem-feminismo-nao-ha-</p>

<p>articuladas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA</p>		<p>Partilha de experiências, vivências e conhecimentos;</p> <p>Denúncia de opressões, organização de estratégias de lutas, para combate ao racismo, o patriarcado, o capitalismo e a LGBTQfobias;</p>	<p>agroecologia-carta-das-mulheres-negras-quilombolas-e-indigenas-649</p>
<p>Carta Coletivo De Mulheres Da Conaq; Resistir Para Existir</p>	<p>10 à 12/03/2020</p>	<p>Preparatório para o II Encontro Nacional de Mulheres quilombolas da CONAQ;</p> <p>Denunciar a crescente violência contra nós quilombolas e nossos territórios nos últimos anos, sobretudo a partir de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro;</p> <p>Aumento de discursos racistas e de ódio proferidos por autoridades públicas e validadas pelo próprio presidente da República, que, mesmo quando estava na condição de pré-candidato já proferia discursos de cunho racista contra a população quilombola;</p> <p>“Nós, mulheres quilombolas, temos papel central na luta política pelo território, na medida em que sustentamos, protegemos e desenvolvemos o modo coletivo quilombola! É no contexto dessa luta pelo território que a violência se produz, sobre nós, nossos corpos e sobre os quilombos, por meio de ameaças explícitas, calúnia e difamação, além de ameaças à nossa família e familiares, com a pretensão de desestabilizar nossas lutas por direitos”;</p> <p>“Fomos violentadas em todos os momentos da história desse país, o cenário nunca nos foi favorável, nem por isso deixamos de resistir e não vai agora que daremos passos para trás! Muito antes da abolição na lei (formal), nós lutávamos pela nossa sobrevivência e existência concretas e não será agora, diante dos retrocessos do atual governo, que vamos retroceder! Seguimos, mulheres quilombolas na luta, Resistindo para Existir”.</p>	<p>https://conaq.org.br/noticias/carta-coletivo-de-mulheres-da-conaq-resistir-para-existir/</p>
<p>Encontro Estadual de Mulheres Quilombolas, em Ubatuba - SP</p>	<p>14/12/2021</p>	<p>Mulheres quilombolas de diferentes partes do estado de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro participaram entre os dias 26 e 28 de novembro, em Ubatuba, litoral norte de São Paulo;</p> <p>Denúncias e reivindicações e uma moção de repúdio às concessões dos parques estaduais para fins de lucros de empresas privadas;</p> <p>Criaram o Coletivo Mulheres Quilombolas na Luta, para dialogar com as mulheres e jovens sobre os problemas vividos durante a pandemia e enfrentá-los coletivamente;</p>	<p>https://www.sof.org.br/encontro-estadual-mulheres-quilombolas/</p>

		<p>Relatos das opressões vividas com a expulsão de suas famílias de seus territórios por interesses do capital, identificados como projetos de mineração, barragens, projetos de especulação imobiliária, corporações farmacêuticas que produzem veneno (agrotóxicos agora disfarçados de “defensivos” químicos), além das próprias unidades de conservação;</p> <p>Violência e perseguição jurídica e de multas contra a população negra e quilombola por práticas como uso da coivara (queima controlada) ou a retirada de madeira de árvores já mortas, assim como o impedimento do uso de água;</p> <p>Violência patriarcal que atinge mulheres de todas as idades e que exige mais reflexão e articulação desde as quilombolas.</p>	
<p>Carta Aberta à Sociedade:</p> <p>Questões inegociáveis para Mulheres Negras e Indígenas na disputa por poder</p>	09/07/ 2022	<p>Pautas relacionadas às mulheres quilombolas:</p> <p>Economia, educação, cultura e ciência devem caminhar lado a lado com a sociobiodiversidade. Ou seja, os interesses econômicos não podem sobrepor o cuidado e a preservação da natureza;</p> <p>Direito à terra e território para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, com destaque aos povos originários, quilombolas e religiosos de matriz africana, garantindo a preservação do meio ambiente e do sagrado ancestral;</p> <p>Defesa da agricultura familiar, soberania e segurança alimentar, tecnologias sociais agroecológicas e territórios produtivos para todos os povos e comunidades tradicionais, com destaque aos povos indígenas, quilombolas e religiosos de matriz africana;</p>	<p>https://amnb.org.br/carta-aberta-a-sociedade-questoes-inegociaveis-para-mulheres-negras-e-indigenas-na-disputa-por-poder/</p>
<p>Livreto “Mulheres quilombolas: Escrevivências entre a memória e o coração”</p>	01/11/2022	<p>Conta com a colaboração de lideranças quilombolas que participaram do 1º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas da CONAQ em Salvador-BA;</p> <p>O livreto foi resultado de uma atividade do 1º encontro, onde alguns participantes escreveram uma carta de auto-amor. A tarefa que seria apenas um momento de descontração, quando o coletivo decidiu transformar em livreto e aprofundar o exercício do autocuidado e do auto afeto entre as mulheres quilombolas;</p> <p>Organizado pela CONAQ;</p>	<p>https://conaq.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-se-reunem-para-o-2-encontro-nacional/</p>

<p>Carta Manifesto do Coletivo de Mulheres da Comissão Pastoral da Terra;</p>	<p>08/03/ 2023</p>	<p>Enraizadas nas lutas dos povos da terra, das florestas, dos campos e das águas e nas lutas feministas em todos os estados brasileiros, juntamos nossas vozes às vozes de tantas outras mulheres das cidades, campos e das florestas;</p> <p>Contra todas as formas de violências e violações dos corpos-territórios das mulheres; contra as desigualdades estruturais produzidas pelo patriarcado racista desde a era colonial; contra o retrocesso aos nossos direitos que nos garantem vida digna e contra todas as formas de ataques às mulheres.</p> <p>Em defesa da vida com justiça social e fortalecimento dos processos de autonomia das mulheres, nas organizações e nas comunidades; nos alegramos com a vitória de muitas companheiras negras, quilombolas e indígenas no processo eleitoral de 2022, companheiras que passaram a ocupar espaços no legislativo e no executivo estadual e federal;</p> <p>Denúncia de violências no contexto específico do campo:</p> <p>As mulheres de povos, comunidades tradicionais e camponesas. Além da violência doméstica, empobrecimento e das opressões do patriarcalismo e machismo familiar, religioso e comunitário, estão expostas a outras formas de violência, a expropriação dos territórios, a destruição dos bens comuns que são fundamentais para manutenção de seus modos de vida;</p> <p>No período de 2011 às 2021, a CPT registrou 80 tentativas e 39 assassinatos de mulheres em conflitos fundiários e socioambientais. Além disso, foram registradas diversas outras formas de violências contra as mulheres: agressões, ameaças de morte, detenções, estupros, lesões corporais, humilhações, intimidações e prisões;</p>	<p>https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/6323-carta-manifesto-do-coletivo-de-mulheres-da-cpt</p>
<p>A carta de Rosimeire - Quilombo Rio dos Macacos</p>	<p>11/05/2023</p>	<p>Apelo público ao presidente da República pela Comunidade Rio dos Macacos - Bahia;</p> <p>Dossiê em apelo à defesa do território e políticas públicas que promovam melhoria na qualidade de vida das famílias da comunidade;</p> <p>Conflito com a Marinha do Brasil;</p>	<p>https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/05/12/mulher-que-entregou-carta-para-lula-durante-evento-em-salvador-e-lideranca-de-quilombo-na-bahia-pedido-de-socorro.ghtml</p>

			https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/atoms/files/situacao_-_quilombo_rio_dos_macacos_compressed.pdf
Carta do 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ): Tema Resistir para Existir.	14 e 18 de junho 2023 - Brasília	<p>Carta do Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas da CONAQ e Carta para as autoridades;</p> <p>Três questões inspiraram as discussões: A primeira é a invasão e usurpação dos nossos territórios e dos nossos corpos, que têm sido violados e explorados. Sem regularização dos territórios, não temos paz;</p> <p>A segunda questão que enfrentamos é o abandono histórico dos quilombos e quilombolas. Esse abandono se reflete na falta de investimento, na falta de políticas públicas;</p> <p>A terceira é a falta de políticas específicas para a garantia de direitos para as Mulheres quilombolas voltadas para superar as desigualdades, a discriminação e a violência;</p> <p>O racismo religioso e a violação do nosso direito à memória</p>	https://www.onumulheres.org.br/noticias/o-2o-encontro-nacional-de-mulheres-quilombolas-da-conaq-reune-mais-de-300-mulheres-quilombolas/

1.4. 2020: o Ano que o mundo mudou. 2023: Um ano de retomada de direitos

O ano de 2020 transformou o mundo. Com a chegada de um novo vírus, até então desconhecido da maioria da população, o mundo aos poucos precisou aprender como viver diante de uma nova ameaça invisível. Era o começo da Pandemia de COVID 19, e com ela mudanças e readaptações indispensáveis à sobrevivência humana. Com o objetivo “exclusivo de apoiar análises integradas, tecnologias, propostas e soluções para enfrentamento à Covid-19 pelo SUS e a sociedade brasileira” e “subsidiar o desenvolvimento de políticas e ações específicas, planos e logística para enfrentar a Covid-19, junto aos indígenas e quilombolas”, o IBGE lançou um compilado de informações reunidas em um banco de dados georreferenciados do próprio órgão.

Os dados da Base de Informações Geográficas e Estatísticas sobre os indígenas e Quilombolas para enfrentamento à Covid-19 foram disponibilizadas como notas técnicas, em Volume Especial, em 2020. O planejamento do censo demográfico, inseriu ainda em suas etapas de testes uma inovação referente à investigação de pertencimento étnico-racial da população quilombola, domiciliada em áreas pré-cadastradas pelo IBGE, a pergunta: “se considera quilombola?”.

O Censo demográfico previamente estipulado para 2020, diante da pandemia e dos desmontes orçamentários do período político vivenciado, precisou ser adiado. É possível que diante das ameaças constantes e do “apagão” intencional de dados públicos de políticas para quilombolas, o IBGE tenha decidido antecipar a divulgação da listagem de localidades estimadas para o Censo Demográfico 2020, com os dados de 2019 um ato de resistência política institucional.

O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Pandemia, instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021, por sua vez, apontou que a população negra foi mais atingida durante a pandemia. A parcela negra da população brasileira foi a mais afetada pelos efeitos da pandemia do que a população branca, e dentre o grupo, as mulheres negras foram ainda mais atingidas.

Entende-se, hoje, que a covid-19, mais do que uma pandemia, é uma *sindemia*, pois o perfil dos mortos e infectados não é aleatório, variando conforme condições socioeconômicas que deixam alguns segmentos demográficos mais vulneráveis do que outros. A população entre a qual o vírus circula não é homogênea e condições sociais e ambientais adversas fazem com que a doença atinja desproporcionalmente comunidades desfavorecidas e grupos étnicos ou raciais marginalizados, como indígenas e negros. **Numa *sindemia*, a desigualdade se torna uma comorbidade, pois a insegurança alimentar, a**

falta de condições dignas de moradia e de acesso ao saneamento faz com que essas pessoas fiquem mais suscetíveis ao contágio. [...] O que houve, de fato, foi a naturalização das desigualdades que, na pandemia, colocam alguns grupos em situação de maior vulnerabilidade do que outros. Essas diferenças justificariam a adoção de políticas públicas compensatórias, mas foram desprezadas pelo governo. Como resultado, o impacto da pandemia foi desigualmente sentido na população. **Observamos esse fenômeno com relação às mulheres, aos negros e aos quilombolas.** (Relatório da CPI da Pandemia, 2021, pág. 603-604)

Ainda no que se refere à Pandemia e o recorte factual que contribui no debate proposto por este trabalho, o relatório final da CPI afirma que “a covid-19 atingiu mais mulheres do que homens”, o que demonstrou que “as mulheres são mais expostas à doença, o que talvez seja reflexo de sua maior participação em profissões ligadas ao cuidado e à limpeza. É significativo, entretanto, registrar que as primeiras mortes pela doença no Brasil foram de trabalhadoras domésticas. Duas mulheres negras, provavelmente contaminadas no local de trabalho”.

O Relatório Final da CPI da Pandemia, apresenta ainda dados em relação às gestantes e puérperas. Segundo o Relatório, o Boletim do Observatório Covid-19 Fiocruz - 2021, publicou a matéria: “A Covid-19 e a mortalidade materna”, que revelou que no ano de 2020, foram 544 óbitos em gestantes e puérperas por covid - 19 no país, com média semanal de 12,1 óbitos, considerando que a pandemia se estendeu por 45 semanas epidemiológicas naquele ano.

Segundo a publicação Saúde Materna e Covid-19: Panorama, Lições Aprendidas e Recomendações para Políticas Públicas, do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA Brasil), “a chance de vir a óbito sendo da raça/cor preta é 72% maior do que sendo da raça/cor branca; e, sendo da raça/cor parda, a chance é 31% maior do que entre brancas”, ou seja, considerando a população negra a soma de pretas e pardas, em todos os cenários, a chance de vir a óbito, é maior entre afro descendentes. No caso de atendimentos mediante deslocamento, a pesquisa aponta que “a chance do desfecho óbito é 18% maior em gestantes e puérperas que precisaram se deslocar para atendimento do que naquelas que foram atendidas no município de residência. E ainda, dentre as gestantes e puérperas moradoras da zona rural e que foram a óbito, 76,67% precisaram se deslocar entre municípios para tratamento. Na população urbana, esse percentual é de 37,98%.

Sobre as mulheres e comunidades quilombolas, soma-se os fatores determinantes acima mencionados, gênero, raça, e deslocamento territorial, onde é possível observar e afirmar de acordo com o Relatório Final da CPI da Pandemia, que

“assim como ocorreu entre os indígenas, a covid-19 atingiu as comunidades quilombolas potencializada por sua condição social de grande vulnerabilidade”.

Em relação às comunidades, o IPEA apresentou dados que reafirmam as desigualdades sociais históricas denunciadas por ativistas e intelectuais quilombolas:

A partir de 2015, e com mais profundidade desde 2019, notam-se alguns retrocessos, freios, ou mesmo inação em relação às políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. Apresentaremos a seguir dois elementos conformadores desse contexto, que consideramos terem sido operacionalizados de forma conjugada: **o desmonte das instituições e destas políticas; e a institucionalização de um discurso sistemático de negação do racismo e de desqualificação da desigualdade racial.** Um estado da arte do arcabouço institucional e de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil apresenta, mas não esgota, um panorama sobre 27 órgãos, legislações e políticas entre 2015 e 2022. O quadro 1 detalha os que estão sem continuidade, extintos ou inoperantes, bem como os que estão em funcionamento. Destes, 21 representam retrocessos e seis estão em vigor. O quadro 1 também revela uma organização complexa de desarticulação, com redução orçamentária, revogação de espaços de participação social, inexistência de ações setoriais específicas voltadas à população negra, maior dificuldade e inércia dos processos de demarcação de terras quilombolas. Tal desmonte foi aprofundado entre 2019 e 2022. (IPEA, 2023, pág. 2)

Já vivenciando o mundo “pós pandemia” e as decorrências dele entre a população negra, o ano entre 2022-2023 no Brasil, por sua vez, também foi histórico. Marcado por fortes tensões políticas e por uma grande mobilização nacional em prol da defesa de direitos conquistados desde a Constituição de 1988, dentre eles a titulação dos territórios quilombolas, vivenciamos no país, a polarização entre uma ascendente direita neoliberal, e todo o restante da população, que sufocada pela morbidade instalada em nível federal, se unificava em torno das pautas, ditas de “esquerda”.

Desde o Golpe Político orquestrado no país em 2016, contra a gestão da então Presidente, Dilma Rousseff, direitos sociais foram intencionalmente afastados da gestão pública federal, uma opção política tomada pela ideologia exploratória e destrutiva de quem estava à frente do poder executivo nos últimos anos. Enquanto brasileiros e brasileiras já marcados pelos contos clássicos de concepção da identidade nacional, que ainda hoje insistem em afirmar que no Brasil vive-se uma grande harmonia social, decorrente da miscigenação racial, observa-se aos poucos, uma contra-narrativa apresentada e debatida a partir das teorias críticas pós colonialistas e decoloniais, que reescrevem histórias contadas, agora sob o olhar de outras personagens, e opcionalmente afro centradas.

A geração de intelectuais, pesquisadoras, cientistas, juristas e escritoras quilombolas, sob a proteção da Constituição Federal Brasileira de 1988, encontra também, aos poucos, outras narrativas e novas possibilidades descritivas, sobre recentes ou antigos acontecimentos, conflitos ou fatos históricos. Com os movimentos sociais que lutam por direitos fundamentais, como é o caso do movimento de comunidades quilombolas, aprendi que direitos não são dados por alguém, tampouco pelo Estado. Direitos são arduamente disputados, através do convencimento de sua necessidade social, conquistados e a despeito do tempo, e das prioridades políticas, custosamente defendidos.

Diante de tantos ataques aos direitos fundamentais no último período, o ano de 2023 trouxe o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e com ele uma grande retomada da participação social dentro do poder executivo federal. Todavia, antes de falarmos em defesa da Democracia, termo muito utilizado no último pleito eleitoral (2022) não podemos deixar de lado questionamentos que surgiram junto com a expressão supracitada: vivemos todas/os na mesma democracia? A população negra brasileira auto organizada em movimentos sociais vem sinalizando que esta ainda não é uma realidade.

O “Manifesto enquanto houver racismo, não haverá democracia”, elaborado pelo conjunto de organizações antirracistas em torno da Coalizão Negra por direitos no ano de 2023, traz explícita e corajosamente seu posicionamento: “qualquer projeto ou articulação por democracia no país exige o firme e real compromisso de enfrentamento ao racismo. [...] Não há democracia sem garantias constitucionais de titulação dos territórios quilombolas, sem respeito ao modo de vida das comunidades tradicionais”.

Se pensarmos democracia a partir da concepção eleitoral, vemos o abismo temporal a qual a população afro descendente está submetida. A população negra passou a votar no Brasil, teoricamente a partir da Lei Áurea 1888, mas na prática tal garantia legal não se efetivou, visto que até 1986 o voto era proibido para a população não alfabetizada, e neste caso, a população negra, não compunha o grupo social com acesso à educação básica.

Segundo José Antonio Correa Francisco, Juiz do Trabalho Substituto da 11ª Região (AM/RR) e membro da AJD (Associação Juízes para a Democracia), em artigo disponível na internet, “nas últimas eleições, o número de candidatos pretos e pardos alcançou o índice de 49,9%, superando o número de candidatos brancos, que foi de 48,1%. [...]. Os números dos eleitos são ainda desanimadores e muito distantes da representação proporcional desejada. 15% (77 deputadas) da Câmara dos Deputados é a

representação feminina; 24,3% (104 pardos e 21 negros) é o percentual de deputados federais autodeclarados negros”. Mesmo diante do aumento de candidaturas e parlamentares eleitos negros e negras, ainda observamos a discussão e as ações voltadas à população negra em certo processo de “disputa argumentativa” interna aos partidos políticos e movimentos sociais, a fim de, ainda hoje, convencê-los da importância de priorização política e orçamentária da questão.

Se pensarmos o Judiciário Brasileiro, e o distanciamento da população negra, e afrodescendente do sistema de justiça, podemos observar a discrepância entre quem acessa a magistratura e quem acessa o banco dos réus. A campanha por uma Juíza Negra no STF ao longo do ano de 2023 evidenciou *“a história invisível e não contada, sobre como pode ser tão natural num país de maioria negra a mais alta corte do país, possa continuar blindada da presença de pessoas negras, como se esta ausência fosse uma fatalidade e, por acaso, em 132 anos de existência”*. Evidenciou ainda mais o cenário mitológico da democracia racial brasileira, por parte da esquerda, que ao minimizar a importância da pauta colocada nacional e internacionalmente, corrobora com a minimização do problema e da oportunidade de se pensar e agir de forma concreta em busca de soluções, ainda que a longo prazo.

Refletir sobre o ano de 2023 e a “retomada da democracia”, ação e slogan fortemente difundidos no período eleitoral e posteriormente, no que diz respeito às movimentações feitas por mulheres quilombolas, nos ajudará na compreensão sobre a construção atemporal e geracional dessas que pautam e constroem política, e literalmente, o movimento por titulação e direitos fundamentais das comunidades quilombolas no país.

Faremos em um primeiro momento a análise de Programas e Políticas lançadas em 2023 pelo governo federal, voltadas às mulheres quilombolas, através da análise de políticas públicas lançadas pelo, MIR - Ministério da Igualdade Racial, Ministério das Mulheres e MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em março de 2023, o recém criado Ministério da Igualdade Racial - MIR lançou, em parceria com outros ministérios, o chamado “Pacote pela Igualdade Racial, abrangendo medidas voltadas para a titulação de terras quilombolas, elaboração de novas diretrizes para o programa nacional de ações afirmativas, reserva de vagas para negros em cargos e funções comissionadas da administração pública, entre outras”.

A primeira delas, de caráter penal e certa medida simbólico, em janeiro de 2023, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 14.532/23, que tipifica como crime de racismo, a injúria racial com a pena aumentada de um a três anos

para de dois a cinco anos de reclusão. A medida Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo.

Também em 2023 Maria Beatriz Nascimento teve o nome inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Maria Beatriz Nascimento, historiadora e pesquisadora dedicou-se ao estudo das formações dos quilombos no Brasil durante duas décadas, além de ser ainda hoje uma das pensadoras sobre o feminismo negro e as mulheres negras no Brasil. Em novembro foi assinada ainda a Portaria nº 135, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, conforme o previsto no art. 216, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil, e cria o Livro Tombo de Documentos e Sítios Detentores de Reminiscências Históricas de Antigos Quilombos.

O Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023, que institui o Programa Federal de Ações Afirmativas - PFAA, no âmbito da administração pública federal direta, tem em seu escopo, a finalidade de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, às pessoas com deficiência e às mulheres, consideradas as suas especificidades e diversidades. Dentre os objetivos elencados pela PFAA, estão:

I - promover a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres por meio de políticas públicas de ações afirmativas para fins de reparação, valorização e acessibilidade; II - valorizar a contribuição histórica de pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres na formação da sociedade brasileira; (...) e institui o Comitê Gestor do PFAA, com as seguintes competências: VII - articular ações e parcerias com entidades e representantes da sociedade civil com atuação na defesa de direitos de pessoas negras, de quilombolas, de indígenas, de mulheres e de pessoas com deficiência. (BRASIL, 2023).

A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso de estudantes em universidades federais e instituições federais de ensino técnico de nível médio, foi atualizada no ano de 2023 pela Lei n. 14.723, agora reservando 50% das vagas

para estudantes com renda familiar de até um salário mínimo, e incluindo a população quilombola, como parte do público na reserva de vagas.

Dentre todas as medidas lançadas no ano de 2023, o Programa Aquilomba Brasil instituído pelo decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023, é considerado uma “ampliação do Programa Brasil Quilombola” instituído pelo Decreto 6.261 de 2007, o Aquilomba Brasil, surge com a finalidade de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no país, com ênfase em quatro eixos temáticos: I - acesso à terra e ao território; II - infraestrutura e qualidade de vida; III - inclusão produtiva e desenvolvimento local; e IV - direitos e cidadania.

Dentre os princípios do Programa Aquilomba Brasil, o primeiro deles é a responsabilidade assumida com a “I - a transversalidade de gênero e de raça nas políticas públicas destinadas à população quilombola”. Seguida de outros incisos que versam sobre a importância e a relevância das pautas apresentadas por mulheres quilombolas nos anos que antecederam 2023. A “VI - a equidade de gênero”. Dentre os objetivos do Programa, destacamos o “XIII - implementar medidas de equidade de gênero e valorização da diversidade, respeitadas todas as manifestações das diferenças, nos gêneros e na orientação sexual, e fortalecer os direitos das mulheres quilombolas”.

O Programa Aquilomba Brasil, efetivado e instituído no âmbito do Ministério da Igualdade Racial e em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, propõe a elaboração de um Plano Nacional de Titulação, cujo objetivo é criar uma agenda nacional de titulação, estabelecendo critérios na prioridade do passivo de processos de regularização abertos no INCRA, quais sejam: I - processos com decisão judicial para conclusão do processo de titulação (Ações Cíveis Públicas em trâmite no judiciário brasileiro que, em sua maioria, impõem multas pecuniárias à União e ao INCRA, incidindo sobre o planejamento orçamentário do órgão); II - tempo de tramitação do processo; III - risco de dissolução da comunidade e, por fim, IV - violações de direitos humanos.

Ainda no mês da consciência negra, o Ministério das Mulheres instituiu após as demandas e reivindicações de mulheres quilombolas reunidas no 2º Encontro Nacional realizado em Junho em Brasília do Fórum Nacional Permanente para Diálogo da Promoção de Estratégias de Fortalecimento de Políticas Públicas para as Mulheres Quilombolas, através da Portaria nº 303, de 16 de novembro de 2023 publicada no Diário Oficial da União. Um colegiado, de caráter consultivo, com duração de 1 ano, prorrogável pelo mesmo período. Dentre as competências do Fórum elencadas em seu art. 2º estão:

I- Estabelecer diálogos com o movimento das mulheres Quilombolas, promovendo amplo e coletivo debate sobre a realidade, as desigualdades enfrentadas por mulheres quilombolas e a violência que as afetam; II- Construir subsídios para fomento de políticas públicas que atendam suas necessidades, considerando as dimensões de gênero e raça; III- Fortalecer a participação das mulheres Quilombolas na construção de espaços de debates e planejamentos de políticas públicas voltadas às Quilombolas tendo como base o respeito e a diversidade de todos os grupos; IV- Ampliar e construir espaços de escuta nos locais onde estão inseridas as mulheres Quilombolas para o planejamento e o fomento de programas que visem a organização, ampliação da participação, proteção e ações de políticas públicas; **V- Propor estratégias de fortalecimento dos direitos das mulheres Quilombolas**; VI- Propor estratégias de valorização e o reconhecimento das mestras Quilombolas e das mulheres quilombolas lideranças que defendem direitos humanos em suas práticas de atuação ancestral; VII- Promover encontros in loco; VIII- Organizar e construir espaços de escutas nas áreas locais; e IX- Fórum ir até os locais. (Ministério das Mulheres, Portaria nº 303, 2023)

No dia da consciência negra, foi assinado o Decreto nº 11.786, que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor. No que trata especificamente das mulheres podemos observar em suas diretrizes dispostas no Art. 4º: “XI - valorização e ampliação da participação de mulheres, crianças, jovens, idosos e LGBTQIAPN+ quilombolas na gestão territorial e ambiental, reconhecendo a importância da equidade de gênero e geracional; XV - resguardo à integridade física dos integrantes das comunidades quilombolas nos territórios em situação de conflitos, especialmente as lideranças, as mulheres e as crianças”. E em seu Art. 7º, nos objetivos específicos do Eixo 2: “VII - incentivar e fortalecer atividades produtivas desenvolvidas por jovens, mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, a fim de promover equidade de gênero e geracional nas estratégias de geração de renda nos territórios quilombolas”.

No âmbito da participação social a retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, extinto em 2019, como medida política de enfraquecimento da participação social no debate e formulação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricionais, e a agenda de combate à fome, retomaram também a centralidade da discussão e da importância da produção de alimento saudável, durante e após a Pandemia de COVID 19 no país. Com a retomada do CONSEA retoma-se também um pouco da esperança de transformações reais através de políticas que envolvam diretamente e em todas as fases do processo a população infelizmente, vulnerabilizada por diversos contextos históricos, políticos e orçamentários.

Segundo o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), a fome no Brasil tem cor, gênero e territorialidade.

O campo passa mais fome: O mesmo agravamento é percebido quando se compara o campo e a cidade. Nas áreas rurais, a insegurança alimentar (em todos os níveis) esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Destes, 18,6% das famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional. E até quem produz alimento está pagando um preço alto: a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores. *A pobreza das populações rurais associada ao desmonte das políticas de apoio às populações do campo, da floresta e das águas, seguem impondo escassez.* **A fome tem cor:** Neste segundo inquérito, fica evidente, mais uma vez, que a fome tem cor. Enquanto a segurança alimentar está presente em 53,2% dos domicílios onde a pessoa de referência se autodeclara branca, nos lares com responsáveis de raça/cor preta ou parda ela cai para 35%. Em outras palavras, *65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas convivem com restrição de alimentos em qualquer nível.* Comparando com o 1º Inquérito Nacional da Rede PENSSAN, de 2020, em 2021/2022, a fome saltou de 10,4% para 18,1% entre os lares comandados por pretos e pardos. **A fome tem gênero:** As diferenças são expressivas na comparação entre os lares chefiados por homens e os lares chefiados por mulheres no período dos dois Inquéritos da Rede PENSSAN. *Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%.* Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. *Isso ocorre, entre outros fatores, pela desigualdade salarial entre os gêneros.* (Rede PENSSAN, 2022)

A retomada da Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, através da portaria nº 188, de 11 de outubro de 2023, no âmbito do Incra, e da instituição do Programa Aquilomba Brasil através do Decreto nº 11.447/2023 em seu objetivo I de: “garantir a regularização fundiária dos territórios quilombolas, especialmente por meio da elaboração, por todos os órgãos competentes envolvidos, de um plano de ação que desenvolva uma agenda nacional de titulação”, agem como a retomada de espaços de interlocução entre órgãos do governo federal e sociedade civil organizada. Ainda se faz necessário, o fortalecimento e ampliação da estrutura e equipe técnica responsável pelos procedimentos institucionais, que só podem ser feitos sob a supervisão do INCRA. Em termos de execução e operacionalização do serviço público, a garantia de orçamento para atender a demanda.

Outras medidas são apresentadas como avanços importantes para a execução da política de regularização de territórios quilombolas, no INCRA, dentre elas a reestruturação da carreira dos servidores que nela atuam, visando a valorização profissional e o fortalecimento do órgão, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria do Patrimônio da União e das políticas públicas do setor.

Segundo dados do Andamento dos Processos - Quadro Geral do Incra: 574 processos com algum tipo de andamento no INCRA, 244 RTIDs em Elaboração, 321 Editais de RTID Publicados e 9 que não precisaram de RTID, 215 Portarias e 90 Decretos Publicados, e apenas 55 Territórios Titulados: 22 totalmente e 33 parcialmente. No que corresponde à titulação dos territórios de comunidades quilombolas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia responsável pela maior parte no processo de titulação dos territórios quilombolas, precisa de estrutura.

Imagem 26. Tabela de andamento dos processos - quadro geral do INCRA.

ANDAMENTO DOS PROCESSOS - QUADRO GERAL											
SR	Nº	Nº Processo	Comunidade	Município	Área/ha	Nº de Famílias	Editais RTID no DOU	Portaria no DOU	Decreto no DOU	Título	
TOTAL			574 processos com algum tipo de andamento no INCRA		2.548.511,4335	40.640	244 RTIDs em Elaboração, 321 Editais de RTID Publicados e 9 que não precisaram de RTID	215 Portarias Publicadas	90 Decretos Publicados	55 Territórios Titulados: 22 totalmente e 33 parcialmente	

INCRA - DFQ (atualizada até 07-02/24).

Imagem 27. Tabelas Incra março/2024

Condensado Geral - Área e Famílias	
Área Total Trabalhada	2.548.511,4335
Área em Edital	2.504.692,4144
Área em Portaria	1.846.233,5592
Área em Decreto	596.359,3661
Total de Famílias Beneficiadas	40.640
Famílias em Edital	38.259
Famílias em Portaria	19.830
Famílias em Decretos	10.679

OBS: Os dados totais acima de área e família se referem ao conjunto de ações do INCRA e não a soma dos itens abaixo indicados, uma vez que estes se sobrepõem.

Resultado Anual				
Ano	RTID	Portaria	Decreto	Titulação Total
2004	0	0	0	2
2005	16	2	0	0
2006	18	8	2	3
2007	20	14	0	2
2008	17	14	0	2
2009	24	9	30	1
2010	27	10	11	2
2011	21	9	1	1
2012	12	4	11	0
2013	7	7	10	1
2014	13	18	0	0
2015	31	12	14	1
2016	16	22	5	0
2017	35	12	0	1
2018	20	15	4	2
2019	9	2	0	0
2020	5	1	0	1
2021	13	1	1	0
2022	3	4	0	2
2023	12	51	1	1
2024	2	0	0	0
Total	321	215	90	22

INCRA - DFQ (atualizada até 07-02/24).

A retomada da política de regularização de territórios quilombolas como atos político e simbólico são importantes, e há muito por fazer. Para tal, entende-se que o diálogo, o planejamento e acompanhamento estratégico das urgências trazidas pelas comunidades através de suas representações políticas sejam ações centrais na retomada da política de titulação dos territórios quilombolas, tão precarizadas nas últimas décadas.

O ano de 2023 foi de sinalizações à política de titulação dos territórios quilombolas. Organizar a casa. O mundo pós pandemia nos apresentou desafios e possibilidades. Nos fez parar e reavaliar, movimentos importantes quando se planeja um caminho.

Capítulo 2. Metodologia e atividades realizadas pela pesquisa e a interlocução com mulheres quilombolas

Minha corajosa orientadora e eu pensamos em um Plano de Trabalho, para atuação e levantamento de dados e informações que embasassem as hipóteses formuladas ao longo das aulas e leituras, mal sabíamos nós que a vida ria da nossa cara, e que ela, toda dona de si, iria nos surpreender. Sobrevivemos a uma pandemia mundial, mas não passamos ilesas. Os impactos e os reflexos de tudo que ainda nem entendíamos chegavam aos poucos, e foi preciso se readaptar, mês a mês para entender como seria essa nova vida.

Eu saindo de um puerpério, envolta em emoções e situações que resultariam em outro artigo, tentando dar conta da amarga ilusão que não nos contam nos contos de fadas, a de que é impossível dar conta de tudo, seguimos. Fazendo uma coisa de cada vez, sem tentar perder a lucidez.

Minha orientadora, uma jovem avó, segurou em minha mão, ainda que distante, e me lembrava sempre que era possível, que estávamos juntas, em um simples gesto que me ancorava, em meio ao turbilhão de “ondas”. Durante as aulas, e através das orientações e exercícios de escrita junto à Cris Portela, pude destravar um pouco as angústias que haviam dentro de mim, e mais uma vez, a afirmação da importância e da necessidade de cuidados com a saúde mental.

O primeiro passo foi a realização de um levantamento de artigos na internet em buscas pelas palavras chaves: *mulheres quilombolas*; *mulheres negras rurais*, *feminismo quilombola* e pude perceber que diferente de alguns anos atrás, vinham se ampliando o número e o aprofundamento do debate, em torno das mulheres quilombolas como protagonistas de lutas políticas em prol de direitos.

A parte mais prazerosa e também a mais difícil, foi a de realizar entrevistas com mulheres quilombolas, ativistas e/ou lideranças comunitárias, para dialogar com elas

sobre como o termo/conceito de Feminismo chegou ou não, até elas. O primeiro desafio foi a delimitação do número de entrevistas. Elenquei 50 mulheres para as quais enviei uma mensagem/convite para dialogarmos sobre o tema. Para a minha surpresa as respostas ao meu chamado foram incrivelmente positivas! Mas havia um limitador: o tempo e os prazos de entrega. Precisávamos trabalhar dentro do calendário previamente estipulado.

O segundo desafio se deu na forma: como realizar entrevistas com mulheres em estados distantes. Seriam as entrevistas pessoalmente ou on-line? Pensamos em atingir em um primeiro momento certa dimensão local com entrevistas individuais, em seguida uma dimensão nacional, entre ativistas, lideranças políticas, acadêmicas/pesquisadoras quilombolas, interessadas em participar da pesquisa, e assim o fizemos. Junto ao enquadramento da imagem, era preciso que elas estivessem confortáveis. Esse também era o momento de tirar dúvidas e conversar um pouco sobre como elas se sentiam nesse momento da vida.

Motivada pela ânsia em compartilhar com outras mulheres quilombolas, um pouco do que foi a experiência emocionante e enriquecedora que foram os debates com as mulheres quilombolas que aceitaram me conceder uma entrevista para essa pesquisa, busquei registrar e construir um mini documentário sobre a experiência e os bastidores dessa investigação. Assim, esta dissertação de mestrado resultou também em um produto audiovisual, material anexado a este trabalho, como forma de compartilhar outra narrativa, em formato distinto, a fim de que, quem não puder ler estes escritos, nessa linguagem, possa acessar um pouco do debate construído coletivamente sobre o que vem a ser um possível feminismo quilombola, ou como optamos por chamar aqui de *Feminismo Afro Territorializado*.

O lançamento oficial será realizado com as mulheres quilombolas que gentilmente se propuseram, direta ou indiretamente, a construir esse trabalho comigo. E a forma que encontramos de fazê-lo será híbrida, em uma ou mais exibições, presenciais ou on-line. O objetivo deste trabalho foi ouvir mulheres quilombolas, falarem sobre suas lutas, suas vidas e emoções, enquanto falamos sobre feminismo. Trazer à mesa perspectivas de luta por direitos das mulheres, ainda não ouvidas. Meu objetivo egoísta, talvez, foi o de ouvi-las, e aprender com elas, afinal, cada vez mais as mulheres quilombolas nos mostram que elaboram política e direitos para as mulheres, todos os dias.

2.1 - As entrevistas - Parte 1: a preparação

A ideia de construir um vídeo em conjunto ao trabalho escrito, se deu porque eu não queria apenas transcrever em texto escrito as informações e experiências colhidas em diálogo com tantas mulheres sábias. A primeira preocupação seria como gravar as entrevistas. Optei por arquivos de vídeo para as entrevistas para poder compartilhar ainda que fragmentos, um pouco da riqueza que seria ouvir essas mulheres. Optei por começar de dentro para fora, então parti das entrevistas com mulheres da minha comunidade, essas de forma presencial.

Optamos por realizar então uma roda de conversa on-line, via a plataforma *Meet*, para poder dialogar com e entre mulheres quilombolas de outras regiões do Brasil. Os critérios que utilizei para convidar participantes para esse momento foram critérios em parte pessoais, em parte critérios objetivos que me permitiriam analisar posteriormente as trocas e os apontamentos levantados. Mulheres que respeito, admiro e às quais eu tenho acesso, pessoalmente, ou pela internet. Mulheres que constroem o movimento nacional, estadual ou local através de suas comunidades e territórios.

Os contatos foram feitos a partir da rede de mulheres que conheci ao longo dos anos, em atividades que participei, ou em que contribuí na organização. Eventos promovidos ou provocados pelas universidades as quais tive acesso. A cada encontro, a cada evento essa rede de contatos se estendia. Mulheres quilombolas que conheci ao longo dos anos de ativismo, em encontros, atividades, atos políticos, reuniões de movimentos sociais, ou espaços acadêmicos, pelos direitos das juventudes, mulheres negras, quilombolas, saúde, através do controle social. O resultado, um vídeo documentário sobre mulheres quilombolas e as relações com o feminismo na luta pela defesa e continuidade dos territórios.

Pensar uma pesquisa que permite a interlocução entre materiais distintos como a escrita, escuta oral e um material audiovisual que possa ser transportado para outros lugares, contextos e pessoas, é uma proposta para mim, inovadora e ao mesmo tempo libertadora. Se somos múltiplas, são também múltiplas as nossas experimentações, vivências e *escrevivências* no mundo.

O desejo de compartilhar se seguiu ao desafio de se permitir aprender, e nesse ponto o apoio de Maria Carolina Felício (jornalista e produtora audiovisual), em toda sua sabedoria, paciência e didática, acolheram a curiosidade e o interesse em produzir um material que retratasse um pouco dos bastidores e do diálogo com minhas companheiras

e interlocutoras. Algumas conversas com Carol renderam ensinamentos preciosos de gravação que fui adaptando e aproximando ao contexto de mulheres quilombolas. Da preparação para a entrevista e autorização de uso da imagem verbal registrada em vídeo, até a forma de aproximação e preparação para as entrevistas foram trocas preciosas.

Outro desafio: o equipamento. Pensei que gostaria de experimentar a realidade da qual ouço falar, que “hoje em dia é possível fazer muita coisa com um celular na mão”. Experiência interessante. Recomendo. Sobretudo para que possamos perceber e avaliar conjuntamente como os diferentes grupos sociais se relacionam com os meios de comunicação e processos cognitivos decorrentes da familiaridade e acesso às tecnologias e ferramentas disponíveis hoje.

No meu caso, foi difícil. Desde a falta de conhecimento sobre as possibilidades operacionais do meu próprio celular e computador, às dificuldades de acesso à internet de qualidade. Na comunidade, quando tem internet *wifi*, o sinal é caro, e de má qualidade, o que dificulta um pouco mais o trabalho, e o acesso às informações ditas “públicas”, por exemplo. Mas não é à toa que quilombo é símbolo de resistência. “Damos um jeito”. Empréstimo o celular de uma mana aqui, de um amigo ali. Alguém tira uma foto e registra os bastidores da entrevista. O dia-a-dia. Aquilo que não aparece para a Banca Avaliadora.

2.2 - As entrevistas - Parte 2: os desafios

Por vezes as dificuldades externas, e as obrigações do dia a dia também fazem pensar em desistir, e ouvir aquela voz que diz que não se pode ter tudo. De que é preciso sonhar menos. Nesses momentos, a entrevista com mais uma mulher quilombola, me fazia esperar, me emocionava, e me plantava mais uma alegria no peito. Somos muitas, e não estamos só.

Pensar a iluminação do local da entrevista, foi importante como uma tentativa, mas como a vida é dinâmica, fomos surpreendidas ora pela chuva, ora pelo barulho externo, ou ainda pela curiosidade das pessoas, em especial as crianças, que queriam estar por perto durante algumas filmagens, o que de certa forma inibia as entrevistadas, mas registrava ao mesmo tempo o cotidiano de vida dessas mulheres. Lindas imagens de um cotidiano quilombola familiar feminino.

Compartilho de forma breve outras sugestões de filmagem que possam ser úteis para outras mulheres e jovens quilombolas em contextos comunitários. Filmar no plano

geral: com o celular deitado, permitiu a captação da imagem inteira da entrevistada, ao mesmo tempo que deixa espaços laterais para edição e inclusão de texto.

Outra sugestão foi a de ter dois celulares à mão. Um para gravar a imagem (o vídeo), outro para gravar o áudio (com microfone, de fone de ouvido). Importante deixar perto do pescoço, ou da voz da entrevistada para uma melhor captação do áudio. Importante também é fazer o teste de ambos e conferir tudo antes de começar. Se está sendo realmente captado o áudio e a imagem. Na falta de uma claquete, bater a clássica palma em frente a câmera e dizer: Gravando! (Para o *sinc* depois). Trabalho sério, mas não sem risos, dentre outros ensinamentos preciosos que só a vivência pode resgatar na memória.

Carol me ensinou que é importante fazer imagens extras, para compor a edição das imagens entre as entrevistas. Tudo precisa ser pensado e descrito no roteiro, para que na hora de “montar” o filme, nada venha a faltar. Uma de nossas tarefas seria captar imagens da nossa cachoeira, do dia amanhecendo, dos animais, essas entre outras cenas do cotidiano de uma comunidade quilombola, nesse caso, rural.

Já durante as entrevistas, minha primeira preocupação era deixá-las à vontade, e mais que de repente eu estava à vontade também. Eu lhes apresentava e fazia explicações sobre a pesquisa e sobre o vídeo. E aos poucos fomos costurando uma grande colcha de retalhos de narrativas e elaborações intelectuais sobre o dia a dia de mulheres quilombolas em interface aos debates feministas.

A elas eu só tenho a agradecer pela oportunidade de ouvir, de estar no lugar de escuta, e de uma forma propositiva, estar junto delas.

2.3 - As entrevistas - Parte 3: a prosa

A ideia era ser objetiva nas perguntas, mas o que era uma entrevista para uma pesquisa de mestrado também era um encontro e uma boa prosa com mulheres, ativistas, educadoras, artistas, agricultoras, donas de casa, enfim profissionais fantásticas, com ensinamentos de vida e ativismo, sem o fardo da prova, ou a obsessão pela pureza, como nos provoca Bidima.

Segundo a filosofia da travessia, o desafio também se dá em torno de como articular identidade, travessia e memória, sem cair em armadilhas totalizantes. Buscaremos as implicações em direitos, como questão emblemática e dialética central, resultante da relação dessa pesquisa com mulheres quilombolas. Sendo estas ativistas,

como suas ações se refletem na constituição de direitos para a população negra, rural e quilombola no país. Não sendo estas ativistas, como suas ações em defesa das mulheres são vistas, ou invisibilizadas.

Ao iniciar a gravação lhes perguntava sobre seu nome, idade, profissão. Quem eram elas, a partir do seu próprio olhar, sendo dito para o mundo. Colocá-las em primeiro plano, em um exercício, de respiração consciente, e em seguida de auto empoderamento de sua própria narrativa, eu pedia: *“Me fala um pouco quem é você?”*.

Em seguida, o pedido para que narrassem um pouco *sobre a sua comunidade. Como surgiu?* A fim de conhecer e entender as suas narrativas de origem, me perguntava a cada entrevista que passava: Quantas comunidades, espalhadas pelo Brasil, não tem mulheres nos nomes, ou nas histórias de concepção dessas comunidades?

Junto à minha orientadora, nos perguntamos qual seria o lugar das mulheres tronco-velho nas narrativas que construímos sobre nossas construções identitárias cotidianas. O que herdamos das mais velhas, ou “das antigas” como dizem na minha comunidade, para se referir as que vieram antes de nós. O que chegou até nós, vindas daquelas mulheres, que não se lembram mais os nomes, mas se tem a lembrança coletiva através da oralidade, como aquelas informações e remédios que ninguém mais sabe de onde vem, ou como se chegou à tal fórmula, mas que sabemos que cura, que vai dar certo.

Outra pergunta determinante na narrativa de vida estava em torno da família. *Como é a relação da sua família com a comunidade?* Aqui entendemos as relações familiares e relações de luta em pela comunidade, como uma certa herança entre ativistas quilombolas, e uma observação: as pessoas que são ativistas, possuem na família, ou em alguém próxima quem também é ativista por direitos das comunidades e da população quilombola.

E por fim, *qual a sua relação com a comunidade?* A fim de entender a relação atual/diária/cotidiana com a comunidade, observar sobre a participação nas decisões políticas importantes e em questões que envolvem suas respectivas comunidades. Avaliar quais são as motivações para se tornar uma ativista e permanecer em movimento. Perguntava ainda: *O que é ser quilombola pra você?* a fim de entender como se definem ou se constroem a identidade e relação política quilombola. Em seguida buscamos dialogar sobre *participação social junto a outros movimentos sociais de luta por direitos*. Se as mulheres quilombolas já tiveram contato com outros movimentos sociais, e pensarmos assim as relações políticas, ou espaços de participação que permitiram o

contato com os feminismos e/ou suas pautas, a exemplo, movimentos negros e negras, de luta pela terra, por Direitos Humanos, ou com movimentos de mulheres.

A pergunta que nos conduziria ao debate da autodeterminação de gênero para essas mulheres: *o que é ser mulher pra você? Como se veem as mulheres quilombolas, e qual a relação das mulheres quilombolas com a comunidade, com o território? Quais mulheres de referência na sua comunidade/ na vida dessas mulheres?* Perguntas motivadoras para se adentrar no debate e nas indagações a respeito do feminismo quilombola.

Em seguida a pergunta central: *você já ouviu falar ou conhece algo sobre feminismo? A depender da resposta das entrevistadas, a pergunta seguinte seria, se sim, você se identifica com o feminismo? E se não, o que as mulheres da sua comunidade fazem quando querem conquistar ou quando querem mudar algo?*

Optei por inserir no roteiro de perguntas algumas que nos permitissem a análise posterior sobre a perspectiva de futuro para essas mulheres. Ao perguntar se estas *teriam filhos e filhas ou afilhados*, queria entender o que estas mulheres pensam em deixar como legado às próximas gerações, seja como lembrança ou continuidade para seus filhos e filhas, afilhadas/os. Eis a grande questão motivadora desta pesquisa: *pelo que lutam as mulheres quilombolas.*

Já encaminhando para o final das entrevistas, propus a reflexão intergeracional, *o que gostariam de dizer essas mulheres, já tão experientes em suas áreas, para a sua versão mais jovem do passado ou ainda, o que gostariam de dizer para as jovens e mulheres quilombolas do Brasil* que poderiam ouvi-las nesse momento? As respostas, embasadas de reflexões, suscitaram o mesmo suspiro profundo do início da entrevista, seguida de afetuosas mensagens de força, e motivação, a si e a outras.

Imagem 28. Print de tela. Entrevista com Ana Maria Santos da Cruz.



A conversa com a tia Ana - Ana Maria Santos da Cruz - da comunidade Paiol de Telha, se deu na cozinha de sua casa. Mulher de fala firme, tia Ana é uma ativista nacional do movimento quilombola. Com 73 anos de idade, orgulhosamente afirma estar a 30 anos participando do movimento social: “eu aprendi a ser movimento social, com os outros movimentos sociais”. Dona Ana relata um pouco da relação rígida dedicada às mulheres antigamente, quando perguntada se conhece outros movimentos sociais de mulheres, Dona Ana respira fundo e afirma:

Eu vou ser bem realista nessa pesquisa. Eu venho de uma tradição de família, é bem radical, mas bem radical mesmo, certo? Mulher na minha época, eu, com 70 anos, as meninas, por exemplo, mulheres, tinham seu lugar separado. Os homens, as mulheres, os meninos, as meninas, era uma comunidade, a minha comunidade, principalmente o meu povo, era bem machista mesmo, bem radical mesmo. Mesmo, meu pai. Então eu fui criado numa família, que lugar de mulher era tipo na cozinha. Lavar, passar, cozinhar. E não ter contato praticamente, com o sexo oposto, né? Radical mesmo. Meu pai era bem radical, tanto que, quando foi, pra eu poder estudar, na minha época era ginásio, eu ouvi a seguinte frase do meu pai - que a gente morava na roça, né... Fazendas de café na região norte do Paraná - e ele falou: “você até pode ir estudar, só que tem um porém, se um dia eu ver você na cidade, conversando com rapazes, você vai apanhar no meio da rua. Eu ouvi isso do meu pai, eu tinha 24 anos. Então eram bem radicais mesmo. Hoje a gente tá tendo bem lib.. Eu tive muito bem a partir do momento que eu comecei a estudar, é que eu fui aprendendo assim, muita coisa, mas assim sempre com restrição. Por que você tinha aquele vínculo com o pai que você não podia, não podia, mesmo. (...) Então bem difícil. Não foi muito fácil, não. (...) o melhor de tudo hoje de ser mulher hoje, é ser independente.

Tia Ana cresceu no interior do estado do Paraná, na década de 1950-60, em uma comunidade negra no Sul do Brasil. Mesmo diante de uma família rígida, o que ela buscava era estudar. Sobre o Feminismo, quando questionada se conhece, ou se identifica com o feminismo, a resposta se deu de forma tranquila: “Me identifico, sim! Defendo as mulheres, em todos os sentidos também. Dentro da comunidade a gente tem vários, vários, vários problemas, então sempre que elas me procuram, ou eu vou ao encontro delas pra tentar, tentar, resolver.”

Imagem 29. Foto da entrevista com Cadinha.



Arquivo pessoal, 2022.

Laudira Soares dos Santos, 61 anos, quando perguntada se conhecia uma palavra chamada feminismo, me disse que não. Quando eu já me preparava para encerrar o assunto, ela me chama a atenção: “e você pode me explicar o que que é? Aí quando me perguntarem de novo, eu sei”, disse ela após compartilhar comigo ensinamentos preciosos de sobrevivência de uma mulher livre que vive em contato com a terra. Sentada nas sombras das árvores que ela mesma plantou em seu quintal, Cadinha como é carinhosamente conhecida pela comunidade me provoca e me leva a pensar: será que não é por falta de acesso ao termo, ou a um conceito que essas mulheres não se reconhecem entre si? Reflito a partir de um viés de mão-dupla, sejam elas mulheres quilombolas que desconhecem o termo “feminismo”, ou feministas que desconhecem as práticas e histórias de mulheres-comunidades quilombolas?

Imagem 30. Foto da entrevista com Hellen Jaqueline.



Arquivo pessoal, 2022.

Helen Jaqueline Pereira, da Comunidade Santa Rosa dos Pretos - MA, na sacada de um dos apartamentos da UnB onde realiza mais uma etapa do Mestrado, nos presenteia com toda a sua energia e empolgação ao descrever as ações e a história das mulheres aguerridas de sua comunidade:

As mulheres quilombolas tem um trabalho super importante. Por que as mulheres dentro do quilombo, não só o meu, mas todos os que eu conheço, as mulheres que tomam a frente de todas as discussões. Que tomam as responsabilidades pra si, de tomada de decisões dentro das comunidades quilombolas. Dentro da minha comunidade, nós mulheres é que fortalecemos. Quando a gente vai fazer uma pesquisa, na questão das mulheres, as mulheres estão em primeiro lugar em tudo. Na defesa pela educação, em defesa pela saúde, em defesa pela agricultura familiar, pela produção que vem trazer uma renda extra pra comunidade. Então as mulheres dentro das comunidades, elas são protagonistas das histórias, das nossas histórias.

Hellen se auto declara como uma mulher negra quilombola que vive na militância pelo feminismo. E afirma que cada vez mais mulheres devem entrar nesse movimento feminista. Afirma que o feminismo é forte dentro de mulheres militantes, nesse ativismo pela luta por respeito às mulheres. Atualiza-se a partir de pesquisas e dados, e embasa seu argumento diante do aumento da violência contra as mulheres vistos nos casos de feminicídio, o que chama de “violações de respeito” para com as mulheres, e convoca às mulheres, em especial as de povos e comunidades tradicionais, a estar se empoderando cada vez mais do feminismo.

Imagem 31. Foto da entrevista com Kathleen Tiê.



Arquivo pessoal, 2022.

Kathleen Tiê, 29 anos, advogada quilombola da comunidade Pedro Cubas de Cima - SP, atua na assessoria jurídica a comunidades quilombolas por todo o Brasil. Kathleen nos apresenta através de suas memórias, à uma realidade, e mais um elemento à observação: a da construção de uma identidade quilombola a partir das memórias das mais velhas, sejam elas tias, avós, avós, que residem nos quilombos, e no período de férias escolares, feriados, festejos religiosos, datas especiais a cada comunidade, recebem as crianças da comunidade que residem nas áreas urbanas. Kathleen se emociona, e nos emociona ao contar um pouco de sua história e de sua relação com o território coletivo:

Eu nasci em um período em que a gente estava desterritorializado, então o nosso quilombo era a casa da minha Dona Diva, na periferia de São Paulo, que é a realidade de muitos quilombos, né, que saem do território rural para ir se aquilombar em território urbano. (...) Religiosamente todo final de semana a gente ia para a casa de Dona Diva, e lá tinha contação de histórias. Eles sempre tinham uma dinâmica e uma didática pra manter quem estava nascendo, nas histórias do quilombo. Porque a realidade era voltar, não existia um plano B. O que tinha acontecido era aquela realidade de vários quilombos: grileiros tinham tomado a parte de cima [do território] que era onde morava a nossa família.

Fruto de um relacionamento interracial, morando na área urbana e com o falecimento do pai [quilombola] na infância, afirma que nas idas ao quilombo, acompanhando a avó se sentia acolhida, em casa, como um refúgio. Quando perguntada sobre o que é ser quilombola na sua visão, afirma:

eu vou dar a mesma resposta que meu pai me deu: (...) eles não falavam quilombola, era quilombo. A pessoa era quilombo. Do momento de brincadeiras a quando era sério, por exemplo “quilombo não tem jeito...” ou então “quilombo faleceu”. Era como se o território perdesse uma parte, por que uma pessoa está morrendo. (...) Então ele me explicou que quilombo, é a gente ser e fazer parte do nosso território.

Conta que hoje a relação com a comunidade é prestando assessoria jurídica à associação em caráter voluntário.

Sobre o feminismo é enfática em dizer que se este não foi pensado, e concebido por uma de nós, e que diante de um contexto tão distante da realidade quilombola rural negra brasileira, como pode nos representar. Vê com ressalvas sua participação no movimento feminista. Afirma que muitas questões que são do feminismo, a quem chama de eminentemente branco, não se adequam à realidade de mulheres negras, e faz um chamado:

Acredito que pra gente, dentro do quilombo, a teoria que seria mais adequada seria o Mulherisma Africana, essa é a minha visão. Mas entendo que o Mulherisma Africana tem um 'Q' de utópico, que não vai rolar. Então acho que pra gente o ideal seria um feminismo com uma interseccionalidade, o feminismo negro. Então talvez essa vertente atenda mais às nossas demandas. (...) Eu sou um pouco religiosa, então minha mensagem [pra uma jovem quilombola] é a gente tem muito trabalho pela frente. A luta é muito grande, e eu convido todo mundo que tiver um pouco de disponibilidade, a ajudar, se somar. Por que não é só uma comunidade, não é só uma pessoa, é a união de todas essas forças. Cada um fazendo um pouco no seu núcleo, e compartilhando o resultado com os próximos, a gente consegue reproduzir em escala.

Imagem 32. Foto da entrevista com Luzia Soares.



Arquivo pessoal, 2022.

Luzia Conceição Soares dos Santos, 25 anos, uma jovem contente, alegre e feliz, como ela mesma gosta de se descrever, gosta de cantar, e de estudar. Com respostas diretas e sem rodeios, Luzia afirmou não conhecer o feminismo. Quando perguntada o que as mulheres da comunidade dela fazem quando querem conquistar algo, afirma com

categoria: “ah, elas lutam né? Elas trabalham por isso”. Pensa em deixar como lembrança para seus sobrinhos: “a boa ação que a gente faz...”. Em seguida manda sua mensagem para jovens quilombolas do Brasil: “o que eu tenho de dizer para jovens mulheres quilombolas do Brasil, então, pessoal, lutem pelos seus sonhos. Não desistam nunca”.

Imagem 33. Print de tela. Entrevista com Nayan e Djankaw.



2022.

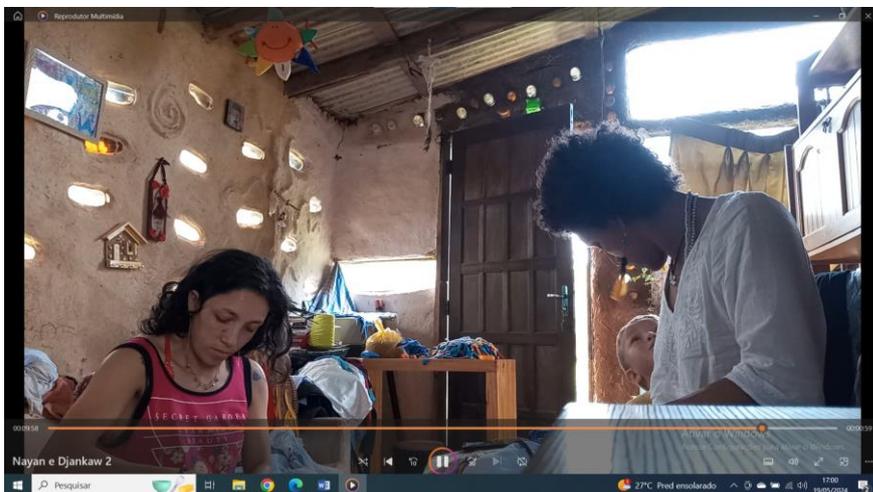
Nayan (Vanessa de Lima Marques) e Djankaw Quilombola Marques são além de irmãs, parceiras de palco, de turma em Pedagogia do Campo e ações comunitárias. Artesãs, artistas, mobilizadoras culturais, e ativistas, em um *rol* amplo de adjetivos, outra característica comum entre mulheres quilombolas: serem múltiplas. A criatividade, ora utilizada para as artes, ora para os malabarismos econômicos que a vida de mulheres negras rurais quilombolas exige, une mulheres de ponta a ponta do Brasil. A diversidade presente em cada território, também.

Nayan cresceu e vive na comunidade, é a afirmação de que há gerações de pessoas que vivem por que optam e são felizes em comunidades tradicionais. Afirma que sua relação de luta e resistência foi aprendida coletivamente. Atua junto às mulheres e compõem o quadro de duas associações de sua comunidade. Afirma que cresceu escutando os pais e avós falando sobre a luta e a resistência em busca do direito às terras de sua comunidade. Nayan que também exerce o papel de mãe de dois filhos, afirma: “essa luta foi nos construindo e vem nos construindo diariamente”. E a gente permaneceu nessa luta junto, (...) essa luta vem de geração em geração constantemente”.

Djankaw “uma mulheridade travesti negra” sorridentemente se apresenta como uma “ativista da comunidade LGBTQIAP+, artista transdisciplinar”. Com 27 anos, se descreve como filha da comunidade que a tem forjando como uma sujeita militante e ativista pelo direito do território, que caracteriza como “um direito das comunidades

quilombolas como um todo, um direito dessa terra existir, dela estar viva, de fazer parte dela e deste território”.

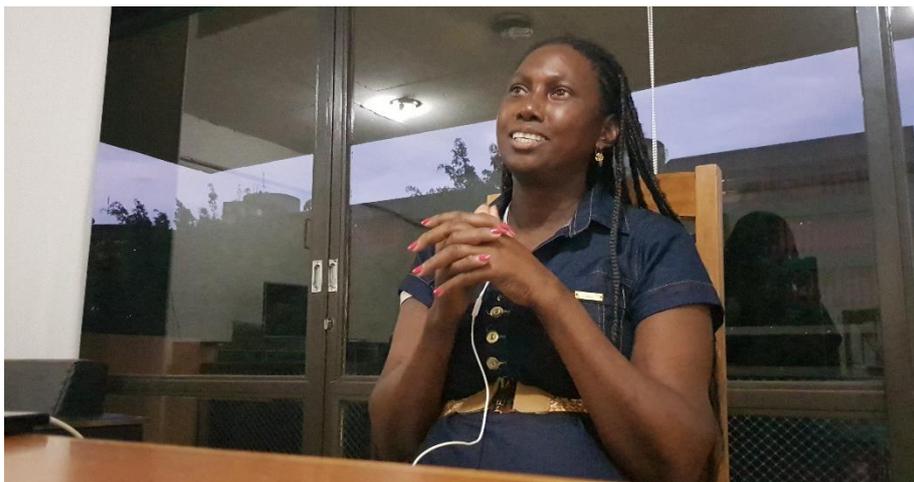
Imagem 34. Print de tela. Entrevista. Nayan, Djankaw e Miguel.



2022.

Ambas trazem a infância quilombola como um fator marcante em suas falas e uma criação compartilhada das crianças da família. Ao fundo da entrevista escutam-se as vozes de duas delas, que interagem com o todo, e fazem parte da cena, do espaço, do lugar. Nayan descreve que no curso de Pedagogia a importância de ter um olhar mais cuidadoso para as “nossas” crianças, e que pretende deixar para os filhos tudo aquilo que não teve, uma educação voltada às nossas crianças. Que se reconheçam enquanto sujeitos dessa história, com a terra, (...) com a natureza, com a comunidade”. Djankaw traz a importância da criação compartilhada das crianças como um ensinamento, uma forma de não sobrecarregar apenas as mulheres, e mães nesse cuidado. Afirma que deseja “para nossas crianças, um futuro brilhante. (...) Que elas possam escolher o que querem ser, (...) deixar um caminho mais leve para eles. (...) Um futuro brilhante!”.

Imagem 35. Foto da entrevista com Nilca Fernandes.



Arquivo pessoal, 2022.

Nilca Fernandes dos Santos, 45 anos, da Comunidade Vão do Moleque – Território Kalunga, Goiás. Nilca me concede a entrevista no apartamento de trânsito da Universidade de Brasília. A prosa começa no final da tarde e se estende até o anoitecer em uma conversa gostosa e para mim, surpreendente. Nilca já me diz que não conhecia quilombolas de pele mais clara, mas que tinha gostado de conhecer outros quilombolas com o curso de Mestrado.

Fala sobre as mulheres referência de seu território. Fala das parteiras e de como com o passar do tempo, essas senhoras vieram a falecer. De que tem muitas mulheres guerreiras na comunidade, e que a nova geração está revolucionando. “A mulher hoje revolucionou o território. Nosso território ainda é muito machista”. Fala da importância de políticas econômicas para mulheres como forma de empoderamento das mulheres de seu território. Também fala das mulheres coletoras de sementes da sua comunidade, que também fazem parte de um grupo de Sussa, dança tradicional de sua região.

Nilca nos aponta um relevante debate, que traz em si não apenas a denúncia do racismo ambiental a que está sujeita sua comunidade-território, como dá uma lição de como as pessoas em comunidades quilombolas são subestimadas quando compartilha uma reflexão sua:

Hoje eu consigo pensar assim, a mulher desenvolveu muito e ainda tá desenvolvendo o território. É uma luta feminina que nós temos dentro do território. (...) As comunidades não desenvolveram tanto quanto os moradores que nelas estão. (...) Hoje a gente tem mulheres que tá mestranda, que tá doutoranda, tem mulher que tá querendo cursar *pós doc*, e mora em uma casa que não tem energia elétrica, mora em uma casa que não tem água encanada.

Parece que a infraestrutura do território não conseguiu acompanhar o desenvolvimento das pessoas que nele estão morando.

Quando perguntada se já ouviu falar ou se conhece algo sobre o feminismo, Nilca diz que sim. Que a primeira vez que ouviu falar sobre feminismo, foi através da novela *O Cravo e a Rosa*, onde havia uma personagem, chamada Catarina, e que ela sentia curiosidade em saber um pouco mais a respeito:

Eu percebi que o feminismo tem uma luta em prol das mulheres. De resolver questões sociais e até familiares, questões relacionadas às mulheres. Só que eu não tenho muito aprofundamento disso não. (...) acho que devia até ter um grupo de feminismo na comunidade, mas eu não tenho muita profundidade no assunto. O que eu conheço são dos debates da sala, mas eu acredito até que eu sou uma feminista. Por que eu defendo até a última gota todas as mulheres. (...) me identifico sim com o feminismo. Com certeza. Por que a gente tá lutando em prol de uma coisa só, mesmo que a gente não tenha o feminismo ainda como luta social dentro do território, eu me identifico sim.

Nilca fala ainda sobre “os agrupamentos” das mulheres de seu território, quando estas querem conquistar algo. “Se agrupam e procuram alguém que já saiba do assunto”. Uma movimentação social somada à experiência. Um misto de aquilombamento entre mulheres, pautado na solidariedade.

Imagem 36. Foto da entrevista com Silvana Silva.



Arquivo pessoal, 2022.

Silvana Silva da Cruz, 32 anos, é uma jovem de luta, batalhadora, alegre. Para ela “ser mulher é uma tarefa difícil. Cuidar da casa, do lar, de si”. Sente falta dos momentos coletivos. De estar junto à outras mulheres. Lembra com saudade da horta comunitária de produtos medicinais, clube de mães, da Pastoral, momentos de encontro com outras mulheres para conversar, distrair, tomar um chimarrão, passar a tarde.

Ativista pela comunidade participa de outros movimentos sociais, e lembra em especial do movimento de benzedeadas. Afirma já ter ouvido falar sobre o feminismo, e apoia. Diz ainda: “Ah e me identifico, me identifico por que não deixo nada baixo”, seguido de risos compartilhados. Traduz as mulheres da sua comunidade como determinação: “as mulheres da minha comunidade são muito determinadas. Quando elas querem algo elas vão atrás”. Se pudesse, diria para as mulheres quilombolas do Brasil: “corram atrás de suas ideias, ter determinação. Cair 10 e levantar 11!”

Imagem 37. Foto da entrevista com Isabel Cruz.



Arquivo pessoal, 2022.

Isabel da Cruz Santos, 72 anos, conta com orgulho como criou os 4 filhos, sozinha, e de como batalhou para proporcionar o melhor que pôde. E conta: “nois não tem estudo por que o pai não deixou estudar. Por que segundo ele se fosse na escola, nois ia perder a virgindade”, “meu pai não tinha nem rádio, diz que pra nois não escutar bobagem do rádio”. Conta que trabalhou 11 anos em uma fábrica de caixão, e que ficava boa parte do tempo sozinha, mas mesmo assim não tinha medo. Que era funcionária e administradora, inclusive entre os homens.

Para Dona Isabel ser quilombola é sinônimo de liberdade: “é que a gente se manda. Mora em cima do que é da gente, faz o que a gente quer. Cria o que quer”. Já ser mulher quilombola, “é ser mulher que enfrenta a vida, trabalha, convive bem, sossegado, vai na missa”. Em relação ao autoconhecimento, enquanto uma mulher conta:

...na verdade, nós não tivemos muita experiência assim, por que as nossas irmãs mais velhas cada uma cuidava de uma, e elas não conversavam com a gente. Por que eu converso com o Rafa. Mas eles não conversavam com a gente, a conversa deles era pancada. E teve muita coisa que a gente se assustou. Eu casei muito novinha, casei com 20 anos. Nois não sabia nada, nada, nada.

Quando perguntada se sabe o que é, ou se já ouviu falar sobre o que é o feminismo, tia Isabel afirma desconhecer o significado. Seguida de um breve silêncio, e um olhar que continuava fixo em mim, perguntei se ela gostaria que eu explicasse o que era, a meu ver. Ela prontamente respondeu, que se eu quisesse explicar o que era, ela gostaria de saber.

Tia Isabel que não conhecia o termo *feminismo*, não se autodeclarou como *feminista*, por sua vez, demonstrou interesse em entender o que afinal quer dizer tal palavra.

Imagem 38. Foto da entrevista com Gertrudes Soares.



Arquivo pessoal, 2022.

Gertrudes Soares dos Santos, 76 anos, mãe, tia, avó, bisavó. Passou a vida trabalhando distante do território, volta a morar na comunidade com a retomada das terras do território. Mulher trabalhadora, caprichosa, como é conhecida pela família. Me leva para conhecer sua horta, farta em verduras orgânicas que ela mesma plantou. Conta orgulhosa sobre sua roça de mandioca, abóbora, milho, batata, pipoca, e mostra a fartura que cultiva, nas terras da comunidade.

Tia Tuda, como é chamada pela família, conta que antes não era chamada de quilombola, mas agora até as crianças já se reconhecem como quilombolas, os chama de “quilombolinhas” e diz de uma forma típica da região: “ah mãezinha, bem quilombolinha, já vem até com o chapeuzinho”. Para ela:

...ser mulher é ser de luta, (...) mas nem uma é igual as outras. As mulheres negras lutam. A gente vê lá na Índia, na África, as mulheres são trabaideira. Agora esses da cidade não são de trabalhar, né? (risos) Agora na roça é

quilombola mesmo, né? Por que quem gosta da roça é que vem pra roça né? Até na família, tem uns que nem quer saber da roça. (...) A vida tem dificuldade de trabalhar na roça, é muita dificuldade.

Nos conta que não sabe o que é feminismo, e segue dizendo que acha absurdo, hoje em dia, meninas de 13 anos quererem casar. Conta que antigamente se casavam com 18 anos, mas sabiam fazer de tudo, e que acha ruim que se casem muito cedo, por que com 22 anos já vão estar arrependidas da vida, sem aproveitar nada, ainda mais estudando. Afirma que se pudesse dizer algo para as meninas hoje, as incentivaria a estudar, que “hoje em dia é preciso estudar”.

Imagem 39. Foto da entrevista com Tuia Kalunga.



Arquivo pessoal, 2022.

Maria Helena, popularmente conhecida como Tuia Kalunga, da comunidade quilombola Tinguizal, território Kalunga de Goiás, traz em sua fala relatos e histórias fortes. Conta que casou muito cedo, mas que por saber ler e escrever, fazia cartas e escrevia “bietos” (bilhetes) para as pessoas não alfabetizadas da comunidade. Por conta do casamento, saiu da comunidade e quando voltou a morar, voltou como a “professora Maria Helena”. Conta que a educação foi o que a libertou, e como ferramenta de luta, a importância de aprender. Afirma que as crianças quando se afastam da comunidade para estudar, acabam “se perdendo”, e perdendo ensinamentos importantes para a vida no território.

Tuia como prefere ser chamada, conta como se deu o processo de reconhecimento enquanto liderança dentro da comunidade, “de mamando a caducando”, como descreve através do ditado popular da sua comunidade. Tal qual em muitas comunidades e experiências quilombolas, se deu a partir da necessidade das pessoas da comunidade que buscavam acesso à direitos básicos (desde a certidão de nascimento dos

filhos), e da sua disposição em fazer, ajudar, colaborar nas mais variadas tarefas, a colocando como uma das referências na comunidade.

Quando questionada sobre o que é ser uma mulher, Tuia nos provoca a pensar junto, o que é ser uma mulher preta, autônoma, independente. Afirma que até pouco tempo, não sabia o que era ser uma mulher, por que se via apenas como um objeto:

Por que pra mim eu era apenas como um objeto vagando, e lutando por muitas coisas, mas eu não me reconhecia enquanto mulher, principalmente por ser uma mulher negra, por ser uma mulher preta. Por que as pessoas não te olham como mulher, não te desejam enquanto mulher, te desejam enquanto um corpo, um objeto. Então isso acaba passando pra gente enquanto criança, enquanto adolescente, e aí, as vezes a gente se perde, por que a gente não sabe. Por exemplo, eu lá em casa, eu fazia os dois papel, o papel do homem e da mulher, eu não sabia o que era “papel do homem e da mulher”. (...) Eu não sabia o que era ser mulher de verdade, tô tentando, tô aprendendo isso agora. Eu nunca me permitir ser mulher. Eu nunca consegui me permitir ser mulher.

Tuia nos leva a pensar sobre os impactos do racismo na infância e na juventude, e de como a hipersexualização de corpos negros, retira até mesmo a infância de jovens mulheres negras, mais tarde, impacta a visão sobre si mesma, sobre sua autoestima, e sua forma de estar e viver no mundo. Nos faz refletir quais são as reivindicações de mulheres negras e mulheres não negras em relação ao trabalho e a percepção social, que reflete em sua visão sobre si mesma, a respeito da fragilidade feminina.

Eu tento compreender o seguinte: tem coisas que eu posso até fazer, mas que não seria minha função, e isso não iria me deixar menos mulher do que eu sou. Por que muita das vezes a gente quer ser tanto mulher, que a gente faz coisa que não era pra gente fazer. E isso acaba prejudicando os nossos corpos, acaba nos deixando doentes, acaba nos deixando frágil, se sentindo mais frágil ainda, por que a gente acha que a gente deve dar conta de tudo. ‘Ah, tem um saco ali de 100 kg. Ah vou pegar eu dou conta’, por que eu tenho que fazer isso. ‘Ah você tem que ir cortar de machado’, como eu já fiz muito... ‘Panhar’ lenha’, ponho o machado nas costas e vou corta a madeira. ‘Ah mas se não pode mais cortar de machado’, então eu compro um motosserra, que foi isso que eu fiz. Então, eu tava me reconhecendo enquanto mulher nesse momento? Não. Eu posso fazer essas coisas, posso! Mas tem coisas que não é função minha.

Nos provoca a refletir sobre como historicamente mulheres negras foram vistas como fortes e resistentes, uma percepção distorcida pelo racismo colonial e que ainda hoje, pouco se importa com a saúde dessas mulheres. Tuia nos fala nas entrelinhas, sobre a exploração do trabalho dessas mulheres, e da sobrecarga de tarefas doméstica e familiares, naturalmente associada a elas, mascaradas pela ideia de força. Fala sobre a importância da atenção à saúde e sobre auto cuidado como formas, a meu ver, de

empoderamento de mulheres que nunca puderam, logo, nunca se permitiram, descansar.

Tuia afirma:

...então eu tô começando a compreender que ser mulher é ver o que seu corpo suporta. Ser mulher é para além da cabeça, é para além do corpo. Ser mulher é você sentir, se você tá bem e o quanto você pode suportar. Não é suportar por pressão social, não é suportar por que você quer mostrar pra alguém que você dá conta, mas você se importar pra si. Você começar a pensar (...) isso era necessário fazer? (...) que eu dou conta eu sei, mas não que seja necessário eu fazer coisas além do que meu corpo possa suportar, só pra provar que eu sou mulher? Não.

Afirma ainda: “a mulher quilombola hoje, é a base de qualquer resistência das comunidades. É elas que não querem sair do território, por que elas sabem que quando elas saem, elas não saem sozinhas. O homem quilombola, pega a trouxa, põe nas costas e sai. Que ele não tem algo que prende ele, a mulher quilombola tem. Ela vai pensar (...) nos filhos”. Sobre o feminismo, Tuia afirma que já ouviu falar, mas nunca participou, e ainda não compreendeu.

Pode até ser que eu pratique, dentro das associações, pode até ser que a nossa luta da associação, enquanto coletivo, possa se assemelhar a esse conceito, mas esse conceito pra mim, e pra minha comunidade, ele não tem significado, por que a gente desconhece esses termos. A gente pode até fazer feminismo, mas de outras forma. Não com esse termo, com esse conceito em caixinhas como ele é feito. A gente pode até fazer feminismo na nossa luta, na nossa história, na nossa resistência, mas eu até hoje, não vou te dizer que eu sou uma feminista, ou alguém da comunidade é, por que eu sei que a minha comunidade nem sabe o que são esses conceitos de feminismo. Pode ser que a gente perpassa por ele sem ter esse conhecimento. E eu poderia já ter interagido com isso, sendo uma mulher formada, como uma mulher que tá sempre na luta? Poderia sim, mas isso não ia me fazer mais quilombola ou menos quilombola. Não ia me fazer mais mulher, ou menos mulher. Por que essa luta eu já faço todo dia.

As mulheres quilombolas com que honradamente conversei e entrevistei sobre feminismo posicionaram-se da seguinte forma:

- a) 6 declararam conhecer o feminismo e, a seu modo, se identificavam com ele;
- b) 2 conheciam e não se identificavam com o feminismo;
- c) 2 não conheciam, demonstraram interesse e se identificaram;
- d) 2 não conheciam, demonstram interesse e não se manifestaram;

Surpreendentemente, a maioria das mulheres com as quais conversei objetivamente para a entrevista, afirmaram conhecer o feminismo e a seu modo, se identificam com a ideia².

Das mulheres que conheciam e não se identificavam a afirmação foi consciente, de que esse conceito - associado a palavra, em sua composição atual - associada a imagem de mulheres brancas, e sua atuação - associada as pautas com as quais trabalham, “não as contemplava”.

Outro grupo disse não conhecer, demonstrou interesse em saber mais sobre o assunto, e assim a princípio, se identificaram com a ideia de feminismo enquanto “mulheres que lutam pelos direitos das mulheres”³.

Por fim um outro grupo de mulheres quilombolas que não conheciam o termo, demonstraram interesse, e não se manifestaram se viam-se ou entendiam-se como feministas.

Dialogar com mulheres quilombolas, sobre esse assunto, me faz refletir, dentre outras questões o porquê de mulheres negras rurais, estarem entre as que menos acessam seus direitos fundamentais. Seria o distanciamento da palavra “feminismo” e de seu significado fator a se considerar? E ainda, se seriam as ações coletivas de mulheres quilombolas, em prol de outras mulheres quilombolas, consideradas feministas? Propomos, então uma reflexão feminista quilombola afro territorializada.

² Entendemos que esta pesquisa, por não ser quantitativa, revela apenas uma amostra e impressões colhidas em torno do debate que se tem sido feito sobre o tema. Estamos cientes de que outros instrumentos e estrutura de pesquisa devam ser empregues para se dimensionar melhor dados sobre o assunto.

³ Nesse momento das entrevistas, as entrevistadas me perguntavam se eu podia explicá-las o que é o feminismo. Eu afirmava que sim, e fazia uma breve contextualização sobre a concepção a partir das sufragistas e o direito ao voto, nomes de mulheres feministas e materiais referências no assunto, e exemplos de ações de grupos de mulheres de diferentes nacionalidades que se autodeclaram como feministas. De maneira simples percebi que cheguei a uma frase comum a quem me perguntava: “mulheres que lutam pelos direitos das mulheres”.

3.4 - Roda de conversa com mulheres quilombolas ativistas nacionais - on-line

Imagem 40. Arte Convite Roda de Conversa “Feminismos e as lutas das mulheres quilombolas” com mulheres quilombolas ativistas.



Publicado no Instagram, 2022.

Realizada no dia 14/12/2022 a partir das 19h, em alusão ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Roda de Conversa “Feminismos e as lutas das mulheres quilombolas” realizadas com mulheres quilombolas ativistas, no formato on-line, foi uma grata surpresa de adesão ao tema proposto e de participação ativa de interlocutoras.

Foi enviada uma mensagem de convite por Whatsapp, para uma lista prévia de 50 mulheres quilombolas, ativistas nacionais, convidando para nos reunirmos e dialogarmos a respeito de “Feminismos e as lutas das Mulheres Quilombolas”. A ideia inicial era ouvir, trocar e conversar sobre como mulheres quilombolas têm visto e vivenciado o feminismo em sua diversidade. Compareceram 25 mulheres que se mantiveram conectadas e participando da roda de conversa.

Também foi compartilhado no privado e em posts nas redes sociais a proposta de realização e inscrição na atividade on-line. Foi elaborado um card e um texto de acompanhamento e entregue a lista de contatos da pesquisadora. Para a minha surpresa, o tema e a atividade foram muito bem recebidos entre as mulheres quilombolas e também entre as não quilombolas. Pode-se perceber o entusiasmo não apenas em discutir o tema,

mas em posicionar-se a respeito, e a curiosidade com os resultados da pesquisa, atividade que se pretende realizar após a conclusão deste trabalho.

A roda de conversa deu-se como uma grande oportunidade de dialogar sobre feminismo no entendimento de e entre mulheres quilombolas, entre mulheres que constroem diariamente o movimento quilombola. Durante a roda de conversa, a primeira contribuição, foi agradecendo à ancestralidade e pedindo licença às mais velhas para falar, diante do reconhecimento de que estar aqui hoje, é porque muitas outras mulheres quilombolas antes de nós, lutaram para que estivéssemos aqui. Lembrando de Mãe Tiana que defendeu e lutou pelas mulheres quilombolas ao longo de toda uma vida, Mãe Sebastiana, mulher séria e destemida, lutava cantando e entoando palavras de força ao longo do caminho. Suas filhas e netas ainda lutam, nos ensinam que o tempo não é linear, ele é multi circular, e em forma de espiral.

Outra participante, abre a roda de reflexões apontando uma realidade recorrente nas comunidades quilombolas, a dificuldade de comunicação, devido à má qualidade de sinais como telefonia e internet. Segue no permitindo acompanhá-la em outras reflexões, profundas e afirmativas: “falar do feminismo da mulher quilombola, tem todo um significado, uma sensibilidade, na verdade, porque, por muito tempo foi-nos dito, que esse tema não nos pertencia, né? (...) nós entendemos que esse é um espaço nosso, um espaço caro que a gente precisa retomar, e acredito que é de suma importância o que a gente tá fazendo aqui. E estou muito feliz. Tamo aqui pra construir juntas”. (Edna - PE)

A companheira nos permite refletir sobre a importância das narrativas, orais e visuais, que podem reforçar estereótipos. Explico, ao narrarmos repetidamente a história do feminismo partindo sempre das mesmas personagens e localizações geográficas históricas, reproduzimos a ideia colonial de que um movimento global que luta por direitos para as mulheres, tenha se originado e constituído a partir apenas, destes locais. Ao digitar se pesquisar em sites de busca na internet a palavra feminismo, no singular, encontramos uma série de imagens relacionadas à luta pelo voto feminino, imagens em preto e branco, que mostram mulheres brancas, segurando cartazes e marchando em ruas urbanizadas, retratadas na Europa ou nos Estados Unidos.

Ao reafirmarmos que o feminismo surge com as sufragistas, por exemplo, reforçamos também a ideia de que apenas naquele local, e apenas aquelas mulheres lutavam por direitos civis para as mulheres no mundo. Ao silenciar outras narrativas e ações por direitos, que ocorrem simultaneamente em diversos países, e culturas, silenciamos a importante contribuição que cada grupo de mulheres teve para os direitos

conquistados que usufruímos hoje, em todo o mundo. Mulheres lutam em todos os cantos do mundo, por direitos para si e para suas comunidades, penso que um grande ganho deste trabalho foi construir e compartilharmos juntas dessa reflexão.

Outro ponto apresentado na reflexão coletiva diz respeito às mulheres como tomadoras de decisão. Diante da viuvez, ou do abandono parental por parte dos homens, muitas mulheres e famílias se veem na situação de chefes de família e responsáveis integralmente pela economia familiar, o que as caracteriza socialmente como “mulheres fortes”, “duras” ou “autoritárias”, uma das companheiras de conversa nos explica o porquê: “é resistindo, para existir”.

Diante da divisão do trabalho, fortemente influenciada pela concepção patriarcal, por vezes machista, acaba sendo relegada apenas às mulheres as tarefas de cuidado e manutenção do ambiente de convívio familiar. As tarefas de preparo da alimentação e limpeza de casa, como os cuidados com as crianças acabam sendo delegadas às mulheres. Todavia, entre as mulheres quilombolas também se apresentam estratégias de enfrentamento ao machismo e as violências identificadas no convívio em comunidade.

A conversa que se dá à beira do rio, no momento de realização dos afazeres domésticos, os conselhos e as experiências compartilhadas em torno do plantio, colheita e preparo do alimento, nas cozinhas das casas, as trocas de saberes entre mães e avós, enquanto se produzem um artesanato, ao mesmo tempo que se cuida do bebê e das crianças mais novas, entre outros. Lugares de “afazeres” domésticos, que se tornam comumente, lugares de convívio e ensinamentos, espaços seguros de troca de conhecimento, atuais e ancestrais, entre mulheres que carregam em si, gerações de outras mulheres, e sabem disso.

Temas como relacionamentos ou solidão das mulheres negras e quilombolas também foram abordados, como as dificuldades de serem mulheres empoderadas e como isso se desdobra nos relacionamentos. Sobre a liberdade sexual e felicidade amorosa; sobre o machismo dos homens e meninos quilombolas; Sobre como mulheres “ainda ficam mal faladas” nas comunidades, em especial as jovens; O preço que as mulheres que querem ser livres ainda pagam, em muitos casos com a vida; como mulheres preservam a memória da comunidade e repassam os ensinamentos entre as gerações; sobre as redes de apoio entre mulheres da comunidade. Sobre resistências diárias em territórios afetivos.

Uma das companheiras presente na conversa (Vercilene), nos afirmou que mesmo já tendo realizado cursos e leituras feministas, ainda não conseguiu se identificar

com o termo, nem mesmo entre as mulheres negras e ativistas que se denominam feministas. Todavia afirma que passou a refletir sobre o empoderamento das mulheres a partir da realidade da sua comunidade, em especial familiares, como a avó, que “era uma mulher que queria ser feliz”. Afirma não saber se isso é ser uma mulher feminista, mulherista, ou uma mulher “desapocada”, expressão usada na sua região, mas que compreende hoje as ações de sua avó, como ações e práticas de alguém em busca de liberdade.

Muitos são os relatos trazidos a partir de histórias e narrativas de mulheres, e familiares próximas. As avós, bisas, tias, irmãs, primas, comadres, e mães, estão presentes na grande maioria das narrativas de mulheres sobre suas comunidades, e de como essas enfrentaram as violências sendo mulheres, em contextos machistas, racistas e rurais. Mulheres negras do interior que, mesmo “nos tempos de antigamente” ousavam falar, agir, posicionar-se, e lutar por direitos inspiraram outras a ousar querer viver a própria vida. “Através da cultura, da luta, da religiosidade, a minha tia fazia a luta feminista. (...) Ela era uma mulher à frente do seu tempo”. (Edna Paixão - Afrânio - PE).

Para outra participante, as mulheres negras, fizeram o maior feminismo, que podemos ter hoje como referência, ao defender seus corpos, vistos como posse e mercadoria na violência da escravidão. Lutar pelo seu próprio corpo como um território livre de violências, para ela é uma ação feminista: “O protagonismo... o feminismo ele veio pra dar um nome, por que nós já éramos isso, sem precisar dar um nome. (...) Ela [mãe] se importava não só com a sua família, isso é feminismo.” (Graça - MG).

Uma das companheiras interlocutoras na conversa nos ajuda a responder a questão central desta pesquisa, de por que é importante pensarmos em feminismo quilombola? "*São conceitos criados na academia, e que nós crescemos sem acesso a eles, o problema está quando nós não somos incluídas em ações que são para a garantia de direitos dessas mulheres. Por que quando construímos políticas públicas sem levarmos em conta as especificidades das mulheres negras, rurais, dos quilombos e comunidades tradicionais, estas acabam por ser excluídas dos processos de construção e garantia de direitos. Vistos que são conceitos e ações cotidianas as mulheres quilombolas podem, caso queiram, reivindicar sim, para si o conceito e o título de mulheres feministas*". (Cida Mendes - PE).

A partir da contribuição de outra companheira de prosa, pudemos observar, outro elemento importante no dia a dia das comunidades, que assim como observamos mulheres como grandes lideranças nas comunidades, ainda hoje, também presenciamos mulheres

que são expostas a relações de subordinação matrimoniais, machistas e opressoras. Não são isolados os casos em que o ativismo por direitos dessas mulheres se manifesta como impulsionador de empoderamento, e aliado à promoção de saúde mental de mulheres que se encontram em estado depressivo. Encontra-se através da luta pela educação, do movimento de luta por direitos das comunidades e em outras mulheres quilombolas, a inspiração e a força para continuar o trabalho intergeracional em defesa dos territórios. (Tarcia - AM).

Outra companheira nos provoca a refletir ainda sobre as violências físicas sobre mulheres negras e quilombolas. Infelizmente o racismo ainda é muito forte e vívido no cotidiano de mulheres pretas, em especial as mulheres quilombolas do interior e de pele retinta. O empoderamento político, mas também econômico das mulheres quilombolas ativistas, que se fortalecem dentro dos movimentos sociais, por vezes, provoca ainda mais as concepções patriarcais machistas. Em defesa do território, muitas mulheres perdem a vida, e outras têm que continuar a ser fortes e dar seguimento às lutas empreendidas nos movimentos estaduais, nos faz refletir sobre o enfrentamento à violência física contra as mulheres, e que essa realidade não está distante, mas dentro de casa. (Andreia - RN).

Nossa interlocutora nos instiga a pensar um pouco mais, e é contundente ao afirmar: “(...) *O que está em nós vem das nossas ancestrais. Eu não me vejo como feminista, ainda falta muito pra eu me ver como uma mulher feminista, mas as vezes eu me pergunto, será que a gente é feminista, ou nós temos uma outra forma de ser feministas que difere da forma de ser feminista que nos é apresentada? O que a gente faz é muito mais que feminismo. Ser mulher quilombola é para além do feminismo. (...)*”. (Celinha - MA). “*Mesmo diante de tantas violências, mulheres quilombolas ainda pensam no cuidado umas com as outras, o cuidado com a família, com quem não é família, e de todos aqueles que são entendidos como parentes*”. Essas reflexões trazidas pela companheira, nos instiga a pensar o que difere o fazer político de mulheres quilombolas?

Ao dialogar com mulheres quilombolas de regiões tão diferentes do país, pude perceber que mais coisas as somam do que as distinguem, sejam enquanto mulheres, ou territórios quilombolas. Reconhecem a sua ancestralidade, e sua vida atual ligadas à terra. É na relação com a coletividade, promovida pela rede de interações que uma comunidade permite, que esse ser individual-coletivo se posiciona.

Desde as características sócio culturais, ao desafio na efetivação de direitos sociais e políticos, mulheres quilombolas fazem política e operam direitos, em especial

as ativistas do movimento social quilombola. Em lugares distintos e temas diversos o fazem, diariamente, em conexão com os territórios a que estão ligadas. Nas histórias e memórias, lutas e conquistas de direitos, por mulheres, jovens, senhoras e meninas, todos os dias. O empoderamento das mulheres quilombolas, rurais ou urbanizadas, traz em si, a valorização e o respeito à história e ao legado de outras, mulheres quilombolas, da própria família ou não, que foram invisibilizadas historicamente.

Imagem 41. Print de tela: Roda de Conversa “Feminismos e as lutas das mulheres quilombolas” com mulheres quilombolas ativistas



Arquivo, 2022.

Capítulo 3. Debate teórico conceitual: novas narrativas sobre a luta por direitos das mulheres e comunidades negras

Conceição Evaristo e Grada Kilomba em seus escritos permitem a atual geração de leitoras negras se sentir parte do mundo. É quase como um sopro de ar nos pulmões. Volto a evidenciar a importância para uma jovem leitora negra, de se sentir parte das escritas, leituras e narrativas que têm acesso. As autoras nos convidam a retirar as máscaras das invisibilidades epistemológicas que padrões acadêmicos impõe às mulheres negras nas universidades: outras pessoas podem pesquisar e expor suas realidades, mas se estas falarem sobre seus enfrentamentos e desafios diários, são vistas como pesquisas pessoais, ou ainda pautas representativas, e correm o risco de não serem legitimadas como

sérias, ou qualificadas pela academia. O mito da imparcialidade científica embebido pelo racismo e pela colonialidade.

Como não erguer a voz, quando além de historicamente silenciadas, as narrativas epistêmicas coletivas de mulheres negras são invisibilizadas? Ou ainda, quando os conhecimentos tradicionais, de mulheres rurais, e quilombolas são academicamente subestimados? Grada e Conceição, nos convidam, mesmo sem saber, a pensar e escrever sobre nossas próprias relações políticas, acadêmicas, afetivas, enquanto pesquisadoras negras, quilombolas, vindas de povos tradicionais, que vivem e constroem diariamente, ações, incidências, legislações, precedentes regionais e nacionais, que inspiram entre outras, mulheres, comunidades e movimentos.

A primeira vez que ouvi falar sobre feminismo, não foi exatamente com esse nome. Tive duas experiências marcantes que me fizeram construir e entender a ideia do que era esse tal “feminismo”. A primeira delas foi através de um filme. Em uma madrugada sem sono, no interior de uma comunidade rural, não se tem muitas opções. Eu estava ali, em frente à televisão quando de repente começou um filme, onde nas cenas só se viam mulheres. Mulheres brancas, em um cenário uma rua, em uma cidade urbana, algo em torno do início do século XX. Europa.

Eu me recordo pouco desse filme, mas me lembro que essas mulheres entravam em uma espécie de café-livraria e conversavam sobre algum plano estratégico que elas demonstravam estar planejando com muita intensidade. A reunião foi breve, e logo tem início uma confusão, tumultos e as mulheres correm para a rua, e ali começa, o que mais tarde eu entenderia como, um protesto, uma manifestação de rua, puxada e pensada por mulheres.

Foi quando passou em cena, um termo que eu levaria ainda mais algum tempo para entender, as letras diziam: “as sufragistas”. Àquela altura da madrugada, o sono já me pegava de jeito, e eu adormeci. Depois de um tempo, levantei, desliguei a televisão, e fui me deitar, mas aquelas cenas, nunca se desligaram em mim. Aquelas cenas me chamaram atenção porque retratavam mulheres em cenas diferentes das que eu estava acostumada a ver cotidianamente. Mulheres conversando sobre assuntos políticos em espaços públicos, e traçando estratégias do que demonstrava, e se tornou um grande movimento de reivindicação por direitos de mulheres. Achei interessante.

As mulheres da minha comunidade se reuniam em clubes de mães, onde além de fazerem artesanato, conversavam muito sobre as situações que aconteciam na comunidade. Outras mulheres, participavam ativamente das igrejas, seja como ministra,

ou como apoiadora das atividades diárias fundamentais dos cultos, ou das missas, desde a limpeza a reza, e apoio aos padres e pastores. Outras participavam das atividades festivas em datas comemorativas da comunidade, como a Festa Junina, o Dia das Crianças, o Natal, e depois de algum tempo, nas Festas do Dia da Consciência Negra. Em todas elas, as mulheres na organização direta das atividades.

As mulheres também sempre estiveram presentes nas reuniões e na coordenação da associação comunitária. Se durante as reuniões apenas os homens falavam, a noite a conversa se desdobrava, muitas vezes em torno do fogão à lenha. O amadurecimento das decisões é compartilhado nas rodas de conversa, tomando um chimarrão, na mesa de bar, mas sobretudo em casa, com e entre as mulheres. O que me faz pensar: onde estavam as mulheres que se pareciam comigo, e com a minha realidade, naquele filme, das mulheres europeias? O que estariam elas fazendo naquele mesmo momento, aqui no meu país?

A segunda cena que me rememora ao contato com o feminismo, foi em uma das atividades domésticas que eu fazia com frequência, encontrei um lenço roxo, e um material da Rede Mulheres Negras do Paraná. Perguntei pra minha mãe - minha mãe não é uma mulher negra - e ela disse que havia sido um evento de mulheres, que ela participou, com outras mulheres da nossa comunidade, em Curitiba. Achei fascinante.

O que diferencia mulheres feministas ou não feministas, em especial quilombolas, quando ambas estão atentas às demandas comunitárias, que incluem a si e as outras? São em atividades de organização da sociedade civil, e/ou em espaços de controle social por direitos humanos, que podemos observar a efervescência e as dinâmicas de trocas entre essas mulheres. A meu ver, é na luta por direitos que mulheres quilombolas, negras, rurais e mulheres feministas se encontram.

Neusa Gusmão, ao falar da terra a partir da experiência de sua pesquisa junto ao Quilombo do Campinho, no Rio de Janeiro, nos chama atenção para pensarmos a “terra uterina”. Pensar o território a partir das mulheres, algo explorado mais tarde na construção de políticas públicas, que têm as mulheres como titulares de direitos. A percepção é de que a terra não é apenas mercadoria a se comercializar, mas um território dinâmico, complexo e pulsante.

“No espaço/tempo particular, além de ser terra uterina, apropriada de modo comunal, a terra-território é terra feminina não apenas em razão da origem, mas fundamentalmente porque não é terra privada e individualizada posta em jogo no tempo presente. A realidade da terra é assim, tal como a realidade do grupo, um universo de confronto permanente. O confronto coloca em jogo as bases em que se funda a reprodução social desse grupo étnico e camponês. A

terra é a um só tempo, território e mercadoria, realidade construída e em construção. Disto e dos grupos com presença, resultam universos simbólicos diversos, complementares e opostos”. (p. 11 - 91)

E é na luta em defesa dos territórios que se encontram as mulheres de povos e comunidades tradicionais. É em defesa da vida e em conflitos decorrentes das disputas pela terra. É também em defesa do território, que as mulheres quilombolas, negras, do campo, de povos tradicionais, se tornam vítimas e marcadores sociais. É preciso romper com as narrativas viciadas e recontar as histórias do mundo, deixando de lado o silenciamento epistemológico direcionado aos corpos racializados, como afirma Maria Clara Araújo dos Passo.

Essas e outras obras assinadas, disponíveis on-line, ou transcritas a partir de entrevistas orais, publicadas em jornais, por organizações ou por mulheres quilombolas, como o livro “Mulheres negras: territórios de existências negras femininas”, “Cartas de mulheres quilombolas pós pandemia, “A revolta do cachimbo”, entre outros escritos por cartas disponíveis na Internet, são enunciações ao mundo, de que ninguém mais silenciará, e mais, ninguém mais falará em seus nomes, por que mulheres quilombolas têm voz.

A Pesquisa Racismo e violência contra quilombos no Brasil, realizada pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ e pela Terra de Direitos - Organização de Direitos Humanos em 2018, ao pensar a violência no país com recortes de gênero, raça, e territorialidade, identificou que as mulheres quilombolas são assassinadas em decorrência da luta em defesa ou pela retomada, de seus territórios.

Mesmo diante de um recorte temporal dos casos identificados, a pesquisa aponta para uma realidade nacional. A violência e o feminicídio contra as mulheres quilombolas se apresentam por pessoas próximas, ou por agentes externos às comunidades, mas sempre em uma tentativa de intimidação, e desencorajamento, motivadas por ciúmes, disputas políticas ou disputas pela terra.

Maria Aparecida Mendes, pesquisadora quilombola do território de Conceição das Crioulas - Pernambuco, em um de seus textos nos presenteia com reflexões e ações, quando afirma que “a população negra se vê na obrigação de criar alternativas de enfrentamento” e quando evidencia a necessidade urgente de desconstruirmos a ideia romantizada, de que em comunidades quilombolas não há conflitos.

Em sua dissertação de mestrado, intitulada “Marias Crioulas: Emancipação e alianças entre mulheres no enfrentamento à violência doméstica em comunidades tradicionais”, Cida Mendes, como é carinhosamente conhecida, descreve como realizou atividades com mulheres e homens de sua comunidade, e nos ensina a importância de evidenciar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, mesmo que por vezes a própria “tradição” comunitária seja o de resguardar essas e outras violências, infelizmente, ainda há um silenciamento muito comum em comunidades quilombolas. Ao pesquisar e escrever a respeito das violências domésticas em comunidades quilombolas, por exemplo, vemos uma demonstração de coragem, ao abordar temas tão íntimos e sensíveis, às mulheres e comunidades quilombolas, e de povos tradicionais.

Nos chama atenção ainda sobre como lidar com os agressores, quando estes também são parte da comunidade. Não é tarefa fácil, mas sem dúvida, Cida Mendes nos apresenta uma elaboração refinada coletivamente, na epistemologia e na “pesquisa-ação”, de como pensar e transformar relações sociais entre homens e mulheres, em contextos comunitários, a partir do olhar das mulheres.

É preciso descolonizar as narrativas sobre o feminismo a fim de que possamos ampliar a compreensão da luta por direitos das mulheres, tal qual as convenções internacionais de direitos das mulheres lutaram para instituir: a ideia de que lutar pelos direitos das mulheres, é lutar por direitos humanos. Logo, a luta por direitos das mulheres quilombolas, por regularização e titulação dos seus territórios, a luta por saúde e qualidade de vida da comunidade negra, são - ou deveriam ser - lutas feministas, pois esta mulher quilombola, não é uma mulher sozinha. Ela é uma mulher-comunidade. A luta não é apenas em defesa da terra, ou do seu próprio corpo, mas em defesa do corpo-território-coletivo, onde se dá continuidade à vida, com ensinamentos vindos da ancestralidade.

Assim como Cida Mendes, outras mulheres quilombolas estudantes, pesquisadoras, professoras, vêm compondo uma linda colcha de retalhos-narrativas de si e de muitas outras, costuradas por histórias e experiências que aconchegam e dão voz a mulheres quilombolas pelo interior do Brasil, ou melhor, dos ‘Brasis’. Cabe ressaltar a proposta metodológica que vem sendo desenvolvida pelo MESPT na relação com essas novas escritas e narrativas acadêmicas.

Sem a pretensão de analisar uma a uma as obras de minhas veteranas, busco apenas apresentar a quem se interessar, um banco de dados precioso, composto de conhecimentos: as dissertações de pesquisadoras quilombolas do MESPT/UnB que me

antecedem, e outras das quais dividimos o tempo presente, as quais honro suas escritas, *escrevivências*, pesquisas e experiências.

Tabela 2. Título da tabela

Autora	Título	Data	Palavras-chave
1 - Elaine Lopes de Souza	Narradoras do batuque: protagonismo e identidade no Quilombo do Serrote	2017	Mulheres, Batuque, Quilombola, Quilombo do Serrote, Direito, Território.
2 - Márcia Jucilene do Nascimento	Por uma Pedagogia Crioula: memória, identidade e resistência no quilombo de Conceição das Crioulas – PE	2017	Educação específica; Conceição das Crioulas; Pedagogia Crioula; Projeto Político Pedagógico; Mulheres crioula, resistência.
3 - Maria Diva da Silva Rodrigues	Política de nucleação de escolas: uma violação de direitos e a negação da cultura e da educação escolar quilombola	2017	Nucleação Escolar. Educação quilombola. Pedagogia crioula
4 - Maria das Dores do Rosário Almeida - Durica	(Re)construindo caminhos e histórias de vida de mulheres negras da Vila do Carmo do Macacoari – Amapá;	2018	
5 - Miriam Aprígio Pereira	Luízes, um quilombo em contexto urbano: história, memória, travessia e re-existência dos pretos das piteiras;	2018	Identidade; Quilombo Luízes-MG; Pretos das Piteiras; História/Memória; Travessia
6 - Ana Claudia Matos da Silva - Ana Mumbuca	Uma escrita contra-colonialista do quilombo Mumbuca, Jalapão - TO	2019	Escrita contra colonialista; Quilombo Mumbuca Jalapão-TO; Cosmologia quilombola; Metodologia compartilhada; Fogueira de memória.
7 - Daniele Conceição Sarmento de Sousa;	Um mergulho nos rios do esquecimento: a invisibilidade do estudante quilombola no estado do Pará	2019	Educação Escolar Quilombola. Estudante quilombola. Invisibilidade. Movimento Negro.
8 - Elionice Conceição Sacramento;	Da diáspora negra ao território das águas: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas - BA	2019	Quilombo Conceição; Território de Águas; Identidade Pesqueira e Quilombola; Protagonismo de Mulheres; Resistência.
9 - Rosilda Alves Coutinho;	Transmitindo saberes: educação e conhecimento tradicional sobre plantas medicinais na comunidade São José - GO Cartilha (apêndice)	2019	Plantas Medicinais. Desenvolvimento Sustentável. Saberes do Campo. Aprendizagem;
10 - Valéria Pôrto dos Santos;	A dinâmica do sistema agroextrativista do quilombo Pau D'arco e Parateca –	2019	

	Malhada/BA: apontamentos para a gestão territorial e a sustentabilidade		
--	---	--	--

Fonte

O que reflete a importância de cada vez mais as universidades estarem abertas e preparadas para receber estudantes e pesquisadores/as destas comunidades, mesmo diante das dificuldades de permanência e produção nesses espaços. A maternidade, por exemplo, que diante da falta de preparo ou preocupação das universidades acaba por fragilizar ainda mais o processo formativo de estudantes/pesquisadoras que são ou se tornam mães.

A crescente ocupação da universidade por estudantes de comunidades tradicionais, neste trabalho, em especial quilombolas, refletem no aumento exponencial de pesquisas e ações que tem como foco e público alvo, mulheres quilombolas e suas especificidades. Observamos ainda a presença significativa de mulheres que passam a acessar esses espaços de produção intelectual, e como suas pesquisas refletem grupos e temas até então invisibilizados ou descartados pelo fazer científico tradicional.

3.1 - Feminismo Negro

A Marcha de Mulheres Negras - 2015 foi um marco histórico da luta por direitos no Brasil e resultado de séculos de lutas e denúncias de violações de direitos. Da petição deixada por Esperança Garcia - mulher negra escravizada, que denunciava a o desrespeito aos seus “direitos” como maus tratos, à Carta da Marcha de Mulheres Negras Brasileiras, contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver, 9 nove anos se passaram, e ainda restam semelhanças - sobretudo na falta de acesso à proteção do estado. Em março deste ano foi lançada a 2ª Marcha Nacional de Mulheres Negras, para novembro de 2025.

Angela Davis, ativista feminista e antirracista, reverenciada e conhecida histórica do movimento negro brasileiro, em uma conferência na Universidade Federal da Bahia - UFBA, em 2017 denominada: “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, chama a atenção para as lutas das mulheres negras no sul global, e que o feminismo negro, nos Estados Unidos tem muito a aprender com as mulheres negras brasileiras. Importante destacar a presença e fala de Angela Davis, no Brasil, onde cita Lélia Gonzáles como uma referência atemporal, não só para as brasileiras, mas reconhecendo em Lélia e muitas outras, grandes ativistas, defensoras de Direitos Humanos no mundo. Assim como afirma Angela Davis, temos no Brasil referências de

mulheres negras ativistas históricas, que através do controle social e da “fazeção” diária, se tornam também nossas referências intelectuais, políticas, afetivas e inclusive, espirituais.

O próprio termo “fazeção”, cunhado por Angela Maria Martins, ativista, professora da rede pública e intelectual negra do Estado do Paraná, para definir a parte prática, material, efetiva para concretizar as ações e elaborações teóricas, presentes nos discursos de combate às violências racistas e sexistas, significa: “o ato contínuo de “fazer” até que o objetivo seja, de fato, alcançado: o antes, o durante e o depois.

O exato oposto da “falação”, a “fazeção” é o que torna a eloquência e a intelectualidade, atos concretos. O termo que provoca riso entre as que carinhosamente compreendem de onde ele surgiu, e como ele é significativo, nos permite compreender que as elaborações conceituais, teóricas, acadêmicas, são importantes, mas é na prática, muitas vezes exaustiva, constante e silenciosa, é que se transforma o direito positivado em direito efetivado.

Desde a elaboração de um ofício solicitando alguma demanda urgente à comunidade, à escrita de projetos que possam auxiliar no andamento das ações da associação. Às intermináveis reuniões no exercício da participação e controle social, onde se deliberam a construção e monitoram-se o andamento de ações que refletirão diretamente na vida de mulheres e comunidades negras e quilombolas, a “fazeção” é constante.

Convivemos diariamente entre mulheres negras intelectuais da terra, das lutas sociais, da vida. Mulheres que elaboram, planejam e constroem políticas e direitos difusos, não apenas para si, mas para o coletivo, seja esse a comunidade quilombola, as mulheres afrodescendentes em diáspora pelo mundo ou a sociedade civil, como um todo. Construindo diariamente políticas públicas que impactam direta e indiretamente na vida de toda a população, negra e não negra, como o caso do Sistema Único de Saúde - SUS, por exemplo.

Lélia Gonzalez, por exemplo, nos deixa como herança seu legado teórico-ativista, e sua escrita afetiva, na elaboração de reflexões e problematizações ainda hoje vigentes e necessárias ao movimento negro e de mulheres negras. Dentre tantas contribuições para pensarmos e incidirmos na garantia de direitos da população negra, nos provoca enquanto uma mulher negra declaradamente feminista e ativista de combate ao racismo, a pensar “um feminismo que pudesse ser construído em conjunto com homens”.

E quando, como no famoso “caso Marli” (que tem sua contrapartida no “caso Aézio” que, afinal, deu no que deu), ela bota a boca no trombone, denunciando o que estão fazendo com homens de sua raça? Aí as coisas ficam realmente pretas e há que dar um jeito. Ou se parte para a ridicularização ou se assume a culpabilidade mediante a estratégia de não assumi-la. Deu pra sacar? A gente se explica: os programas radiofônicos ditos populares são useiros e vezeiros na arte de ridicularizar a crioula que defende seu crioulo das investidas policiais (ela sabe o que vai acontecer a ele, né? O “caso Aézio” tai de prova). Que se escute as seções policiais desses programas. Afinal um dos meios mais eficientes de fugir à angústia é ridicularizar, é rir daquilo que a provoca. Já o “caso Marli”, por exemplo, é levado a sério, tão a sério que ela tem que se esconder. É sério porque se trata do seu irmão (e não do seu homem); portanto, nada melhor para neutralizar a culpabilidade despertada pelo seu ato do que o gesto de folclorizá-la, de transformá-la numa “Antógena Negra”, na heroína, única e inigualável. Com isso a massa anônima das Arlis é esquecida, recalçada. E tudo continua legal nesse país tropical. Elementar, meu caro Watson. (Gonzalez, 1984, pág. 233)

Para Lélia González, evidenciar as violências vividas pela população negra era fundamental para a construção de um feminismo negro, que acolhesse também as dificuldades enfrentadas por homens negros, como parte da comunidade negra, logo afetando diretamente às mulheres negras. Fundamentada na cosmovisão afro centrada de convivências, nos possibilita visualizar o exercício prático-teórico-prático da decolonialidade.

Para Danubia Fernandes, que faz uma revisão teórica do conceito de gênero à luz dos estudos raciais, e busca entender a dupla alteridade da mulher negra,

ao contrário de correntes do feminismo negro norte-americano, Lelia Gonzalez acreditava em um feminismo que pudesse ser construído em conjunto com os homens, sem considerá-los como vilões ou culpados pelo machismo. Para ela, mulheres e homens constroem-se uns aos outros na relação e a mulher deve saber valorizar o que tem de específico em si, como seu corpo, seu orgasmo e sua maternidade sem excluir ou menosprezar o homem e o mundo masculino. (pág. 707).

O feminismo negro traz em seu centro as mulheres negras. E estas mulheres, que vivenciam o racismo em formas perversas, sabem o quanto ele incide sobre os homens da sua família/comunidade. As mulheres negras historicamente denunciam as violências decorrentes do racismo, não apenas por si, ou a partir do gênero. Mas é através de suas vivências enquanto mulheres negras, inseridas em comunidades negras, que atuam como porta vozes, muitas vezes, de homens negros marginalmente inseridos e silenciados pela sociedade. Se não por seus filhos, por seus homens, seus irmãos, afilhados, as feministas

negras trazem consigo a pauta da população negra no acesso à direitos plenos, e intergeracionais.

Luiza Bairros, importante ativista e intelectual negra brasileira, por exemplo, é sucinta ao afirmar que considera a ideia de um “mosaico de opressões sexistas” expressão cunhada por Judit Grant, importante, para pensarmos os “diferentes feminismos”, visto que não existiria uma identidade única do que é ser mulher, tal qual em termos, dos movimentos negros e de mulheres negras, que não existe apenas uma maneira de existir no mundo sendo afrodescendentes.

essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (Bairros, 1995, pág. 461)

Ao citar importantes feministas negras norte americanas, e dialogar com mulheres intelectuais, ativistas e acadêmicas, Luiza Bairros nos alerta, para a não reprodução das ideias hegemônicas brancas, e assim promover a desqualificação dos conhecimentos e análises políticas de mulheres negras, ainda não legitimadas pela própria academia, ao afirmar:

...a autora [Patricia Hill Collins] considera como contribuição intelectual ao feminismo não apenas o conhecimento externado por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico, mas principalmente aquele produzido por mulheres que pensaram suas experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos direitos civis, cantoras e compositoras de música popular. (Bairros, 1995, pág. 463)

Luiza Bairros nos aproxima e nos fortalece de maneira intercontinental ao afirmar que, as caminhadas teóricas de mulheres afrodescendentes no continente americano se assemelham, ainda que sujeitas a processos de colonização distintos.

Sueli Carneiro também nos aponta importantes discussões, a respeito das contribuições das mulheres negras, para a constituição de direitos no país, e para o movimento feminista, e apresenta: “e o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática

política feminista no Brasil” e a necessidade de uma responsabilização coletiva sobre o racismo e o machismo.

Ao afirmar, por exemplo que a Constituição Federal promulgada em 1988, “representou o ápice de um processo de lutas e conquistas que mudaram radicalmente a situação legal e social da mulher brasileira nos últimos 20 anos porque o movimento de mulheres conseguiu incorporar no novo texto constitucional 80% de suas reivindicações”. Afirma ainda que:

a conquista na nova Constituição do princípio constitucional que estabelece que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão”, situa a questão racial num novo patamar dentro da sociedade brasileira na medida em que este princípio, ao reconhecer a prática do racismo e ao criminalizá-la, questiona a igualdade de direitos e oportunidades tão decantados pelo mito da democracia racial. (Carneiro, 1993, pág. 40)

Sueli Carneiro afirma ainda que, na década de 1980, mais especificamente no Centenário da Abolição da Escravidão Negra no Brasil, as mulheres negras, impulsionam um grande movimento político-teórico-social em torno de suas questões específicas, adubo para as sementes que seriam plantadas naquela e nas próximas gerações, através de novas formas de organização, a fim de construir e participar dos processos democráticos do país:

Na interseção destes dois movimentos assiste-se à emergência de um novo ator social: o Movimento de Mulheres Negras. [...] Este processo culmina na realização em dezembro de 1988 do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a participação de 460 militantes, representando 17 Estados da União. [...] A busca da afirmação política da mulher negra decorre da insuficiência com que a questão da mulher negra é tratada tanto no movimento de mulheres quanto no movimento negro. (Carneiro, 1993, pág. 40)

Se nos debruçarmos sobre a narrativa comumente espalhada pelo mundo, perceberemos que a narrativa de concepção do movimento de mulheres, descrito como movimento feminista, se dá a partir de um contexto apenas, o de mulheres brancas, que reivindicavam o voto, ou o trabalho externo a casa.

Se ampliarmos a percepção e a “vontade de conhecimento” podemos notar, que sutil e diretamente, o feminismo se caracteriza como a luta das mulheres por respeito, e por direitos ao redor do mundo. Veremos que no mar de mulheres que lutam ancestralmente apenas 3 ou 4 ondas, não dão conta de abranger e mover tantos barcos, e tanto conhecimento. Mas para tal, precisamos estar cognitivamente dispostas a ouvir,

entender, aceitar ou debater, pontos de vistas diferentes daquele narrado a partir da europa e da colonialidade ou do imperialismo norte americano. E dialogando com Sueli Carneiro, afirmar, que com a força impulsionadora das mulheres negras em movimento(s) e do feminismo negro brasileiro, conseguimos enegrecer o feminismo, e temos a oportunidade de recontar suas histórias, trajetórias e desafios pelo mundo, enquanto um movimento universal, politicamente estruturado no reconhecimento da sua amplitude e no respeito à diversidade e especificidades de suas componentes, integrantes, construtoras.

O feminismo negro interseccional decolonial se apresenta como proposta metodológica sobre como incidir ao se pensar novas narrativas sobre o feminismo, e dentre eles as formas de atuação política de mulheres quilombolas. Nos falta ampliar seu repertório e o diálogo com as experiências de mulheres rurais e o entendimento sobre o racismo no campo, ou em áreas rurais pelo interior dos Brasis. O impacto de grandes empreendimentos em territórios quilombolas, por exemplo, afeta o modo de vida diário de comunidades inteiras, e ainda mais, o das mulheres. As mudanças climáticas e os impactos sócio ambientais se dão de forma mais violenta sobre corpos estigmatizados a partir da racialização.

O movimento por Justiça Climática, fortemente impulsionado pelas denúncias de violações de direitos de mulheres e comunidades afetadas pelas mudanças climáticas ao redor do mundo, vem ganhando visibilidade cada dia mais. No material intitulado “Quem precisa de justiça climática no Brasil?”, realizado pelo GT de Gênero e Justiça Climática, do Observatório do Clima, organização que atua na agenda socioambiental e no enfrentamento da crise climática, composto por perspectivas de lideranças, majoritariamente mulheres, indígenas, negras, quilombolas, periféricas, pesqueiras e rurais, os impactos ambientais sofridos pelas mudanças e instabilidades do clima, são sentidos de forma diferentes por diferentes grupos e classes sociais, como acontece com o racismo ambiental, por exemplo:

“O racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor. O racismo ambiental se combina com políticas públicas e práticas da indústria para fornecer benefícios para os brancos enquanto transfere os custos da indústria para as pessoas negras. É reforçado por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares. Em certo sentido, ‘cada instituição do estado é uma instituição racial’. A tomada de decisões e políticas ambientais muitas vezes refletem os arranjos de poder da sociedade dominante e suas instituições. Uma forma de “cobrança” ilegal força as pessoas de cor a pagar os custos dos benefícios ambientais para o público em geral. A questão de quem se beneficia com as políticas ambientais e industriais atuais é central para esta análise do

racismo ambiental e outros sistemas de dominação e exploração. (BULLARD, 2000, pág. 98)

A Justiça Climática por sua vez, seria um “desdobramento da justiça ambiental, que evidencia especificamente os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre determinados grupos sociais. Nesse sentido, os impactos climáticos são também impactos ambientais e podem ser analisados de acordo com a lógica da justiça ambiental aplicada ao clima”. E dentre as pessoas mais impactadas estão as mulheres, e meninas, dentre estas, as mulheres negras, quando afirma que “de maneira geral, seja qual for o dado analisado, a população negra é normalmente mais impactada – e as mulheres negras ainda mais.”

(...) O movimento da justiça climática chama atenção para o fato de que mulheres e meninas, especialmente do Sul Global, compõem um dos grupos mais impactados. Elas sofrem com múltiplas desigualdades que devem ser analisadas sob a ótica da interseccionalidade. A crise climática pode ser considerada mais um eixo de opressão que se soma a questões ligadas à pobreza, educação, acesso a recursos naturais, violência sexual e muitos outros fatores que, sobrepostos, geram situações de profunda desigualdade.

Gostaria de pensar a continuidade desse texto, e o debate com o feminismo, ao compartilhar algumas questões que me surgem: por onde começam as narrativas sobre o feminismo? Podemos contar a “história do feminismo” no singular? E a partir de quais corpos, contextos e territórios tem se dado essas narrativas? Se acrescentarmos o fator “território” ao debate teórico das violências que nos atravessam, e das lutas das mulheres por direitos (nesse caso, territoriais, ou por liberdade no período escravocrata) quais dados, debates, pautas e prioridades levantaremos? E mais, quem pauta as demandas específicas das mulheres quilombolas e das mulheres negras rurais?

O racismo ambiental que atinge as comunidades quilombolas, em sua maioria na área rural, ou nas periferias das grandes cidades, urbanizadas com o tempo, afeta ainda mais as mulheres negras, e diante dos atravessamentos de ser mulher, negra, quilombola, rural ou urbanizada, quem defende os direitos, demandas e especificidades dessas mulheres?

3.2 - Feminismo camponês popular: mulheres auto organizadas nos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e na América Latina

A história do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC está ligada à luta pela terra no Brasil e em especial na América Latina, a partir da década de 1980. Motivadas e construtoras da luta por direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, foram desencadeando aos poucos pautas e reivindicações de lutas específicas e fundamentais para mulheres, seja do campo, ou da cidade. Outra característica elencada pelo Movimento de Mulheres Camponesas em seus escritos (cartilhas, impressas, e em especial site da internet), é de ser um movimento que defende as pautas e direitos das mulheres, sendo um movimento misto, ou seja, composto por homens e mulheres.

Através de mobilizações, celebrações da memória de datas e pessoas importantes para a história do movimento de mulheres, e do campo, formação política, e comunicação popular, o movimento de mulheres camponesas se estrutura no Brasil, e se consolida como uma referência na elaboração de políticas públicas e nas denúncias de violações de direitos, de mulheres rurais, pelo interior do país.

Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. (...) Neste sentido, mulher camponesa é aquela que produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher legítima e confirma, no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (...) temos o acúmulo necessário obtido pela experiência do enfrentamento com o modelo neoliberal que produz, ao mesmo tempo, a opressão de gênero e a exploração de classe que fere a dignidade de mulheres e de homens, jovens e idosos, negros, brancos e indígenas. (Movimento de Mulheres Camponesas, site, 2024)

O Movimento de Mulheres Camponesas é composto por mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem-terra, assentadas. Mulheres indígenas, negras, descendentes de europeus, autodenominada classe trabalhadora, afirmam lutar pela causa feminista e pela transformação da sociedade. Afirmam ainda:

Para nós do MMC, a nossa história é parte do Feminismo Camponês Popular, não apenas porque estamos na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC)/ La Via Campesina e lá temos um papel forte no debate do feminismo, mas porque esse é o termo que juntas construímos para mostrar que a luta das camponesas, muitas vezes entendida como luta geral do campesinato, tem, sim, uma perspectiva FEMINISTA, pois é necessariamente anti-patriarcal, anti-racista e anti-capitalista. (Movimento de Mulheres Camponesas, site, 2024)

A Via Campesina, por sua vez, fundada em 1993, é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, trabalhadores sem-terra, indígenas, quilombolas, pastores, pescadores, trabalhadores rurais migrantes, pequenos e médios agricultores, camponesas e jovens camponeses de todo o mundo. La Vía Campesina defende a agricultura camponesa para a Soberania Alimentar. Atualmente, compreende 182 organizações locais e nacionais em 81 países da África, Ásia, Europa e América. A Via Campesina se caracteriza como um movimento misto, que reconhece a importância do trabalho conjunto entre homens e mulheres, uma das bases para a transformação que busca o movimento.

Ao longo da existência de La Vía Campesina, as mulheres estiveram presentes e participaram ativamente em todas as questões e em todas as lutas: dedicando-se à organização, marchando com coragem e paz. Lado a lado e em solidariedade com os homens da Via Campesina, elas oferecem análise política, experiência e energia para o objetivo comum de criar um futuro mais justo, igualitário, pacífico, ecológico e vivificante. (Via Campesina, site, 2024)

Isso possibilitou às mulheres camponesas reconhecer sua luta como parte da luta feminista, mas também a necessidade de especificar de qual feminismo falam as mulheres do campo, da roça, da área rural, das águas e das florestas, como é o relato do Movimento de Mulheres Camponesas. Ao afirmar que o Feminismo Camponês Popular, expressão popular, nacional e internacional de luta das mulheres camponesas da América Latina e Caribe, e é uma experiência constituída nas lutas sociais, de classe e em resistência à uma visão imperialista da sociedade, e tem na agroecologia a força política norteadora na busca por outros direitos e na defesa dos territórios, e no enfrentamento à todas as formas de violência sofrida pelas mulheres.

Ao reivindicar outro modelo econômico para a vida no campo, as mulheres camponesas se aproximam das mulheres quilombolas, quando reconhecem a necessidade de pensar e construir políticas públicas a partir da experiência das mulheres com a terra. Ao reconhecer os conhecimentos tradicionais e a herança dos povos indígenas e africanos de cada região e continente, reconhece a diversidade que compõe as áreas ao interior dos

países. Assim o feminismo camponês popular, se apresenta como alternativa às narrativas de um modelo único e padronizado de luta por direitos das mulheres no campo.

No Brasil em especial, o feminismo camponês popular, reconhece a diversidade populacional que compõem os campos, as águas e florestas, e a população que nela habitam, e propõem uma alternativa ao modelo exploratório de produção colonial, capitalista e imperialista. Para Itamara Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus, ativistas do MMC e autoras do artigo “*Feminismo Camponês Popular: uma abordagem antirracista*”, afirmam:

Outro fator sobre o feminismo que construímos é que ele deve contemplar a diversidade do campo, ou melhor, a das mulheres camponesas. E é pensando a diversidade do campesinato brasileiro, logo a diversidade que somos enquanto mulheres que compõem esse campo, que propomos uma abordagem na perspectiva antirracista, pois as mulheres camponesas negras e indígenas estão muito presentes em nossa organização, no campo e na sociedade de maneira geral, entendendo o Brasil como sendo um país do contato, por vezes forçado e assimétrico, entre povos, raças/etnias e culturas. (...) Enquanto mulheres (negras e indígenas) camponesas que compomos esse campo brasileiro, cheio de conflitos e concentração de terra, logo, sujeitas da construção do Feminismo Camponês Popular, precisamos cada dia avançar na afirmação de nossas raízes afro-brasileiras e indígenas. Buscar em nossas ancestralidades os conhecimentos medicinais, as tecnologias que contribuam na lida com a terra, a valorização da nossa cultura quilombola e indígena, da nossa culinária e reafirmar que continuamos e continuaremos lutando e resistindo pela erradicação do racismo, do patriarcado e do capitalismo, a partir do Feminismo Camponês Popular. (ALMEIDA, 2021, pág.85)

Reflexões a partir de experiências de mulheres camponesas, do Brasil e da América Latina, auto organizadas em movimentos sociais de luta pela reforma agrária, somadas às lutas das mulheres negras quilombolas por titulação, direitos fundamentais, combate ao racismo, machismo entre outras violações dos corpos negros, nos permitem refletir sobre como podemos combater o racismo na área rural, no campo, águas e florestas, juntas. Ao narrar suas experiências, e afirmarem reivindicações semelhantes quanto à vida e os desafios enfrentados, mulheres se aproximam, em especial de outras mulheres. “As mulheres são conscientes das opressões do patriarcado e sobre as condições de classe, gênero e raça: mulheres do campo, indígenas, pescadoras, negras e de comunidades tradicionais.”

Segundo Aline Maria, mulher agricultora, ex-boia fria, advogada popular e militante do MST, o feminismo camponês popular se dá na junção de forças de mulheres e movimentos do campo, e tem na agroecologia a raiz da sua luta e proposta de mudança estrutural do sistema, capitalista e patriarcal.

Em termos de organização política, o movimento feminista camponês está articulado em todo o Brasil com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que se autoafirmam como um movimento autônomo de mulheres camponesas, considerando sempre que as mulheres do campo enfrentam desafios específicos nos espaços rurais. O feminismo camponês é composto por diversos movimentos populares do campo, dentre outros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e está organizado internacionalmente representado pela Via Campesina, um movimento social de articulação internacional dos movimentos populares do campo. (Maria, 2021, pág. 70)

A luta pelo acesso à terra é ponto comum entre esses movimentos, mulheres e proposta de transformação social no campo:

O feminismo camponês e popular, em consonância com a agroecologia, possui o potencial transformador de ressignificar a função social da terra, demonstrando que a produção no campo e o direito à terra não são de domínio exclusivo dos homens. Nesse sentido, o cumprimento da função social da terra se concretiza pelo trabalho das mulheres com a produção agroecológica em defesa da vida e do ambiente saudável e equilibrado, proporcionando o desenvolvimento pessoal e econômico com autonomia e dignidade. Torna-se, inclusive, uma importante ferramenta de fortalecimento das mulheres na reforma agrária e de resistência ao modelo do agronegócio. (Maria, 2021, pág. 78)

Aline Maria nos chama atenção para a Portaria nº 981/2003 e posteriormente a Instrução Normativa (IN) nº 38 de 2007, ambas editadas pelo Incra, como um programa de acesso à terra pelas mulheres na reforma agrária. A titulação conjunta de lotes em áreas de reforma agrária, instituída pela Portaria Incra nº 981/2003, que regulamenta o artigo 189 da Constituição Federal sobre a titulação conjunta de lotes para beneficiários da reforma agrária e a Instrução Normativa nº 38/2007, que tornou obrigatória a titulação conjunta de lotes nos assentamentos, versa sobre a titulação da terra em nome do homem e da mulher, e garante em caso de dissolução de casamento ou de união estável, a mulher como proprietária do lote.

A Portaria nº 981/2003 institui que a titulação das terras de reforma agrária deve obrigatoriamente ser feita em nome do homem e da mulher residentes do lote, estando o casal vivendo em regime de casamento ou de união estável. Enquanto que a Instrução Normativa nº 38/2007, que veio complementar a Portaria, exige a titulação conjunta do homem e da mulher para acessar qualquer política elaborada a partir do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dispõe sobre normas do Incra para. (Maria, 2021, pág. 78)

Dialogando com a autora, a garantia de inclusão da mulher como “chefe de família” legalmente reconhecida, nos lotes em assentamentos da reforma agrária, nos

permite analisar a importância e os impactos significativos da medida, no fortalecimento e empoderamento das mulheres camponesas e em contextos de assentamentos da reforma agrária. A autora nos leva a refletir, ainda e analisar a perspectiva transformadora também no campo do combate ao machismo na área rural.

A mudança de paradigma instituída pela IN nº 38/2007, que acrescentou a qualificação “mulher chefe de família”, promove uma mudança real e intergeracional, que reconhece e visualiza no conceito de “homem e mulher como chefes de família”, uma mudança significativa, para quem até então era vista como “apoio” ou “ajuda” doméstica ao trabalho no campo. Ser vista como detentora de direitos e tê-los assegurados, seja na reforma agrária ou no movimento sufragista, faz com que as mulheres se fortaleçam e participem como sujeitas de direitos, individual ou coletivamente.

Reafirmo que é na luta e na efetivação de direitos para as comunidades e para si mesmas que as mulheres quilombolas, se encontram e se somam às mulheres feministas. Aline Maria se propôs a analisar “a contribuição do feminismo camponês e popular para o cumprimento da função social da terra”, e ao fazer isso, nos inspira a pensar como se dão as relações intracomunitárias, entre mulheres e comunidades negras e os territórios onde vivem, que diante do contexto de desestruturação de famílias afrodescendentes no período colonial e posterior, se tornaram as referências matriarcais dessa população, seja nos terreiros de candomblé, com as mães de santo, seja nas casas de cultura, com a figura da “mãe ou tia de todos”. Nos faz refletir em como essas mulheres, responsáveis e chefes de grandes famílias na área rural e em comunidades quilombolas, ainda hoje, estão expostas à uma grande insegurança jurídica frente ao racismo institucional e ambiental que as encontra.

É fundamental transformar a realidade vivenciada por mulheres negras em todos os contextos sociais e os índices onde se encontram sob o risco do Estado brasileiro reproduzir mais uma dentre tantas violências: a patrimonial. Ao não garantir nem no período pós abolição, nem nos dias atuais, a titulação das terras e dos territórios quilombolas onde vivem gerações de mulheres, e decorrentes dela, nega o direito à propriedade para essa parcela específica da população, e sua descendência. Mulheres que vivenciam sistematicamente e ao longo de toda uma vida, a negação de muitos direitos, dentre eles, o direito à propriedade. Ao analisarmos alguns dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017, observamos que:

O Censo Agropecuário 2017 trouxe um universo de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, sendo que 81,3% (4,11 milhões) estavam sob gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob gestão feminina, considerando todas as formas de direção. Do total de estabelecimentos, 77,1% (3,89 milhões) foram classificados como Agricultura Familiar (AF) e 22,9% (1,16 milhões) como Não Agricultura Familiar (NAF). Em 2006 o total de estabelecimentos da AF seria 4,305 milhões e ocupavam 81,268 milhões de hectares considerando a classificação da AF pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 que atualiza a Lei nº 11326 de 26 de julho de 2006. Os estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres representavam, em 2017, 19,7% enquanto os NAF eram 15,2%. A região nordeste apresenta maior percentual de mulheres dirigindo estabelecimentos, sendo 23,2% no total e 24,3% da AF, seguidas da Região Norte com 19,4% no total e 20,2% da AF. Segundo cor e raça, as mulheres negras dirigem 62%9 dos estabelecimentos da AF dirigidos por mulheres, seguidas de 35% de mulheres brancas. (Censo Agropecuário, 2017, pág. 13)

Já ao analisar a forma de obtenção de terras em comparação entre homens e mulheres na agricultura familiar, observa-se que 30,38% diz respeito à licença ou titulações concedidas para comunidades quilombolas ou povos indígenas 23,28%, como nos mostra a pesquisa. A titulação ou licença de ocupação pela reforma agrária é de 22,2%, entre outros casos, a titulação por regulamentação na Amazônia, e também de herança ou posse não titulada.

O que podemos entender em decorrência destes dados, é de que, dentre outras questões, a manutenção do território sob os cuidados de comunidades sejam elas, quilombolas, indígenas originárias, de povos e comunidades tradicionais, mantém não apenas a permanência de mulheres e famílias no território, como promove o fortalecimento e empoderamento político e identitário de mulheres quilombolas, a partir da coletividade. O território quilombola é concebido como coletivo.

Isso porque as políticas de regularização fundiária previstas para as terras tradicionalmente ocupadas asseguram aos beneficiários a posse coletiva e inalienável das suas terras como forma tanto de garantir a reprodução de suas práticas de uso comum quanto de protegê-las da captura mercantil e, portanto, da desterritorialização a que historicamente esses sujeitos são submetidos. (Conflitos no Campo, 2022, pág. 35)

Manter o território sob os cuidados do coletivo, e das mulheres, resguardando a sua proteção física, cultural, jurídica, é assegurar o direito de gerações, de toda a sociedade que troca e vivencia com elas os frutos do território. Titular e defender os territórios quilombolas, como espaços comunitários, também é fortalecer a reforma agrária popular, antirracista e anti-imperialista.

Dados do Dossiê Mulheres Negras: Retrato das Condições de Vida das Mulheres Negras no Brasil, evidenciam as desigualdades existentes entre população negra e não negra, também no acesso a bens e serviços na área rural, que passam desde a melhoria na qualidade de vida à necessidades ainda urgentes, e distinguem, de forma onerosa, a população negra rural, refletindo a discrepância entre grupos, ainda que próximos à uma mesma característica específica territorial.

A melhoria da situação das famílias rurais no Brasil perpassa a questão da reforma agrária e da criação de condições efetivas da participação das pequenas e pequenos produtores rurais no comércio de produtos agrícolas. Entre a população rural, a população negra tem menor acesso a fogão. Em 1995, os domicílios com chefia negra sem fogão eram 6,6%. Em 2009, o número evoluiu para 3,5%. No que se refere ao gênero dos chefes de família, as famílias rurais chefiadas por mulheres negras partiram de um patamar de 7,6%, em 1995, para chegar a 3,1%, em 2009. Entre os homens negros, o ponto de partida é de 6,4%. Em 2009, eram 3,6% os domicílios sem fogão com chefe homem negro. Mais uma vez, quando partem de situações de profunda desigualdade, as populações negras têm evolução mais substancial, apresentando um ganho significativo do número de domicílios com acesso ao bem. Quanto à população branca residente em zonas rurais, os domicílios chefiados por homens brancos sem fogão eram 1,7%, em 1995, e 1,4%, em 2009. Para as mulheres brancas, a cifra era de 1,4%, em 1995, e 0,9%, em 2009.

O Dossiê reafirma as urgências evidenciadas pelas mulheres quilombolas, de que as desigualdades raciais e econômicas na área rural, também se estruturam sobre o racismo, e a falta de uma política de regularização fundiária histórica. No que diz respeito à população negra rural quilombola, ainda falta o reconhecimento ao direito fundamental à propriedade das terras em que habitam.

Os dados mostram que a população negra que reside na área rural, ainda não acessou da mesma forma que a população branca, meios básicos de vivência e qualidade de vida, o que demonstra que ainda há muito a ser feito. E quem vai olhar para essas questões? É possível olharmos para essas e outras desigualdades, no campo, também como pautas feministas?

3.3 - Feminismo comunitário desde Abya Ayala

Optamos por analisar ainda possíveis relações entre o feminismo comunitário latino americano através de autoras referenciadas no tema: Lorena Cabnal - Feminista comunitária, indígena Maya-xinka, da Guatemala - Amismaxaj; Julieta Paredes uma poeta, cantora, escritora, grafiteira e militante feminista decolonial Aymara boliviana,

Adriana Guzman mulher indígena Aymara da Bolívia, lésbica, feminista comunitária antipatriarcal.

Segundo estas, a proposta de um feminismo comunitário está atrelada a ideia de impulsionar reflexões político-ideológicas entre mulheres que compartilham entre si a promoção de direitos, a fim de se construir relações igualitárias e justas, inclusive entre mulheres feministas aliadas, um diálogo transoceânico por um mundo mais justo. Daí a importância de cada vez mais, mulheres escreverem e pensarem sobre suas próprias histórias e práticas cotidianas.

¿Por qué feministas siempre? é o nome de uma série com duas publicações que fala sobre o feminismo comunitário no contexto da América Latina e provoca reflexões e questionamentos viscerais sobre o patriarcal sistema colonial e as relações fundamentadas no machismo, dentro de comunidades ancestrais, como as comunidades indígenas na América Latina, processos de construções epistemológicas que vão sendo tecidas desde o território histórico, seus corpos e suas relações com a terra.

Segundo Lorena Cabnal, o feminismo comunitário aponta ainda para uma importante reflexão interna ao próprio movimento feminista global, sobre as hierarquias de poder entre mulheres em um sistema colonial, e que não se pode mais negar as desigualdades no acesso a recursos e ao bem viver.

Julieta Paredes por sua vez, elabora uma crítica à forma como as leituras sobre feminismo são feitas quando não se tratam de manifestações feministas realizadas a partir das cosmovisões europeias, e para tal, se faz necessário sobretudo, descolonizar as lutas, e questionar o feminismo por dentro dele mesmo. Nesse ponto apresenta o Feminismo Comunitário como uma alternativa, “uma energia que convoca à reflexão, a criação e a cura do mundo. Longe de práticas lapidárias e competitivas entre as mulheres, convoca a construir comunidade.

Segundo Paredes é preciso que se faça “um diálogo útil para a luta dos povos do mundo”. Para ela, “o Feminismo Comunitário tem a característica de alcançar e mover os povos, especialmente as mulheres das cidades de Abya Yala (América). Porque ele nasceu do povo, da Bolívia, que luta por sua libertação e pela construção do Viver Bem”. Mas chama atenção para que não se caiam em “estratégias fagocíticas das academias (...) e sejam absorvidas por compartimentos estanques [que] não deixam de ser controlados pelo pensamento hegemônico e colonial do Ocidente”.

O feminismo comunitário de Abya Yala descrito por Paredes, reivindica sua própria história e narrativa de lutas das mulheres que se opuseram às formas de

dominação antes da colonização e do imperialismo neoliberal. Segundo Paredes “elas tinham comando político, militar e logístico nas lutas, como nossa avó Bartolina Sisa, nos levantes indígenas de 1871”. Por fim é cirúrgica ao afirmar que:

as mulheres feministas da classe média e da burguesia, vivem privilégios às custas de nosso trabalho como mulheres no Sul, além de também o trabalho dos homens de nossos povos. As mulheres feministas e não feministas na Europa estão incluídas no Bem-Estar Social de seus Estados e não dizem nem uma palavra sobre a expulsão de migrantes que procuram sobreviver, ou sobre os bombardeios da OTAN aos povos árabes. (Carvajal, 2019, pág. 81)

Para Adriana Guzman, descolonizar o feminismo é um processo prático, real, e não apenas teorias conceituais ou enquadramentos acadêmicos, que também são, no fim das contas, controlados pelo estado. Segundo ela, é a partir da compreensão da importância de se construir comunidades em ações que rompam com a lógica das individualidades, é que se estruturam as ações das mulheres autodenominadas feministas comunitárias em países da América Latina.

Para el feminismo comunitario el feminismo es la lucha de cualquier mujer, en cualquier parte del mundo, en cualquier tiempo de la historia, que lucha, se rebela y propone ante un patriarcado que la oprime o que pretende oprimirla. Entonces, descolonizar el feminismo es dejar de pensar, únicamente, desde los parámetros y categorías del feminismo eurocéntrico o de fechas como la revolución Francesa, porque han demostrado ser insuficientes y se han encerrado en un sistema de derechos que, en realidad, encubre los privilegios de unas y unos pocos frente a las opresiones de las mayorías. (...) Descolonizar el feminismo ha sido, para nosotras, pensarnos frente al patriarcado recuperando la memoria larga de nuestros pueblos aymaras, huicholes, quechuas, mapuches, tzotziles, tzeltales, para construir un proyecto político de sociedad y de mundo, la comunidad y la comunidad de comunidades. (Guzmán, 2015)

Importante trazer ao debate que a diversidade de mulheres que constroem o movimento feminista em diferentes partes do mundo, também está nas diferentes manifestações e conflitos que se apresentam ao longo de sua construção. E situações de cunho íntimo e emocional, em meio aos movimentos sociais também ocorrem, o que nos permite inclusive, exercitar na prática as teorias que por vezes realizamos.

Recuperando la sabiduría de nuestro pueblo, de nuestras ancestras que han luchado por otro mundo, sin explotación, sin violencia, desde el feminismo comunitario no queremos pensarnos las mujeres frente a los hombres sino pensarnos mujeres y hombres con relación a la comunidad, denunciando y luchando contra el machismo y el patriarcado. Una comunidad donde se reconozcan las diferencias y no se disfrace con éstas los privilegios, una

comunidad que no parte de los derechos, sino del respeto y responsabilidad con la vida. (Guzmán, 2019, pág. 31)

Segundo Guzmán, o patriarcado se reproduz dentro das organizações, e não basta ser comunitária, há que ser antipatriarcal”. Contra lógicas de naturalização de violências, inclusive dentro do próprio feminismo, e dos movimentos sociais de esquerda, por exemplo.

As semelhanças entre as relações raciais, de gênero, geracionais e territoriais também são percebidas entre as comunidades afro rurais pelas américas. O Projeto Quilombo das Américas, projeto da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República SEPPIR/PR - 2019, por exemplo, que visava promover o encontro e possíveis articulações políticas com a finalidade de ampliar o acesso a direitos econômicos, sociais e culturais de comunidades afro rurais, acabou por evidenciar que as comunidades negras, afro descendentes e rurais, possuem características semelhantes e se conectam por toda a América Latina.

Seja através da herança afro descendente em diáspora pelo mundo, seja pelas lutas encampadas em defesa de direitos dessa população, em seus respectivos territórios e regiões. Um dos resultados da primeira edição do Projeto Quilombos das Américas, evidenciou e sinalizou para uma articulação de comunidades afro rurais a nível de América Latina e Caribe. Através de atividades e encontros pelo movimento quilombola, de pesquisas, leituras e encontros pude tomar contato com esse debate.

O Colóquio *Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garifunas e Palenques nas Américas* em 2019, além de um livro relato das discussões apresentadas, possibilitou a visualização de encontros e diálogos entre “movimentos quilombolas de distintas regiões e países das Américas do Sul, do Norte e Central”. Um encontro internacional de comunidades afro rurais dentre elas: Quilombolas (Brasil), Palenqueros (Colômbia), Cimarrones (Colômbia), Cumbes (Venezuela), Saramakas (Suriname), Boni (Guiana), Djuka e Garifunas (Honduras e Nicarágua), elaboradas “a partir de um intenso processo de discussão entre pesquisadores e militantes, e membros e representantes de comunidades quilombolas”. As comunidades negras rurais se reconhecem sobretudo nas lutas pela terra e por direitos às populações afrodiáspóricas⁴.

⁴ A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno histórico e social caracterizado pela imigração forçada de homens e mulheres do continente africano para outras regiões do mundo. Esse processo foi marcado pelo fluxo de pessoas e culturas através do Oceano Atlântico e pelo encontro e pelas trocas de diversas sociedades e culturas, seja nos navios negreiros ou nos novos contextos que os sujeitos escravizados encontraram fora da África. Ver <https://www.geledes.org.br/diaspora-africana/> e Banco de

As semelhanças são muitas, mas a similaridade converge fortemente na relação Territorial, como nos apresenta o Projeto Quilombo das Américas:

No campo dos direitos, tem-se como foco principalmente a territorialidade, dimensão transversal, imprescindível para o exercício da soberania alimentar e dos demais aspectos socioeconômicos e culturais das comunidades. Os povos afro rurais devem ter assegurados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam, seja para moradia, seja para subsistência, ou para outras atividades atreladas a seu patrimônio. O problema das relações entre mulheres e homens em suas modalidades sociológicas, econômicas e psicológicas, é fruto de uma estrutura tributária de uma relação histórica de dominação, e não de uma realidade tida como “natural”. Perceber que se trata de uma construção cultural é importante para a percepção de que é, portanto, passível de superação. (IPEA, 2012, pág. 20)

As Matronas - categoria utilizada por Paula Balduino, para se referir a mulheres afro pacíficas, por exemplo, aciona e agrega sentido à concepção e vivência territorial dessas mulheres, quando aliada aos seus territórios-águas. Territórios da bacia hidrográfica do Pacífico, do Equador ao Panamá, passando pela Colômbia.

Elas são lideranças femininas negras que encarnam uma dimensão simbólica importante. A configuração de uma Matrona é diversa e polifônica, convergindo em um lugar de poder e de cuidado que é coletivizado. (...) [Aliada] a categoria de Território, reflete sobre o conceito de território-água, que busca dar conta da fluidez de vivências e concepções territoriais nas quais os rios dão os contornos das relações estabelecidas entre as pessoas e o ambiente. Ao observar o trabalho das parteiras, foi possível perceber a ideia de fluidez em associação às águas dos rios e dos úteros. Por isso, neste texto, especial atenção é dada a elas. (Melo, 2021, pág.841)

A relação de etnicidade e territorialidade são vistas pela autora como estruturantes dos processos de comunidades negras, estruturam o discurso e a existência da população de ascendência africana. As disputas políticas pelo reconhecimento dos direitos à terra e a tradições culturais de ascendência africana também se reconhecem em diferentes países da América Latina. Assim as mulheres negras afro rurais nos inspira a questionar-nos: a luta por terra e territórios, não seria também uma luta feminista? A luta pela reforma agrária e titulação dos territórios de povos e comunidades tradicionais não seria também uma luta das mulheres feministas?

Se os feminismos trazem para o debate público questões sensíveis e tocantes às mulheres, pensar o território contribui para que tanto feministas, como não feministas,

Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates> acesso em 2024.

dialoguem e construam juntas estratégias Bem Viver, para mulheres que trazem em si a característica e uma relação de vida, com os territórios. Daí a importância das redes de apoio e combate à violências, marcadas pela tentativa de acesso à direitos, nesse caso, em sua maioria, a regularização fundiária e defesa dos territórios.

As experiências de acolhimento das especificidades e da diversidade de mulheres feministas hoje tem nos mostrado que é possível promover essas aproximações. Se faz necessário contudo, um processo de comunicação popular e desmistificação do próprio termo; aproximação das realidades locais, das ações e práticas do movimento feminista pelo mundo; e a troca sincera de conhecimentos - acadêmicos e ancestrais, entre mulheres que lutam.

Capítulo 4. Diálogos sobre um possível feminismo quilombola

A partir das pautas e demandas dos territórios em que estão inseridas, e das experiências vivenciadas por mulheres quilombolas, busquei analisar as relações estabelecidas entre os movimentos sociais de população negra, de luta pela terra, pelos direitos das mulheres e os reflexos dessas redes de atuação no movimento por titulação das comunidades quilombolas no Brasil.

Através de pesquisas de campo, análise de políticas públicas dos últimos 30 anos e entrevistas com lideranças do movimento quilombola, pude perceber o impacto das ações empreendidas mais especificamente, pelas mulheres, na efetivação dos direitos da população quilombola no Brasil. O diálogo aqui proposto não tem a pretensão de iniciar tampouco encerrar a discussão.

Tendo como pano de fundo da discussão proposta, busquei dialogar com autoras como Conceição Evaristo, Maria Carolina de Jesus, Bell Hooks, Lélia González, Beatriz Nascimento, Neusa dos Santos, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Jurema Werneck, entre outras, escritoras negras e ativistas pelo combate ao racismo e por direitos das populações negras. Dialoguei ainda com minha pares, autoras e pesquisadoras quilombolas, de todo o Brasil, presenças e trocas cada vez mais constante nos caminhos políticos e acadêmicos.

O exercício me permitiu “conversar” com mulheres que ousaram escrever sobre mulheres negras, em espaços tão elitizados historicamente, e até então ignorantes de sua

própria colonialidade. Essas mulheres ousaram não se intimidar diante do que ainda não havia sido feito, ou escrito, e com isso, inspiraram um movimento percebido hoje, com o aumento significativo de autoras, escritoras, pesquisadoras negras, poetisas, *slam*'s, intelectuais da escrita, da oratória ou contação de histórias. É como participar de uma grande roda de conversa, atemporal e assíncrona, onde as minhas interlocutoras sabem exatamente de onde estão falando e a quem elas representam em suas falas.

Foi desde que saí da minha comunidade pra estudar na cidade, aos 17 anos passei a ouvir que “eu era meu próprio objeto de pesquisa” e isso me intrigava e irritava. Durante alguns anos neguei que poderia pesquisar sobre minha própria comunidade, por que isso me aproximava demais das nossas dores do passado. Ouvir os relatos, participar de reuniões pela retomada do território em partes, expropriado, ver parentes mais velhos morrendo e avistando ao longe as terras que lhes foram roubadas, doía demais pra ser só um objeto de pesquisa, optei por ser sujeito da minha própria história.

Com o tempo entendi que o que antes me assustava, poderia ser usado como ferramenta de empoderamento. Faço parte da comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha - Fundão, localizada nos municípios de Reserva do Iguaçu, Guarapuava e Pinhão no Estado do Paraná, região Sul do país. Uma mulher, negra, quilombola nascida no centro oeste e criada na região Sul do Brasil, isso passou a me dizer algo. Essa criação sociocultural tecida de afetos e inquietações, constituiu minha vida. A partir da percepção de que é possível e necessário a anunciação de novas narrativas sociais e acadêmicas, transforma-se também a própria escrita. Então me provoquei o exercício: o que me provoca a escrever? E a resposta: a minha escrita é como um desabafo em um processo de cura.

O que é feminismo? Mas por que esse tema? E pode-se dizer que existe um feminismo quilombola? A intenção subjetiva desta pesquisa é incitar, instigar, excitar cada vez mais mulheres negras, quilombolas, rurais a escreverem sobre si e mostrar ao mundo, mas sobretudo a elas mesmas, a sua importância. O objetivo pragmático, às companheiras feministas, questionar: nossa luta pelos direitos das mulheres, consegue melhorar a vida das mulheres negras, que não estão nos centros urbanos, nas universidades, que possuem mais idade, as não alfabetizadas, ou ainda estamos tentando afirmar que somos todas iguais, e que partimos do mesmo ponto? E me questiono também, como quilombola e feminista que sou: a nossa luta pelo direito das mulheres, consegue dialogar com as mulheres que ainda não conseguiram acesso à direitos fundamentais? E com as que não se denominam feministas?

As percepções sobre o mundo são distintas entre pessoas que descendem de grupos étnicos também distintos, ainda mais se você é descendente daquelas que foram escravizadas. Exemplo disso é como sofremos os impactos da escravização da população negra, ainda hoje. Assim como sentimos a herança cultural viva e pulsante, percebemos o racismo estrutural se esgueirando por entre o tempo, e tão vivo como a séculos atrás.

E foi assim, observando a luta das mulheres e homens mais velhos da minha comunidade e de outras comunidades que passei a compreender o movimento quilombola e a participar dele. Foi a necessidade de lutar pela retomada e permanência do território da nossa comunidade que me fez participar das reuniões dos movimentos sociais, e com isso fui crescendo. Foi a partir das ausências de políticas públicas e de direitos fundamentais que passei a compreender como é ser uma mulher, ainda que uma mulher negra de pele clara, no sul do Brasil, foi aí que a luta pela titulação do meu território me envolveu completamente.

Seria mentira dizer que o caminho até aqui foi inspirado apenas em boas lembranças. Infelizmente, muitas vezes o que me motivou foi a raiva, a tristeza, e a incompreensão. Por outro lado, um imenso orgulho de pertencer à essa mesma família/comunidade/descendência, como força para se manter em pé, e de cabeça erguida, em meio a tantos boicotes, sociais, institucionais, inclusive os que aprendemos a colocar sobre nós mesmas.

Não é fácil romper com tantas tentativas de depreciação de sua forma de ser/estar e ver o mundo, quando se aprende desde a infância que há diferenças significativas entre as pessoas. Mas estar viva e olhar para si enquanto descendente de uma população que tentaram dizimar e não conseguiram, é de se orgulhar também coletivamente, e ainda hoje, resistir. O fato de estarmos vivas, enquanto mulheres quilombolas afrodescendentes, é uma vitória coletiva e intergeracional da nossa ancestralidade, mulheres e homens que nos antecederam e deram o melhor de si para que as próximas gerações não apenas sobrevivessem, mas tivessem um legado, tivessem memória e identidade. As relações sociais que se entrecruzam através dos tempos, nos possibilitam conhecer culturas diferentes e entender o porquê as políticas públicas faltam às comunidades quilombolas: é por que fazem parte de um grande projeto político de dissolução dessa população.

A partir da pesquisa submetida ao Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais MESPT – UnB, busquei analisar as relações entre mulheres quilombolas, o feminismo, a luta pela

titulação dos territórios tradicionais e de que forma essas movimentações sociais impactam no dia a dia de comunidades presentes no Brasil todo. Essa pesquisa se origina com questionamentos e curiosidade em responder qual a relação entre as lutas empreendidas por mulheres quilombolas, mulheres negras, rurais no Brasil, e pelos feminismos e suas bandeiras, na constituição de direitos.

A titulação dos territórios quilombolas no Brasil como todo processo social, tem seu próprio processo de amadurecimento, nesse caso, 136 anos a contar após a data da Abolição da Escravatura no país, e que não incluiu no texto da Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888, que “declarou extinta a escravidão no Brasil”, sem nenhum direito fundamental à vida para a população negra. A população negra foi novamente colocada à própria sorte. Para tal, evidenciar as lutas históricas e contemporâneas, de mulheres quilombolas, nomes distantes e ao mesmo tempo tão próximos, em defesa dos seus territórios, é necessário, mas ainda é pouco. O objetivo deste trabalho é tentar traduzir em escrita, o que os olhos veem acontecer: o fortalecimento de um movimento político-ancestral em defesa da vida e de territórios-mulheres quilombolas, e a potência criadora de direitos que estas trazem consigo.

Trinta e seis anos desde a Constituição Federal de 1988, e a inclusão do artigo 68 aos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, e ainda não conseguimos garantir que todas as comunidades quilombolas acessem de maneira equânime e integral seus direitos descritos na constituição.

Os feminismos pelo mundo têm nos mostrado que a luta das mulheres é pela vida e por dignidade, tendo como objetivo central, um mundo melhor, e para isso, é necessário que se façam alguns diálogos, ou enfrentamentos. As mulheres quilombolas têm mostrado que aliam muito bem, tradição e enfrentamentos, à medida que constroem em múltiplos espaços de participação e controle social e ao mesmo tempo, movimentos de luta por direitos.

O Decreto 4887/2003 que busca regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por sua vez, fará em novembro, apenas 21 anos. O que me faz pensar que a Política Quilombola no nosso país ainda é jovem, e em construção, e é fundamental que seja bem orientada, em especial por outras mulheres quilombolas e aliadas, com experiência na causa, para que reconheça e supere as armadilhas e limitações que ainda encontrará no caminho. Me faz pensar ainda que a Política Quilombola do

Estado Brasileiro, tem nas mulheres quilombolas e aliadas, uma grande força motivadora e transformadora de toda uma população.

4.1. O que nos ensinam as mulheres quilombolas ativistas, como operadoras de direitos?

“Certas da nossa força e da força do movimento quilombola, (...) exigimos do Estado brasileiro atenção para as nossas demandas!” (Carta do II Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, 2023)

As mulheres quilombolas constroem a política quilombola no país como quem costura uma colcha de retalhos estendida sobre o Brasil. São mulheres que constroem juntas, atividades e organizações sociais em seus territórios, estados, regiões ou municípios, fortalecendo o movimento quilombola e constituindo direitos fundamentais por todo o país. Dos direitos e garantias fundamentais, que versam o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, onde se afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” e o Art. 6º que define: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, à direitos políticos, de trabalho, e territoriais.

Observemos as feiras de sementes e mudas crioulas e mostras de artesanatos em municípios onde possuem comunidades quilombolas, e a relação íntima entre as mulheres e as plantas, sejam elas alimentícias ou medicinais. As mulheres são grandes guardiãs das sementes tradicionais passadas de geração em geração, como as catadoras de sementes Kalungas de Goiás, que trabalham com a coleta e venda de sementes originárias do Cerrado para a recuperação do solo degradado, preservando e produzindo uma grande diversidade de espécies.

Outro movimento sociocultural de mulheres quilombolas que atua na defesa prática da sociobiodiversidade são as e os apanhadoras/es de flores sempre-vivas, estas na região de Diamantina, em Minas Gerais.

Fazemos a panha da flor porque é parte da nossa existência e do nosso modo de vida, além de ser nossa fonte de renda, sempre respeitando a preservação do meio ambiente, a preservação das águas, das plantas nativas, das

medicinais, ornamentais, alimentares, e do ambiente como um todo, pois nossos modos de fazer, viver e produzir são sustentáveis há gerações. A panha também é a manutenção das nossas tradições, costumes e da nossa identidade. (Protocolo de Consulta Prévia Apanhadoras de Flores Sempre Vivas. Macacos, Pé de Serra e Lavras, 2019, pág.07)

A Codecex - Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas, criada em 2010, atua nas comunidades que estão na Serra do Espinhaço ou em sua área de influência, e é composta por comunidades de apanhadoras de flores sempre-vivas e quilombolas de sete municípios de Minas Gerais, e se reúnem em torno da defesa e manutenção dos territórios e modos de vida tradicional, efetivação de direitos, dentre outras. É possível encontrar cada vez mais páginas nas redes sociais divulgando o trabalho já realizado por gerações de mulheres em suas comunidades.

Observemos também as educadoras e professoras das cidades do interior, e das escolas quilombolas pelo país, a exemplo o Coletivo Nacional de Educação Quilombola da CONAQ, expressão de trajetórias de pessoas que dedicam à vida à educação quilombola, e que constroem diariamente o movimento social quilombola por todo o país. A presença das mulheres nas lutas pela Educação da população quilombola dentro e a partir de suas especificidades, provocam inspiração entre gerações de mulheres, e o fortalecimento da luta quilombola como um todo. Outro exemplo é a Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas, lançada em 2022, também pelo Coletivo Nacional de Educação. O projeto desenvolvido com apoio do Fundo Malala visa ‘contribuir para o protagonismo de meninas quilombolas cada vez mais investidas na defesa da cultura, dos valores, do território e da educação quilombola, denunciando e cobrando o Estado’. O evento foi realizado de maneira virtual e transmitido em um canal no Youtube, ficando disponíveis para acesso após o evento ao vivo importante ferramenta para as comunidades que não possuem internet de qualidade disponível.

Observemos o debate e as políticas públicas em saúde culminando na Conferência Livre Nacional de Saúde Quilombola, realizada em 2023, como um espaço de diálogo e fortalecimento do controle social em saúde. A Conferência Livre de Saúde Quilombola, etapa preparatória para a Conferência Nacional de Saúde, que aconteceria meses depois, se deu no formato on-line, e aconteceu mesmo após um ataque hacker, demonstrando a violência contra as comunidades quilombolas e o direito de reunir-se, e ao mesmo tempo, exigindo e demonstrando a resistência quilombola até mesmo em espaços virtuais. Proposto por mulheres quilombolas articuladoras e parceiros do Coletivo Nacional de Saúde da CONAQ, em parceria com o Conselho Nacional de Saúde

(CNS) e mais 18 movimentos sociais, organizações políticas e instituições parceiras, como o Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA), a Conferência Livre de Saúde quilombola, se realizou como a primeira conferência para discutir a saúde quilombola, especificamente, ao mesmo tempo que promove a dinâmica e atualização de mecanismos de informação sobre o acesso à saúde das comunidades.

Observemos os debates e os avanços junto ao sistema nacional de justiça. As decisões dos Tribunais de Justiça pelo Brasil, apesar de, ainda carecem de uma maior aproximação com a literatura antirracista, e em especial quilombola, tem se demonstrado abertas à escuta de demandas coletivas levadas a juízo. E há muito o que dialogar, construir e desconstruir, junto ao poder judiciário no combate ao racismo institucional e sistêmico.

Como propõe a pesquisa Racismo e violência contra Quilombos no Brasil, proposta pelas organizações CONAQ e Terra de Direitos, a fim de identificar e analisar as violências que acometem quilombolas em todo o país. A pesquisa traz dados a respeito das violências historicamente praticadas contra as comunidades quilombolas e aumento alarmante dos assassinatos registrados nos quilombos entre 2018 e 2022, e afirma que os conflitos se dão em grande parte com o próprio Estado Brasileiro:

Os casos recorrentes de desconsideração dos modos de vida nos quilombos, as restrições no uso e acesso ao território, as demandas não atendidas por políticas públicas e a trajetória histórica de violência desde a ocupação estatal remetem a essa perpetuação da violência sobre povos quilombolas, vistos como removíveis, passíveis de submissão, obstáculos ao desenvolvimento. Essa postura institucional não parte apenas do Estado-Executivo, mas perpassa pelo Estado-Polícia e Estado-Justiça, posto que aciona as polícias e o sistema de justiça para repressão da resistência dos quilombos, via intimidação, ordens de despejo, e também para a criminalização de lideranças e expropriação do território tradicional. É recorrente o questionamento sobre a identidade quilombola e a legitimidade de posse/propriedade do território tradicionalmente ocupado. Questionam-se nas instâncias administrativas e judiciais e pressionam em campo para atraso dos trâmites de titulação. (Terra de Direitos, 2023, pág. 123)

A pesquisa propõe que, seja através do “estabelecimento de ações antirracistas pelo poder público, com a criação de cotas para quilombolas e formações para funcionários dos órgãos de governo e do Sistema de Justiça”, como uma das medidas que precisam ser tomadas para combater o racismo e a violência contra quilombos no Brasil. Afirma ainda que, “o combate ao racismo institucional e estrutural é ponto fundamental para que as quilombolas tenham possibilidade de acesso ao sistema de justiça e a uma justiça efetiva contra qualquer tipo de violência por elas sofrida”.

As contribuições de mulheres quilombolas na luta pela titulação, regularização fundiária e sustentabilidade dos territórios onde convivem em comunidades, são múltiplas em ações, e diversas em temas, e por tanto, é preciso defendê-las. Articuladoras de diálogos entre saberes acadêmicos e tradicionais, mulheres quilombolas se apresentam como grandes articuladoras, tanto das pautas levantadas pelo movimento quilombola, antes e depois, da promulgação da Constituição Federal de 1988, quanto de importantes relações políticas estabelecidas nos últimos 36 anos, entre e por mulheres, na luta em defesa dos direitos das mulheres e territórios quilombolas.

Da participação nas associações comunitárias, às mulheres que apoiam as mães ativistas, quando estas precisam de “uma olhada nas crianças”. O ativismo quando aliado à maternidade, é ainda mais complexo, porém suportável quando a rede de apoio, ou a colcha comunitária, é ativada. Investigar como mulheres quilombolas atuam na defesa de seus territórios ancestrais, se contrapondo a noção capitalista, neocolonial de propriedade individual e domínio sobre a terra, tem sido um desafio, mas também um aprendizado diário, coletivo, e sobretudo atemporal.

O feminismo negro - tendo como referência, ativistas negras de organizações de articulação entre mulheres negras no Brasil e América Latina, se apresenta como grande impulsionador das pautas por direitos e dignidade para toda a população brasileira, à medida que propõe o aprofundamento das análises e a construção de políticas sociais a partir do quesito raça/cor.

As mulheres negras no Brasil se constroem, e constroem umas às outras, a partir das trocas geracionais que se estabelecem no dia a dia da luta por direitos de comunidades inteiras, e se firmam como intelectuais práticas, teóricas e ativistas propulsoras de mudanças estabelecidas através de políticas públicas, construídas no dia a dia, entre mulheres e comunidades negras pelo Brasil.

O dossiê a Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil Violências e Violações, elaborado pelas organizações de Mulheres Negras Criola - Organização de Mulheres Negras (Rio de Janeiro), Geledés - Instituto da Mulher Negra (São Paulo) e a AMNB – Articulação de Mulheres Negras Brasileiras lançado em 2016 durante o 13º Fórum da AWID - Construindo o Poder Coletivo, apresenta dados e debates em torno da situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil.

O Dossiê expõe diferentes formas de violações de direitos humanos que mulheres negras brasileiras vivenciam e foi apresentado na 157 sessão da Comissão da OEA - Organização dos Estados Americanos. O dossiê recomendou para a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos que fosse feita uma visita pessoalmente pela relatora à época, Dra. Margareth Macaulay com objetivo de observar a situação de violação de direitos humanos a que estão submetidas as mulheres negras brasileiras e que a Comissão promovesse ações para a ratificação da Convenção Interamericana de Combate ao Racismo, Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância no Brasil. O documento foi ratificado pela presidência da República apenas em maio de 2021. O movimento de mulheres negras organizado a nível nacional e internacional, historicamente provoca o estado brasileiro a se reavaliar e proporciona assim a oportunidade de avanço na garantia de direitos à toda a sua população, como por exemplo, em torno da construção, implementação e acompanhamento do Sistema Único de Saúde.

Desde 1991 a ONU - Organização das Nações Unidas, através do CWGL (Centro de Liderança Global de Mulheres) e provocada por mulheres ativistas, passou a chamar a atenção do mundo sobre a importância de discutir e superar as inúmeras formas de violência contra mulheres através de uma campanha anual. A campanha de 16 dias de ativismo e combate à violência contra mulheres, vem se ampliando e devido as reivindicações de mulheres negras e ativistas, a campanha (inicialmente chamada de 16+5 Dias de Ativismo), atualmente é reconhecida no Brasil como os 21 dias de Ativismo de combate à violência contra as mulheres, e tem início no dia 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra) com o objetivo de promover debates e denunciar as várias formas de violências vivenciadas por mulheres em diferentes contextos e culturas.

Dado esse passo na evidenciação das desigualdades históricas entre sistemas de opressões que atingem as mulheres, é fundamental estar alerta quanto às armadilhas da naturalização das violências contra mulheres negras, que ocorrem no dia a dia, seja nas grandes cidades onde estão a maior concentração de movimentos sociais organizados e população por metro quadrado, ou na área rural, onde ainda se faz presente e é diariamente invocado, o fantasma do coronelismo brasileiro.

As violências que atingem as mulheres urbanas também podem ser presenciadas nas áreas rurais, com a intensidade da invisibilidade provocada pelo machismo no campo. As violências ocorridas no campo, ou no interior dos estados são na maioria das vezes silenciadas. Se escondem também violências históricas sofridas por mulheres negras, violências essas que se estruturaram a partir da herança (mal resolvida) da escravidão. Muito machismo se encontra camuflado pela ideia de “costumes antigos”, ou “tradição” na cultura popular brasileira. As mulheres quilombolas ativistas agem como operadoras de direitos à medida que participam, constroem e provocam movimentações dentro ou

fora de suas comunidades. Suas ações pelo interior do Brasil chamam a atenção para um Brasil negro rural que ainda não tem acesso à maioria dos serviços públicos considerados básicos.

Ao lutar pela titulação dos territórios de suas comunidades, as mulheres quilombolas enfrentam o machismo e o racismo no campo, evidenciando a negação ao direito de propriedade coletivo dessas pessoas. Na cidade, enfrentam os elitismos estabelecidos por uma ideia de desenvolvimento atrelada a área urbana, onde pessoas vindas da área rural, seriam em qualquer âmbito antiquadas, obsoletas. Na academia, ou no ativismo, passam pela hipersexualização de seus corpos, e a necessidade de comprovação de sua capacidade de elaboração intelectual, equilíbrio emocional e profissionalismo. Por serem mulheres ativistas, enfrentam ainda as violências políticas de gênero, dentre outras, psicológicas e verbais.

No I Encontro Nacional de Mulheres quilombolas, realizado em 2014, foram identificados outros tipos de violências sofridas pelas mulheres quilombolas:

Tabela 3. Tipos de violências sofridas pelas mulheres quilombolas levantados no 1 Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas

Impactos pelos grandes empreendimentos;
Abuso sexual pelos trabalhadores das empreiteiras, fazendeiros e representantes políticos;
Drogas;
Poluição dos rios/ meio ambiente;
Falta de proteção dos quilombos por parte do governo;
Ausência de consulta prévia às comunidades quando se tratar de empreendimentos ou políticas que as afetem;
Falta de ação que reduza os danos causados pelos projetos;
Uso de agrotóxicos;
Mudança nas formas de produção;
Monocultura – soja/eucalipto;
Violência física/ doméstica;
Abuso sexual de crianças;
Discriminação;
Racismo Institucional;

CONAQ/2014

Durante o 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas organizado em Brasília, em 2023, estiveram presentes cerca de 450 mulheres de comunidades quilombolas, autoridades políticas, ministros, parlamentares, em um espaço de debates e diálogos, proposto e autogestionado por mulheres quilombolas. O tema “Resistir para Existir” reflete uma denúncia, a de que a luta é sobretudo para continuar viva, antes de qualquer outra pauta. As mulheres quilombolas ainda reivindicam a vida. Como uma palavra de ordem, o lema do encontro é também um chamado à ação e um convite à resistência coletiva:

Lutamos contra uma condição histórica que nos coloca no lugar da vivência do racismo, do machismo, da pobreza e do desrespeito ao nosso território, nossos corpos e nossa cultura. As mulheres quilombolas mantêm os quilombos de forma silenciosa. Carregamos a cultura do alimento, das sementes, da palavra, das manifestações culturais, da vida coletiva, da reza e do sagrado. Sabemos que, como povo quilombola, temos um dever muito grande pois somos a resistência dos nossos ancestrais e temos que continuar avançando e pressionando.

Expressa pela Carta Final do Encontro, três questões inspiraram as discussões:

A primeira questão é a invasão e usurpação dos nossos territórios e dos nossos corpos, que têm sido violados e explorados(...); A segunda questão é o abandono histórico dos quilombos e quilombolas(...); A terceira questão é a falta de políticas específicas para a garantia de direitos para as mulheres quilombolas, voltadas para superar as desigualdades, a discriminação e a violência.

Ao negar às comunidades quilombolas a materialização de seus direitos, a começar pelo direito à propriedade, viola-se diretamente aquelas que estão intimamente ligadas à vida dessas comunidades. O corpo tal qual o território quilombola representam elementos vitais a serem defendidos, e vivenciados livre de violências, como principais elementos à uma vida digna. O ativismo por direitos para as mulheres quilombolas passa direta e materialmente pela luta por direitos de toda a comunidade.

Sendo as mulheres quilombolas caracterizadas em sua maioria como mulheres negras rurais, estão também sujeitas às desigualdades e violências regionais, territoriais e geracionais. Analisando o conceito de interseccionalidade entre gênero, raça, etnia, classe, podemos ampliar o debate por exemplo, ao relacioná-lo a mulheres quilombolas, quando cruzamos diferenças sócio econômicas, territorialidades, por regiões, geração (ou faixas etárias) e acessibilidade à direitos.

O ativismo também faz com que estas mulheres sejam vítimas do machismo fora e dentro de casa. Cada vez mais recebemos notícias de mulheres quilombolas assassinadas

por fazendeiros ou políticos locais em conflitos pelos territórios tradicionais, mas infelizmente também recebemos notícias de feminicídios por parte daqueles que deveriam ser seus companheiros. À medida que avança no país o número de casos de violências contra mulheres negras ativistas e defensoras de direitos humanos, também no meio rural e em comunidades quilombolas esse número aumentou, ou melhor, passou a ser evidenciado.

A partir das pautas e demandas dos territórios em que estão inseridas, e das experiências vivenciadas por mulheres quilombolas lideranças em seus territórios, se estabelecem relações políticas entre movimentos sociais de população negra, de luta pela terra, por direito das mulheres, justiça ambiental, direitos de crianças e adolescentes, dentre outros, e os reflexos dessas redes de atuação políticas, no processo de titulação e melhoria de vida nas comunidades quilombolas pode ser sentido em todo o Brasil.

Segundo a pesquisa Racismo e violência Contra Quilombos no Brasil, organizada pela CONAQ, Terra de Direitos, com dados sistematizados entre a Comissão Pastoral da Terra, Relatórios Nacionais e Internacionais de denúncia de violações contra Defensores e Defensoras de Direitos Humanos no Brasil, e informações qualitativas internas das organizações quilombolas, e que atuam na assessoria jurídica popular de luta pela terra no país, vítimas de uma cultura que enaltece a violência sobre os corpos, as mulheres quilombolas são também vítimas da brutalidade machista de quem só as quer em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, e não nos bancos da universidade ou em palanques políticos, na defesa de seus territórios e se contrapondo a ideia capitalista, neocolonial e eurocêntrica de propriedade individual e domínio sobre a terra.

A jovem quilombola e acadêmica Elitânia de Souza, assassinada com dois tiros pelo ex-companheiro, na praça da cidade de Cachoeira-BA em novembro de 2019, é um símbolo da violência que ocorre contra mulheres quilombolas no país. Dona Bernadete Pacífico, a mais recente vítima da brutalidade contra mulheres quilombolas ativistas, denunciava constantemente as ameaças que sofria, mas mesmo diante da voz altiva que possuía, não foi possível evitar seu assassinato. Como nos apontou a pesquisa, antes mesmo do assassinato de Ya Bernadete: “(...) a não visibilidade destas mulheres como sujeitas políticas ativas na defesa dos seus territórios reforça um ciclo de violência sofrido pelas quilombolas, dentro ou fora de seus quilombos.” Infelizmente o caso de Mãe Bernadete se soma a muitos outros, evidenciados, e aos que se perdem nos silenciamentos.

Segundo dados levantados organização nacional de comunidades quilombolas, desde 2013 há o registro de 30 quilombolas executados. Segundo o levantamento, “a maioria das vítimas era liderança e grande parte dos assassinatos aconteceram dentro dos quilombos e com uso de armas de fogo, sem que as vítimas tivessem chance de defesa”. Das 30 lideranças, 6 eram mulheres. Na tabela abaixo foi inserido ainda o caso de Elitânia de Souza.

Tabela 4. Pesquisa Racismo e violência contra Quilombos no Brasil

Vítima	Circunstâncias do Crime
Maria do Céu Ferreira – 06/10/2013 – Quilombo Serra Talhada Urbana/Santa Luzia/PB;	Assassinada em 2013 após um atentado praticado por seu marido que deixou seu corpo queimado.
Maria do Socorro – 27/10/2015 – Quilombo Conceição das Crioulas/Salgueiro/PE;	Mulher lésbica morta com cerca de 12 tiros dentro do seu próprio estabelecimento (bar).
Francisca das Chagas Silva (Chica) – 01/02/2016 – Quilombo Joaquim Maria/Miranda do Norte/Maranhão;	Liderança quilombola e sindical, assassinada aos 34 anos. Seu corpo foi encontrado nu, jogado na lama, com marcas de tortura e de violência sexual;
Maria Trindade da Silva – 23/06/2017 Quilombo Santana do Baixo Jambuaçu/Moju/Pará;	Foi assassinada aos 68 anos. Havia saído de bicicleta de casa e visitava pessoas da comunidade, como sempre fazia, mas não voltou. Seu corpo foi encontrado no dia seguinte, no meio de um matagal, semi enterrado.
Valdirene Santos Silva - 25/12/2017. Quilombo Boa Esperança, Serrano do Maranhão;	Morta a facadas pelo marido, que foi condenado a 12 anos de prisão.
Elitânia de Souza da Hora - 27/11/2019. Quilombo Tabuleiro da Vitória, Cachoeira, Bahia.	Jovem liderança quilombola, assassinada a tiros pelo ex namorado, mesmo possuindo uma medida protetiva;
Bernardete Pacífico – 17/08/2023 – Quilombo Pitanga dos Palmares, Simões Filho, Bahia;	Liderança quilombola assassinada com 12 tiros, aos 72 anos, quando estava dentro da associação do Quilombo;
Gleyce Santos - 12/03/2024 - Comunidade quilombola de Coqueiros, Mirangaba Bahia;	19 anos. Foi encontrada morta com sinais de violência e estrangulamento.

FONTE: Pesquisa Racismo e violência contra Quilombos no Brasil, 2023.

O feminicídio, no contexto quilombola envolvem diretamente a luta pelo território, visto que são cometidos contra mulheres que ousam romper com o espaço doméstico, e passam a ter visibilidade por isso. É preciso levar em consideração as

interseccionalidades elencadas, as disputas pelo território, sob o risco de ao ignorá-lo, continuaremos a enterrar mulheres quilombolas apenas sob lágrimas, indignação e notas de repúdio, importantes, mas pouco eficazes na redução desses índices.

A pesquisa Racismo e violência Contra Quilombos no Brasil, organizada pela CONAQ e Terra de Direitos, evidenciou alguns elementos importantes de serem trazidos ao debate recente sobre as violências contra mulheres quilombolas, na maioria ativistas, ou lideranças comunitárias engajadas em alguma luta social. São eles:

- (1) as violências contra mulheres são invisibilizadas com subnotificação dos casos de assassinatos de lideranças quilombolas mulheres;
- (2) muitos casos são considerados como feminicídios comuns e não decorrentes da luta pelo território e/ou defesa dos direitos humanos;
- (3) a exposição das mulheres a maior risco registrou-se, sobretudo nos últimos anos, quando passaram a assumir papéis de liderança pública.

Em tempos de naturalização das violências, é fundamental denunciar as formas que incidem sobre as mulheres negras rurais e buscar cada vez mais, alertar e combater violações de direitos ocorridas no interior dos estados. Percebemos essas violências na ausência de ações de segurança e proteção e políticas públicas para essas mulheres, seja na discriminação territorial geográfica promovida pelo Estado na falta de acesso a direitos seja na distância das cidades, seja na falta de informação sobre canais de denúncias, e formas de violências, que se dão no dia a dia. A cultura do medo, do racismo e da invisibilização das violências contra mulheres na área rural se estende desde as relações familiares até aos órgãos da administração pública que deveriam socorrê-las.

Nas comunidades e territórios quilombolas onde as atividades, ações e decisões, passam fortemente pelas mulheres, não significa que não haja relações de gênero centradas no poder patriarcal. Com uma visão comunitária coletiva, a luta por direitos das mulheres quilombolas se constitui em torno de pautas específicas, mas que atingem a elas, e a toda a família, e à medida que são enfrentadas, fortalecem a luta por direitos fundamentais e coletivos. Mais um motivo ao qual é indispensável a discussão sobre machismos e racismos na área rural. A violência simbólica de toda uma sociedade não pode ser ignorada nos pequenos municípios do interior, pois é lá que estão as comunidades rurais, negras tradicionais e/ou quilombolas.

A partir dos diálogos entre movimentos sociais, teorias feministas interseccionais, direitos fundamentais e mulheres quilombolas podemos, ao longo do tempo, reler as relações de gênero em comunidades quilombolas, e constatar que estas se

expressam em meio a uma luta coletiva, processos de mobilização - de trânsito e permanência nos territórios tradicionais, e que se dão fundamentalmente a partir do território. Este como condição indispensável na construção da identidade coletiva e do corpo mulher quilombola. Haja vista, a renovação cotidiana de jovens mulheres negras quilombolas que em comunidade, compõem e constroem no dia a dia, o movimento de mulheres quilombolas brasileiras.

Dos desafios enfrentados por mulheres, rurais e urbanas, negras e de povos tradicionais, alguns se encontram enraizados na cultura popular brasileira e muitas vezes mascarados de “tradição”, inclusive no âmbito familiar. Ali percebemos também como o machismo se expressa, e os enfrentamentos diários protagonizados por mulheres quilombolas que ousam levantar a voz. O objetivo deste trabalho é analisar como isso se reflete na defesa e garantia de direitos fundamentais das comunidades tradicionais quilombolas e contribuir para o diálogo interno e externo a respeito da importância da valorização da luta das mulheres quilombolas e de seus territórios para a defesa e titulação dos territórios quilombolas.

A partir da experiência de mulheres negras quilombolas rurais (incluo aqui as comunidades quilombolas urbanizadas e em partes desterritorializadas) e na interseccionalidade entre gênero, raça, geração e território, podemos compreender as interfaces entre feminismo negro, combate ao racismo no campo, a luta pela terra e em defesa dos territórios tradicionais no Brasil. A medida que avançam no país o número de casos de violências contra mulheres negras, e contra ativistas e defensoras de direitos humanos no meio rural e em comunidades quilombolas, e em tempos de naturalização de violências, é fundamental produzir e evidenciar ações e dados que busquem alertar e combater violações de direitos ocorridas no interior dos estados contra mulheres, e quem realiza essa tarefa de denúncia e preservação da memória coletiva, são as mulheres que seguem mesmo diante das perdas.

Como operadoras do direito, a partir do conhecimento adquirido ao longo de suas próprias trajetórias junto aos movimentos sociais, mulheres quilombolas, que ao se propor a serem articuladores de direitos para si e para suas comunidades, rompem com o paradigma moderno racionalista do direito, e constituem direitos através de práticas ancestrais e conhecimentos atuais.

Podemos afirmar que é no uso contra hegemônico do direito que mulheres quilombolas constituem direitos para si e para suas comunidades. É na busca pelo acesso à direitos, que estas apreendem caminhos e conceitos, em defesa da vida e do território

de outras mulheres e de comunidades quilombolas inteiras, que se fundamentam as lutas de ativistas quilombolas. Como aliadas na luta por acesso à justiça, se encontra à assessoria jurídica popular, dentre outras, através da advocacia popular e cada vez mais da própria advocacia quilombola.

4.2. Mulheres quilombolas, o fazer como fazer político: quais os diferenciais desse fazer feminino quilombola

Imagem 42. 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, Brasília, 2023.



Foto: BRUNO PERES/ASCOM/SGPR.

É fazendo que se aprende como se faz, quando sob orientação, se faz ainda melhor. Mulheres quilombolas dentro de suas comunidades, fazem o que precisa ser feito diante das necessidades que lhes são expostas e levantam o debate sobre aquilo que ainda não foi pautado nos espaços de decisão e controle social em que participam. Com isso mobilizam, constroem e disseminam conhecimentos sobre gestão pública, política e estratégica na execução qualificada de serviços públicos.

Na carta do 2º encontro nacional de mulheres quilombolas em 2023, observamos dois pontos auto afirmativos interessantes ao pensar no que diferencia o movimento de mulheres quilombolas quando descrito por si mesmo:

- 1) um movimento misto, em construção que busca discutir as questões que afetam as mulheres quilombolas e como fortalecer a sua liderança com cuidado, autocuidado e ação coletiva;
- 2) Trabalhando para fortalecer os afetos;

O que mulheres quilombolas fazem de diferente quando fazem política? 1) Fazem o que precisa ser feito para o bem viver de suas comunidades; 2) Fazem coletivamente, seja no movimento social, ou entre as redes de apoio nas comunidades; 3) Fazem política com, para e dentro dos territórios, em contato com a terra e a comunidade; 4) Pensam as ações e os resultados de maneira intergeracional e atemporal; 5) Promovem a defesa física e política das mulheres e dos territórios quilombolas; 6) de sujeitas da história à ativistas de organizações sociais institucionalizadas, desenvolvem habilidades e aprimoram conhecimentos administrativos, técnicos e políticos; 7) Mantém uma linguagem regional, seja política ou acadêmica, que as conecta ao território tradicional: a poética quilombola; 8) Se permitem interagir com os meios onde se encontram;

Cada mulher é uma comunidade, e muitas mulheres em comunidades, compõem um múltiplo território. Diante de todas as mulheres quilombolas que pude dialogar ao longo desta pesquisa, percebi que o que há é um vácuo de comunicação entre mulheres auto denominadas como feministas e mulheres que ainda não se veem descritas ou identificadas com o conceito. Suas práticas provam que, quando se trata da busca por direitos, a linguagem pode ser distinta, mas a defesa das mulheres é global.

Acredito que as mulheres quilombolas, que se colocam à disposição para assumir o ativismo como missão, e ao tomar contato com outros movimentos sociais reivindicando direitos, identificam - se em partes, com o movimento feminista à medida que se desconstruem estereótipos e o senso comum sobre a concepção e as narrativas feministas, fortemente marcadas por narrativas eurocêntricas ou estadunidenses. No contato com outros movimentos sociais, se aproximam das pautas defendidas pelos movimentos feministas, e passam a construir seu próprio empoderamento político, econômico e emocional a partir da sua relação com o território e comunidade.

4.3. Considerações Finais - Com quais armas seguiremos a lutar?

O efervescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas. Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil. (Carneiro, 2003, pág.129)

De modo específico, nos permitimos afirmar, junto com Sueli Carneiro, que mulheres quilombolas têm “determinado mudanças nas concepções e reposicionamento político feminista” à medida que questionam o próprio movimento e suas afirmações. O Território tradicional não está livre de opressões e vulnerabilidades sistêmicas, pelo contrário. É no enfrentamento à violências e opressões que também se cruzam, que se dá o fortalecimento do fazer político feminista quilombola. É a partir da necessidade de preencher as lacunas que as representatividades generalizantes não deram conta de alcançar pelo simples fato de não as sentirem.

A partir dos diálogos entre movimentos sociais, teorias feministas interseccionais, direitos fundamentais e mulheres quilombolas observa-se que, as relações de gênero em comunidades quilombolas se expressam em meio a uma luta coletiva. Os processos políticos partem do princípio do vínculo com o território, enquanto condição indispensável na construção da identidade e da comunidade quilombola, mobilizando para tanto, um agenciamento específico de mulheres.

As mulheres quilombolas mobilizam múltiplos processos, “dentro e fora” dos territórios, ao mesmo tempo. Cabe o destaque as expressões “dentro” e “fora” a fim de problematizá-las: as mulheres que carregam em si a identidade quilombola auto declarada, nunca estão de fato “fora” do território, porque os signos que compõem a concepção de pertencimento a este grupo seguem com ela. Dentro e fora se tornam então referências de deslocamentos, de onde estão naquele momento específico. Assim referenciado, “dentro e fora” da comunidade mulheres quilombolas desempenham papéis sociais, políticos, afetivos, econômicos, religiosos dentre outros, mas sempre comunitários. Quando se encontram fora fisicamente da comunidade, levam consigo a missão ancestral de ecoar as vozes das mais velhas, que vieram antes, e das mais novas, que chegam a todo momento.

Durante muito tempo, houve uma compreensão de que as pautas de mulheres poderiam fragilizar a luta maior que é em torno do reconhecimento e defesa dos territórios, entretanto, há um falso problema constituído aí, e que precisa ser respondido: o fortalecimento das mulheres quilombolas é ponto central na continuidade das próprias comunidades, e é preciso superar os medos e a inseguranças que o sistema patriarcal colonizador histórica e culturalmente impôs sobre todos nossa ‘criação’ a fim de fortalecer a defesa dos direitos das comunidades à seus territórios.

Por isso me parece importante afirmar que identificamos uma percepção de feminismo quilombola afro-territorializado. Corpos-mulheres, negras e referenciadas em

suas ancestralidades afro, e lutando a partir de pautas sempre territorializadas. Deste modo, não há uma existência que diga, por exemplo, que as demandas de gênero vêm em um primeiro plano, ao invés disso, elas chegam de modo indissociável da racialização desses corpos, com as violências que operam sobre as próprias memórias-ancestrais e existência: umbilicalmente ligada ao território comunitário. Não há interesse em hierarquizar aquilo que mobiliza as lutas dos feminismos quilombolas afro-territorializados. Faz-se tudo isso de forma equitativa. Mobilizam-se lutas inequivocamente interseccionais. E talvez seja essa múltipla articulação que confira singularidade às identidades de mulheres quilombolas no Brasil.

A despeito dessa afirmação, podemos observar que nas comunidades quilombolas, mesmo que as atividades, ações e decisões, passem fortemente pelas mulheres, ainda é possível visualizar relações de gênero centradas em uma ideia de poder patriarcal. Ainda é comum que socialmente a palavra final seja a do “homem da casa”, mesmo que esta decisão tenha sido amadurecida – e muitas vezes tomada de forma conjunta, com grande peso de amadurecimento, a partir das reflexões das mulheres da família. Características desse fazer político da mulher quilombola, transmitidas através de experiências do dia a dia, podem ser percebidas por exemplo, através da relação íntima com o tempo (“calma fã, tudo tem seu tempo”); do entendimento das diferenças entre as pessoas de uma mesma comunidade (“nem todos os dedos das mãos são iguais”); da concepção de que o sofrimento não pode vir de “dentro para dentro” (“já bastam as violências sentidas pelos que vem de fora”)⁵; de que o respeito mútuo deve permanecer entre membros e gerações dentro de uma mesma comunidade.

Com uma visão coletiva, complementar e coparticipativa, a luta por direitos das mulheres quilombolas se constitui em torno de pautas específicas que atinge a elas, a toda família, e à medida que são enfrentadas, fortalecem a luta por direitos fundamentais de toda a comunidade. Portanto, esse fazer político de mulheres em nada expõe ao risco o fazer político em defesa do território, ao invés disso, reafirma e fortalece as estratégias de luta.

Entendemos que afirmar a existência de uma expressão quilombola dentro do movimento feminista, exige a compreensão de que este é um ato auto declaratório, ou seja, é preciso que as mulheres quilombolas digam por si, se estas se reconhecem como

⁵ Essa são expressões populares e conselhos ouvidos de mulheres e companheiras quilombolas, mais velhas e mais novas, ao longo da pesquisa e das conversas/desabafos, não raramente, compartilhados.

feministas. Assim se deram as entrevistas com mulheres quilombolas de diferentes características e diferentes regiões do Brasil. Eu também estava ansiosa para saber o que pensam as mulheres quilombolas sobre o conceito de “feminismo”. Das mulheres quilombolas com que honradamente conversei e entrevistei sobre feminismo posicionaram-se da seguinte forma: 6 - declararam conhecer o feminismo, e a seu modo, se identificavam com ele; 2 - conheciam e não se identificavam com o feminismo; 2 - não conheciam, demonstraram interesse, e se identificaram; 2 - não conheciam, demonstram interesse, e não se manifestaram.

Das mulheres com as quais estabelecemos interlocução, temos 4 grupos:

- 6 (seis) das 12 (doze) mulheres com as quais conversei na forma de entrevista, **afirmaram conhecer ‘o feminismo’ e a seu modo, se identificam com a ideia**⁶. Me surpreendeu o fato de maioria das mulheres não só conhecerem como se identificarem de maneira contundente com o termo. Em uma leitura inicial podemos afirmar

- 2 (duas) afirmaram não conhecer ‘o feminismo’, e demonstraram interesse em saber mais sobre o assunto, e assim a princípio, se identificaram com a ideia de feminismo enquanto “mulheres que lutam pelos direitos das mulheres”. Nesse momento das entrevistas, as entrevistadas me perguntavam se eu podia explicá-las o que é o feminismo. Eu afirmava que sim, e fazia uma breve contextualização sobre a concepção a partir das sufragistas e o direito ao voto, nomes de mulheres feministas e materiais referências no assunto, e exemplos de ações de grupos de mulheres de diferentes nacionalidades que se autodeclaram como feministas. De maneira simples percebi que cheguei a uma frase comum a quem me perguntava: “mulheres que lutam pelos direitos das mulheres”.

- 2 (duas) das mulheres que conheciam, afirmaram de forma concisa, não se identificar com ‘o feminismo’, e de que esse conceito (associado a palavra) em sua *composição* (associada a imagem de mulheres brancas), e de sua *atuação* (associada as pautas com as quais trabalham), que este “não as contemplava”. Nessa observação **se aproximam do grupo que conhece o termo e se identificam como feministas, mas com ressalvas às especificidades de mulheres negras quilombolas**. Ressalvas que partem em um primeiro plano da questão racial: ser mulher negra, seguida do

⁶ Entendemos que esta pesquisa, por não ser quantitativa, revela apenas uma amostra e impressões colhidas em torno do debate que se tem sido feito sobre o tema. Estamos cientes de que outros instrumentos e estrutura de pesquisa devam ser empregues para se dimensionar melhor dados sobre o assunto.

distanciamento dos grandes centros urbanos: a ruralidade, e a relação com a terra: com a natureza, com o tempo.

Diferenças que se apresentam desde dificuldades como a falta de transporte escolar para as crianças, de atendimento à saúde e medicamentos, da distância em casos de emergência. Da experiência de sentir o racismo nada cordial do interior. Das especificidades, como a priorização e relevância de suas pautas ou do que é entendido como urgente nos debates políticos, das dificuldades atuais com o plantio e as necessidades de financiamento e apoio à agricultura familiar tradicional, às mudanças climáticas percebidas e contadas como profecia pelos avôs e avós. Da necessidade de diálogo sobre o avanço violento do crime organizado para dentro das comunidades e o crescente aliciamento de jovens quilombolas. Com os desafios da vida em comunidade e familiaridade, das sensibilidades de lutar por direitos para pessoas próximas, e que muitas vezes tem parte da história em comum. Onde gerações de famílias se conhecem e possuem suas próprias histórias e entendimentos. Especificidades de se pertencer a um mesmo território, comunidade, grupo. Nas belezas e nos desafios.

- 2 (duas) mulheres afirmaram que não conheciam o termo, demonstraram interesse, e não se manifestaram se viam-se ou entendiam-se como feministas.

Tais dados nos permitem concluir que este é um debate efervescente e em ascensão, mas que só pode ser realizado no seio do movimento quilombola.

Vamos considerar então que seja possível a caracterização das lutas das mulheres quilombolas como feminismo quilombola, através de uma forma ancestral e comunitária de se fazer política de-por-para-entre mulheres. Perceptível em espaços de resistência diversos, suas ações se estendem desde a defesa da cultura popular, às práticas das guardiãs de sementes, na luta por reconhecimento das mestras e mestres de saberes tradicionais, até a linha de frente das disputas fundiárias, locais e nacionais, como defensoras de direitos humanos. O ativismo por direitos para as mulheres quilombolas passa direta e materialmente pela luta por direitos de toda a comunidade, porque o bem viver, a saúde física, mental e emocional destas mulheres corpo-território⁷ quilombola, passa pelo bem estar coletivo da comunidade a qual ela faz parte. Ao reivindicar direitos individuais e coletivos, estas mulheres provocam e impulsionam a criação de novas

⁷ Refleti sobre a ideia de corpo-território no TED+ que participei: As comunidades tradicionais e a relação com a terra. Isabela da Cruz. TEDx Parque das Nações Women, 2015. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=gt-4Y_vj4T4 acesso em 2024.

políticas públicas, estratégias de incidência e melhoria na qualidade de vida de toda uma população concentrada nos territórios quilombolas pelo interior do país.

Assim, a manifestação e as problematizações de mulheres quilombolas feministas e não feministas, provocam à movimentação dos conceitos e das verdades consensuadas em sua ausência. Movimentos de libertação e transgressão motivados pelo acesso à informação, à participação e controle social, ao empoderamento político e econômico de-por-para-entre mulheres quilombolas e aliadas.

Se pensarmos onde se estruturaria o feminismo quilombola, podemos afirmar que é a partir das mulheres-comunidades negras rurais brasileiras. Teoricamente, encontramos afinidades deste posicionamento de lutas com o **feminismo negro interseccional** e os **debates feministas latino-americanos**, forjados na luta cotidiana em defesa dos territórios tradicionais junto às **mulheres dos movimentos e organizações de povos e comunidades tradicionais e às mulheres indígenas**. E mais recentemente, as lutas das mulheres quilombolas vem se fortalecendo junto ao **feminismo camponês popular**, ampliando a luta antirracista na área rural, no Brasil, na América Latina e no mundo. Há neste caso, lembrando Sueli Carneiro, uma solidariedade racial e de gênero territorializadas, que se desdobram e se fortalecem confluindo entre mulheres e movimentos.

Um possível feminismo quilombola, ainda que não se auto classifique ou se conceitue como tal, opera no exercício prático diário, conectado ao movimento por direitos fundamentais e a luta pela titulação dos territórios tradicionais destas comunidades. Como afirma Sueli Carneiro:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (Carneiro, 2003, pág.118)

As mulheres quilombolas se afirmam, portanto, e cada vez mais, como sujeitos políticos, que ao reivindicar a proteção a seus corpos-territórios, evidenciam à luta feminista em defesa da vida-corpos de mulheres como um todo. O corpo, elemento

unificador entre lutas aparentemente distintas, assim como o território, representam elementos vitais a serem defendidos, e vivenciados livre de violências.

O reconhecimento do Feminismo Comunitário em Abya Yala, por exemplo nos permite ampliar as percepções e conseqüentemente as epistemologias também sobre as formas de enfrentamento ao machismo e ao sistema patriarcal, sem desconsiderar a proximidade das relações afetivas intracomunitárias. Nos permite refletir por exemplo, sobre o desafio de mudar e reeducar o que está próximo a nós, sem perder de vista que este também é um processo coletivo e comunitário, um desafio em potencial tanto quanto um amplo processo e um transformador social.

O intuito primeiro de estudar o Mulherisma Africana, como vertente epistemológica constitutiva da concepção de mulheridade quilombola, não foi possível nesta etapa do trabalho. Diante de desafios e superações diárias que resultaram nesta dissertação, guardamos a inspiração para poder futuramente debruçar-nos sobre os estudos e os desafios de dialogar sobre aplicação de conceitos de gêneros coloniais/ocidentais, ao se analisar relações de gênero em comunidades africanas e afrodescendentes, como nos inspirou a pensar Oyèrónké Oyěwùmí.

Assim também são as mulheres quilombolas em seus feminismos afro-territorializados. Há no Brasil hoje diversos coletivos e grupos de mulheres quilombolas auto organizadas a partir de diversas pautas. Podemos assim afirmar que há no país um movimento crescente e pulsante de mulheres quilombolas, política e comunitariamente organizadas. A colcha de retalhos de narrativas e ações de transformações sociais que a proposta do feminismo traz consigo, não apenas se conecta, mas se costura e se amplia com o tempo, a partir da força propulsora de mulheres, em suas diversidades, agindo juntas em defesa de direitos.

Os diálogos e as trocas cada vez mais facilitadas pelos meios de comunicação atuais, entre as reivindicações de grupos de mulheres pelo mundo, aos poucos nos mostra que essas lutas estão conectadas a partir de característica similares em regiões diferentes do globo, e é na defesa da vida-corpo-território que elas se reconhecem, se inspiram e se fortalecem enquanto movimentos feministas.

Somos fruto do que veio antes de nós, mas também sujeitos ativos no processo de construção do que virá. A maior lição que tenho aprendido com as mulheres quilombolas que me antecederam, com as que convivo e com as que estão chegando é que quando uma mulher quilombola quer algo, “ela luta”! Ela se movimenta, ela vai atrás e faz acontecer.

Cada uma a seu modo, no seu território, na sua região, mulheres quilombolas cocriam o mundo onde querem estar. A estagnação não é aceitável. Desde tarefas realizadas no seio da casa ou da comunidade onde vivem, é preciso fazer, buscar, tentar.

Do silêncio mal interpretado às manifestações gritadas, as mulheres quilombolas costumam diariamente suas colchas de retalhos. Costuram suas relações políticas, costumam sua espiritualidade, unem e constroem ações em defesa da vida e da continuidade de sua comunidade. Ora sutilmente, ora enfurecidas, deslocam o centro do poder com suas palavras, constroem o ranço colonial que as subestimam, e provam que sabem de onde vem, e o que fazem quando se propõem a fazer política. É difícil rebater a afirmação visceral de uma mulher que conhece as entranhas do país, como as mulheres quilombolas.

Se até certo tempo lhes foi negado o acesso ao conhecimento formal, lecionado nas escolas, essas mulheres deram frutos a filhas, netas, sobrinhas, afilhadas que buscariam no facão o que foi roubado de suas mães. Aprenderam com a oralidade e hoje devolvem na escrita as narrativas que outrora foram silenciadas. Cartas seguem sendo escritas diariamente. Mensagens seguem sendo trocadas. Comunicações seguem sendo feitas, cada vez mais por mulheres quilombolas que ousam mostrar ao mundo que o silenciamento não será mais tolerável.

O tempo passa, mas para as mulheres-comunidades quilombolas a luta continua. A luta em defesa da terra; a luta pelo reconhecimento e respeito; a luta por dignidade; por acesso a direitos; por viver através das alegrias e não mais das dores; a luta por existir. Se outrora as guerreiras quilombolas usavam lanças, estratégias, armas, venenos, agora me pergunto: quais armas usaremos nessa luta? O caminho percorrido até aqui por todas que vieram antes de nós, foi conquistado, não resta a menor dúvida, mas e daqui a diante, com o que poderemos contar?

Uma coisa é fato: não estamos sós, e nunca deixamos de lutar. Essa é apenas mais uma etapa do processo. Cada ação de transformação, fortalece o movimento daquilo que ainda nem sabemos direito o que é. Isso porque somos parte de uma longa linhagem de mulheres-territórios, e nessa jornada ancestral, ser uma parte pequena do todo, é suficiente para permanecer viva através da vida melhor que virá.

Lutaremos, portanto, com a força motriz da mais velha que benze cada uma de nós quando saímos de casa para uma reunião, ou através da esperança inocente da menina que brinca de futuro descalça no chão de terra. Lutaremos com as escritas acadêmicas de mulheres intelectuais quilombolas que ensinam a academia que a vida é dinâmica e

mutável, ou ainda com as cartas escritas através da oralidade sussurrada nos ouvidos. Lutaremos plantando roças e hortas, catando e preservando sementes, cuidando da casa e da família que amamos, ensinando e reensinando os saberes tradicionais que aprendemos.

Referências Bibliográficas

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: Estudos Feministas. 2002. Pg 188.

Brasil - LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: www.planalto.gov.br acesso em 01/03/2022

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos. Org. Flavia Rios e Marcia Lima. Editora Zahar. 2020. 361 pgs.

GUSMÃO, Neusa María Mendes de. Terra de mulheres. Identidade e genero em um bairro rural negro. In R. História, São Paulo, n. 129-131, p. 81-100, ago.-dez/93 a ago.-dez./94.

MENDES. Aparecida, Protagonismo feminino e perspectivas de emancipação em Conceição das Crioulas: sustentabilidade cultural a partir do enfrentamento à violência doméstica em contextos comunitários tradicionais, 2013.

XAKRIABÁ, Célia. O calendário sociocultural no fazer da escola diferenciada: uma experiência xakriabá. Universidade de Brasília Centro de desenvolvimento sustentável Brasília. 2017.

NOGUEIRA, Monica. Pesquisa Colaborativa. MESPT. 2011.

FILHO, Henyo Barreto. Etnografia, Trabalho de Campo, Observação Participante. MESPT. 2021.

1 - Quando uma mulher quilombola tomba, o quilombo se levanta com ela, por Coletivo de mulheres da CONAQ

<https://capiremov.org/experiencias/quando-uma-mulher-quilombola-tomba-o-quilombo-se-levanta-com-ela/> acesso em 26/07/2022 às 10h46

2 - Re-existências malungas: agência sociopolítica de mulheres quilombolas no marajó - Maria Páscoa Sarmiento de Sousa acesso em 26/07/2022 às 13h41

<http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/469>

3 - "As Antigas Que Dizem": Mulheres Quilombolas Educam E Se Educam Em Um Movimento Transgressor Ancestral - Joana Carmen do Nascimento Machado

- <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/469>
acesso em 26/07/2022 às 13h50min

4 - Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro. Mariléa de Almeida. <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1209/106106106287> acesso em 26/07/2022 às 14h

Dissertações de mestrado MESPT - MULHERES QUILOMBOLAS

1- MARIA APARECIDA MENDES: MARIAS CRIOULAS: EMANCIPAÇÃO E ALIANÇAS ENTRE MULHERES NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37900> acesso em 01/09/2022 às 16h

Anexos

1 - Roteiro de entrevistas:

Vídeo Entrevistas: Entrevistas com Mulheres quilombolas:

Roteiro de perguntas orientadoras:

- Deixar as entrevistadas confortáveis;
- Apresentação e explicação sobre o vídeo (Isabela);
- Iniciar a gravação;

- Nome; idade; profissão. Quem é você?
- Qual é a narrativa de origem de sua comunidade?
- Você é herdeira do Fundão?
- Qual a sua família? (Se não) como você chegou até a comunidade?
- Qual a sua relação com a comunidade?
- O que é ser mulher pra você?
- E ser quilombola?
- Você tem filhos?
- O que pensa em deixar para os seus filhos? como memória?
- a) o que gostaria de dizer pra sua versão do passado/ b) o que gostaria de dizer para as jovens/mulheres quilombolas do Brasil?
- Você sabe o que é feminismo? conhece o feminismo?
- Se identifica com o feminismo?

Observações:

- *Preparar sacolinhas com lembrancinhas para cada entrevistada pessoalmente;
- *Preparar termos de uso de imagem e entrevistas;

CARTAS

1 - Carta Política do I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas;

O Protagonismo das Mulheres Quilombolas: Avanços e Desafios

Em homenagem: Líder quilombola da cidade de Santa Luzia, PB, Maria do Céu Ferreira da Silva, 43 anos, não resistiu aos ferimentos por queimadura que foram causados pelo seu ex-marido. Maria do Céu era uma liderança valorosa, uma mulher generosa. Grande de alma mente e coração. Não media esforços para defender o povo quilombola e as mulheres negras que lutam por melhorias para a sua comunidade. Era uma mulher de coragem que usava a sua voz com empoderamento. Sem ter concluído a primeira fase do 1º grau, fazia falas públicas e utilizava o microfone com habilidade.

Com 18 anos de existência, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ segue na luta diária pela demarcação dos territórios e soberania do povo Quilombola no País, no enfrentamento ao racismo institucional, ambiental, social, cultural e principalmente na vigília constante para que as Leis sejam cumpridas, a favor daqueles(as) que dela necessitam.

Não existe luta quilombola sem a participação feminina. Somos conhecedoras que nós, mulheres quilombolas, acumulamos ao longo da vida a função de ser mãe ou não, ser responsável pelo lar, cuidar da roça, dos animais, seja quebrando coco ou fazendo carvão, na labuta diária dos afazeres, no cuidar da família, trabalhando no comércio, na saúde, na educação, estudando. Enfim, acumulando funções na tarefa diária que é ser mulher.

É neste sentido, que as mulheres quilombolas do Brasil, realizaram, em Brasília-DF, entre os dias 13 e 15 de maio de 2014, o I Encontro Nacional, com o objetivo de consolidar a luta pela terra, avaliar as políticas públicas e promover o diálogo entre as várias organizações quilombolas do Brasil. O Encontro representa para nós um passo importante no empoderamento das mulheres quilombolas, o qual se dá em suas mais variadas formas, gestos e manifestações, enfrentando a desigualdade racial, social, de gênero, geração e etnia.

Em torno de questões que são prioridades na nossa luta, nos reunimos em grupos de trabalho, intercambiamos experiências e elaboramos propostas para a construção e aprimoramento das políticas públicas, do ponto de vista das mulheres quilombolas. O apanhado das propostas segue em anexo ao documento final.

Dialogamos sobre o que queremos no processo de regularização fundiária. Foram muitos os relatos de conflitos em torno do território. Mesmo comunidades já tituladas sofrem com a ação de fazendeiros, empresas, órgãos do governo, dentre outros. Reivindicamos que o processo de regularização fundiária se desburocratize e seja mais ágil, pois essa morosidade implica no aumento dos conflitos. Além disso, percebemos que a execução da política nos estados tem problemas, devido à condução das superintendências regionais, que às vezes chegam a ficar ao lado dos fazendeiros. As mesas quilombolas nos estados precisam efetivamente funcionar e garantir uma representação quilombola com voz ativa nas superintendências regionais dos INCRA. Concluimos que não basta ter o território. Para viver livremente, com nossas tradições e cultura, precisamos de um modelo agroecológico sustentável. Nossas comunidades precisam também ser consultadas antes que se realize qualquer projeto que afete nossos territórios. Ou seja, a Convenção 169 da OIT deve ser colocada em prática. A adesão do Brasil a essa Convenção é fundamental para nós. Ressaltamos ainda a importância de combater outras tentativas de retrocesso na garantia de nossos direitos, como a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239, que questiona a constitucionalidade do Decreto 4887/2003 e a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 215, em tramitação no Congresso, sobre a demarcação e delimitação de terras indígenas e quilombolas.

No segundo grupo, discutimos o que entendemos como violência. Ela começa no fato da gente ser mulher. Essa é a primeira violência. É, então, o que nos tira do normal, gerando um sentimento dentro da gente. A violência pode ser física, moral, psicológica. Violências que acometem as mulheres quilombolas são experimentadas no próprio território, envolvendo: família, meio ambiente, religiosidade, racismo institucional. Temos que pensar em políticas públicas diferenciadas para mulheres quilombolas, que vão além da relação homem/mulher, que protejam as mulheres quilombolas em uma ação de despejo, por exemplo. A Lei Maria da Penha tem que se adequar ao contexto das mulheres quilombolas. A violência doméstica é um dos principais problemas nas nossas comunidades, mas não é o único. Uma coisa que nos parece fundamental é a proteção das lideranças femininas quilombolas que são ameaçadas em seu território. Diante disso, enumeramos os principais tipos de violência sofrida pelas mulheres quilombolas:

1. Impactos pelos grandes empreendimentos

2. Abuso sexual pelos trabalhadores das empreiteiras, fazendeiros e representantes políticos
3. Drogas
4. Poluição dos rios/ meio ambiente
5. Falta de proteção dos quilombos por parte do governo
6. Ausência de consulta prévia às comunidades quando se tratar de empreendimentos ou políticas que as afetem
7. Falta de ação que reduza os danos causados pelos projetos
8. Uso de agrotóxicos
9. Mudança nas formas de produção
10. Monocultura – soja/eucalipto
11. Violência física/doméstica
12. Abuso sexual de crianças
13. Discriminação
14. Racismo Institucional

Quanto à saúde da mulher negra do campo, falamos sobre as dificuldades que enfrentamos na rede de saúde pública e no acesso aos programas de atendimento de saúde. Nas comunidades, faltam postos de saúde, estrutura adequada e profissionais capacitados. Não há atenção voltada aos problemas específicos que temos, como doença falciforme, hipertensão, diabetes, miomas, cânceres e glaucoma. Também não temos acesso ao pré-natal e a outras ações necessárias durante a gestação. Mesmo sabendo que temos direito às Unidades Básicas de Saúde – UBS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF, eles não chegam às nossas comunidades. Também falamos sobre as dificuldades dos profissionais da saúde respeitarem nossas práticas tradicionais de cuidado. As companheiras informaram que existe um meio de denunciar as violências que sofremos no atendimento de saúde. É o Disque 136 da Ouvidoria do Sistema Único de Saúde – SUS.

Identificamos que a manutenção de nossas lideranças dentro das comunidades é difícil, especialmente nossas jovens. Não há incentivos para permanência. Temos que sair do quilombo em busca de formação técnica profissionalizante. Com isso se enfraquece o vínculo com a comunidade e o sentido de pertencimento às raízes. Dessa forma discutimos questões sobre educação quilombola. Ressaltamos que as Diretrizes

Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola são uma importante conquista. Cabe agora o desafio da implementação, que precisa respeitar a diversidade cultural de cada comunidade. Identificamos que somos muitas na área da educação. Reivindicamos trabalhar em nossas próprias comunidades, com apoio e estrutura adequadas. Quem estiver dando aula dentro das comunidades, precisa ser formado para isso. A Lei 10.639/2003 deve ser cumprida. Todo o país tem direito a conhecer nossa história, como importante contribuição do povo negro quilombola à formação do Brasil.

No campo da produção, observamos que a Declaração de Aptidão – DAP é um grande impasse para o acesso às políticas de fomento. Pensamos sobre as maneiras de ter acesso a DAP quilombola o mais rápido possível. O INCRA talvez não tenha estrutura para assumir essa demanda. Não há como pensar em fomento à produção das mulheres quilombolas, sem a garantia da titulação dos territórios. Estamos perdendo as linhas de crédito por falta do documento da terra. A burocracia do INCRA para titular territórios de quilombos deve diminuir. Quanto às políticas públicas de apoio à produção já existentes, temos demandas para todas as linhas do Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais do MDA. Temos grupos produtivos de mulheres quilombolas, que podem configurar redes de produtoras e expor em feiras produtivas. Também precisamos de investimento para estruturação da produção.

Em nome de tantas mulheres quilombolas que se encontram privadas de sua liberdade, ameaçadas de morte e por todas que tomaram na luta, que tiveram seu sangue derramado pelo conflito agrário, pela violência doméstica; em nome de cada menina que nasce; em nome de cada mulher que assume o papel de transformar a sociedade racista, machista, patriarcal, é que construímos este momento para trocar experiências, histórias, recarregar as energias e continuar transformando o destino e a escrever as páginas da história das mulheres que têm memória, cultura e alma.

Precisamos desconstruir a ideia de que o poder é macho, branco e universitário. Precisamos nos empoderar! Ocupar espaços de poder político: eleger vereadoras, prefeitas, deputadas, senadoras quilombolas. Mulheres Quilombolas na luta por: Igualdade, Justiça, Território e nenhum direito a menos.

Brasília, 15 de maio de 2014

CONAQ

DOCUMENTO FINAL

I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES QUILOMBOLAS

Mulheres quilombolas em defesa de nossos territórios

1. Queremos mais do que o território. Queremos o direito de viver de forma sustentável, agroecológica, com saúde e educação dignas.
2. Garantir a propriedade do território, como medida para acessar todas as demais políticas desenvolvidas para as comunidades quilombolas, assegurando no âmbito de estados e municípios investimentos nos quilombos reconhecidos, de acordo com as portarias federais vigentes.
3. Proteção dos territórios tradicionais quilombolas como patrimônio.
4. Um marco regulatório específico para as trabalhadoras rurais quilombolas, que permita acesso diferenciado e específico às políticas públicas, como a licença maternidade, auxílio doença e aposentadoria rural da Previdência Social, dentre outros, respeitando a especificidade quilombola.
5. Curso de Formação (à distância) sobre a legislação quilombola para permitir às comunidades compreenderem, acompanharem, monitorarem e fiscalizarem as políticas de reconhecimento, titulação e outras políticas públicas específicas para quilombos.
6. Estabelecimento de convênios do Incra Nacional com os estados que possuem legislação própria para acelerar os processos de regularização fundiária.
7. Efetivação do procedimento de consulta da Convenção 169 para garantir a regularização de territórios quilombolas onde há a sobreposição por áreas de conservação ambiental, empreendimentos de mineração, grandes barragens, dentre outros, garantindo a desafetação do território e o respeito ao artigo 216 da CF/88.
8. Ações educacionais de formação política e de articulação das comunidades quilombolas para evitarem a divisão, cooptação, conflitos internos e não adesão às propostas da comunidade. Sugestão: com a participação de lideranças de comunidades já organizadas e de outras regiões para troca de experiências.
9. Criar mecanismos para responsabilização dos gestores públicos, quando da não aplicação dos recursos específicos para quilombos, como na educação, saúde, investimentos em casos de calamidades/emergências, obras, dentre outros.

10. Garantir o reconhecimento de comunidades quilombolas por estados e municípios por meio de legislação própria.

Violência contra mulheres quilombolas

1. Criar uma rede de atendimento, proteção e defesa das mulheres quilombolas no enfrentamento à violência.
2. Ampliar e melhorar o serviço de proteção a mulheres quilombolas líderes, fazendo a conexão com outros programas/projetos, como o de combate a violência às mulheres do campo e da floresta, dentre outras iniciativas.
3. Garantir o direito de defesa dos quilombolas pela Defensoria Pública e Promotorias.
4. Adotar medidas de combate à discriminação e violência contra mulheres e crianças quilombolas.
5. Criação de núcleo de mulheres quilombolas na Secretaria de Políticas para as Mulheres.
6. Criação de Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher em municípios que tenham comunidades remanescentes de quilombo.
7. Apoiar o fortalecimento institucional da CONAQ, das organizações estaduais e regionais, no tocante ao ativismo de mulheres quilombolas.

Saúde da mulher negra do campo

1. Atendimento adequado às mulheres quilombolas na rede de saúde.
2. Estimular e garantir a participação de quilombolas em conselhos de saúde.
3. Fortalecer a utilização de fitoterápicos de uso tradicional.
4. Médicos generalistas e especialistas inseridos na rede de saúde.
5. Apoio e monitoramento do Ministério da Saúde para reforçar a implementação de programas de saúde específicos para doença falciforme, hipertensão, diabetes, doenças do aparelho geniturinário e ginecológicos (tratamento de miomas e cânceres) e glaucoma.
6. Campanhas educativas voltadas às questões de saúde da população quilombola e que estimulem a comunidade a denunciar problemas no atendimento de saúde.
7. Educação permanente para profissionais de saúde que trabalham em regiões quilombolas.

8. Favorecer a implantação de Unidades Básicas de Saúde – UBS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF em regiões quilombolas, atendendo as necessidades de cada estado e região e /ou comunidade.
9. Combater a histerectomia em massa nos territórios quilombolas.
10. Organizar as associações comunitárias no sentido de reivindicar programas e ações em saúde quilombola.
11. Ampliar as ações e o acesso das comunidades quilombolas à seguridade social (saúde e assistência social).
12. Estimular e garantir a formação acadêmica de profissionais de saúde, em especialidades que tratem problemas relacionados a características raciais.
13. Estimular e garantir a implementação de programas de educação sexual e educação reprodutiva para adolescentes e jovens quilombolas.
14. Incluir postos de saúde nas áreas quilombolas, desenvolvendo dentre outras, ações de prevenção de colo do útero e de doenças sexualmente transmissíveis.
15. Diagnóstico da saúde da população negra no Brasil.
16. Garantir serviço de ambulância e ambulância com pronto atendimento para comunidades quilombolas.

Mulheres quilombolas ocupam espaços de decisão e poder

1. Garantir recurso anual dentro das instituições que representam as comunidades quilombolas a nível nacional, estadual e municipal para formação política das mulheres quilombolas, incluindo o tema dos direitos das mulheres e enfatizando a importância da participação das mulheres na política dentro de suas comunidades, priorizando a juventude.
2. Incentivar as mulheres quilombolas a ocuparem cargos eletivos nos espaços executivo, legislativo e todos os espaços de decisão.
3. Retratar a importância da história dos quilombos no Brasil tendo como foco o protagonismo das mulheres quilombolas neste processo e de que maneira essas representações podem ajudar na compreensão das questões relativas às suas lutas individuais e coletivas pela liberdade e em prol dos direitos sociais.
4. Assegurar que as mulheres quilombolas tenham voz ativa em todas as instituições de governança, para que possam participar em igualdade com os homens no diálogo público e nas tomadas de decisão.

5. Criar/provocar um debate político a nível nacional, estadual e municipal com o tema: protagonismo das mulheres quilombolas no Brasil, em forma de decreto /lei que garanta um dia específico reconhecido em território nacional que caracterize as mulheres quilombolas no aspecto social, econômico, cultural e político deste país.
6. Garantir nos conselhos nacionais, estaduais e municipais a representação da mulher quilombola, especialmente nos conselhos da mulher.
7. Criar dentro dos órgãos públicos, pastas direcionadas para mulheres quilombolas coordenadas e executadas pelas mesmas.
8. Criar um plano de políticas públicas para as mulheres quilombolas nas três esferas do governo, considerando o protagonismo social, econômico, cultural dentro deste material.
9. Constituição de um fórum nacional de mulheres quilombolas com encontro anuais.

Educação quilombola e o protagonismo feminino

1. Implantar a Educação Escolar Quilombola em todas as modalidades de ensino, levando em conta às Diretrizes Nacionais e a diversidade cultural da própria comunidade.
2. Que os estados e municípios implantem em seu projeto de lei o cargo professor quilombola, da própria comunidade.
3. Que o INCRA através do PRONERA atenda as demandas específicas dos quilombolas, priorizando territórios em fase de reconhecimento, em diálogo com lideranças estaduais e locais, durante todo processo de elaboração dos projetos, como forma de garantir que a juventude e mulheres quilombolas permaneçam em seus territórios.
4. Criação do Comitê de educação quilombola onde se discutam as propostas curriculares.
5. Seminários estaduais para professores quilombola com debate e formulação de propostas voltadas para inclusão de jovens.
6. Promoção de atividades de formação para jovens quilombolas dentro da comunidade com música, dança, estética negra, formação política, capoeira, e outros.
7. Capacitação para gestores da educação que atuam com comunidades quilombolas.

8. Maior acesso à informação sobre políticas públicas.
9. Que tenhamos uma licenciatura adaptada à realidade quilombola para professores.
10. A alimentação das escolas quilombolas deve ser conforme determinam as Diretrizes.
11. Cumprimento da Lei 12.960/13 – MEC, que impede o fechamento de escolas quilombolas.
12. Intercambio entre jovens das comunidades quilombolas, para trocas de experiências.
13. Garantir a aplicação da lei 10.639/2003 e 11.645/2008 nos estados e municípios, com medidas severas e punitivas para casos de descumprimentos das leis.

O papel de mulheres quilombolas na produção

1. Agilizar e facilitar a emissão da DAP quilombola.
2. Titular urgentemente os territórios quilombolas no Brasil.
3. Garantir o efetivo funcionamento das mesas quilombolas nas Superintendências Regionais do INCRA nos estados.
4. Garantir assento e viabilidade de participação da CONAQ no comitê do PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA PARA MULHERES RURAIS do MDA.
5. Realizar chamada pública para assistência técnica e fomento, voltada para produção agrícola, artesanal e cultural de mulheres quilombolas, levando em conta a realidade diferenciada de cada comunidade quilombola.

2 - Manifesto das Mulheres Quilombolas: Quilombolas em marcha!

A Secretaria de Mulheres Quilombolas, da Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que compõe o Comitê Impulsor da Marcha Nacional das Mulheres Negras, publicou nessa segunda (16/11) a carta “Quilombolas em marcha!” Leia a seguir.

Quilombolas em marcha!

Nós, mulheres quilombolas somos parte das 49 milhões de mulheres negras que compõem um quarto da população do Brasil e, na semana em que se celebra o Dia

Nacional da Consciência Negra, estamos mobilizadas junto a guerreiras dos mais diversos seguimentos sociais, em torno da edição 2015 da Marcha Nacional das Mulheres Negras – Contra o racismo, a violência e pelo bem viver – para dar visibilidade ao que enfrentamos cotidianamente em cada canto do país.

O Brasil tem a maior população negra fora da África (aproximadamente 100 milhões de pessoas) e nós, mulheres quilombolas, remanescentes diretas dos povos africanos, estamos distribuídas em uma população de cerca de 130 mil famílias. Somos mães, filhas, professoras, estudantes, mestras de saberes, somos lideranças de territórios em conflitos com as mais distintas situações.

Mantemos uma das culturas identitárias da nação em sua matriz, com os conhecimentos conforme recebemos de nossas ancestrais e, apesar disso, somos invisibilizadas por uma história conveniente às elites, por interesses de economia nacional, por um Estado que pouco se preocupa em reparar o que não nos foi garantido em séculos de história.

Por meio da Marcha ressaltamos questões que julgamos relevantes de serem aprofundadas pela sociedade. Por exemplo, as disparidades sociais entre homens e mulheres e entre mulheres negras e não negras. Em linhas gerais todas as mulheres negras correspondemos nos dados de violência doméstica, segurança pública e mortalidade, aos mais altos índices enquanto vítimas. Em nossas buscas por proteção, auxílio ou orientação somos mais uma vez expostas, dessa vez ao que é hoje conhecido como racismo institucional.

Nos territórios quilombolas sofremos também com os conflitos agrários, apesar de todas as formas de preconceito já estabelecidas estamos ainda mais vulneráveis devido às lutas enfrentadas em defesa de nosso espaço ancestral. Estamos cansadas, nós e nossas famílias, de sermos criminalizadas pela posse das terras que herdamos, quando sequer são lembrados o que nos foi tirado a partir da escravização.

Contudo, nos adequamos a esta terra chamada Brasil e pelo amor que aprendemos a dedicar somos hoje consideradas nativizadas deste país. Aqui, tivemos filhos, netos, bisnetos. Estamos nas quartas, quinta e até sexta gerações, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade da qual somos co-fundadoras e nossa luta contemporânea é por reconhecimento, por cidadania e por respeito às nossas vidas.

O direito de existir e de acesso às políticas que as mulheres quilombolas temos está atrelado ao acesso à terra, base à sobrevivência, à manutenção de nossa identidade étnica. Queremos a garantia da propriedade de nosso território e sua proteção como

patrimônio. Só assim teremos o direito de acessar todas as demais políticas desenvolvidas para as comunidades quilombolas conforme a legislação vigente.

Bem como nossas irmãs indígenas, ribeirinhas, geraizeiras e de tantas outras identidades vivemos em harmonia com a terra e somos preservadoras dos biomas de nosso país. Em nossa dedicação à preservação das florestas nos convertemos em direito da população nacional na medida em que protegemos as nascentes, a fauna, a flora.

Para alcançar o bem-viver, reivindicamos o direito de sermos diversas em nossos modos de ser, de crer, de pensar e de ir e vir. De sermos reconhecidas pelo Estado e de participar dos resultados econômicos do que ajudamos a produzir.

Contamos um breve resumo de nossa luta e, na Marcha, nos integramos a outros movimentos de mulheres negras que nos fortalecem em nossos objetivos comuns. Na Marcha a luta independe do modo de vida. Enquanto marchamos somos barreira ao racismo, a todas as formas de discriminação, estamos em busca de nossos direitos!

Leia na íntegra: <http://almapreta.com/o-quilombo/quilombolas-em-marcha/>
De [tiago.cantalice](#) | novembro 17th, 2015

3 - Marcha Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver - Documento Analítico e Declaração/ Brasília Novembro/2015



MARCHA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER
DOCUMENTO ANALÍTICO E DECLARAÇÃO

BRASÍLIA
NOVEMBRO/2015

EM NOME DE NOSSAS ANCESTRAIS, MARCHAMOS

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha inspiradas em nossa ancestralidade que nos fez portadoras de um legado capaz de ofertar concepções que inspirem a construção e consolidação de um novo pacto civilizatório. Buscamos fundamentos em paradigmas que se orientam por outra gramática política, responsável por uma reordenação sociorracial equilibrada, capaz de acolher saberes, práticas e experiências até então ignorados pelas dominantes configurações do *político*. Não temos dúvida de que a adoção desse paradigma instaura, a uma só vez, a reconstrução de utopias onde as diferenças são compreendidas como um valor humano.

O nosso grande desafio, pensando o lugar e o papel dos grupos historicamente discriminados, onde, nós, mulheres negras, estamos na dianteira dos índices de iniquidade, é como fazer das diferenças um capital importante da humanidade e não um elemento que dinamiza, perversamente, as desigualdades e as discriminações, que se mostram cada vez mais abissais no Brasil e no mundo.

Vimos insistindo que esse quadro persistente de desigualdades e discriminações contrasta, acentuadamente, com o lugar e a posição do país no tabuleiro das nações ao redor do globo. Como se sabe, o Brasil é a oitava economia do mundo, detentor de riquezas naturais, que faz dele o maior exportador mundial desses recursos (esse patrimônio é motivo de orgulho para 58% das(os) brasileiros), dono de um território continental, com elevado desenvolvimento humano (segundo os dados do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, os níveis de condição de vida da população ocupam a 85ª posição no *ranking* mundial).

O país se destaca também no campo da produção do conhecimento e da

tecnologia. A nossa produção científica galgou 11 posições no *ranking* das nações mais produtivas (de 24º lugar para o 13º) nos últimos 20 anos, segundo a empresa Thomson Reuters. A produção de artigos científicos cresce em ritmo superior à média mundial de países como México, Argentina, Japão, Alemanha, Reino Unido e Estados Unidos. Incrementamos nossos recursos tecnológicos de tal sorte que estamos na órbita dos principais exportadores de *comodity* nesse setor.

Acrescente-se o fato de que o país tornou-se um interlocutor cada vez mais respeitado mundialmente, instituindo-se como liderança dos países em desenvolvimento. Esses traços brevemente assinalados delineiam uma fisionomia de um país rico, potente, com estatura para formatar trilhas pelas quais as soluções dos problemas crônicos devem ser formuladas.

Ninguém mais põe em questionamento o fato de que para um país alcançar níveis de desenvolvimento desejáveis é preciso, de forma imperiosa, que as conquistas acima destacadas sejam acompanhadas de uma mudança radical das condições de vida da população no que diz respeito, fundamentalmente, à saúde, educação, habitação, capital cultural, expectativa de vida – tópicos fixados pelas Nações Unidas para medir o desenvolvimento dos países.

Foi sobre essa necessidade, que se converteu numa urgência política e num imperativo ético para refundar o país, que movimentos sociais, ativistas políticos, intelectuais, organizações não-governamentais construíram uma plataforma política que ganhou mais espessura ao longo dos últimos trinta anos, responsável pelos substantivos avanços na garantia e manutenção de direitos, no incremento dos serviços públicos, de uma agenda mínima para a gestão da vida.

Temos plena consciência que não somos mais o que éramos. Denunciamos a falácia do mito da democracia racial; aperfeiçoamos o atendimento à saúde pública; interferimos nas políticas dos direitos sexuais e

reprodutivos; denunciemos os processos nefastos de esterilização das mulheres negras; delineemos os princípios de uma educação, para além de pública e de qualidade, efetivamente plural; expusemos a dimensão racial na política ambiental; instauramos os parâmetros que redefiniram as políticas voltadas à criança e ao adolescente; denunciemos sistematicamente a violência em sua feição mais extremada com o extermínio da juventude negra e a morte simbólica das famílias implicadas nesse genocídio; de maneira ainda mais radical demonstramos como a violência, para além dos homicídios, das altas taxas de morte materna e agressões contra mulheres, organiza as práticas racistas cotidianas praticadas pelo Estado e pela sociedade; defendemos a pluralidade religiosa, na tentativa de resguardar a cosmovisão ancestral que dinamiza o território brasileiro; defendemos a legitimidade dos modos de vida que não cabem na tradição judaico-cristã; enfim, construímos e procuramos, em nossa trajetória, consolidar a democracia e instaurar a República.

No entanto, mesmo tendo, de um lado, logrado resultados positivos com o papel ativo do Estado para que saíssemos de uma condição agrária, assentada em serviços primários, e migrássemos, em menos de um século, para o setor industrial e tendo, de outro, avançado significativamente no campo dos direitos humanos, dos padrões de vida da população com o papel de atores e atrizes importantes para a consolidação de uma democracia igualitária, de uma renovada cultura política, as desigualdades permanecem confinando mulheres e homens negros nos estratos mais rebaixados do tecido social. Privilégios e desigualdades apoiam-se mutuamente e oferecem o enredo para que as discriminações, com fundamento racial, de gênero e orientação sexual, se mantenham e, em alguns casos, se aprofundem.

Quando desagregamos os dados do IDH por gênero e raça, flagramos, de maneira incontestável, como essas três variáveis operam. Os padrões de vida da população negra, de modo geral, e das mulheres negras, em particular, aproximam-se dos países mais pobres da África (aproximadamente, 104^a

posição no *ranking* mundial), enquanto o padrão da população branca (aproximadamente, 40ª posição) equipara-se a países como Bélgica e Suíça. Nessa discrepância se manifesta de maneira especialmente drástica a máxima bastante difundida segundo a qual o Brasil não é um país pobre, mas injusto e desigual.

Há que se dizer que, além do Brasil, em outras partes do mundo as desigualdades e discriminações têm como nexos prioritários o racismo e o sexismo. Embora acreditemos que as condições para uma política transformadora se efetivem por meio da construção de horizontes utópicos tal como estamos propondo aqui, entendemos também que é necessária uma compreensão mais profunda da complexidade das tensões internas ao presente, tendo em vista que as condições já estão dadas (ao longo de nossa participação política acumulamos experiências) para que as transformações se realizem. As várias dimensões da existência humana disso dão testemunho.

O entrelaçamento daquelas dimensões (raça, gênero, orientação sexual, entre outras), define a existência, limita expectativas de vida, estabelece linhas divisórias hierarquizadas de tal modo que somente o receituário econômico não consegue oferecer as chaves explicativas e as soluções adequadas. Os dados nos autorizam a situar o racismo como um organizador da vida nacional em todos os seus aspectos. Possui, assim, um caráter fundante da dinâmica que institui e cristaliza as desigualdades.

Violência e Racismo

Racismo e sexismo são eixos extremos de diferenciação negativa. Portanto, a confluência desses dois elementos deve estar no cerne da ação política, exigindo enfrentamento simultâneo dessas variáveis por parte dos governos mundiais. Onde medir as desigualdades e discriminações? Em todas os campos por onde a vida se materializa: **saúde, direitos sexuais e reprodutivos** (as mulheres rurais possuem menos meios de conseguir certos

tipos de assistência do que as que habitam a cidade, devido às distâncias dos equipamentos e serviços de saúde de suas residências; mulheres lésbicas e transexuais e transgênero, muitas vezes, têm que lidar com o preconceito acerca de sua orientação sexual e sexualidade e também com o despreparo do corpo médico com relação às suas especificidades; as mulheres negras enfrentam ainda violência institucional nos serviços médicos, principalmente no que diz respeito ao racismo e ao sexismo. No caso das mulheres negras, por exemplo, a literatura científica constata, ainda, a maior frequência de diabetes tipo II, miomas, hipertensão arterial e anemia falciforme, justificando um olhar específico das políticas de saúde para a população negra); **emprego e renda** (de acordo com o Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a taxa de desocupação entre mulheres negras chegava a 12,4%, contra 9,4% entre mulheres brancas, 6,7% entre os homens negros e 5,5% entre os homens brancos. Já a renda média das mulheres negras era de R\$ 436, contra R\$ 649 dos homens negros, R\$ 797 das mulheres brancas e R\$ 1.278 dos homens brancos. Em outras áreas como educação, moradia, acesso a bens simbólicos e culturais, expectativa de vida, na política ambiental, na participação política de mulheres negras nos espaços de tomadas de decisão as assimetrias se mantêm. Derivadas de um sistema absolutamente excludente, as desigualdades revelam o caráter violento do racismo e do sexismo, pela força de subtração, principalmente das mulheres negras, no jogo das relações sociais.

A violência, em seu aspecto globalizante, é outra dimensão que nos conduz a pensar nos efeitos perversos da combinação das condições econômicas, à raça, gênero, orientação sexual, pertencimento geográfico, entre outros. Seguimos a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), segundo a qual violência concerne ao:

Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de

desenvolvimento ou privação.

Considerando os resultados das últimas pesquisas sobre a violência contra as mulheres, com índices negativos que recaem sobremaneira nas mulheres negras, não temos como não associar o uso da força física, do poder real ou em ameaça com a violência estrutural, pois ainda segundo a OMS, este tipo de violência ocorre em:

Diferentes formas onde há manutenção das desigualdades sociais, econômicas, culturais, de gênero, etárias, étnicas. É a violência que mantém a miséria de uma determinada população.

De acordo com o Mapa da Violência 2015, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Estudos Sociais e lançado neste mês de novembro, o número de mulheres negras mortas cresceu 54% em 10 anos (de 2003 a 2013), enquanto que o número de mulheres brancas assassinadas caiu 10% no mesmo período. No total, 55,3% dos crimes contra mulheres foram cometidos no ambiente doméstico, e em 33,2% dos casos os homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas.

O Brasil é o quinto país do mundo onde mais se matam mulheres, atrás apenas da Rússia, Guatemala Colômbia e El Salvador. Para efeito de comparação, a Argentina ocupa a 28ª colocação (1,4 mortas por 100.000), e a Síria – que sofre há anos com os efeitos de uma guerra civil - está em 64ª (0,4 mortas por 100.000). Em relação à edição de 2013 do relatório houve uma piora nos índices do Brasil: anteriormente ocupava a 7ª colocação entre 84 países, com uma taxa de 4,4 mulheres mortas por 100.000.

Para além de serem considerados violência doméstica ou intrafamiliar (esta última uma designação da OMS) é possível lermos os dados como uma derivada da violência estrutural, em face dos resultados do relatório, Jurema Werneck, integrante da ONG Criola, aponta para a falta de políticas específicas para as mulheres negras. Segundo ela, “uma política pública justa e

democrática precisa ser destinada a grupos específicos”, pois,

ao tratar as mulheres de forma homogênea sem levar em conta os diferentes contextos enfrentados pelas negras e pelas brancas, o Estado “tende a privilegiar grupos privilegiados, e prejudicar grupos marginalizados. A mulher negra tem dificuldade de acessar não apenas a rede de proteção contra a violência, mas todas as outras. Muitas delas têm medo de recorrer ao Estado em casos de violência porque sabem que é o Estado que mata os homens negros, logo ela não confia nele. (Werneck, 2015).

Em nosso entendimento, o racismo estabelece um sistema amplo de privilégios para o grupo racial dominante que impede nosso acesso a direitos e à cidadania, mesmo no caso de políticas criadas a partir de nossas propostas, como no caso em tela. Mesmo que nossas lutas continuadas tenham resultado em conquistas e mudanças, os direitos básicos da cidadania ainda não foram assegurados às mulheres negras, como a pesquisa acima mencionada deixa transparecer. Muitas vezes, o que já foi conquistado em termos de políticas e leis não é implementado e, conseqüentemente, não temos nossos direitos humanos garantidos.

VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E SIMBÓLICA

Ataque frontal a direitos adquiridos, especialmente no que diz respeito a direitos sexuais e reprodutivos, legislação sobre escolhas e práticas religiosas, interdição de formas estéticas que orientam uma ética, aprisionamento das práticas educacionais na monocultura do saber eurocêntrico e masculino, concepções sobre política ambiental que asfixiam e matam culturas e populações ancestrais são formas de expressão de uma violência estrutural, que atinge em sua maioria as populações negras e indígenas.

Existe uma dimensão ideológica da opressão a que as mulheres negras estão submetidas que põe em risco as nossas conquistas e que impõe barreiras ao nosso avanço. Nos últimos trinta anos, nossas ações transformaram a

sociedade e promovemos a valorização da negritude, conforme assinalamos. Ainda assim, continuamos disputando com outros setores interpretações da realidade a partir de distintas categorias e abordagens teórico-conceituais, a exemplo do Parlamento ora em exercício. Nossa mobilização é crítica sobre o racismo, as desigualdades raciais, de gênero e socioeconômica que ameaçam a democracia, uma agenda que nem sempre é compartilhada sequer por nossas(os) aliadas(os).

Os acontecimentos estão aí, desfilando em demasia à nossa frente. A política brasileira vem flertando sem cerimônia com o conservadorismo. Avalia-se que está em curso uma mudança do paradigma *nacional-desenvolvimentista* para o *liberal-conservador* (com força expressiva no Congresso e adeptos de vários campos). De acordo com pesquisas recentes, a América Latina avança cada vez mais abertamente para conquistas sociais, enquanto que o Brasil retrocede.

Um sobrevoo em escala global nos permite assinalar que tal deslocamento não é especificidade do país. Os partidos xenófobos e ultraconservadores riscaram o mapa da Europa e fixaram uma agenda em que o estado de bem-estar social, o grande trunfo da política europeia, sofreu um duro golpe.

Não podemos esquecer o movimento do *Tea Party*, um braço político do Partido Republicano, criado nos Estados Unidos em 2009, que defende uma política fiscal austera, com inspiração nas religiões protestantes. O proselitismo ultraconservador que se insere na agenda institucional brasileira apresenta pontos em comum com o *Tea Party*: uma interferência direta na *política de costumes* (estatuto da família, incitação à intolerância religiosa, retrocesso em relação ao aborto, ingerência sobre o direito de decidir das mulheres, especialmente as negras e pobres porque dependentes do sistemas públicos de assistência, redução da maioria penal, revogação do estatuto do desarmamento) e um acentuado *viés neoliberal* (menos impostos, redução

das políticas sociais, afunilamento dos programas de ação afirmativas). A esfera econômica e a chamada política de costumes operam em uníssono, reduzindo, drasticamente, as possibilidades de inserção da população negra, particularmente das mulheres negra na vida nacional.

Essa “onda” atinge em cheio as nossas reivindicações já atendidas e as ainda em pauta. O Parlamento brasileiro aprovou neste mês o andamento de um projeto de lei que restringe os direitos das mulheres vítimas de violência sexual.¹ O histórico desse tipo de violência tem nas mulheres negras suas principais vítimas.

O campo religioso, que deve ficar restrito a escolhas individuais e de grupos, vê-se também abalado pela ingerência do Legislativo. Foi aprovado neste mês projeto de Lei que dá poderes às igrejas católica e evangélica para interferir junto ao Supremo Tribunal e impugnar leis consideradas inconstitucionais, de acordo com preceito ideológico dessas igrejas, “que interfiram direta ou indiretamente no sistema religioso ou no culto”. Até agora essas prerrogativas eram reservadas, entre outras instituições, à presidência da República, ao Congresso e ao Senado. Enquanto as religiões de matriz africana são constantemente atacadas de modo violento.

POLÍTICA ECONÔMICA

Sejam as perspectivas em que se contemplem, marcadas por análises ortodoxas ou heterodoxas, os vários indicadores de instituições públicas e privadas demonstram que desde 2008, isto é, desde a eclosão da crise

¹Como se sabe, o aborto é legal no Brasil nos seguintes casos: estupro, gravidez de risco e em situações de má-formação cerebral do feto. Uma mulher que sofre violência sexual pode ir a ambulatórios onde, depois de passar por uma série de entrevistas, tem o direito a receber gratuitamente a pílula do dia seguinte e autorização para abortar, se for o caso. A nova lei restringe esse procedimento. Não temos dúvidas que essa medida é uma tentativa encoberta de restringir o acesso das mulheres à pílula do dia seguinte no sistema público de saúde. É sem dúvida um passo temerário para que sejam dados outros ainda mais restritivos, como proibir a venda do medicamento nas farmácias.

financeira, a desigualdade aumentou com velocidade galopante na economia global. De acordo com o Credit Suisse, 1% da população mundial é dona da metade de todos os ativos globais. Presenciamos uma mobilização de várias(os) agentes para a transposição desse quadro que afeta em sua maioria negros e mulheres.

A chave explicativa para a formação desse quadro é que a riqueza financeira, os mercados, resistiram infinitamente melhor às vicissitudes da crise ao passo que as economias nacionais foram profundamente abaladas, adotando como saída a depressão dos rendimentos do trabalho. As rendas altas se protegeram melhor da crise que as médias e baixas. Esse agudo diagnóstico demonstrou que o legado da austeridade, herdado por muitos países, fez com que a situação, já profundamente grave, ganhasse tons ainda mais dramáticos que se acentuam quando verificamos as saídas encontradas.

Há uma tendência para suprimir os instrumentos econômicos e fiscais capazes de moderar a desigualdade e aumentar a redistribuição. À intensa acumulação de ativos, superior à registrada em épocas de prosperidade, soma-se a visível redução de impostos sobre o patrimônio em vários países. Em muitos casos, os paraísos fiscais e o deslocamento de impostos corporativos para regiões de baixa pressão fiscal não recebem o rigor de uma legislação capaz de coibir tais abusos. Amplas isenções fiscais e desonerações ao invés de serem duramente combatidas estão sendo estimuladas, adiando uma política de redistribuição eficaz.

Tal como a sombra segue a luz, o Brasil segue o mesmo curso da manutenção da desigualdade no mundo, com particularidades que se amoldam à dinâmica interna. De acordo com os dados do Ipea, houve diminuição da pobreza, entre 2006 e 2012, e. Tal diminuição não foi suficiente para abalar os alicerces da distribuição por inteiro em virtude da concentração de renda entre os mais ricos. Ainda segundo o pesquisador, importa avaliar o comportamento dos ricos em relação ao resto, pois,

o comportamento da pobreza acaba não tendo impacto na desigualdade, tamanha é a concentração de renda nos mais ricos. O comportamento da riqueza é muito mais importante do que o da pobreza. Não há dúvida de que houve melhora, em termos absolutos, para uma grande massa da população. O que não houve foi diminuição da desigualdade.

A expressão “sociedade de risco”, que serviu para etiquetar as sociedades globais em tempos passados, ganha impulso renovado nesse atual cenário. A reinserção do termo no dicionário da política contemporânea deve-se ao fato de que, se não houver drástica mudança de rota nas políticas fiscais e econômicas, os ricos ficarão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Para especialistas de diversas áreas, tal situação provocará, inevitavelmente, um problema de governança. O agigantamento do problema da imigração em todo o mundo, que tem no Brasil uma componente racial-negra inconteste com a presença maciça de haitianos e africanos; os desafios das questões ambientais combinados com o modelo de desenvolvimento em voga; a aparente falta de utopias para o desenho de outros projetos políticos, constituem uma composição explosiva que vem definindo o século XXI, concorrem para o fortalecimento da ideia de risco, o que nos leva a inserir essas dimensões no epicentro do debate em torno das alteridades, das identidades, da justiça social, econômica e reprodutiva, e das possibilidades de revitalização das utopias. O enfrentamento dessas questões passa, inevitavelmente, pelo enfrentamento do racismo.

Sabemos que a política econômica é mola fundamental para impulsionar as desigualdades e discriminações. Mas não só: aliada a ideologias que reforçam uma dinâmica sistêmica que relega os mais pobres a condições de existência extremadas, a economia torna-se um, entre vários vetores, que perpetuam a pobreza. De acordo com o relatório da Oxfam, denominado “Virando o jogo”:

A desigualdade tem muitas dimensões diferentes, entre elas as

de raça, gênero, geografia e economia, as quais raramente aparecem de forma isolada. A desigualdade econômica extrema disparou no mundo durante os últimos 30 anos, transformando-se em um dos maiores desafios econômicos, sociais e políticos do nosso tempo. Desigualdades antigas com base em gênero, casta, raça e religião – injustas por si só – são exacerbadas pela crescente distância entre aqueles que têm posses e os que não as têm.

O Relatório é enfático quanto os efeitos das desigualdades crescentes, apontando que as consequências são corrosivas para todos: “A desigualdade extrema corrompe a política, prejudica o crescimento econômico e impede a mobilidade social. Ela fomenta a criminalidade e até conflitos violentos, desperdiça talentos, frustra potenciais e solapa os alicerces da sociedade”.

Como se vê, a dimensão econômica combinada com medidas e leis que alteram a política de costumes e distorcem a noção de direitos humanos põe em xeque um conjunto de conquistas que vêm contribuindo para a garantia mínima de condições de vida de grupos vulneráveis e para o fortalecimento dos princípios democráticos, dos quais fomos e somos importantes construtoras.

INVISIBILIDADE E RECONHECIMENTO: DISPUTA PELOS ESPAÇOS DE PODER

Considerando que a visibilidade é peça fundamental para o empoderamento de grupos historicamente discriminados, a dimensão do reconhecimento mostra-se como outra variável importante para a superação das desigualdades e discriminações, considerando que *ser visível é existir*, principalmente nos tempos que correm. Reconhecimento e visibilidade não tem, portanto, relação direta com o consumo, mas com a cidadania.

As mulheres negras e seu legado civilizatório precisam ganhar visibilidade, para além dos estereótipos correntes, capaz de conferir a elas o estatuto do humano. Não é à toa que a ONU estabeleceu como tema da “Década dos Afrodescendentes”, o mote da Justiça, do Reconhecimento e da

Democracia. Sabe-se o papel fundante da civilização e das culturas negras na dinâmica brasileira, no entanto, tais culturas não são reconhecidas em sua complexidade e, normalmente são vistas de maneira reducionista. Saberes, práticas, experiências e propostas políticas consolidadas pelas mulheres negras não foram suficientemente absorvidas como um patrimônio legítimo para compor a gramática política brasileira. E quando o foram, ou foram adotados de forma parcial e fragmentária, ou o nosso protagonismo erodiu.

A reivindicação de novos/outros regimes de visibilidade destinados aos grupos historicamente discriminados é fenômeno cuja fisionomia deita raízes pelo menos desde o início do século XX. O expediente do reconhecimento alcança urgência política pelo vínculo que possui com identidade, onde identidade refere-se a uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos. Sabemos que o não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos irreparáveis, causar imagens distorcidas e redutoras de toda uma população.

A ausência das mulheres negras nas raias do poder deriva diretamente da falta de reconhecimento de sua capacidade de partilhar o comum, de sua plena humanidade, que a faz partícipe da coisa pública. Maior participação nos partidos políticos, a nossa presença em cargos executivos (para além daqueles que destinados às nossas demandas, *strito sensu*), a nossa admissão em cargos públicos e privados de prestígio, devem questionar as normas do reconhecimento.

Nós, mulheres negras, denunciemos sistematicamente o nosso aprisionamento de imagens, reforçado, numa sociedade hipermidiatizada, pelos sistemas de comunicação e informação. Esse aprisionamento colabora para perpetuar os lugares subalternizados nos quais estamos majoritariamente. Em *Racismo e sexismo na sociedade brasileira*, a feminista e pensadora Lélia Gonzalez apresenta um conjunto de reflexões que nos leva a pensar na importância da fala no espaço público, pois, considerando que as mulheres

negras estão, no dizer dela, “na lata de lixo da sociedade”, é necessário falar, é necessária a construção de um sistema de representação que realoque o lugar desse sujeito subalternizado, aprisionado pelo imaginário social.

A BUSCA POR SOLUÇÕES

Organismos internacionais, órgão multilaterais, organizações não-governamentais, operadoras(es) de políticas públicas, movimentos sociais e ativistas vêm chamando sistematicamente a atenção para a dimensão abrangente dos quadros crônicos de injustiça em escala planetária. Como vimos demonstrando, o papel do Estado brasileiro para equacionar esta questão é central. No entanto, temos visto como a presença do Estado acirra, ao invés de eliminar, os padrões de desigualdade e discriminação. Antes de ser um agente ausente, como se costuma acreditar e dizer, o Estado opera com uma presença assombrosa em práticas que criam e reforçam discriminações e desigualdades. De acordo com afirmação de especialistas, o maior problema não é falta do Estado “não é a falta de Estado, mas a constituição de uma dada conformação esta que se coaduna com um espectro social onde grassa a desigualdade em sua reprodução. ” É preciso, portanto, interpelar o Estado para que reverta esse quadro do qual também é protagonista.

Em face desse painel brevemente esboçado, onde a presença do Estado reafirma o racismo e o sexismo; onde várias(os) analistas diagnosticam as sociedades globais como sociedades de risco; onde a falta de reconhecimento é reforçado pelo imaginário dos órgãos oficiais do Estado e dos sistemas midiáticos, onde o totalitarismo da falta de utopias grassa nos diagnósticos correntes, nós, mulheres negras, vimos, ao longo de nossa trajetória consolidando propostas que apontam para a falência dos padrões civilizatórios em voga e propugnamos outro marco para a realização do político em sua total abrangência. É preciso romper com esse padrão de desenvolvimento que nega, inclusive, a existência de significativa parcela da população mundial, composta

majoritariamente por nós, mulheres negras, singulares em nossa constituição e trajetória.

Somos meninas, adolescentes, jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, quilombolas, rurais, mulheres negras das florestas e das águas, moradoras das favelas, dos bairros periféricos, das palafitas, sem teto, em situação de rua.

Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

Ao criticar o racismo institucional do Estado e as desigualdades que ele produz, demandamos políticas, serviços e equipamentos públicos que acabam beneficiando a população como um todo. Não nos faltam ocorrências que demonstram como estamos ampliando a garantia de direitos para o conjunto da população: o Prouni e as taxas de isenção em concursos públicos e privados, responsáveis por ampliar o acesso ao ensino superior e o ingresso em postos de trabalho não apenas da população negra, mas também de outros grupos raciais integrantes das camadas populares, são exemplos lapidares.

BEM-VIVER: UMA NOVA UTOPIA QUE SE FAZ AQUI E AGORA

De que forma pensar em esse outro marco ao qual nos referíamos inicialmente? Como tornar exequível uma plataforma política que seja orientadora de princípios teóricos e práticos, de uma nova gramática política, de outra ética, com propostas que refundam o jogo social? A nossa trajetória nos autoriza a propor outros modos de vida regidos por um pacto civilizatório, onde a pluralidade do humano, o ecossistema dos saberes e fazeres dialoguem com as várias dimensões da nossa existência.

Do Bem Viver emerge um novo código sociopolítico em que a justiça, a equidade, a solidariedade, o bem-estar são valores inegociáveis consolidados pelas múltiplas vozes que coabitam o planeta e que devem decidir conjuntamente os destinos da sociedade.

Buscamos fundamentos nas concepções milenares de Bem Viver que fundam e constituem as formas do social e do político a partir de princípios plurais que englobam novas concepções de gestão do coletivo e do individual, da natureza (política ambiental) e da cultura, enfim das formas que dão sentido e valor à nossa existência, calcada em uma visão utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os).

Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores. É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, onde tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas).

Ao refletirmos sobre o modelo de desenvolvimento que queremos,

refutamos o desenvolvimentismo que aprofunda desigualdades, promovendo o consumo e o endividamento, ao mesmo tempo em que elimina direitos e nega acesso à cidadania. O modelo ora em voga apresenta propostas para a erradicação da fome e da miséria, porém com limitações severas advindas do fosso socioeconômico, garantindo apenas condições mínimas de subsistência para negras(os), com grande risco de retrocesso em cenários de crise econômica, como acima referido. Não há redistribuição do poder, da riqueza e do prestígio concentrados nos grupos raciais hegemônicos. Por outro lado, os conceitos de “progresso”, “democracia” e “modernidade” que orientam as políticas nacionais não consideram saberes fora do escopo ocidental-europeu, deixando de fora conhecimentos e experiências que, quando reconhecidos, o são apenas como matéria-prima (os patrimônios indígenas e afros-brasileiros sofrem desse uso) para a produção do saber considerado legítimo. Não compactuamos com modelos de desenvolvimento e conceitos que deixem para trás 49 milhões de brasileiras.

Na condição de protagonistas da proposição de outra forma de ver e intervir no mundo, sintetizada nos fundamentos do Bem Viver, oferecemos ao Estado brasileiro nossas experiências historicamente acumuladas como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica política. Pelo que se viu, essa outra dinâmica é impossível sem a superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis por subtrair a humanidade de mulheres e homens negros. Postulamos que a construção desse processo deve ser iniciada aqui e agora. Desse modo, assinalamos alguns pontos inegociáveis:

- 1) **Direito à vida:** A vida é pré-condição para a existência. Pelos dados acima apresentados, onde mulheres negras morrem de várias maneiras, fruto de fatores que se combinam, é preciso que o enunciado fundante de nossas lutas seja o direito à vida plena;
- 2) **Direito à humanidade:** Ter a vida assegurada não significa instituir-se

como ser humano. Como está provado, as desigualdades e discriminações atribuem valor humano às pessoas, hierarquizado por racismos, sexismos, orientação sexual e outras identidades. A subalternidade da mulher negra, resultado de profundas iniquidades, define a sua existência, subtrai sua humanidade. É preciso sempre reafirmar a nossa humanidade;

- 3) **Direito a ter direitos.** Ser humano significa a obtenção e o exercício de direitos. A destituição da humanidade supõe violação de direitos, o que se verifica, de maneira violenta e perversa, nas vidas das mulheres negras no Brasil e no mundo. É preciso que todas e todos possam participar da coisa pública, com acesso a bens e serviços e dotados de oportunidades iguais para definir as regras e normas que decidem o destino de cada uma e de todas. O impedimento das mulheres negras de participar das coisas públicas de forma igualitária no jogo discursivo hegemônico retira delas o estatuto de sujeitas de direitos, alijando-as não apenas de usufruir de bens simbólicos, materiais e culturais, mas de protagonizar a cena que reorienta as formas de experiências políticas e sociais que recobrem os interesses coletivos;
- 4) **Reconhecimento das diferenças (alteridade):** um dos traços nefastos do racismo e do sexismo é reconhecer as diferenças para promover a discriminação e não favorecer a pluralidade. As diferenças devem ser um direito inegociável para que a ação política seja de todas(os) para todas(os).

Considerando esses pontos inegociáveis que restituem a humanidade das mulheres negras, tragadas cotidianamente pelas condições de iniquidade de que são vítimas;

Considerando o compromisso do Estado brasileiro em relação à manutenção e avanço dos direitos das mulheres em conferências, convenções, pactos e declarações nacionais e internacionais;

Considerando a performance do país no IDH e em outros indicadores;

Considerando o dramático quadro da economia global, que tende a acirrar as desigualdades;

Considerando a retração nas políticas de costumes e no campo dos direitos humanos capitaneada por um Parlamento visivelmente conservador;

Estabelecemos um conjunto de propostas que brotam de nossas análises e experiências acumuladas, capazes de fazer do Bem Viver uma utopia que se realiza na ação política, cujo protagonismo do Estado é central. Desse modo reivindicamos a construção e consolidação de um novo pacto político que possa efetivamente romper com as inclusões excludentes e governar com todas(os) e para todas(os), ordenado por reivindicações históricas que se reatualizam em face da persistência do racismo e do sexismo:

Para a consolidação desse Pacto de consenso, será necessário que Estado e sociedade acolham as seguintes reivindicações:

DIREITO À VIDA E À LIBERDADE

- Garantir o direito à vida da população negra, em geral, e da mulher negra, em particular, como um direito fundamental que não pode ser violado sob nenhuma hipótese. Tal garantia deve ser acompanhada de condições sociais, políticas, econômicas, ambientais culturais, civis e políticas, para que possamos viver com dignidade, liberdade, livres do racismo patriarcal e de todas as formas de discriminação;
- Assegurar o direito à liberdade garantindo o direito de ir e vir, de emitir opinião, de se expressar, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado, tomando como referência os princípios éticos e dos Direitos Humanos preconizados em nossa Constituição;
- Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos;

- Erradicar as desigualdades, considerando que possuem severo fundamento nas discriminações raciais e de gênero, tomando como parâmetro essencial a promoção de políticas públicas que possam garantir a dignidade das mulheres negras;

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- Garantir o acesso às riquezas, aos bens comuns de forma igualitária, sustentável e coletiva, resguardando o ambiente da exploração predatória;
- Reconhecimento e visibilidade da trajetória coletiva e das nossas múltiplas realidades, que permanecem ocultas sob o peso de narrativas que nos associam à carência, ao atraso e à incapacidade intelectual e política.
- Fomentar a participação na política nos espaços de decisão e nos órgãos públicos, garantindo a paridade e as condições materiais e simbólicas para o empoderamento e o fortalecimento da participação das mulheres negras nas quadras do poder;
- Promover a reforma do sistema político brasileiro visando a constituição de novos parâmetros para a democracia brasileira, para o exercício do poder, suscitando a participação dos grupos excluídos do processo de decisão e reorganizando as formas de representação e de expressão dos interesses dos diferentes grupos e do controle social do Estado;
- Ratificar e assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), ratificando e referendando esses compromissos.
- Tomar como parâmetros indicadores nacionais e internacionais para o monitoramento do cumprimento dessas medidas, que também poderão levar em conta outros indicadores tais como, o bem-estar psicológico, a

saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, a governança e o padrão de vida.

- Implantar as políticas preconizadas no Estatuto da Igualdade racial (Lei no. 12288 de 20/07/2010), bem como o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), incentivando a organização do Sistema nas esferas estaduais e municipais, a partir de suporte financeiro e técnico;
- Exigir do poder público, nas três esferas de governo, orçamento adequado para a implementação das políticas de promoção da igualdade racial contra o racismo, a violência e pelo bem viver;

DIREITO AO TRABALHO, AO EMPREGO E À PROTEÇÃO DAS TRABALHADORAS NEGRAS EM TODAS AS ATIVIDADES

- Garantir a oportunidade e acesso a postos de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, tendo como parâmetro a equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Deve-se também assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical;
- Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade;
- Erradicar definitivamente o trabalho análogo ao trabalho escravo e infantil em todo território nacional, garantindo a proteção e o desenvolvimento da(o) trabalhador(a) na área rural;
- Oferecer trabalho decente para migrantes negros oriundos de países latino-americanos e africanos;
- Demandar ao poder público o cumprimento da Lei Complementar nº 150 de 01/06/15 que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico que

garante a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas;

- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;
- Garantir o exercício do trabalho em condições de segurança com proteção à saúde das(os) catadoras(es) de materiais recicláveis, assegurando também todos os direitos trabalhistas e de seguridades social;
- Implementar políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho (nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas);
- Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111 e da agenda do Trabalho Descendente da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

DIREITO À TERRA, TERRITÓRIO E MORADIA/DIREITO À CIDADE

- Garantir a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro incondicional das terras quilombolas, indígenas e de outros povos tradicionais. Necessário se faz também assegurar recursos orçamentários da União para a titulação das terras e para o desenvolvimento de políticas sociais econômicas voltados para o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, com participação das(os) interessadas(os) nos processos de decisão;
- Criar condições para permanência e retorno da população negra ao campo, especialmente a juventude e promoção de políticas e leis que protejam, preservem e recuperem as sementes nativas e crioulas. Deve-se salientar que os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de

organização local da agricultura familiar, camponesa e dos povos tradicionais e estimular a formação de estoques de sementes;

- Implementar a reforma agrária e oferecer recursos para o dinamismo da agroecologia;
- Apoiar, com recursos financeiros e técnicos, as práticas tradicionais de troca, seleção e venda pelas(os) agricultoras(es) familiares e pelas comunidades tradicionais;
- Exigir o reconhecimento e a garantia dos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres.
- Garantir o Direito a Cidade por meio do reconhecimento da função social da propriedade, para assegurar moradias e acesso a serviços na cidade; contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais em detrimento dos interesses individuais e econômicos.
- Assegurar as mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;
- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;
- Promover a urbanização de favelas e prevenção de riscos, priorizando a segurança da posse e o respeito de todos os direitos humanos.

JUSTIÇA AMBIENTAL, DEFESA DOS BENS COMUNS E A NÃO-MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA

- Erradicar o racismo ambiental, promovendo políticas ambientais que:
 - (a) Impeçam a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros

venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixos em áreas onde a população negra habita;

(b) Destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;

- Promover fontes alternativas de energia limpa, bem como a democratização, descentralização e gestão pública da energia de maneira a garantir o direito das comunidades tradicionais e das populações do meio rural ao seu acesso;
- Reparar e indenizar as populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração atingidos por barragens e por desastres naturais;
- Ampliar o acesso universal a água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico;
- Promover a soberania alimentar e o acesso a alimentação saudável, adequada e com qualidade, livre de agrotóxicos e não transgênicos.

DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL)

- Assegurar às mulheres negras as políticas de seguridade social, por meio do acesso a serviços essenciais de saúde, assistência e previdência social;
- Erradicar o racismo institucional nas organizações públicas e privadas e em suas diferentes políticas, planos e programas de ação;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Ampliar a Política Nacional de Atenção Integral à pessoa com Doença Falciforme para todo o território nacional, a partir de um conjunto de medidas, como o fomento a pesquisas e técnicas de atenção e assistência;

- Descriminalizar o aborto e garantir o atendimento ao aborto legal na rede pública, bem como os procedimentos de profilaxia às mulheres em situação de violência, incluindo também o acesso a pílula do dia seguinte;
- Assegurar a estruturação e o aparelhamento dos equipamentos de saúde da rede pública, especialmente daqueles voltados para o atendimento à saúde da mulher, incluindo recursos humanos especializados e outros insumos necessários;
- Erradicar a mortalidade materna de mulheres negras, aprimorando as políticas em curso e incluindo o quesito cor na avaliação de risco;
- Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.

DIREITO À EDUCAÇÃO

- Demandar ao Ministério da Educação (MEC) e das Universidades a efetivação e ampliação dos programas e das políticas de assistência voltados para a permanência dos alunos que ingressaram nas universidades por meio do sistema de cotas e de outras políticas de inclusão;
- Garantir a efetivação de mecanismo de implantação das diretrizes curriculares sobre a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena previstas no artigo (26.A da LDB, Leis 10.639 e 11.645), com aprimoramento dos currículos formação continuada, bem como elaborar e difundir materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos sobre a temática, direcionados aos profissionais da educação;

- Fortalecer políticas públicas voltadas para a redução da evasão escolar, defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados.

DIREITO À JUSTIÇA

- Promover a proteção contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata assegurando que todas as pessoas tenham acesso aos remédios eficazes e usufruam do direito ao acesso ao sistema de justiça e de outras instituições para solicitarem reparação ou satisfação justas e adequadas pelos danos ocasionados por tais formas de discriminação.
- Adotar as medidas necessárias, como previsto na legislação nacional, para assegurarem o direito das vítimas em obterem reparação e satisfação justas e adequadas relativas aos atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e a formularem medidas efetivas para prevenção da repetição de tais atos;
- Promover políticas de enfrentamento à violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras, visando assegurar a vida, a segurança e a paz;
- Erradicar o racismo institucional em todas as instâncias do sistema de justiça.
- Assegurar políticas de prevenção e enfrentamento ao encarceramento da população negra, em especial das mulheres negras;
- Assegurar ações de enfrentamento às violações do direito de culto e crença, com vistas a combater a discriminação contra as religiões de matriz africana;
- Retirar de todos os órgãos do sistema de justiça símbolos de qualquer religião, considerando a laicidade do estado brasileiro;

- Apoiar a criação de varas especializadas para tratar as questões raciais no poder judiciário;
- Incentivar a criação de um núcleo de atendimento de questões raciais na defensoria pública;
- Incentivar a geração de dados sobre o sistema de justiça para que possa ser criada jurisprudência em casos de racismo;
- Promover campanhas contra a violência e os homicídios que ceifam a vida da juventude negra, bem como promover ações de reparação dos danos causados às famílias.

DIREITO À CULTURA, INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

- Ampliar e efetivar ações afirmativas para as culturas negras nas políticas e programas de incentivo à produção cultural em todos os níveis.
- Implementar e consolidar as ações para inventariar, restaurar e proteger o patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas, promovendo a valorização dos conhecimentos e culturas destes segmentos;
- Garantir e promover ações de enfrentamento à intolerância às religiões de matriz africana que afetam os terreiros e os adeptos dessas religiões.
- Promover campanhas que eliminem a veiculação de estereótipos de gênero, raça/etnia, geracional, orientação sexual nos meios de comunicação (públicos e privados) e nas produções, conteúdos, programas e materiais didáticos;
- Criar novos/outros regimes de visibilidade da população negra, em particular das mulheres negras, apoiado em outro imaginário capaz de romper com os códigos racistas e sexistas que compõem os discursos circulantes;

- Estimular maior participação de profissionais negros, especialmente das mulheres negras, na estrutura ocupacional da mídia e dos sistemas de entretenimento;
- Inserir nas discussões relativas à democratização da mídia no Brasil, o tópico da pluralidade com vistas a contemplar as múltiplas vozes, estéticas e perspectivas dos grupos etnicorraciais que compõem a nação brasileira;
- Fortalecer as mídias populares e comunitárias; garantir participação e a representatividade da mulher negra nos meios; proibir o repasse de verbas públicas para veículos de comunicação que induzem ao racismo, sexismo, lesbofobia e transfobia.
- Garantir a todas as pessoas, independentemente da condição socioeconômica ou da localidade, acesso a um serviço de banda larga de qualidade, barato e rápido.
- Exigimos o fim dos oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

SEGURANÇA PÚBLICA

- Erradicar o racismo institucional das políticas de segurança, coibindo o uso da violência racial que produz altos índices de homicídios contra a população negra, por meio de políticas de segurança pública, baseadas em Direitos Humanos;

- Promover a participação, o delineamento e o controle social das políticas de segurança pública, considerando, fundamentalmente, a participação da população negra nos conselhos deliberativos dessas políticas;
- Promover ações de enfrentamento ao genocídio da juventude negra, com a participação ativa dos grupos envolvidos;
- Promover campanhas articuladas entre os órgãos públicos e privados contra a violência racial, levando as demandas da população negra, em especial, das mulheres negras;
- Ampliar o número de serviços para a atenção às mulheres negras vítimas de violência sexual e intrafamiliar, bem como, para os crimes raciais.

Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e o Bem

Viver

4 - Carta das mulheres quilombolas ao Supremo Tribunal Federal - 11/08/2017

Ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ministro do Egrégio Supremo Tribunal Federal. Exmo. Alexandre de Moraes

Referência: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº3239/04/DF

Estivemos reunidas no encontro de mulheres quilombolas do Baixo Amazonas, em Santarém-PA, nos dias 08 e 09 de julho de 2017 e discutimos o julgamento da ADI 3239 no STF.

Nós, mulheres quilombolas, temos uma relação muito forte como o nosso território. Dele nós retiramos o nosso sustento, o de nossas famílias e também os remédios naturais para nossa vida. Temos saberes que herdamos de nossas ancestrais sobre como plantar, colher, pescar, fazer partos e usar as plantas medicinais para cura de toda a comunidade. O território é a nossa mãe, o nosso alimento e a nossa vida.

Imaginem vocês, Senhores Ministros e Ministras, retirar e ameaçar um território que é a vida e sobrevivência de várias famílias, local onde concentra toda sua cultura, memória e ancestralidade. Quem retira o povo de sua terra é perverso e foi assim que fizeram com nossas ancestrais quando as retiraram à força da África e trouxeram para o Brasil, escravizadas. Destruíram famílias, separaram as mães de seus filhos, nos violentaram e massacram a história e cultura de um povo.

Ao longo dos séculos de resistência negra no Brasil nós fomos de novo nos juntando, construindo e reconstruindo nossa história. O quilombo é a nossa fortaleza. Não podem retirar tudo isso que construímos com muita luta. Que justiça é essa que tira o pouco que a nossa família conquistou através de muitos anos de luta e resistência?

Hoje vivemos ameaçadas pelos latifundiários, fazendeiros e grandes empresas que têm interesses nos nossos territórios. Vocês devem estar acompanhando a guerra que está acontecendo no meio rural hoje, com tantas mortes e violência contra quilombolas, indígenas e sem terras. Isso é responsabilidade do estado que não cumpre o seu dever e nos deixa na mira dos latifundiários, grandes empresas e empreendimento multinacionais que usam toda a força e violência contra nós. Se o decreto 4887/2003 “cair” isso vai piorar ainda mais.

Então nós vos perguntamos senhores e senhoras: Quantas vidas ainda serão perdidas nessa guerra por poder e disputas por terras no nosso país? Quantos dos nossos

parentes, amigos e companheiros/as ainda teremos que enterrar antes do Brasil se manifestar? Uma coisa é certa: Nós, mulheres quilombolas, nunca desistiremos de nossos territórios e lutaremos por ele até o fim.

Para nós mulheres quilombolas é tudo muito pior. Nós somos violentadas, estupradas e agredidas física e psicologicamente todos os dias. Quando o povo está vulnerável, as mulheres sofrem ainda mais porque a violência contra nós é muito grave. O território ajuda a nos proteger pois lá podemos viver uma vida com mais dignidade e felicidade. Para isso, precisamos que nossos quilombos sejam titulados e que o decreto 4887/2003 permaneça.

Não vamos aceitar de maneira nenhuma que o quilombo seja retirado do nosso povo. Vivemos e vamos morrer em nossas terras, que foram conquistadas através de muita luta e sangue do povo negro desse país.

Nós resistiremos!

Grupo de Mulheres Na Raça e na Cor – Federação das Organizações Quilombolas de Santarém

Subscvem:

Articulação de Organizações de Mulheres Negras do Brasil

Mulheres da Coordenação Nacional da Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Encontro de Jovens Negras Feministas

5 - Carta das Mulheres Quilombolas do Estado do Espírito Santo;

Nós mulheres quilombolas do Espírito Santo reunidas nos dias 13 e 14 de outubro de 2017 em São Mateus no “Seminário de mulheres quilombolas: a história que queremos contar- territórios livres de petróleo” vimos a público nos manifestar.

Pela defesa do Decreto 4887/03 que nos dá amparo ao processo institucional de regularização dos nossos territórios e, portanto, a garantia para ir e vir, produzir, criar nossos filhos, nossos animais, cuidar das nossas águas e alimentos... Porém este Decreto, que foi uma declaração de amor para os quilombos do Brasil, está ameaçado com a votação pelo STF da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo PFL/DEM em 2004. Contrariando a Convenção 169 da OIT, este julgamento questiona o nosso direito primordial a auto identificação e nossos direitos territoriais. Precisamos dele para garantir

a permanência nos nossos territórios de origem e reconstruir nosso horizonte de vida. Isto não poderia ser julgado, ao contrário deveria ter força de lei.

Mesmo com este Decreto o índice de violência contra nós está alarmante. Só este ano 19 lideranças quilombolas foram cruelmente assassinadas no Brasil. A violência vem desde fazendeiros confrontantes com nossos territórios, até o próprio governo que não nos defende e se omite diante destes conflitos, passando também pelos grandes projetos industriais que invadem nossos territórios quilombolas.

No Espírito Santo, identificamos conflitos com empresas de celulose, de cana e petroleiras. Sem respeitar o direito a consulta prévia, livre e informada estes grandes projetos industriais querem nos sacrificar em nome de um desenvolvimento. Vendem ilusões de empregos e falsas promessas que não vão nos impactar, mas não é isso o que vemos. As petroleiras por exemplo, perfuram nosso subsolo com inúmeros poços, rasgam áreas sagradas com dutos, contaminam a terra e água com vazamentos constantes, põe em risco a segurança das mulheres com a vinda de vários trabalhadores de fora, nossa segurança alimentar com a redução de nossas áreas produtivas, empobrecem as famílias e a região e escondem as violações de direitos que geram com projetos de compensação.

Pelo direito de dizer Não, nós mulheres exigimos que nossos territórios sejam respeitados, nossa opinião seja ouvida, nossos projetos sejam implementados, nossa cultura e história seja valorizada.

Juntas, dizemos Sim a vida livre para os territórios quilombolas!

NEM UM QUILOMBO A MENOS!

NEM UM POÇO A MAIS!

Assinam:

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ;

Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas Zacimba Gaba – COEQ;

Associação de Pequenos Agricultores Rurais quilombolas de Divino Espírito Santo/São Mateus;

Associação de Pequenos Produtores Rurais Quilombolas do Córrego de Cacimbas e São Domingos de Itauninhas/São Mateus;

Associação de Pequenos Produtores e Moradores Quilombolas de Nova Vista/São Mateus;

Associação quilombola de Dilô Barbosa/São Mateus;

Associação dos Pequenos Agricultores Moradores Quilombola de Roda D'Água/Conceição da Barra;

Associação das Mulheres Quilombolas da Comunidade de Linharinho/Conceição da Barra;

Associação Quilombola da Comunidade de Serraria e São Cristóvão/São Mateus;

Associação Quilombola da Comunidade de Santa Luzia/ Montanha;

Associação Quilombola da Comunidade São Jorge/São Mateus;

6 - CARTA DENÚNCIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS/10 julho

Nós, mulheres quilombolas, reunidas na Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ na semana denominada “Julho das Pretas da CONAQ”, nesse mês de julho em que se comemora no dia 25 o dia internacional das mulheres negras caribenhas, estamos em defesa dos territórios, na luta e reivindicação por mais visibilidade e direitos e em defesa das vidas de quilombolas que têm sido ceifadas em todo Brasil: “Vidas Quilombolas Importam!”.

As mulheres quilombolas têm tido a tarefa de fazer um intenso diálogo contra a violência nos quilombos do Brasil, pautando as especificidades das mulheres quilombolas e a conjuntura atual que torna essas violências mais frequentes e evidentes. Nossa busca é apontar desafios na luta contra a violência nos quilombos do Brasil e principalmente contra mulheres quilombolas.

Não é de hoje que os direitos das mulheres quilombolas, que lutam com seu corpo em defesa de seus territórios, são invisibilizados. O momento é crítico de retrocesso dos direitos dos povos quilombolas, ainda mais diante de um cenário de aumento da ideologia conservadora e fascista a nível internacional. Essa crise implica em ainda maior exploração e violação dos direitos e das vidas das mulheres quilombolas, posto que elas sustentam todas as consequências da retirada e ausência de direitos. Nos últimos anos temos observado o acirrar de várias violências contra as mulheres quilombolas, tais como: feminicídios, sobrecarga do trabalho de cuidados, retirada de direitos sexuais e reprodutivos, maior informalidade no mundo do trabalho – que tende a piorar com a reforma da Previdência que atinge diretamente as mulheres do Campo.

Muitas dessas violências foram evidenciadas na pesquisa “Racismo e Violência contra quilombos no Brasil”, organizada pela Terra de Direitos e CONAQ, e publicada em setembro do ano de 2018. Infelizmente, as violências sofridas pelas mulheres quilombolas e denunciadas pela pesquisa não diminuíram em 2019, muito pelo contrário, elas seguem se multiplicando.

A luta pelo território possui papel central na reivindicação de direitos pelos povos quilombolas, pois do território depende o exercício de diversos outros direitos, como educação, meio ambiente, cultura e outros. A liderança das mulheres no quilombo, por sua vez, é central na luta política pelo território, na medida em que sustenta, protege e desenvolve o modo coletivo do quilombo. É no contexto da luta pelo território que a violência se produz. A violência contra as defensoras quilombolas têm impactos individuais e sobre todo o quilombo. Através de ameaças explícitas, calúnia e difamação, além de ameaças a familiares com a pretensão de desestabilizar a liderança, a comunidade e, assim também, a luta por direitos.

No Brasil, vigora uma estratégia institucional velada de prolongar indefinidamente os processos de titulação dos territórios, associada à restrição de recursos orçamentários. Assim, além de impedir o exercício de diversos outros direitos, diretamente relacionados aos territórios, a morosidade injustificada do processo de titulação perpetua o contexto de violência a que são submetidas os quilombos e suas defensoras.

Para que se tenha dimensão desse cenário, segundo cálculos da CONAQ e da Terra de Direitos, no ritmo atual de titulação de territórios quilombolas serão necessários ao INCRA ao menos 605 anos para titular todos os processos quilombolas instaurados no âmbito da autarquia agrária.

Por isso é urgente e necessário que os quilombos sejam ouvidos, que suas pautas sejam acolhidas e que medidas sejam tomadas para que os processos de titulação e os direitos territoriais dos povos quilombolas sejam respeitados, sob pena de alimentarmos um ciclo extenso de violências e vulnerabilidades sociais, das quais as mulheres quilombolas são especialmente atingidas.

Frente a isso denunciaremos:

- 1- Os inúmeros casos de violência contra as mulheres quilombolas, em especial as situações de assassinato registradas no ano de 2019.
- 2- As inúmeras ameaças a lideranças mulheres quilombolas e de movimentos sociais, perseguição política, e violações de direitos, dentre as quais destaca-se as seguintes

situações: a) Sandra Braga, do quilombo de Mesquita, Goiás. Está ameaçada pelo menos desde o ano de 2017 e encontrou uma cova dentro do terreno da casa em que vive com sua família; b) Eliete Paraguaçu, quilombo Ilha de Maré, Bahia. É ré em dois processos, sendo um referente a uma ação de interdito proibitório que a proíbe de realizar manifestações em defesa do seu território, sob pena de pagar uma multa de R\$100.000,00 e, outro, que injustamente a acusa de cárcere privado. Eliete também sofre intimidações corriqueiras. c) Dona Bernadete, quilombo Pitanga dos Palmares, Bahia. Seu filho, o “Binho do Quilombo” foi brutalmente assassinado em 2017. Até hoje ninguém foi condenado. Bernadete tem sua saúde emocional seriamente abalada em decorrência disso.

3- As impunidades nos crimes contra os quilombolas no Brasil, em especial das mulheres quilombolas vítimas de violência, que tiveram suas vidas ceifadas, tais como: Francisca Chagas, quilombola de Joaquim Maria, Maranhão, assassinada em 2016; Maria Trindade, quilombo Moju, Pará, assassinada em 2017.

4- Os grandes empreendimentos e a presença de militares nos territórios quilombolas que violam diversos direitos humanos, e exercem violações específicas na vida das mulheres quilombolas, tais como: Alcântara/Maranhão, com a Base Espacial de Alcântara, além do linha 135 no Norte do país que também atinge os quilombolas do Maranhão; Quilombo Kalunga – Cavalcante/GO, pelo projeto de construção da PCH Santa Mônica; Quilombo Paiol de Telha - no Paraná, atingido por PCHs; Quilombo Rio dos Macacos – Simões Filho /Bahia, atingido pela vila da Marinha; Quilombo Negros de Gilú, Poço dos Cavalos e Ingazeira – Itacuruba/Pernambuco, atingidos pela pretensa construção de uma Usina Nuclear; Quilombo Contente e Barro vermelho - Paulistana/Piauí-, atingidos pela Ferrovia Transnordestina; Quilombo Ilha de Marambaia em Mangaratiba/Rio de Janeiro atingido pela base da Marinha; Quilombo de Barrinha, São Francisco do Itabapoana /Rio de Janeiro, atingido pela pretensa construção de um empreendimento portuário; Quilombolas da região de Brumadinho/MG, atingidos pelo rompimento da Barragem; Quilombo Invernada dos Negros, em Campos Novos/Santa Catarina, atingidos pelo agronegócio; Quilombos de Santarém/PA, atingidos pela pretensa construção do Porto do Maicá.

5- A ofensiva contra os direitos e a vida das mulheres quilombolas que se materializa em inúmeras iniciativas do Estado. O avanço das privatizações de setores estratégicos para a soberania popular como: petróleo, energia, florestas, água, saúde e educação.

6- A morosidade na titulação dos territórios quilombolas, com a paralisação das políticas de regularização dos territórios quilombolas, e diminuição do orçamento no ano de 2019

para titulação de territórios quilombolas.

7- as mudanças administrativas operadas pela Medida Provisória nº 870/2019 e pela Instrução Normativa nº 1/2018 da Fundação Cultural Palmares, que trata de processos administrativos de licenciamento ambiental de obras que afetem comunidades quilombolas.

8- As violações o direito de consulta aos povos quilombolas, descumprindo Tratado Internacional de Direitos Humanos – CONVENÇÃO da OIT nº 169/1989.

9- O PL Pacote Anticrime, proposta pelo atual ministro de Segurança, o Decreto Federal nº 9.685/2019, que flexibiliza a compra e posse de arma de fogo no Brasil, em especial para moradores da zona rural, deve ter rebatimento nos conflitos no campo aumentando a violência nas comunidades quilombolas rurais e, inclusive, contra as mulheres quilombolas.

Por isso, requeremos:

a) que sejam tomadas medidas para garantir a proteção de Sandra Braga e Eliete Paraguaçu, bem como que seja intervindo perante a justiça da Bahia para que as investigações do assassinato de Binho sejam concluídas;

b) Que sejam tomadas medidas efetivas para que os crimes cometidos contra quilombolas e relatos na pesquisa “Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil” sejam investigados e solucionados, como medida justa e digna de reparação ao povo quilombola;

c) que sejam tomadas medidas efetivas que assegurem a continuidade e celeridade na titulação dos territórios quilombolas;

d) que seja garantido o direito de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé aos povos quilombolas.

e) que sejam tomadas medidas efetivas para que os agentes políticos titulares das pastas se abstenham por termo de ajustamento de conduta, de praticar atos, falas ou qualquer outra forma, que configure, em ofensa aos preceitos constitucionais, em particular dos objetivos do Estado Brasileiro, a discriminação racial e étnica relativamente aos povos quilombolas, ao povo negro, aos povos indígenas e outras comunidades cultural e etnicamente diversas. E, em caso de violação a esse dever, proceda à sua responsabilização, nos limites de sua competência constitucional.

QUANDO UMA MULHER QUILOMBOLA TOMBA, O QUILOMBO SE LEVANTA COM ELA!

7 - Sem Feminismo não há Agroecologia: Carta das Mulheres Negras, Quilombolas e Indígenas

Ventos trazem mudanças

A Ancestralidade nos evoca resistências e questionamentos

A agroecologia floresce!

Data de Publicação: 26/09/2019 às 12:43:00

Nós, Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia, articuladas pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA, anunciamos que a construção da Agroecologia no Brasil precisa enfrentar o racismo, o patriarcado e as violências sexista e colonial. Estas violências, em muitas formas e dimensões, nos invisibilizam e oprimem, destroem nossos territórios e corpos.

No III Encontro Nacional de Agroecologia-ENA, ocorrido em Juazeiro (BA) em 2014, quilombolas e povos indígenas afirmaram suas identidades e expressaram a importância do reconhecimento de suas práticas para a construção da agroecologia, ao mesmo tempo em que as mulheres anunciaram que “Sem Feminismo não há Agroecologia”.

Durante o processo de construção do IV ENA, realizado em Belo Horizonte (MG) em 2018, o GT Mulheres da ANA foi convocado a acrescentar ao lema “Sem Feminismo não há Agroecologia” a defesa do lema “Se tem racismo não tem Agroecologia”. Essa incorporação explicita a necessidade de integrar à abordagem agroecológica as dimensões racial e étnica, anseios partilhados com as Pretas da Agroecologia, grupo fortalecido e ampliado após este encontro.

A Plenária das Mulheres no IV ENA foi um dos momentos de grande expressão das diversidades culturais e étnicas das mulheres da Agroecologia, pela qual as mulheres negras, quilombolas e indígenas chamaram a atenção para a necessidade de aprofundarmos o debate sobre classe, raça, etnia, geração, sexualidade e gênero, construindo propostas de ação política que combatam as desigualdades, visibilizem e reconheçam a contribuição das mulheres na construção da agroecologia.

Movidas por essas questões, nos reunimos nos dias 24 e 25 de setembro de 2019, em Belo Horizonte, para a oficina Feminismo e Agroecologia, na luta contra o capitalismo, patriarcado, racismo e agronegócio e em defesa dos bens comuns e da vida

– organizada pelo GT de Mulheres da ANA, com a participação de diversas organizações dos campos feminista e agroecológico. Juntas, demos os primeiros passos para a construção do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas da Agroecologia – previsto para acontecer em 2021. Desejamos partilhar experiências, vivências e conhecimentos, denunciar as opressões, organizar estratégias de lutas, para combatermos juntas o racismo, o patriarcado, o capitalismo e a LGBTQfobia.

É mais do que necessário compreender os desafios vivenciados pelas mulheres indígenas, negras e quilombolas, criando um espaço de convergência e articulação das diversas vozes, na construção do bem comum, na luta contra o patriarcado e o racismo, no enfrentamento às inúmeras formas de violência, no reconhecimento da força das juventudes, na defesa dos territórios e na construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

Vamos juntas/os fortalecer uma agroecologia feminista, negra, indígena e quilombola no Brasil.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 2019

AMICE Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará

ANA Articulação Nacional de Agroecologia Amazônia

APOINME Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

Comitê Chico Mendes

CONAQ Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CTA/ZM Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata

FASE Solidariedade e Educação

FBSSAN Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

GT Grupo de Trabalho de Gênero da ABA Associação Brasileira de Agroecologia

GT Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA Articulação Nacional de Agroecologia

IFSP Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo

KAPOI Associação Cultural dos Povos Indígenas de Roraima

MIQCB Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MMNEPA Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense

MMTR-NE Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

NEA Núcleo de Estudos em Agroecologia JUREMA: Feminismo, Agroecologia e Ruralidade

Pretas da Agroecologia

REDESSAN Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RMERA Rede Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia

Sítio Agatha

SITOAKORE Organização de Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

SOF Sempreviva Organização Feminista

UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco

8 - CARTA COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ; RESISTIR PARA EXISTIR

Nós Mulheres Quilombolas do Coletivo de Mulheres Quilombolas da Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, compromissadas com a defesa de nossos territórios, na luta por políticas de titulação dos territórios quilombolas e combate à violência contra os quilombos no Brasil, pautando as especificidades das mulheres quilombolas, em uma conjuntura presente que torna essas violências mais frequentes e evidentes.

Reunidas em Brasília no Seminário Mulheres quilombolas: Resistir para Existir, preparatório para o II Encontro Nacional de Mulheres quilombolas da CONAQ, vimos em defesa da nossa existência, de nossos territórios, da vida das mulheres quilombolas, na busca por justiça pelas vidas que foram ceifadas no país, na luta e reivindicação pela garantia de nossos direitos. Vimos repudiar e denunciar o desmonte das políticas quilombolas, perpetrado pelo Estado brasileiro.

O Estado brasileiro não tem trabalhado na construção de um Plano Nacional de titulação dos nossos territórios quilombolas, conforme determinação constitucional do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Quilombolas da Constituição Federal brasileira (CRFB/1988) e convencional da Convenção 169 da OIT. Apesar de denúncias feitas pelas organizações quilombolas e de direitos humanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e recomendações dessa para que o Brasil apresentasse um plano nacional de titulação dos territórios quilombolas por meio de consulta livre, prévia

e informada às comunidades, em nenhum momento, os órgãos responsáveis pelas titulações quilombolas, se dispuseram a construí-lo.

O que se observa é cada vez mais um acirramento dos conflitos possessórios e cada vez mais atos ou omissões do governo com objetivo de inviabilizar a efetivação da política de titulação dos territórios quilombolas. De fato, o contingenciamento dos recursos público e as opções de gestão e reorganização administrativa do atual governo, entre elas a consolidada na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, que transferiu a competência sobre reforma agrária, regularização fundiária de áreas rurais, Amazônia Legal e terras quilombolas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como a alteração da competência dos procedimentos de licenciamento ambiental por meio do Decreto Federal nº 9667/2019, e, por fim, o risco de aprovação da Lei Geral de Licenciamento Ambiental (PL 3729/04), que autoriza o licenciamento em territórios quilombolas certificados e ocupados, além de deixar de exigir o licenciamento nos chamados empreendimentos de pequeno porte ou de pequenas dimensões.

Ao mesmo tempo em que as políticas de titulação não têm perspectiva de avanço, é preocupante o fato de o governo atuar em defesa da promoção da regularização individual nos territórios em detrimento da regularização coletiva por meio da MP nº 910, o que atenta contra os direitos territoriais da comunidade e sua autodeterminação enquanto sujeito coletivo. Lembramos que os territórios quilombolas são de propriedade coletiva, sobre os quais incidem cláusulas de inalienabilidade, imprescritibilidade e impenhorabilidade, ou seja, não pode ser transferido, não se finda no tempo, e não pode ser dado como garantia de obrigações.

Ademais, é relevante que a pessoa nomeada pelo Presidente da República para os principais órgãos do governo dedicados à política quilombola como a Secretaria de Assuntos Fundiários, do referido Ministério, que coordenará os trabalhos do INCRA, está sendo comandada por Nabhan Garcia, presidente da União Democrática Ruralista e notório opositor da política pública de titulação quilombola. A presidência da Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão construído a partir das reivindicações e luta da população negra afrodiáspórica do país, é hoje comandada por Sergio Camargo, pessoa com histórico de discursos racistas dedicados a desqualificar as opressões sofridas pela população negra quilombola, a ação do movimento negro e a existência da escravidão. Sérgio Camargo, em uma canetada só, nessa terça-feira, 10 de março, extinguiu sete órgãos colegiados de controle e participação social da FCP, são eles: o Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares; a Comissão Permanente de Tomada de Contas

Especial; o Comitê de Governança; o Comitê de Dados Abertos; a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável; a Comissão Especial de Inventário e de Desfazimento de Bens e o Comitê de Segurança da Informação, tornando-se o líder supremo da instituição, controlando tudo sem o mínimo de participação da sociedade e dos próprios servidores da entidade. Além disso, está inviabilizada também a participação do povo quilombola e do movimento negro nas deliberações acerca das políticas pelas quais essa autarquia é responsável, eles, que reivindicaram a sua criação.

É crescente a violência contra nós quilombolas e nossos territórios nos últimos anos, sobretudo a partir de 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro, sendo possível identificar o aumento de discursos racistas e de ódio proferidos por autoridades públicas e validadas pelo próprio presidente da República, que, mesmo quando estava na condição de pré-candidato já proferia discursos de cunho racista contra a população quilombola.

De fato, em 3 de Abril de 2017, Bolsonaro, então pré-candidato à presidência, à época Deputado Federal, em evento público realizado no Clube Hebraica, na cidade do Rio de Janeiro, proferiu discurso racista contra povos quilombolas e outros ao afirmar que “Eu fui em um quilombola em El Dourado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador eles servem mais. Mais de um bilhão de reais por ano gastado com eles. Recebem cesta básica e mais material em implementos agrícolas”. Por pressão e denúncias do movimento quilombola e de outras organizações da sociedade civil, o caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal, mediante denúncia da Procuradoria Geral da República pelo crime de racismo e por incitação à discriminação contra estrangeiros, arquivada em 2018, sob fundamento de que seu discurso configurou “manifestação política que não extrapola os limites da liberdade de expressão, garantido no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal”. Concluindo a Corte constitucional: “seja pela não configuração do conteúdo discriminatório, seja por estarem as manifestações inseridas na liberdade de expressão prevista no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal, seja ante a imunidade parlamentar, a denúncia não é recebida”.

O imaginário do discurso de negação do racismo e das desigualdades raciais é ainda alimentado por um tipo específico de discurso racista, que se dirige a negar à escravidão ou relativizá-la enquanto acontecimento histórico, foi o ocorrido em 14 de maio de 2019, em sessão de homenagem aos 131 anos da assinatura da Lei Áurea, que deu fim formal à escravidão no Brasil em 1888, o deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança afirmou que a “escravidão é tão antiga quanto a humanidade” e, por esse

motivo, “é quase um aspecto da natureza humana”. O mesmo ocorreu em 26 de novembro de 2019, em que o procurador de Justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), ocupando o cargo de Ouvidor Geral do Ministério Público, Ricardo Albuquerque disse que o “problema da escravidão no Brasil foi porque o índio não gosta de trabalhar”, durante palestra para estudantes do curso de Direito de uma universidade em Belém, capital do estado do Pará.

Diante dos discursos de ódio validados pela autoridade máxima do país, o contexto de violação dos territórios quilombolas e violência contra os quilombos só aumenta, é o que pretende mostrar o segundo volume da pesquisa Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil (2020), a partir de levantamento de dados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas -CONAQ e pela Terra de Direitos, que será lançada nesse primeiro semestre de 2020. A situação de violência evidenciada pela pesquisa “Racismo e Violência contra quilombos no Brasil” (2018) não diminuiu, apenas no mês de novembro de 2019, foram registrados três homicídios contra quilombolas.

Na noite de 23 de novembro de 2019, Maria Alves da Rocha de 62 anos morreu após ser baleada na comunidade de Caititu do Meio, na zona rural de Berilo (MG). Poucos dias depois, no dia 25 de novembro, o Sr. José Isídio Dias, conhecido como “Seu Vermelho”, de 89 anos, foi encontrado, morto a machadadas dentro de sua casa no Quilombo Rio dos Macacos, no Estado da Bahia. No mesmo mês de novembro, no dia 27, também no estado da Bahia, na cidade de Cachoeira, a estudante e liderança quilombola Elitania de Souza, da Comunidade Quilombola do Tabuleiro da Vitória foi assassinada a tiros.

A ausência de políticas públicas eficazes para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos, as medidas adotadas pelo Governo Federal de validação dos discursos de ódio e racismo, de não titulação dos territórios quilombolas, como os discursos proferidos recentemente em Miami por Bolsonaro, afirmando que não irá demarcar mais comunidades quilombolas no Brasil, a flexibilização da compra e posse de arma de fogo, em especial para moradores da zona rural, e, por fim, a paralização das políticas destinadas aos povos quilombolas, contribuem para o aprofundamento das violações de direitos humanos dos povos quilombolas e de seus territórios.

Diante disso, afirmamos que a luta pelo território possui papel central na reivindicação de nossos direitos, pois do território dependem nossa existência e o exercício dos direitos à educação, ao meio ambiente, cultura e outros.

Nós, mulheres quilombolas, temos papel central na luta política pelo território, na medida em que sustentamos, protegemos e desenvolvemos o modo coletivo quilombola! É no contexto dessa luta pelo território que a violência se produz, sobre nós, nossos corpos e sobre os quilombos, por meio de ameaças explícitas, calúnia e difamação, além de ameaças à nossa família e familiares, com a pretensão de desestabilizar nossas lutas por direitos.

Fomos violentadas em todos os momentos da história desse país, o cenário nunca nos foi favorável, nem por isso deixamos de resistir e não vai agora que daremos passos para trás! Muito antes da abolição na lei (formal), nós lutávamos pela nossa sobrevivência e existência concretas e não será agora, diante dos retrocessos do atual governo, que vamos retroceder! Seguimos, mulheres quilombolas na luta, Resistindo para Existir.

9 - Carta das Mulheres Negras ao Supremo Tribunal Federal: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (Mulheres Negras entregam Carta Pública ao STF, 30/09/2020)

Nós, mulheres negras do Brasil, alvos preferenciais do racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, capacitismo e outras formas de discriminação, estamos em luta pela afirmação de uma Democracia Plurirracial. Na condição de sujeitas (históricas, políticas e constitucionais) renovamos a nossa vigilância sobre as instituições democráticas e reiteramos o compromisso firmado na Constituição de 1988.

No ano de 2015, lançamos nosso Manifesto a Marcha de Mulheres Negras de 2015 e listamos as ações essenciais que o Estado brasileiro deve adotar, atuações fundamentais que reafirmamos em 2018, no Encontro Nacional de Mulheres Negras – 30 Anos contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, e agora convocamos o Poder Judiciário a assumir a sua responsabilidade constitucional com a proteção de nossas vidas e com o exercício de nossas liberdades.

Em respeito ao Estado Democrático de Direito, através dos direitos e garantias fundamentais garantidos na Constituição Federal de 1988, exigimos o fim do racismo e da violência que se manifestam no genocídio da população negra. Processos de extermínio que se manifestam no total falta de acesso a direitos, seja através do assassinato de nossa juventude, nos altos índices de violência sexual e doméstica, nos números de mortalidade materna, de feminicídio contra mulheres negras cis e trans, nas violências de Estado perpetradas pelas forças de segurança pública, cujos operadores e

operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer, com a chancela dos demais órgãos do Sistema de Justiça.

Com a posse do Ministro Luiz Fux na Presidência do Supremo Tribunal Federal, renovamos nosso compromisso com a Constituição de 1988 e esperamos que esta corte se comprometa diante de nós com o direito à vida, pelo reconhecimento pleno de nossa igual humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Para além dos pactos que o Poder Judiciário venha a firmar com os Poderes Executivo e Legislativo, convidamos esse Poder a firmar um pacto verdadeiro por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar, que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam nosso país e reivindicam o Bem Viver, que prima pela harmonia das relações humanas na sua diversidade e com o meio ambiente. Fazendo assim valer nossa Carta Magna que deve ser protegida e aplicada pelos poderes e, prioritariamente pelo STF.

A consolidação desse pacto democrático e republicano demanda tão somente que sejamos reconhecidas como sujeitas de direito e que a nós sejam aplicados na íntegra os dispositivos constitucionais. De forma a tornar mais concretas nossas reivindicações, é necessário que o Poder Judiciário se comprometa com a realização das seguintes determinações constitucionais:

1. Garantir o direito à vida, à dignidade humana, da população negra, em geral, e da mulher negra transgêneras e cisgêneras, em particular. Isto pressupõe enfrentamento concreto ao racismo institucional, ao sexismo e cisheterossexualidade compulsória que impedem que nossas vidas sejam tratadas com a mesma dignidade e respeito que as outras, livres de todas as formas de discriminação.
2. São violências que se manifestam com corte de raça/etnia e gênero de forma desproporcional: violência sexual, doméstica e intrafamiliar, feminicídio, transfobia, lesbofobia e bifobia. Sobre essas manifestações é dever do Poder Judiciário manifestar-se contra a reprodução destas violências judicialmente (através do tratamento tempestivo das denúncias e respeitoso com as vítimas) e extrajudicialmente (no envolvimento com campanhas de prevenção, estruturação dos serviços de atendimento/acolhimento às vítimas).
3. É dever constitucional do Poder Judiciário em um Estado Democrático de Direito proteger a vida, a segurança e a paz, ao tempo em que pune o racismo institucional em todas as instâncias do Sistema de Justiça, oferecendo reparação justa às vítimas (e seus familiares) de violência de Estado, anulando condenações e procedimentos que decorram

de atos de violência contra a população negra, em especial, aquela que acomete as mulheres negras transgêneras e cisgêneras.

4. Garantir que nossos corpos não nos sentenciam a despeito do devido processo legal. Que nossos lugares de moradia não sejam tomados como provas inconteste de envolvimento não comprovados com atividades ilícitas. Que sejamos informadas com clareza e de forma justificada sobre as medidas de restrições de direitos e/ou de liberdades a que sejamos submetidas, assim como nossos familiares. Que não sejam desconsiderados os abusos de autoridade, ameaças, intimidações, torturas e demais violações que denunciemos. Que nossos testemunhos e manifestações sejam levados em consideração com o mesmo respeito e dignidade com que são tomados os relatos de agentes de segurança pública, demais representantes de órgãos públicos ou mesmo de pessoas de grupos sociais privilegiados.

5. Dar cumprimento a políticas de enfrentamento ao encarceramento em massa da população negra, em especial das mulheres negras cis e trans. No contexto do Estado de Coisas Inconstitucional já reconhecido por esta corte é inadmissível que, inclusive, em momentos de risco absoluto como o proporcionado pela Covid-19 pessoas negras do grupo de risco e demais titulares do direito à prisão domiciliar permaneçam em unidades prisionais, sendo condenadas à morte com a chancela dos órgãos do Sistema de Justiça.

6. Fomentar, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a geração de dados desagregados por raça/cor, identidade de gênero e orientação sexual sobre o sistema de justiça, bem como promover campanhas contra o racismo, transfobia, lesbofobia e bifobia e outras formas de violência.

7. Tratar os crimes de racismo e injúria racial de forma proporcional ao perigo que representam para garantia da ordem democrática, assegurando que as vítimas obtenham reparação e satisfação justas em relação à violência sofrida. Punir os casos de intolerância religiosa contra povos tradicionais de terreiros como modalidade de Racismo (religioso), independentemente se ocorrem no lugar de culto, no espaço do trabalho ou no espaço público em geral. Coibir as ações (judiciais ou administrativas) que promovem dupla violação das vítimas e que os responsáveis por atos de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata respondam rigorosamente pelos atos praticados.

8. Garantir o cumprimento das normas que ensejam a preservação, proteção, demarcação, homologação e registro das terras de remanescentes de quilombos, povos indígenas e de demais comunidades e povos tradicionais. Garantir a Proteção e preservação incondicional da Amazônia. Assim como a proteção da função social da propriedade e a

proibição de atividades econômicas que violem o meio ambiente, ameacem a vida de povos tradicionais e seus modos de vida, desrespeitem os direitos do consumidor e ampliem as desigualdades regionais e sociais.

9. Assegurar o exercício do direito à moradia digna e o acesso a serviços na cidade (mobilidade, saúde, educação, assistência social, esporte, lazer, patrimônio natural e cultural), contribuindo assim para o fortalecimento dos interesses coletivos sociais, culturais e ambientais que permitam que o direito à cidade se concretize para todas as brasileiras(os) e não apenas para os grupos economicamente favorecidos e racialmente identificados como brancos. Especialmente no momento da pandemia de Covid-19, em a que a maior vulnerabilidade tem se traduzido em letalidade.

10. Coibir despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra e sobre as propriedades urbanas e rurais de modo a garantir que o direito à moradia digna seja assegurado a todas(os), priorizando a segurança da posse para a mulher, a prevenção de riscos e o respeito a todos os direitos humanos.

11. Punir práticas que possam representar racismo ambiental, entre elas:

(a) a remoção e a desocupação para a extração do patrimônio ambiental e de outras riquezas, o uso de agrotóxicos e outros venenos na agricultura e nas outras culturas de criação de animais e o despejo de detritos e lixos em áreas onde a população negra habita.

(b) atividades que destroem o ambiente e a cultura das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas; que impedem a democratização, descentralização e gestão pública da energia limpa e renovável, que obstam o acesso universal à água potável, limpeza urbana e ao saneamento básico. Espera-se especial atenção ao texto constitucional no julgamento de ações de reparação e indenização das populações, especialmente das mulheres negras, afetadas por megaprojetos e processos industriais e de mineração, atingidos por barragens e por desastres naturais.

12. A proteção do direito à liberdade em sua mais ampla acepção, garantindo a liberdade de locomoção, de emitir opinião, de se expressar, de crer e professar nossas crenças, de criar vínculos associativos sem a interpelação do Estado.

13. Garantir a laicidade do Estado face a quaisquer fundamentalismos religiosos, entendendo-a para além de sua compreensão nos limites do cristianismo, como historicamente tem sido considerada, inclusive com a chancela de membros do Poder Judiciário.

14. Cabe ao Poder Judiciário zelar pelo reconhecimento e visibilidade da nossa trajetória coletiva nos mais distintos espaços de decisão, garantindo paridade de participação e o

acesso a condições materiais e simbólicas para o exercício do poder e o controle social do Estado.

15. Exigir o cumprimento das normas previstas no Estatuto da Igualdade Racial (Lei no. 12.288 de 20/07/2010), bem como as que viabilizem a implementação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

16. Garantir que as relações de trabalho e emprego, com remuneração justa e adequada, sejam orientadas pela equidade racial, étnica, de gênero, orientação sexual, identidade de gênero, geração, deficiências, de condição física e mental, no campo ou nas cidades, para o acesso e permanência nos postos de trabalho. Assim como assegurar legalmente a participação em atividades comunitárias e de organização sindical.

17. Assegurar o exercício do trabalho em condições plenas de segurança, assentado na proteção à saúde das(os) trabalhadoras(es) e nos direitos previdenciários previstos em lei, no campo e na cidade. Nesse sentido, destacamos que há categorias de trabalhadoras em situação de maior vulnerabilidade e que demandam maior atenção por parte do Estado e do Sistema de Justiça, como as empregadas domésticas e catadoras(es) de materiais recicláveis.

18. A aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 e a Lei Complementar n. 150/2015 demandam especial atenção para que os contratos de trabalho doméstico passem a refletir a seguridade social e todos os direitos trabalhistas para todas as trabalhadoras domésticas.

19. Conferir a máxima efetividade aos direitos de trabalhadoras(es) do campo, valorizando a remuneração justa e equitativa e o fim da violência e da discriminação contra as mulheres cis e trans.

20. Assegurar o cumprimento pleno das Convenções 100, 111, 169, 189 e da agenda do Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E mobilizar todas normas nacionais e internacionais no sentido da erradicação do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão em todo território nacional.

21. Coibir práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, ao tempo em que garante o cumprimento das políticas de ações afirmativas para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho, inclusive a Lei 12.990/2014, que estabelece cotas raciais nos concursos públicos em nível federal.

22. Em relação ao direito à saúde, é preciso assegurá-lo e atuar concretamente na punição de atos que caracterizem racismo institucional nas organizações públicas e privadas, perceptíveis através dos números desproporcionais de mortes evitáveis sobre as mulheres

negras cis e trans em particular (como os decorrentes de morte materna, da falta de segurança no acesso a direitos sexuais e reprodutivos, atenção à violência sexual e o direito ao aborto legal, entre outros previstos nos protocolos de atenção à saúde da população negra), e em relação a população negra em geral, cumprindo o que está disposto na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

23. No âmbito do direito à educação, cabe ao Poder Judiciário exigir o cumprimento das leis 10.639 e 11.645, bem como das normas que dispõem sobre políticas de acesso e permanência de alunas(os) pertencentes aos grupos étnicos e raciais discriminados. O contexto da pandemia reforça velhas e cria novas formas de violação do direito à educação, seja no âmbito da evasão escolar, do não acesso às condições materiais necessárias ao aprendizado (segurança alimentar, inclusão digital, material didático, acompanhamento especializado e atento às distintas necessidades - pessoas com deficiências, gravidez na adolescência, orfandade, em sofrimento mental, etc.).

24. Em relação aos direitos culturais, dar cumprimento às ações de proteção do patrimônio cultural material e imaterial das culturas afro-brasileiras, especialmente das comunidades quilombolas e de matrizes africanas.

25. Dar cumprimento aos dispositivos constitucionais que impedem oligopólios e monopólios de mídia, a transparência nas concessões de canais de rádio e televisão, o fortalecimento da comunicação pública e comunitária, e a diversidade e a pluralidade de conteúdo nos meios de comunicação do Brasil.

26. Assegurar o cumprimento das deliberações dos protocolos, pactos, declarações, convenções, planos de ações regionais (OEA) e internacionais (ONU), reiterando a função normativa desses compromissos.

As mulheres negras abaixo assinadas, individualmente ou organizadas, cientes de nossa condição de sujeitas de direitos e comprometidas com a defesa intransigente da democracia plurirracial no Brasil, convocamos o Supremo Tribunal Federal a romper a tradição de violação de direitos e a assumir com responsabilidade política o seu mandato constitucional de guardião da Constituição Cidadã, o que implica necessariamente no cumprimento das reivindicações acima enunciadas.

Brasil, 14 de setembro de 2020.

Assinaturas institucionais

1- Criola

- 2- Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
- 3- Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANJF)
- 4- Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- 5- Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro
- 6- Rede de Mulheres Negras de Alagoas
- 7- Rede de Mulheres Negras do Paraná
- 8- Geledés - Instituto da Mulher Negra
- 9- Movimento Negro Unificado (MNU)
- 10- Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (NIREMA, PUC-Rio)
- 11- Rede de Religiões Afro-brasileiras e Saúde (RENAFRO)
- 12- Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)
- 13- Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ)
- 14- Instituto Odara
- 15- Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
- 16- Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- 17- Instituto da Mulher Negra do Mato Grosso (IMUNE)
- 18- Pretas Candangas
- 19- Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno.
- 20- E'LEÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania - RJ
- 21 - Coletivo Amazônico LesBiTrans - PA
- 22 - ZarabatanaINFO - Ciberativistas Negras Amazônidas - PA
- 23 - Rede de Cooperação Negra e LGBTQIA+ “Pretas & Coloridas” - BR
- 24 - Centro de Formação da Negra (o) da Transamazônica e Xingu-CFNTX - PA
- 25 - COMUNEMA - Coletivo de Mulheres Negras “Maria-Maria” - PA
- 26 - Instituto Marielle Franco
- 27 - Marcha das Mulheres Negras de SP
- 28 - Fórum Estadual de Mulheres negras RJ
- 29 - Fórum Nacional de Mulheres Negras
- 30 - Ilú Oba De Min - SP
- 31 - Grupo 13 de Agosto, Mães de Osasco e Barueri
- 32 - Centro de Referência Negra Lélia Gonzales GO/CRENLEGO
- 33 - Rede de Mulheres Negras de Goiás
- 34 - Rede Antirracista Quilombaço (SP) Realidades

- 35- MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA
- 36 - Fórum Marielles, BA
- 37 - NEGRAS Núcleo de Estudos em Gênero, Raça e Saúde UFRB, BA
- 38- Rede de Mulheres de Terreiro, BA
- 39- Comitê de Enfrentamento a COVID 19 nas Comunidades de Religiões de Matriz Africana, BA
- 40- Rede de Mulheres Negras da Bahia, BA
- 41- Ayomidê Yalodê Coletivo de Mulheres Negras, BA
- 42- Abayomi Coletiva de Mulheres Negras, BA
- 43- Afoxé Kambalagwanze, BA
- 44- Bloco Afro Ginga do Negro, BA
- 45- Articulação de Mulheres Negras Quilombo Engenho da Ponte, Cachoeira-BA
- 46- Articulação de Mulheres Negras de Maragogipe, Maragogipe-BA
- 47- Rede Religiosa de Matriz Africana do Subúrbio Movimento, Salvador-BA
- 48-Coletivo Catarina, São Felix-BA
- 49- Núcleo de Mulheres Axé Eyin, Bom Jesus dos Pobres -BA
- 50-Coletivo de Mulheres Creuza Oliveira- BA
- 51- Ilê Omiojuaro-RJ
- 52- Grupo de Estudos e Pesquisa Candaces Uneb, BA
- 53- Coletivo de Mulheres Negras Luíza Bairros - Santo Antônio de Jesus, BA
- 54- Movimento Nossa Voz - Santo Antônio de Jesus, BA
- 55- Associação de Mulheres Koxerê, BA

Assinaturas individuais

- 1 - Lúcia Xavier (Criola, RJ)
- 2 - Valdeci Nascimento (Instituto Odara, BA)
- 3 - Monica Oliveira (Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, PE)
- 4 - Rosália Lemos (Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, RJ)
- 5 - Iêda Leal (MNU, GO)
- 6 - Dandara Rudsan Sousa de Oliveira (Programa Marielle Franco/PA)
- 7 - Nilza Iraci (Geledés, SP)
- 8 - Nilma Bentes (Cedenpa, PA)
- 9 - Elza Fátima Rodrigues (Cedenpa, PA)
- 10 - Wanda Menezes (Rede de Mulheres Negras de Alagoas, AL)

- 11 - Heliana Hemetério (Rede de Mulheres Negras do Paraná, PR)
- 12 - Creuza Oliveira (FENATRAD, BA)
- 13 - Naiara Leite (Instituto Odara, BA)
- 14 - Thula Pires (PUC-Rio, RJ)
- 15 - Mônica Sacramento (Criola, RJ)
- 16 - Selma Dealdina (Conaq, ES)
- 17 - Zélia Amador (Cedenpa, PA)
- 18-Vilma Reis (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 19 - Stephanie Lima (ANJF, RJ)
- 20 - Arinilta Caetano (E'LEÉKÒ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania - RJ)
- 21 - Nilce Naira do Nascimento (RENAFRO/RJ)
- 22 - Anielle Franco (Instituto Marielle Franco, RJ)
- 23 - Sueli Carneiro (Geledés, SP)
- 24 - Neon Cunha (ativista independente)
- 25 - Keit Lima (Marcha das Mulheres Negras e Educafro, SP)
- 26 - Erika Hilton (ativista pelos Direitos Humanos)
- 27 - Juliana Gonçalves (Marcha das Mulheres Negras, SP)
- 28 - Maria José Menezes (Marcha das Mulheres Negras - SP)
- 29 - Luciana Araújo (diretoria da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco)
- 30 - Simone Nascimento (ex-diretora da UNE e integrante do RUA – Juventude Anticapitalista)
- 31 - Lia Manso (Criola, RJ)
- 32 - Clatia Vieira - RJ
- 33 - Andréia Alves (Marcha das Mulheres Negras SP)
- 34 - Eliane de Souza Almeida (Rede Quilombação e Marcha das Mulheres Negras SP)
- 35 - Generosa Maria de Sousa Lima (Marcha das Mulheres Negras SP)
- 36 - Fernanda Chagas (Rede Quilombação e Marcha das Mulheres Negras de São Paulo)
Cooperativa de Catadoras de material reciclável Granja Julieta
- 37 - Ivana Leal (MNU, GO)
- 38 - Roseane Ramos (CRENLEGO - Centro de Referência Negra Lélia Gonzales/GO)
- 39 - Mônica Conrado (NOSMULHERES- PA)
- 40- Maria Noelci Teixeira Homero (Rede de Mulheres Negras para Soberania e segurança Alimentar e Nutricional.)
- 41- Fernanda Lopes (Niketche-SP)

- 42 - Maria José Pacheco (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 43 - Josy Azeviche (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 44 - Lindinalva Barbosa (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 45 - Denize Ribeiro (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 46- Marcia Maria F de Brito Lima (Rede de Mulheres de Terreiro, BA)
- 47- Maria Inês da Silva Barbosa, BA
- 48- Lindinalva de Paula (Rede de Mulheres Negras da Bahia, BA)
- 49- Jacimara Souza Santana (MAHIN Organização de Mulheres Negras, BA)
- 50- Yalorixá Jacira Miranda, BA
- 51- Iracema Neves, BA
- 52- Maria da Conceição Abade da Silva, BA
- 53- Ana Paula dos Santos Souza, BA
- 54- Maria da Conceição dos Santos Souza, BA
- 55- Thais Zimbwe (Criola, RJ)
- 56- Aline Pereira da Costa (MNU, DF)
- 57- Kellen Carolina Vieira Silva (Rede de Mulheres Negras para Soberania e segurança Alimentar e Nutricional, DF)
- 58- Winnie Bueno
- 59- Cristiana Luiz (MNU, DF)

10 - CARTA ABERTA À SOCIEDADE: Questões inegociáveis para Mulheres Negras e Indígenas na disputa por poder

Salvador, 9 de julho de 2022

Nós, mulheres negras e indígenas, das Regiões Nordeste e Amazônia do Brasil, reunidas no dia 9 de Julho de 2022, na cidade de Salvador (Ba), durante o Encontro de Mulheres Negras Nordeste-Amazônia: Qual o nosso Projeto de Nação? organizado pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, destacamos nesta carta nossos pontos inegociáveis na disputa de poder na sociedade e Estado brasileiro, rumo à construção de uma nação sem racismo, sexismo, violências e pelo Bem Viver.

Durante três dias estivemos reunidas discutindo os diversos aspectos e noções de acesso a direitos, poder e Bem Viver, pelas cosmopercepções dos povos pretos em diálogo com os povos indígenas, a partir das perspectivas, experiências e saberes de

mulheres que revelam a pluralidade cultural, geracional, territorial e de sexualidade, das mulheres e dos povos negros e indígenas no Brasil. Há de se destacar que este é um encontro de mulheres negras, que convidaram companheiras indígenas mulheres, para o diálogo e renovação da Aliança de Parentesco Afro-Indígena, pactuada entre estas irmãs em julho de 2004, durante a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

Fica concensuado entre nós que o acesso ao Poder diz respeito à garantia de condições de autodeterminação coletiva, e autonomia cultural, econômica, política, tecnológica e territorial. Bem como, destacamos que o exercício do poder coletivo deve eliminar as práticas coloniais sexistas patriarcais e binárias de controle e violência contra nossos corpos, em nossas diversidades étnicas, territoriais, etárias, de gênero e sexualidade.

Acreditamos no Bem Viver e na ancestralidade como a cosmologia que nos orienta na constituição de um projeto de nação e sociedade plurirracial, pluriétnica, de respeito e igualdade entre os povos. Nesta perspectiva, Bem Viver para nós é o equilíbrio, harmonia e simbiose entre os seres humanos e a natureza. Para as Indígenas Mulheres somos corpo-território: mulheres terra, mulheres água, mulheres biomas, mulheres espiritualidade, mulheres árvores, mulheres raízes, mulheres sementes e não somente mulheres. A compreensão das parentas sobre Bem Viver, e a complementaridade entre corpo, espírito, direitos e territórios, pode ser melhor compreendida no [Documento Final da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas – “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito”](#), realizada em agosto de 2019, em Brasília.

A cosmopercepção indígena se assemelha com a cosmopercepção preta, afrodiáspórica, quilombola e quilombista, expressa historicamente em documentos construídos pelos movimentos negros, tais quais as elaborações de Beatriz Nascimento, sobre Quilombo; de Abdias Nascimento, sobre Quilombismo; referências na construção da [Carta da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver](#), realizada no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília; documento este que melhor e de maneira mais completa representa as concepções e agendas contemporâneas dos Movimentos de Mulheres Negras no Brasil.

O Bem Viver é o paradigma da construção de futuro possível, construído no ontem e no agora, fortalecido a partir da aliança entre povos negros e indígenas, que propõem a dissolução do Estado brasileiro, a partir de um novo marco civilizatório, onde toda diversidade da sociedade brasileira será contemplada.

Reconhecemos a importância, preparo e disposição política das ativistas negras e indígenas para ocupação dos espaços eletivos estatais, porém, destacamos que a eleição de mulheres negras e indígenas se caracteriza como estratégia de incidência política imediata. O crescimento dessas nossas representantes nos cargos eletivos da administração pública não garantirá a transformação concreta da realidade de violências e opressões contra nossos povos, visto que o Estado brasileiro foi constituído e permanece estruturado a partir do genocídio destes povos.

Reafirmamos nosso compromisso de apoio e retaguarda para as candidatas e parlamentares negras e indígenas, sobretudo no que tange a garantia de sua segurança, sustentabilidade e o enfrentamento às violências políticas sofridas nas relações intrapartidárias e em outros espaços de incidência. Demarcamos que a representatividade política eleitoral para negras e indígenas precisa ser coletivamente dialogada e construída com mulheres comprometidas com a organização social política coletiva das Mulheres Negras e Indígenas Mulheres, que defendam nossas agendas como prioritárias em suas atuações político-partidárias.

Nesta perspectiva, apresentamos nossas questões inegociáveis:

- Cuidado com as alianças e exercício contínuo da solidariedade entre Mulheres Negras e Indígenas Mulheres;
- Direito à vida digna e segura, onde se possa viver, ao invés de sobreviver; tornando comum e acessíveis as práticas integrais de saúde, autocuidado e cuidado coletivo para a sociedade como um todo;
- Economia, educação, cultura e ciência devem caminhar lado a lado com a sociobiodiversidade. Ou seja, os interesses econômicos não podem sobrepor o cuidado e a preservação da natureza;
- Garantia de direitos sexuais, direitos reprodutivos e justiça reprodutiva, com destaque ao direito ao aborto, para todas as pessoas, enfaticamente para meninas e mulheres negras, indígenas e população LGBTQIAP+;
- Direito à cidade e à moradia digna para todas pessoas;
- Direito à terra e território para todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil, com destaque aos povos originários, quilombolas e religiosos de matriz africana, garantindo a preservação do meio ambiente e do sagrado ancestral;

- Direito à informação, à comunicação e à memória para os povos indígenas e negros;
- Defesa da agricultura familiar, soberania e segurança alimentar, tecnologias sociais agroecológicas e territórios produtivos para todos os povos e comunidades tradicionais, com destaque aos povos indígenas, quilombolas e religiosos de matriz africana;

Assinam esta carta as seguintes organizações negras, indígenas, e organizações antirracistas aliadas às lutas das mulheres negras e indígenas:

1. Abayomi – Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba
2. Afronte! Nacional
3. Ajagum Obínrìn – Organização de Mulheres Negras do Rio Grande do Norte
4. Alagbara: Articulação de Mulheres Negras e Quilombolas do Tocantins
5. Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará (AMICE)
6. Articulação de Mulheres Negras no Quilombo Engenho da Ponte
7. Articulação de Negras Jovens Feministas (ANJF)
8. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB)
9. Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
10. Associação Cultural de Mulheres Negras (ACMUN/RS)
11. Associação de Educação, Arte, Cultura e Agroecologia Sítio Ágata
12. Associação Raimundo Ladislau – Amapá
13. Auto Organização de Mulheres Negras Rejane Maria
14. Casa da Mulher Catarina
15. Central Regional Quilombola (CRQ)
16. Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais (CACES)
17. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
18. Choupana São Lázaro de Mãe Preta – Território Quilombola de Abacatal
19. Coletivo As Carolinas
20. Coletivo de Entidades Negras (CONEN)
21. Coletivo Juntas – Pará
22. Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres

23. Coletivo Elza's (Ananindeua/Pará)
24. Coletivo Mulheres em Luta
25. Coletivo Sapato Preto: LéSbicas Negras Amazônidas
26. Comunidade Afro-Feminista Educativa e Colaborativa (RECOSEC)
27. Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA)
28. Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)
29. Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME)
30. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (CONAQ)
31. Criola/RJ
32. Desencarcera Sergipe
33. Fórum de Mulheres Negras de Mato Grosso
34. Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS)
35. Fórum Paraibano de Juventude Negra (FOJUNE)
36. Frente de Mulheres de Cajazeiras (Bahia)
37. Frente Favela Brasil (Sergipe)
38. Geledés Instituto da Mulher Negras
39. Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (GRUMAP)
40. Grupo de Mulheres LéSbicas e Bissexuais Maria Quitéria – PB
41. Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa
42. Grupo de Mulheres Negras Malunga
43. Ilê Axé Obá Oladeji – Ceará
44. Ilera: Ancestralidade e Saúde
45. Instituto AMMA Psique e Negritude
46. Instituto Audiovisual Mulheres de Odun
47. Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso – (IMUNE MT)
48. Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)
49. Instituto Feminista Jarede Viana
50. Instituto Negra do Ceará (Inegra)
51. Instituto Quariterê (MT)
52. Instituto da Mulher Negra do Piauí Ayabás
53. IROHIN – Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira
54. Maloka Socialista
55. Marcha da Negritude Unificada da Paraíba

56. Movimento Cultural Ancestrais (Macapá/AP)
57. Movimento de Mulheres Negras na Paraíba
58. Movimento Feminino Sergipana Aúa Ananã
59. Movimento Nacional de Luta pela Moradia – (MNLM)
60. Movimento Negro Unificado – Sergipe (MNU/SE)
61. Núcleo de Mulheres do Rosarinho
62. Odara – Instituto da Mulher Negra
63. Oorun Obirin: Instituta da Mulher Negra
64. Organização de Mulheres Negras de Alagoas
65. Periferia Ambulante – Sergipe
66. Rede de Ciberativistas Negras- Núcleo Pará
67. Rede de Matriz Africana (REMA)
68. Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
69. Rede de Mulheres Negras do Ceará
70. Rede de Mulheres Negras do Maranhão
71. Rede de Mulheres Negras do Nordeste
72. Rede de Mulheres Negras do Paraná
73. Rede de Mulheres Negras do Piauí
74. Rede de Mulheres Negras para Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RedeSSAN)
75. Rede das Mulheres de Terreiro de Pernambuco
76. Rede de Mulheres Xukuru
77. Rede Fulanas Negras da Amazônia (NAB)
78. Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas – CANDACES BR
79. Revista Afirmativa – Coletivo de Mídia Negra
80. Terreiro Oyá Matamba
81. Ubuntu – Coletivo Quilombola Paraense
82. Uiala Mukaji Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco
83. União de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB/Roraima)

11 - Carta Manifesto do Coletivo de Mulheres da CPT

"Não sou livre enquanto qualquer mulher é prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas." - Audre Lorde, escritora, poetisa e filósofa negra estadunidense.

Por ocasião ao 08 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres, nós, mulheres negras, indígenas, quilombolas, racializadas, jovens, adultas, anciãs e LGBTQIAP+, que estamos enraizadas nas lutas dos povos da terra, das florestas, dos campos e das águas e nas lutas feministas em todos os estados brasileiros, juntamos nossas vozes às vozes de tantas outras mulheres das cidades, campos e das florestas.

Ecoamos nossas vozes contra todas as formas de violências e violações dos corpos-territórios das mulheres; contra as desigualdades estruturais produzidas pelo patriarcado racista desde a era colonial; contra o retrocesso aos nossos direitos que nos garantem vida digna e contra todas as formas de ataques às mulheres. Também externamos anúncios em defesa da vida com justiça social e fortalecimento dos processos de autonomia das mulheres, nas organizações e nas comunidades; nos alegramos com a vitória de muitas companheiras negras, quilombolas e indígenas no processo eleitoral de 2022, companheiras que passaram a ocupar espaços no legislativo e no executivo estadual e federal. Por tudo isso trazemos à tona nossas preocupações, permeadas por nossas próprias reflexões e vivências.

Iniciamos o ano de 2023 cheias de esperança, mas apreensivas e vigilantes quanto ao rumo das políticas de proteção e fortalecimento da autonomia das mulheres. Não podemos esquecer que, vivemos num sistema político e econômico que reforça o que tem de mais perverso nas relações sociais, permeadas pelo machismo, misoginia, racismo e homofobia; a precarização do trabalho e a mercantilização da força de trabalho e dos bens comuns; a supremacia do individualismo e a desvalorização das mulheres e suas lutas coletivas.

Ao longo da história, as mulheres estiveram na linha de frente de muitas lutas por direitos e vida digna para os mais empobrecidos, e, de tal maneira, reivindicamos engajamento para reverter todo o retrocesso instaurado após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, onde o capitalismo e o machismo, mais uma vez, saíram vitoriosos. Com o aprofundamento da crise sanitária, climática e econômica no Brasil e no mundo, somado à política da fome, do desemprego e da barbárie conduzida pelo governo Bolsonaro, tem tornado nossas vidas ainda mais difíceis, uma vez que, somos nós, as trabalhadoras do campo e das cidades, as mais impactadas por todas essas formas de violências. Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2022¹, no período entre 2016

a 2021, 7.258 mulheres foram mortas pela condição de ser mulher, vítimas de feminicídio. Nesse cenário de injustiças, 33 milhões de pessoas estão no “Mapa da Fome” no país, e 19,3% dos lares chefiados por mulheres negras e pardas estão em situação de insegurança alimentar grave. Esses dados reforçam o chamado da Campanha da Fraternidade da CNBB deste ano, que tem como tema “Fraternidade e Fome” e o lema “Dai-lhes vós mesmo de comer” e a tese de que, “a fome e a desigualdade social têm cor, gênero e endereço”².

No contexto específico do campo, as mulheres de povos, comunidades tradicionais e camponesas, além da violência doméstica, empobrecimento e das opressões do patriarcalismo e machismo familiar, religioso e comunitário, estão expostas a outras formas de violência, a expropriação dos territórios, a destruição dos bens comuns que são fundamentais para manutenção de seus modos de vida. No período de 2011 às 2021, a CPT registrou 80 tentativas e 39 assassinatos de mulheres em conflitos fundiários e socioambientais. Além disso, foram registradas diversas outras formas de violências contra as mulheres: agressões, ameaças de morte, detenções, estupros, lesões corporais, humilhações, intimidações e prisões.

É contra essa realidade que, o Coletivo de Mulheres da CPT fortalece a insurgência feminina a partir das experiências de luta vividas pelas mulheres negras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, quebradeiras de coco, camponesas e LGBTQIAP+, mantendo viva a memória da rebeldia protagonizada por Maala, Noa, Hogla, Milca e Tirza, como referência bíblica e pastoral.³

Assim, afirmamos a necessidade de reconhecimento e visibilidade das nossas capacidades intelectual e financeira, com autonomia e liberdade de ser e viver em um mundo sem violências, tendo direitos à terra e territórios e a segurança alimentar e nutricional. É com convicção que afirmamos que, a luta das mulheres é por uma sociedade mais justa e igualitária, sem hierarquia de poder e sem opressões que impedem os corpos-territórios livres!

Coletivo de Mulheres da CPT

08 de março de 2023

¹ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-femicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>.

² Ver: JOMALINIS, Emília. No Brasil, a fome tem cor, gênero e endereço. In: Poder, pobreza e fome: fatos do sistema alimentar de 2022. Heirinch Bol Stinfung

³ Maala, Noa, Hegla, Melca e Tersa (NÚMERO, 27, 1-11).

12 - A carta de Rosimeire - Quilombo Rio dos Macacos para Lula / 2023

**SOMOS
QUILOMBO
RIO DOS
MACACOS**

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTE DE QUILOMBO RIO DOS MACACOS
CNPJ: 15.327.859/0001-87. Comunidade Remanescente do Quilombo Rio dos
Macacos, s/n, Aratu, Simões Filho – BA. Cep.: 43-700-000.
Telefones: (71) 98361-6940/98777-6178/98184-0193/ 99201-2563.
Email: gridosmacacos@gmail.com

Simões – filho/BA. 11, de maio de 2023

AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA: LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA
C/C: AO GOVERNADOR DA BAHIA: JERÔNIMO RODRIGUES

REF: SITUAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS

Somos uma comunidade quilombola que luta para ter o direito a terra e o uso compartilhado do nosso rio. Temos mais de 200 anos em cima dessa terra pela qual há mais de 50 anos viemos sendo torturados pela Marinha de Guerra do Brasil. Já nos proibiram de estudar, de plantar e termos a nossa liberdade de vida.

SITUAÇÕES ATUAIS:

A comunidade Quilombola Rio dos Macacos atualmente vem enfrentando diversas dificuldades, como a falta de políticas públicas: saneamento básico, estrada, moradia, educação, iluminação pública, e água encanada/potável.

ESTRADAS, EDUCAÇÃO E RIO:

Nosso único acesso é por dentro da Vila Naval da Barragem, acesso esse que sofremos diversos tipos de violências cotidianamente. Após passarmos pela Vila, pegamos uma estrada que não possui nenhum tipo de pavimentação, em períodos chuvosos enfrentamos muita lama, ao qual muitas vezes não conseguimos nem prestar um socorro. Perdemos diversas pessoas por falta de acesso ao território, inclusive nem a própria SAMU pode entrar na comunidade pela falta das vias de acesso. Quando pessoas passam mal, tem que andar a pé aproximadamente 3,5KM até a portaria principal. Através disso a comunidade já perdeu e continua perdendo diversas vidas. Mulheres já deram à luz no meio da lama e em algumas ocasiões a criança caiu e quebrou o pescoço. O transporte escolar não vem buscar as crianças dentro do território e por isso elas tem que andar aproximadamente 7KM até a escola, todos os dias. Necessitamos da construção

Recebido em 11/05/2023

de uma escola quilombola em nosso território, temos diversos moradores (jovens e adultos) que ainda são analfabetos.

Com a invasão da Marinha em nosso território (invasão esta que expulsou diversas famílias), foi construída a Vila Naval, dividindo assim o nosso território em duas partes (Gleba 1 e Gleba 2), na Gleba 2 a saída fica próxima a um terreiro de candomblé (terreiro de Rafael), já na Gleba 1 fica próximo à ponte que divide Salvador/Simões Filho. No fundo do nosso território existe outra estrada, de uma comunidade vizinha, conhecida como estrada do Areal que dá acesso a outra parte do nosso território e necessita ser asfaltada. Esta estrada do Areal que é de competência da Prefeitura de Simões Filho, mas a mesma se recusa a fazer, negociando as nossas vidas com o comandante da Marinha do Brasil.

Precisamos urgentemente da construção das nossas vias de acesso independentes, o Governo Estadual deu início as obras através de uma empresa terceira que está muito lenta, ocorre diversos atrasos e coisas mal feitas. A obra tinha previsão de término em 07 meses, já estamos no 06º e a primeira saída (Gleba 1) não está nem 40% concluída. Já a da Gleba 2 nem foi iniciada ainda, a Marinha está impossibilitando, colocando sob chantagem a construção do muro, muro este que retira todos os rios e fontes do nosso território.

Este muro afetará diretamente em nossas vidas, retirando nosso acesso as margens do nosso rio, afetando também os nossos ancestrais, muitos do nosso povo é de matrizes africanas e realizamos nossas oferendas às margens desse rio, praticamos também à pesca de peixes que é ligada diretamente a soberania alimentar em nosso território. Este muro significa a MORTE do nosso povo quilombola.

MORADIAS, SAÚDE E POLÍTICAS PÚBLICAS:

As moradias da comunidade não possuem nenhum tipo de estrutura, algumas já desabaram e as outras estão prestes a isso, muitas sem banheiro e em algumas moram 10 a 15 pessoas em apenas um cômodo. Conseguimos ser aprovados no programa Minha Casa Minha Vida, assinamos todos os documentos e ao final disso não conseguimos a efetivação e construção das obras pela falta das vias de acesso e também as inúmeras chantagens da Marinha. Não possuímos água encanada e nem rede de esgoto/saneamento básico. Através da falta dessas políticas públicas, algumas mães perderam seus filhos (uma dessas chegou a perder 07 filhos).

Não possuímos também iluminação pública e isso acarreta diversas ondas de violências em nosso território, mas todos os meses é cobrado diretamente em nossa conta de energia elétrica (conseguimos através do programa Luz para todos em 2017).

Temos alguns idosos na comunidade e muitas pessoas com doenças graves, já pedimos ajuda em diversos órgãos e instâncias do governo (municipal e estadual) e até o dia de hoje não tivemos resposta, existe um abandono total e um descaso com o nosso povo.

Necessitamos urgentemente da construção de um posto de saúde dentro do nosso território, posto esse que vai até as comunidades vizinhas do nosso território.

Vivemos em situações precárias.

VIOLÊNCIAS:

Já nos proibiram de estudar, de plantar e termos a nossa liberdade de vida. Derrubaram vários de nossos terreiros de candomblé, casas de farinha e até mesmo as nossas residências. Já tivemos pessoas amarradas de cordas e arrastadas por toda a comunidade, pessoas espancadas e torturadas fisicamente e psicologicamente. Estupravam as mulheres da nossa comunidade, matavam diversos dos nossos e jogavam dentro da barragem que é o nosso rio, quando o Nina vinha buscar os corpos eles pediam para colocar no laudo que a morte foi por afogamento. Em 2009 recebemos uma ordem de despejo e através disso fomos pedir socorro e fizemos várias mobilizações. Tivemos várias perdas de pessoas na nossa comunidade através da luta, entre elas alguns idosos que infartaram.

No dia 06 de janeiro de 2014, Rose Meire dos Santos Silva, seu irmão Edinei Messias e suas 2 filhas, foram torturados, espancados e amarrados com fio em frente à Vila Naval da Barragem, por estarem voltando para as suas residências que são dentro da comunidade. Nossa entrada e saída é por dentro dessa Vila Militar. Em 2015 perdemos Edgar Messias, ele não resistiu às violências e pressões e teve um infarto fulminante. Algumas famílias foram obrigadas a sair de dentro do território, mas ainda existem muitas que lutam. Até os dias de hoje somos perseguidas (os) por carros e pessoas armadas, nossos filhos são perseguidos nos colégios, muitos desistiram de frequentar as aulas. Pessoas andam pelo fundo das nossas casas durante o dia e principalmente à noite.

Em 2018 durante a ida ao Ministério Público Federal para realização de uma audiência pública, dois homens aparentemente armados, estavam em uma moto perseguindo o carro que Rose Meire tem costume de sair. Por sorte tínhamos conseguido um ônibus para levar as pessoas da comunidade e ela foi junto. Os militares da Marinha já atiraram contra um senhor de idade também morador do nosso território.

Durante todo este tempo, o racismo e a violência institucional sempre estiveram presentes no cotidiano da comunidade, que vive marcada pelo terrorismo do Estado, com mortes, agressões, estupros, expulsões de moradores, derrubada de moradias, saque e destruição de pequenas lavouras para subsistência, cerceamento da liberdade de locomoção, além da negação do acesso às políticas públicas fundamentais para garantia da nossa dignidade.

Em 2019 um dos idosos da comunidade, José Isídio Dias conhecido como Seu Vermelho, 89 anos, foi brutalmente assassinado dentro da sua própria residência que fica na comunidade. Ele pediu ajuda para diversas pessoas, mas não teve ajuda, a todo o momento ele falava que seria assassinado dentro de casa pois estava sofrendo diversas ameaças., registrou Boletim de Ocorrência na delegacia do município, mas nada foi feito. Ele também havia relatado que outras pessoas da comunidade também seriam assassinadas.

Seu Vermelho teve seu rosto completamente deformado, suas pernas quebradas e diversos hematomas no corpo. Ele era uma das pessoas que fortalecia e servia de exemplo para diversas

pessoas da comunidade, plantava e colhia, sua vida era completamente voltada para o cultivo de sua roça.

Em maio de 2021 também foi encontrado no nosso território o corpo do jovem Pedro Henrique, morto a pauladas indo para a sua residência. Até hoje não sabemos quem efetivou esse crime e esses casos seguem sem nenhuma resposta das autoridades.

Hoje a família de seu Vermelho se encontra ameaçada e sem poder ter acesso a casa dele. As famílias do território estão pedindo ajuda, pois durante a noite estão sendo torturadas, pessoas rondam as residências, já chegaram a ver armas apontadas nos buracos de suas casas, pois algumas casas do território são feitas de barro/madeira. Através dessas violências as famílias do território tiveram que sair de suas casas por medo de serem assassinadas.

Recentemente em 2022, foi localizada uma bala de arma de fogo dentro do quarto de uma das idosas do nosso território, bala esta que foi direcionada diretamente para o quarto da mesma, perfurando o seu telhado. Antes de ser localizada havíamos escutado dois tiros, após isso concluímos que foram direcionados para casa dela.

Precisamos de segurança urgentemente dentro e fora do nosso território para que outras pessoas não sejam encontradas como seu Vermelho e Pedro Henrique, pois existem diversas lideranças que são ameaçadas diretamente.

Temos um pedaço do nosso território já titulado, mas sabemos que não se é necessária uma titulação para termos acesso a políticas públicas e outros direitos.

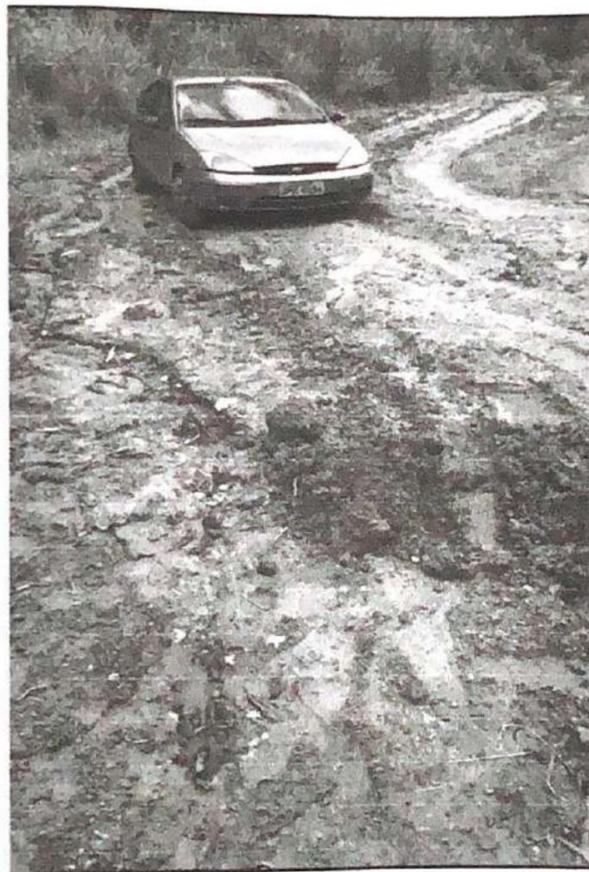
Já tivemos diversas reuniões e fizemos várias denúncias aos órgãos e secretarias, a CIDH fez uma carta de recomendação para o Brasil referente a situação do nosso território, mas até os dias de hoje nada foi feito.

<https://youtu.be/1gCPZPn4P5E> << Link vídeo violência sofrida em 2014.

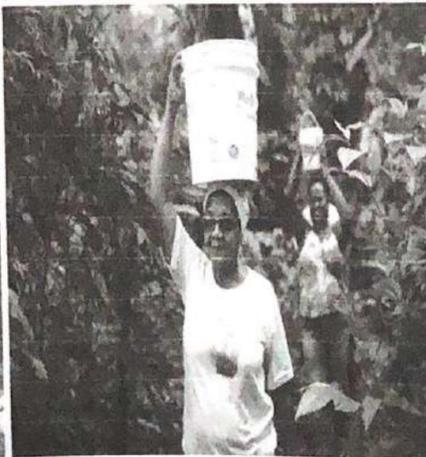
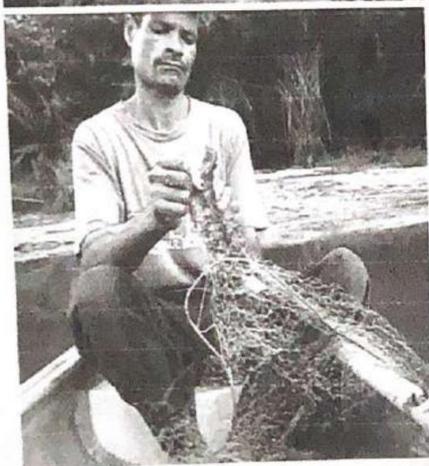
PEDIMOS SOCORRO!!

Franciele dos Santos Silva - coordenadora
Grândis de Souza Oliveira dos Santos
Pase Meire dos Santos Silva

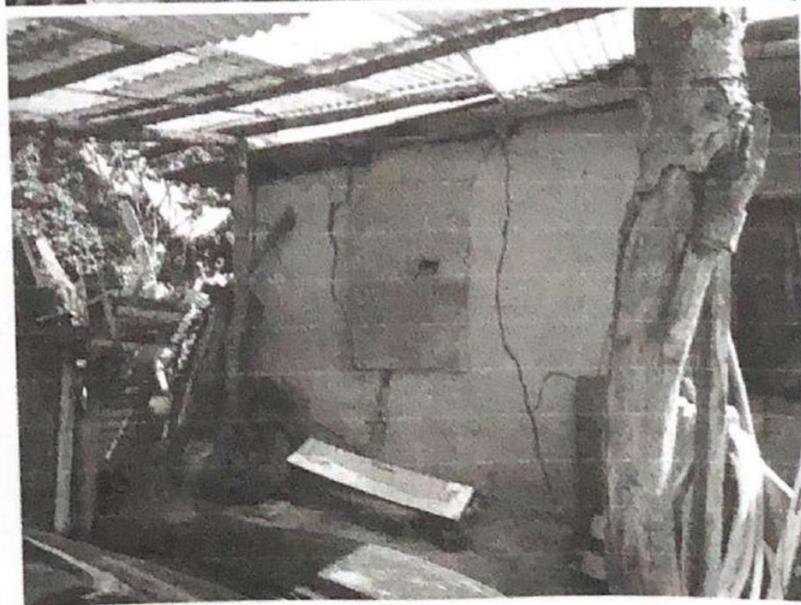
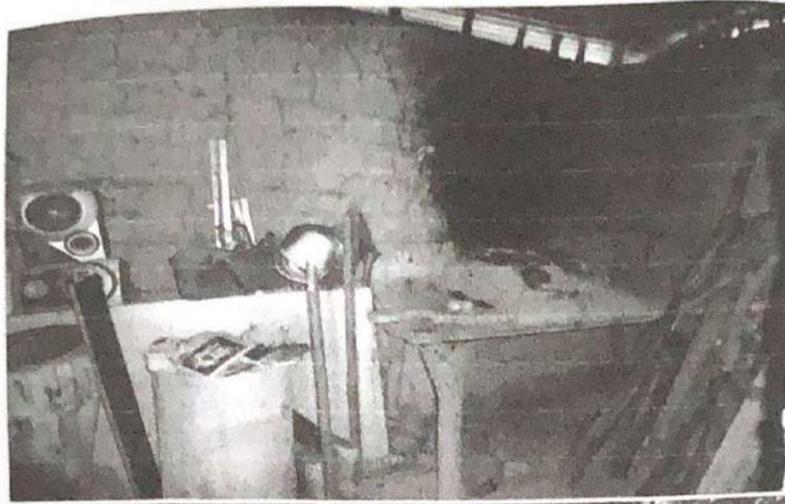
ESTRADAS TERRITÓRIO

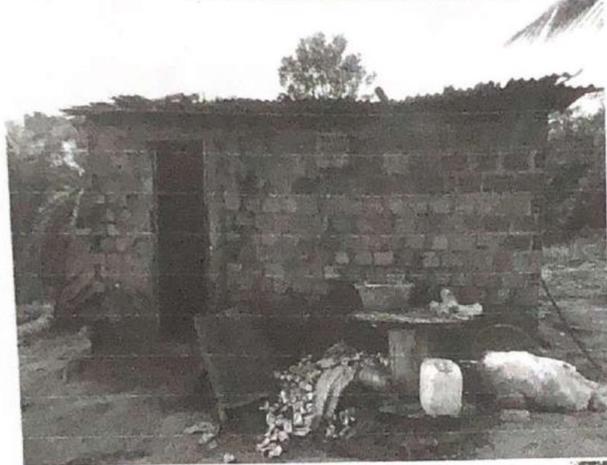


NOSSA PESCA E BUSCA DE ÁGUA EM NOSSOS RIOS E FONTES



SITUAÇÃO DAS NOSSAS RESIDÊNCIAS





13 - Carta às autoridades do 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas: Resistir para Existir

Senhora Ministra, senhora primeira-Dama, senhores ministros e demais representações dos governos federal, estaduais, distrital e municipais; Senhoras delegadas de outros países;

Apoiadores e apoiadoras do II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ;

Realizamos nosso I Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ em 2014, onde debatemos sobre a realidade das mulheres quilombolas, que é de vulnerabilidade diante das condições de vida das mulheres urbanas e até mesmo rurais, a considerar que a nossa condição histórica nos coloca no lugar da vivência do racismo, do machismo, da pobreza e do desrespeito a nossa cultura, ancestralidade e nossos territórios.

Nós quilombolas, hoje estimados em cerca de 6 mil quilombos em todo o Brasil, continuamos em luta há séculos, objetivando sermos reconhecidos como donos e donas de nossos territórios coletivos, pois é a partir deles que garantimos nossas vidas, nossa cultura, nossa ancestralidade. E, nós mulheres quilombolas, apesar da condição de vulnerabilidade na sociedade, somos nos quilombos em grande medida, a referência da organização familiar, comunitário e guardiãs de saberes ancestrais e por isso resistimos.

Visando avançar na melhoria de nossa condição de vida, enquanto mulheres de luta, é que retornamos em Brasília para o nosso II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ.

Nós 320 mulheres quilombolas de todo Brasil, delegadas por 24 estados, vindas de todas as regiões do Brasil, de todos os Biomas, do campo e da cidade, assim também como nossas apoiadoras, vamos nos reunir nesses dias aqui em Brasília, porque queremos denunciar que:

1. nossos corpos e territórios têm sido invadidos e violados todos os dias;
2. sem a regularização de nossos territórios, não só nos falta paz, como nos falta alimentos em nossas mesas;
3. nossas escolas são as mais precarizadas, pois a estas faltam quase tudo, inclusive a obediência a Lei maior da Educação, a LDB;
4. a falta de investimentos na formação de nossos professores e professoras, fazem com que, eles mesmos ajudem a apagar ainda mais nossas histórias;

5. o abandono histórico vivido por nosso povo, fez com que muitos nascessem e morressem sem saber o que era ser cidadão e cidadã de um país que ajudamos construir;
6. não há políticas específicas de créditos, de saúde e de moradia voltadas para mulheres quilombolas;
7. a violência doméstica, política, religiosa, cultural nos mata todos os dias;
8. a precarização dos serviços de saúde nas grandes e pequenas cidades, afeta diretamente a nós mulheres;

E por isso, nós 320 mulheres quilombolas de todo Brasil, delegadas por 24 estados, vindas de todas as regiões do Brasil, de todos os Biomas, do campo e da cidade, assim também como nossas apoiadoras, vamos nos reunir nesses dias aqui em Brasília, porque queremos afirmar que:

1. somos partes da vitória do Governo Lula e por isso queremos continuar existindo;
2. nossos territórios são espaços sagrados de lutas, resistência e existências e neles queremos permanecer;
3. não aceitamos mais o silêncio sobre nossas pautas e reivindicações;
4. precisamos de um posicionamento mais firme do governo junto aos estados e municípios, para esses, em regime colaborativo, possam efetivar políticas públicas para as mulheres quilombolas;
5. somos guardiãs de ciências em nossos territórios e por isso, nossos rios, matas e floretas não podem desaparecer para dá lugar as mineradoras, madeireiras e barragens;
6. que não queremos perder nossos filhos e filhas para o tráfico, quando estes deixamos nossos territórios por falta de perspectivas;
7. que as novas tecnologias cheguem com o objetivo de facilitar a vida de nossas crianças e jovens;
8. a proteção aos nossos territórios, é um dever do Estado e não vamos abrir mão deles.

E por isso, nós 320 mulheres quilombolas de todo Brasil, delegadas por 24 estados, vindas de todas as regiões do Brasil, de todos os Biomas, do campo e da cidade, assim também como nossas apoiadoras, vamos nos reunir nesses dias aqui em Brasília, porque queremos que:

1. passem a existir linhas de créditos específicas para mulheres quilombolas;
2. o Ministério da saúde crie a Secretaria Nacional de Saúde Quilombola com rebatimento nos estados e municípios;

3. tenhamos proteção e garantia da regularização de nossos territórios;
4. o ministério da Justiça atue para a apurar os assassinatos de nossas lideranças, cujo aumento foi de 350% de 2016 a 2018;
5. o Ministério das Mulheres, em escuta conosco, elabore políticas voltadas para as mulheres quilombolas;
6. o governo promova mudanças na educação afim de que esta não mate o sonho de nossas crianças;
7. o governo abra imediatamente linhas de créditos para a juventude quilombola, a juros zeros como forma de nossos jovens se manterem em nossos territórios;
8. o financiamento da educação seja preservado, fiscalizado e aprimorado, para que estes cheguem nas escolas públicas e façam a diferença em nossas comunidades.
9. O Ministério da Igualdade Racial seja um espaço fortalecido, técnico, político e financeiramente, visto que sem orçamento não se avançará nas políticas.
10. Queremos um MIR forte e aberto ao diálogo, com instâncias que funcionem para impulsionar os demais Ministérios a escutar, os quilombolas e elaborarem políticas adequadas a cada realidade de nosso país, considerando nossas diferenças e especificidades.

Por isso estamos conclamando as senhoras e senhores o compromisso de não deixarem que os encaminhamentos que saírem deste encontro, se percam no vazio e miopia promovidos do racismo e machismo de nossas instituições e que tanto nos prejudica e impedem nosso desenvolvimento.

Brasília, 14 de junho de 2023.

14 - Carta do 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas: Resistir para Existir

Nós quilombolas, hoje, estimados em cerca de 6 mil quilombos em todo o Brasil, continuamos em luta há séculos. Queremos ser reconhecidas e reconhecidos como donas e donos de nossos territórios coletivos. São os nossos territórios que garantem nossas vidas, nossa cultura e nossa ancestralidade. Em 2014, no nosso I Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ, debatemos sobre a nossa realidade de vulnerabilização, sobretudo quando comparadas às condições de vida das mulheres urbanas e até mesmo rurais. Lutamos contra uma condição histórica que nos coloca no lugar da vivência do racismo, do machismo, da pobreza e do desrespeito ao nosso

território, nossos corpos e nossa cultura. As mulheres quilombolas mantêm os quilombos de forma silenciosa. Carregamos a cultura do alimento, das sementes, da palavra, das manifestações culturais, da vida coletiva, da reza e do sagrado. Sabemos que, como povo quilombola, temos um dever muito grande pois somos a resistência dos nossos ancestrais e temos que continuar avançando e pressionando.

Com a cabeça na luta pela melhoria da nossa condição de vida, retornamos à Brasília, de 14 a 17 de junho de 2023, para realizar o II Encontro Nacional de Mulheres da CONAQ. Nesses dias, estivemos reunidas em mais de 320 mulheres quilombolas de todo o Brasil, delegadas de 24 estados, de todas as regiões do país, todos os Biomas, do campo e da cidade, com apoio de organizações e outras mulheres, nossas parceiras no Brasil e na América Latina.

Nesses dias, três questões inspiraram nossas discussões.

A primeira questão é a invasão e usurpação dos nossos territórios e dos nossos corpos, que têm sido violados e explorados. Sem regularização dos territórios, não temos paz, nem segurança. Não estamos falando da terra só como espaço físico. Estamos falando da territorialidade da ancestralidade e do pertencimento, da proteção da nossa cultura e dos nossos corpos. Não existe presente, nem futuro sem a proteção das mulheres quilombolas de todas as formas de violência. Só a luta contra a violência pode garantir condições para as mulheres participarem de verdade na vida do nosso país. Dizemos um não à violência política que tem prejudicado muitas mulheres lideranças que têm o direito legítimo de serem nossas representantes e ocuparem todos os espaços de poder.

A segunda questão que enfrentamos é o abandono histórico dos quilombos e quilombolas. Esse abandono se reflete na falta de investimento, na falta de políticas públicas, nos serviços, precários que existem e que não atendem à nossa realidade e nem a entendem. Muitos quilombolas nasceram, viveram e morreram sem saber o que significa ser uma cidadã ou cidadão no nosso país. Um país que ajudamos a construir com a nossa força e o nosso trabalho.

A terceira questão é a falta de políticas específicas para a garantia de direitos para as mulheres quilombolas voltadas para superar as desigualdades, a discriminação e a violência. Afirmamos que as políticas públicas precisam estar atentas à nossa

realidade. Seremos mais fortes quando finalmente tivermos políticas adequadas de saúde, educação, garantia de segurança alimentar e incentivos para nossa autonomia financeira. A construção dessas políticas deve escutar a nossa voz, garantir a nossa participação e reconhecer nossos saberes, porque são as mulheres, as que melhor entendem os problemas graves das políticas que não chegam aos quilombos. É preciso ainda superar o racismo institucional que impede que haja verdadeiro investimento e financiamento para construir serviços e equipamentos que cheguem de verdade a cada quilombo. É preciso enfrentar a burocratização e fazer com que as oportunidades e o investimento do Estado alcance as mulheres quilombolas. Quando há um verdadeiro investimento nas mulheres quilombolas e nos seus direitos, estamos levando o Estado brasileiro onde ele, até hoje, nunca foi capaz de chegar inteiramente.

A organização desse encontro continua uma história de luta do movimento quilombola e do coletivo de mulheres da CONAQ. Desde 2013, o Coletivo de Mulheres da Conaq tem trabalhado para fortalecer as lideranças quilombolas, reconhecendo a importância do movimento quilombola como um movimento misto, formado por mulheres e por homens. Sabemos que a importância e a força do movimento quilombola exigem que sejam discutidas as questões que afetam as mulheres e como fortalecer a sua liderança com cuidado, autocuidado e ação coletiva.

Nos esforçamos para visibilizar o tipo de racismo vivido pelas mulheres quilombolas. Um racismo que conta com muitas ferramentas para nos atacar. Conta com o peso do machismo e com todos os problemas estruturais que afetam os nossos quilombos. Precisamos enfrentar o racismo religioso que desrespeita nossas práticas culturais, a religiosidade, nossas crenças, nossos terreiros de candomblé, de umbanda, as rezadeiras, benzedeiras, curandeiras, as nossas parteiras, os nossos chás e elementos sagrados. Afirmamos que a ancestralidade e religiosidade do povo negro quilombola não depende das crenças religiosas de cada pessoa.

Enfrentamos o racismo ambiental e as injustiças socioambientais que provocam danos e prejuízos cada vez maiores ao nosso território e às nossas vidas. Quando falamos da importância das questões climáticas, estamos falando de mulheres quilombolas, verdadeiras guardiãs das florestas e da biodiversidade. Atuamos e colocamos nossos corpos na proteção do território, contra as intervenções e violações por empreendimentos racistas. Riscos e eventos climáticos afetam nossas vidas e a

sobrevivência dos quilombos e da biodiversidade. Temos enfrentado a poluição de nossa atmosfera, dos nossos rios, nossos solos, nossos alimentos e nossos corpos. É preciso conter a ação danosa de empresas nacionais e multinacionais que, com o aval do Estado brasileiro, invadem e exploram nossos territórios.

Nesse encontro e em outros momentos importantes da luta das mulheres negras, o coletivo de mulheres da CONAQ não tem fugido da luta e tem trabalhado para fortalecer os afetos entre mulheres quilombolas e nos reforçado para suportarmos a luta contra as desigualdade racial, de gênero, salarial e étnica.

Somos mulheres quilombolas, todos os dias criamos e recriamos a vida. Existimos e resistimos e, assim, temos dado muitas chances ao Estado brasileiro de reinventar o sentido de cidadania para o povo que construiu com as suas mãos o país que temos.

Por isso denunciamos:

A ausência de políticas públicas estruturais (energia, comunicação, saúde, educação) que isolam os quilombos e não nos consideram cidadãs com direito à participação nos assuntos do Estado.

O racismo institucional impregnado no Estado brasileiro e que limita os nossos direitos em geral, mas em especial paralisa o andamento dos processos de regularização fundiária e nos afasta do nosso direito ao território.

O racismo de um poder judiciário que só acessamos pela porta dos fundos, como réis nos processos, e que não nos protege contra crimes e violência que sofremos todos os dias, servindo assim para manter os privilégios dos donos do poder.

A violação sistemática ao nosso direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado, que autoriza a ação danosa e irresponsável de empresas e empreendimentos sobre nossos territórios.

O racismo religioso e a violação do nosso direito à memória e à valorização das nossas práticas culturais, o que desrespeita nossa ancestralidade e religiosidade e tem prejudicado a sobrevivência dos nossos valores culturais e tradicionais.

A burocratização e arrogância de políticas que não estão adequadas à nossa realidade e não consideram os nossos saberes.

As graves deficiências na educação que nos é oferecida, limitada e violadora do direito a uma educação quilombola, que ainda tem muito por fazer para que efetivamente o povo quilombola possa se beneficiar de políticas afirmativas para ingresso no ensino superior.

A falta de projetos de desenvolvimento local, não violentos e violadores de direitos, que assegurem a permanência do nosso povo no território, em especial da juventude quilombola.

A falta de uma política de gestão territorial quilombola eficaz que garanta a melhoria e a adequação dos instrumentos de gestão e regularização de nossos territórios, assegurando o nosso direito à titulação.

A falta de estruturação de uma política de segurança alimentar de qualidade para o nosso povo, que garanta acesso livre ao território e seus recursos, bem como, incentivo para uma política participativa de produção de alimentos saudáveis, não envenenados por agrotóxicos ou alterados por transgênicos.

As limitações das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, que não alcançam efetivamente as mulheres rurais e não chegam nas mulheres quilombolas residentes nos quilombos.

A necessidade de uma política de proteção de lideranças quilombolas que vivem ameaçadas e sobrecarregadas com a insegurança para fazer a luta política, sem condições de dar atenção para o cuidado e autocuidado enquanto defensoras de direitos humanos.

Diante do exposto e de nossas realidades, propomos:

a) saúde, educação, moradia, geração de trabalho e renda e linhas de créditos específicas.

Construções de programa de construção de casas para mulheres mulheres quilombolas; Publicação de Editais específicos para apoio a agricultores familiares

quilombolas; Construir acesso aos mecanismos de venda institucional independente de CAF ou DAP; Fomento produtivo às mulheres quilombolas, incluindo artesanato;

Financiamento da agroindústria quilombola;

Retirar barreiras e condicionalidade para o acesso às políticas públicas, a exemplo do uso do Relatório de Identificação Demarcação - RTID, como limite para quilombolas acessarem

políticas públicas;.

Que as comunidades sejam acompanhadas pela metodologia das cadernetas agroecológicas;

Fiscalização efetiva as Prefeituras para garantia da venda institucional de produtos para agricultura familiar e a prioridade quilombola;

c) defesa dos direitos das defensoras, religiosidade e contra as violências que nos atingem:

Combater a chegada de drogas na comunidade está impactando a juventude;

Acelerar a titulação dos territórios quilombolas como medida para amenizar a triste realidade que assola nossos quilombos;

Criar programas de proteção que apoiem de fato as mulheres quilombolas; Criar programas que estimulem auto sustento nos quilombo;

Retomada dos Programas de acesso à água de forma permanente para consumo e irrigação; Desburocratização no PAA. Necessidade de cestas básicas com alimentação de qualidade. Renda para as famílias quilombolas.

Merenda escolar oriunda dos alimentos produzidos nas comunidades quilombolas. Financiamento e assistência técnica continuada à produtora quilombola de modo a garantir a entrega de merenda escolar nas escolas;

Cobrar dos estados investimento no PNAE e PAA, com previsão orçamentária.

Atualização da tabela da PGPM de modo a garantir o preço justo nas compras institucionais. Comunidades no Ceará têm sido orientadas pela CONAB a colocarem o preço de mercado na proposta;

Ampliar a participação das mulheres quilombolas em Conselhos de Educação, Segurança Alimentar e saúde;

Fortalecer a participação das mulheres negras na política partidária.

Construir um programa de reparação para as comunidades e, especificamente para as mulheres quilombolas, dos danos gerados pela pandemia.

Garantir ações de segurança efetiva às mulheres quilombolas.

Formação continuada para agentes de segurança pública, voltada às mulheres negras quilombolas.

Formação continuada do movimento para enfrentamento ao machismo;

Construir espaços de acolhimentos comunitários, inclusive para mulheres em situações de violência familiar;

Elaborar uma política completa de combate à violência contra a Mulher Negra Quilombola com a participação, com consulta prévia, livre e informada e conter um sistema macro de atendimento à violência contra a mulher;

Responsabilização efetiva de agentes de segurança que promovam ações que ao invés de prevenir incitem a violência nos quilombos;

Criar um protocolo de proteção e autocuidado que envolva todas as gerações quilombolas, o carinho mútuo.

d) meio ambiente, protagonismo e diversidade quilombola;

Desburocratizar em todas as instâncias o acesso de mulheres e homens gay, lésbicas e trans às políticas públicas;

Criar vagas específicas em concursos públicos para mulheres e mulheres e homens gay, lésbicas e trans;

Fomentar nos territórios, ações voltadas para preservação dos territórios, incluindo a participação e protagonismo de jovens quilombolas;

Criar um programa de intercâmbio entre os estados e países vizinhos, visando fortalecer as redes já existentes e a criação de novas redes de apoio e solidariedade e apoio à luta por direitos;

Fazer formação nas comunidades quilombolas sobre diversidade, racismo estrutural que afetam os nossos corpos e não podemos ser reprodutores;

incluir nas diretrizes educação escolar quilombola as questões LGBTQIAPNI+;

Apoiar o uso do nome social e o tratamento do pronome que a pessoa queira ser chamada;

ter um disque denúncia assim como o 190 e que a CONAQ consiga fazer o acompanhamento das denúncias;

Fiscalização dos profissionais de saúde nas comunidades; espaço nos eventos da CONAQ para debater as questões da população LGBTQIAPNI+ e construção de projetos para a diversidade.

e) comunicação popular quilombola e na relação com nossas irmãs dos países vizinhos;

Uso do FALA.BR plataforma do governo Participação efetiva popular quilombola Mais formação política

Identificar meios de resolução e programas de incentivo que ajudem a chegar energia elétrica nos quilombos

Cartilha de acesso às rádios comunitárias

Antenas para melhorar o sinal: avaliar o melhor material para uso de antena para cada região considerando a singularidade climática

Certas da nossa força e da força do movimento quilombola, repetimos: nós, mulheres quilombolas, seguiremos a nossa missão de resistir para existir! E exigimos do Estado brasileiro atenção para as nossas demandas!